AMÉRICA — Economia e Sociedade

capitalismo e escravidão

ERIC WILLIAMS

AMÉRICA — Economia e Sociedade

capitalismo e escravidão

ERIC WILLIAMS

América: Economia & Sociedade

Coordenação e Orientação

ILMAR ROHLOFF DE MATTOS

e

ARY DE ARAÚJO VIANA

Vol. I — CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, GB)

W689c

Williams, Eric.
Capitalismo e escravidão; tradução e notas | de | Carlos Nayfeld, revisão técnica | de | Ilmar Rohloff de Mattos, introdução | de | D. W. Brogan. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975.
viii,295p. 21cm (América: economia & sociedade, v. 1).

Do original em inglês: Capitalism and slavery.
Bibliografia.

1. Capitalismo. 2. Escravidão na Grã-Bretanha. 3. Grã-Bretanha — Economia — História. I. Título. II. Série.

CDD — 330.94206
330.94207
330.1220942
331.117340942
CDU — 326:330.148(410)"17/18"
33(140)"17/18"(091)

75-0097

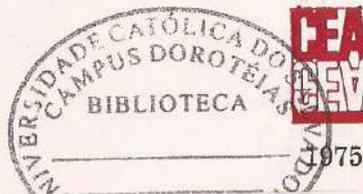
ERIC WILLIAMS

CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO

INTRODUÇÃO:
D. W. BROGAN

TRADUÇÃO E NOTAS:
CARLOS NAYFELD

REVISÃO TÉCNICA:
ILMAR ROHLOFF DE MATTOS

1975

1ª edição, abril 1964, por

André Deutsch Limited, London

Título do original em inglês:

Capitalism and Slavery

Coleção:

América: Economia & Sociedade

Capa:

Hermes Teixeira

COMPOSTO E IMPRESSO NO BRASIL
nas oficinas próprias da Editora.
Março de 1975 — 1ª edição.
Código para pedidos: EP-112.

Ao Professor Lowell Joseph Ragatz

cujos trabalhos monumentais neste campo podem ser ampliados e desenvolvidos, mas nunca suplantados.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Esta obra é uma tentativa de colocar na perspectiva histórica a relação entre a formação do capitalismo, exemplificado pela Grã-Bretanha, e o tráfico de escravos negros, a escravidão negra e o comércio colonial em geral, dos séculos XVII e XVIII. Cada época reescreve a história, mas particularmente a nossa, que foi forçada pelos acontecimentos a reavaliar nossas concepções de história e de desenvolvimento econômico e político. A marcha da Revolução Industrial já foi tratada mais ou menos adequadamente em inúmeros livros, tanto eruditos quanto populares, e suas lições estão perfeitamente bem estabelecidas na consciência da classe culta em geral e das pessoas em particular que são responsáveis pela criação e orientação da opinião pública. Por outro lado, enquanto se acumulou material e se escreveram livros sobre o período que precedeu a Revolução Industrial, o caráter mundial e inter-relacionado do comércio desse período, seu efeito direto sobre o desenvolvimento da Revolução Industrial e a herança que deixou mesmo sobre a civilização de hoje, ainda não foram em parte alguma colocados numa perspectiva concisa e contudo inteligível. Este estudo é uma tentativa de fazer isso, sem, porém, deixar de dar indicações da origem econômica das correntes sociais, políticas e até intelectuais bem conhecidas.

Este livro não é um ensaio de idéias ou interpretação. É estritamente um estudo econômico do papel da escravidão negra e do tráfico de escravos na constituição do capital que financiou a Revolução Industrial na Inglaterra, e do capitalismo industrial maturo em destruir o sistema escravista. É portanto, inicialmente, um estudo da história econômica inglesa e, em segundo lugar, da história das Índias Ocidentais e dos negros. Não é um estudo da instituição da escravatura, mas da contribuição da escravatura para o desenvolvimento do capitalismo britânico.

Devo reconhecer muitas dívidas. Os funcionários das seguintes instituições foram muito bondosos e prestativos

para mim: Museu Britânico; Arquivo Público; Biblioteca do Escritório da Índia; Comitê das Índias Ocidentais; Biblioteca da Casa de Rhodes, Oxford; Arquivo do Banco da Inglaterra; Sociedade Inglesa Antiescravista e de Proteção aos Aborígines; Casa dos Quacres, Londres; Biblioteca John Rylands, Manchester; Biblioteca Central, Manchester; Biblioteca Pública, Liverpool; Museu Wilberforce, Hull; Biblioteca do Congresso, Washington; Biblioteca Nacional, Havana; Sociedad Económica de Amigos del País, Havana. Quero agradecer à Biblioteca Newberry, de Chicago, por sua bondade em me possibilitar, através de um empréstimo que fez diretamente à Biblioteca dos Fundadores, da Universidade Howard, de Washington, ver as valiosas estatísticas de *Sir* Charles Whitworth publicadas sob o título de *State of the Trade of Great Britain inits imports and exports, progressively from the year 1697-1773 (Estado do Comércio da Grã-Bretanha em suas importações e exportações, progressivamente do ano de 1697 a 1773).*

Minhas pesquisas foram facilitadas por subvenções de diferentes fontes: o Governo de Trinidad, que prolongou uma bolsa de estudo original; a Universidade de Oxford, que me concedeu duas bolsas de estudo especiais; o Fundo Beit para o estudo da História Colonial Britânica, que me outorgou dois subsídios; e a Fundação Julius Rosenwald, que me concedeu bolsas de estudo em 1940 e 1942. O Professor Lowell J. Ragatz, da Universidade George Washington, de Washington, o Professor Frank W. Pitman, da Escola Pamona, de Claremont, Califórnia, e o Professor Melville J. Herskovits, da Universidade do Noroeste, de Chicago, muito bondosamente leram o manuscrito e fizeram muitas sugestões. O mesmo fez meu colega na Universidade Howard, Professor Charles Burch. O Dr. Vincent Harlow, atualmente professor de História Imperial na Universidade de Londres dos alunos agraciados com a bolsa de estudo Rhodes, supervisou minha tese de formatura em Oxford e foi sempre muito prestativo. Finalmente, minha esposa me foi de grande ajuda ao tomar minhas notas e datilografar o manuscrito.

ERIC WILLIAMS

Universidade Howard
Washington, D. C.
12 de setembro de 1943

INTRODUÇÃO

Não é com freqüência que um professor universitário tem a oportunidade de escrever uma introdução a uma nova edição do livro de um aluno brilhante que acabou tornando-se Primeiro-Ministro. Mas, mesmo que o Dr. Eric Williams não fosse Primeiro-Ministro de Trinidad-Tobago, a edição britânica de seu *Capitalismo e Escravidão* seria extremamente bem acolhida. Publicado nos Estados Unidos durante a última guerra, este brilhante ensaio de interpretação econômica da história foi, muito naturalmente, pouco notado na Grã-Bretanha. Isso foi inevitável, embora tenha sido uma pena. Mas é uma característica dos bons livros manter sua atualidade e este livro é tão oportuno quanto o foi em 1942.

É oportuno porque os problemas das velhas colônias escravistas das Índias Ocidentais continuam a reclamar nossa atenção; na verdade reclamam mais nossa atenção agora do que o faziam então, já que a imigração da Jamaica e das outras ilhas pôs os habitantes de muitas cidades inglesas, mormente de Londres, frente a frente com algumas das conseqüências do empobrecimento das Índias Ocidentais Britânicas que, como o Dr. Williams mostra, tornou os ataques ao tráfico de escravos e portanto à escravidão mais eficazes do que teriam sido de outro modo. Se o "interesse das Índias Ocidentais" tivesse sido tão poderoso economicamente no começo do século XIX como fora em meados do XVIII, os filantropos, os evangelistas, teriam agitado e rogado em vão. Mas as Índias Ocidentais Britânicas estavam perdendo rapidamente sua posição proeminente na economia ultramarina britânica. O esgotamento do solo nas ilhas menores, a concorrência cada vez mais severa de São Domingos (Haiti) e em seguida das terras quase virgens de Cuba deixaram as ilhas britânicas para trás na competição. Como frisa o Dr. Williams, a Grande Guerra Francesa enfraqueceu as ilhas britânicas, ainda que tenha afastado seus competidores mais formidáveis, os plantadores franceses de São Domingos. O bloqueio inglês acarretou o crescimento for-

tante do que as ideologias. Isso não quer dizer que as ideologias não têm valor ou que todos os homens são venais. Ele cita o exemplo da família Rathbone, de Liverpool, um contraste com os grandes negociantes menos escrupulosos. Mas a lição deste livro é enregelante, embora não nova. "Onde estiver seu tesouro, aí estará também seu coração."

D. W. BROGAN

1
ORIGENS DA ESCRAVIDÃO NEGRA

Quando em 1492, Colombo, representando a monarquia espanhola, descobriu o Novo Mundo, desencadeou a longa e feroz rivalidade internacional pelas possessões coloniais, para as quais, depois de quatro séculos e meio, nenhuma solução foi ainda encontrada. Portugal, que iniciara o movimento de expansão internacional, reclamava o seu direito aos novos territórios, sob o fundamento de que se enquadravam na bula papal de 1455 que autorizava a nação portuguesa a reduzir à servidão todos os povos infiéis. As duas potências, para evitar controvérsia, procuraram arbitragem e, como países católicos, recorreram ao Papa — uma atitude natural e lógica numa época em que os direitos universais do Papado ainda não eram contestados pelos indivíduos e governos. Depois de analisar minuciosamente as reclamações das duas nações disputantes, o Papa emitiu em 1493 uma série de bulas que estabeleceram uma linha de demarcação entre as possessões coloniais dos dois Estados: o Leste coube a Portugal e o Oeste à Espanha. A partilha, contudo, deixou de satisfazer às aspirações portuguesas, e no ano subseqüente as partes contendoras conseguiram um acordo mais satisfatório no Tratado de Tordesilhas, que retificou o julgamento papal para permitir a propriedade portuguesa do Brasil.

Nem a arbitragem papal nem o tratado formal pretendiam ser obrigatórios para as outras potências, e ambos foram de fato repudiados. A viagem de Cabot à América do Norte em 1497 foi a resposta imediata da Inglaterra à partilha. Francisco I da França externou seu famoso protesto: "O Sol brilha para mim como para os outros. Eu

gostaria imensamente de ver a cláusula no testamento de Adão que me exclui de uma parte do mundo." O rei da Dinamarca recusou-se a aceitar a decisão do Papa no que concernia às Índias Orientais. *Sir* William Cecil, o famoso estadista elisabetano, negou o direito do Papa de "dar e tomar reinos a quem quer que lhe aprouvesse". Em 1580, o Governo inglês revidou com o princípio da ocupação efetiva como o fator determinante de soberania.[1] Depois disso, na linguagem da época, "não houve paz abaixo da linha". Era uma disputa, nas palavras de um posterior governador de Barbados, quanto a "se o Rei da Inglaterra ou o da França seria o monarca das Índias Ocidentais, pois o Rei da Espanha não poderia mantê-las por muito tempo. . ."[2] A Inglaterra, a França, e mesmo a Holanda, começaram a desafiar o Eixo Ibérico e a reclamar um lugar ao Sol. O negro, também, teria seu lugar, embora não o tivesse pedido: sob o sol escaldante das plantações de cana-de-açúcar, fumo e algodão do Novo Mundo.

De acordo com Adam Smith, a prosperidade de uma nova colônia depende de um único fator econômico — "abundância de boa terra".[3] As possessões coloniais britânicas até 1776 podem ser, de um modo geral, divididas em dois tipos. O primeiro é a economia auto-suficiente e diversificada dos pequenos agricultores, "meros esgaravatadores da terra", como Gibbon Wakefield os chamou zombeteiramente,[4] vivendo num solo em que, como o Canadá foi descrito em 1840, "não era uma loteria, com alguns prêmios exorbitantes e um grande número de bilhetes brancos, mas um investimento seguro e certo".[5] O segundo tipo é a colônia que tem facilidades para a produção de artigos primários em grande escala para um mercado de exportação. Na primeira categoria, enquadravam-se as colônias setentrionais do continente americano; na segunda, as colônias produtoras de fumo do continente e as ilhas produtoras de cana-de-açúcar do mar das Antilhas. Nas colônias deste último tipo, como Merivale frisou, a terra e o capital eram inúteis a não ser que o trabalho pudesse ser controlado.[6] O trabalho devia ser constante e funcionar, ou levado a funcionar, em cooperação. Nessas colônias, o individualismo inflexível do lavrador de Massachusetts, praticando sua agricultura intensiva e arrancando com o suor de seu rosto ganhos minguados de um solo relutante, deveria capitular ante a equipe disciplinada do grande capitalista praticando agricultura extensiva e produzindo em grande escala. Sem essa compulsão, o trabalhador exerceria então sua inclinação natural para cuidar de sua própria terra e labutar por conta própria. Conta-se freqüentemente a história do grande capitalista inglês, *Sir* Peel, que levou 50.000 libras esterlinas e trezentos trabalhadores consigo para a colônia Swan River (Rio Swan) na Austrália. Seu plano era que seus trabalhadores laborassem para ele, como acontecia na Inglaterra. Chegando à Austrália, porém, onde a terra era abundante — demasiadamente abundante —, os trabalhadores preferiram labutar para si mesmos como pequenos proprietários, em vez de para o capitalista, por salário. A Austrália não era a Inglaterra e o capitalista ficou sem um serviçal para fazer-lhe a cama ou trazer-lhe água.[7]

Para as colônias antilhanas a solução para essa dispersão e "esgaravatamento da terra" foi a escravidão. A lição da história inicial da Geórgia é instrutiva. Proibidos de empregar o trabalho escravo por mandatários que, em alguns casos, possuíam eles próprios escravos em outras colônias, os plantadores georgianos viram-se na situação, como expressou Whitefield, de indivíduos cujas pernas estavam amarradas e que recebiam ordem de andar. Assim, os magistrados da Geórgia ergueram brindes "a uma coisa necessária" — a escravidão — até que a proibição foi suspensa.[8] Embora pudesse ser um "recurso odioso", como Merivale a chamou,[9] a escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância. Tinha sido a base da economia grega e erguera o Império Romano. Nos tempos modernos, forneceu o açúcar para as xícaras de chá e café do mundo ocidental. Produziu o algodão para servir de base ao capitalismo moderno. Propiciou a colonização do Sul dos Estados Unidos e das ilhas do mar das Antilhas. Vista na perspectiva histórica, ela faz parte desse quadro geral do tratamento cruel das classes desprivilegiadas, das insensíveis leis dos pobres e severas leis feudais, e da indiferença com que a classe capitalista ascendente estava "começando a calcular a prosperidade em termos de libras esterlinas e. . . acostumando-se à idéia de sacrificar a vida humana ao imperativo sagrado do aumento da produção".[10]

Adam Smith, o paladino intelectual da classe média industrial com a doutrina recém-descoberta da liberdade, mais tarde propagou o argumento de que, em geral, o orgulho e o amor ao poder por parte do amo é que levaram à escravidão e que, nos países em que se empregavam escravos, o trabalho livre seria mais proveitoso. A experiência universal demonstrou conclusivamente que "o trabalho feito por escravos, embora pareça custar apenas sua manutenção, é no fim o mais caro de todos. Uma pessoa que não pode adquirir propriedade não pode ter outro interesse senão comer o máximo, e trabalhar o mínimo possível".[11]

Adam Smith não fez senão tratar como uma proposição abstrata o que é uma questão específica de tempo, lugar, trabalho e solo. A superioridade econômica do trabalho livre assalariado sobre o trabalho escravo é evidente até para o dono de escravos. O trabalho escravo é obtido com relutância, é desajeitado, carece de versatilidade.[12] Em igualdade de condições, homens livres são preferíveis. Mas nas fases iniciais do desenvolvimento colonial, não há igualdade de condições. Quando a escravidão é adotada, não é adotada como uma escolha em detrimento do trabalho livre; não há qualquer escolha. As razões para a escravidão, escreveu Gibbon Wakefield, "não são circunstâncias morais, mas econômicas; não se relacionam com o vício e a virtude, mas com a produção".[13] Com a população limitada da Europa no século XVI, os trabalhadores livres necessários para cultivar cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo, não podiam ser fornecidos em quantidades adequadas para permitir a produção em grande escala. A escravidão foi necessária por causa disso e para conseguir escravos os europeus recorreram primeiro aos aborígines e depois à África.

Em certas circunstâncias, a escravidão tem incontestáveis vantagens. No cultivo de produtos como cana-de-açúcar, algodão e tabaco, onde o custo da produção é apreciavelmente reduzido, em unidades maiores, o dono de escravos, com sua produção em grande escala e sua turma de escravos organizada, pode fazer uso mais proveitoso da terra do que o pequeno agricultor ou proprietário lavrador. Para tais produtos agrícolas, os lucros enormes podem bem suportar a despesa maior proporcionada pelo trabalho escravo ineficiente.[14] Onde todo o conhecimento requerido é simples e uma questão de rotina a constância e cooperação no trabalho, a escravidão é essencial, até o momento em que, pela importação de novos recrutas e pela procriação, a população atinja o ponto de saturação e a terra disponível já esteja distribuída. Quando tal etapa é atingida, e somente então, as despesas da escravidão, em forma de custo e manutenção de escravos, produtivos e improdutivos, excedem o custo de trabalhadores assalariados. Como escreveu Merivale: "O trabalho escravo será mais caro do que o livre *sempre que se puder conseguir o trabalho livre.*" [15]

Do ponto de vista produtor, o maior defeito da escravidão reside no fato de que ela esgota rapidamente o solo. A massa de trabalhadores de baixa condição social, dócil e barata, só pode ser mantida em sujeição pela degradação sistemática e pelos esforços deliberados de suprimir sua inteligência. A rotação de culturas e a agricultura científica são portanto estranhas às sociedades escravistas. Como Jefferson escreveu a respeito da Virgínia, "podemos comprar um acre de terra nova mais barato do que nos custaria adubar um acre velho". [16] O plantador escravista, na terminologia pitoresca do Sul dos Estados Unidos, é um "arrasador da terra". Esse defeito sério da escravidão pode ser contrabalançado e protelado por algum tempo se o solo fértil for praticamente ilimitado. A expansão é uma necessidade das sociedades escravistas; o poder escravista requer sempre novas conquistas.[17] "É mais lucrativo", escreveu Merivale, "cultivar um solo virgem pelo trabalho caro de escravos do que um solo esgotado pelo trabalho barato de homens livres". [18] Da Virgínia e Maryland à Carolina, Geórgia, Texas e o Meio-Oeste; de Barbados à Jamaica, São Domingos e depois à Cuba; a lógica era inexorável e a mesma. Era uma corrida de revezamento; o primeiro a partir passava o bastão — de má vontade, podemos estar certos — a outro e depois claudicava tristemente atrás.

A escravidão nas Antilhas tem sido muito estritamente identificada com o negro. Deu-se, por conseguinte, uma deformação racial ao que é basicamente um fenômeno eco-

nômico. A escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma conseqüência da escravidão. O trabalho não-livre no Novo Mundo era moreno, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão.

O primeiro exemplo de tráfico e trabalho de escravos verificados no Novo Mundo refere-se, racialmente, não ao negro, mas ao índio. Os índios sucumbiram rapidamente ao trabalho excessivo deles exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem branco, à sua incapacidade de ajustar-se ao novo modo de vida. Acostumados a uma vida de liberdade, sua constituição e seu temperamento não se adaptavam aos rigores da escravidão das plantações. Como escreveu Fernando Ortíz: "Submeter o índio às minas, a seu trabalho monótono, insano e severo, sem sentido tribal, sem ritual religioso,... era como tirar-lhe o significado de sua vida... Era escravizar não somente seus músculos, mas também seu espírito coletivo." [19]

O visitante da Ciudad Trujillo, capital da República Dominicana (o nome atual de metade da ilha antigamente chamada Hispaníola), verá uma estátua de Colombo onde se acha a figura de uma índia escrevendo, agradecidamente, (assim diz a legenda) o nome do Descobridor. Conta-se, por outro lado, a história do cacique Hatuey que, condenado a morrer por resistir aos invasores, recusou-se firmemente a aceitar a fé cristã como a porta da salvação, quando soube que seus executores esperavam também ir para o Céu. É muito mais provável que Hatuey, em lugar da índia anônima, representasse a opinião contemporânea dos índios sobre seus novos suseranos.

A Inglaterra e a França, em suas colônias, seguiram a prática espanhola de escravização dos índios. Havia uma diferença patente — as tentativas da Coroa espanhola, embora ineficazes, de restringir a escravidão aos índios que se recusavam a aceitar o cristianismo e aos caraíbas guerreiros, sob a alegação especiosa de que eles eram canibais. Do ponto de vista do Governo britânico, a escravidão dos índios, ao contrário da posterior escravidão dos negros que encerrava interesses imperiais vitais, era uma questão puramente colonial. Como escreveu Lauber: "O Governo metropolitano só se interessava pelas condições e legislação dos escravos nas colônias quando se tratava do tráfico de escravos africanos... Já que ela (a escravidão

dos índios) nunca foi suficientemente ampla para influir na escravidão e tráfico dos negros, nunca recebeu qualquer atenção do Governo metropolitano e, assim, existia como legal porque nunca foi declarada ilegal." [20]

Mas a escravidão dos índios nunca foi muito ampla nos domínios britânicos. Ballagh, escrevendo sobre a Virgínia, diz que o sentimento popular nunca "exigiu a sujeição da raça índia *per se*, como ocorreu praticamente com o negro na primeira lei escravista de 1661, mas apenas de uma parte dela, e reconhecidamente uma parte muito pequena... No caso do índio... a escravidão era vista como de natureza ocasional, um castigo preventivo, e não como uma condição normal e permanente".[21] Nas colônias da Nova Inglaterra, a escravidão dos índios não era lucrativa, pois nenhuma espécie de escravidão era lucrativa ali porque era imprópria para a agricultura diversificada dessas colônias. Além disso, o escravo índio era ineficiente. Os espanhóis descobriram que um negro valia quatro índios.[22] Um funcionário proeminente de Hispaníola insistia em 1518 que "permissão fosse dada para trazer negros, uma raça robusta para o trabalho, em vez de nativos, tão fracos que só podem ser empregados em tarefas que requerem pouca resistência, tais como tomar conta de milharais".[23] Os futuros produtos do Novo Mundo, cana-de-açúcar e algodão, requeriam força que os índios não possuíam e exigiam o robusto "negro do algodão", como a necessidade açucareira de burros fortes produziu na Luisiana o epíteto "burros do açúcar". De acordo com Lauber: "Quando comparados com as somas pagas pelos negros no mesmo tempo e lugar, os preços dos escravos índios são consideravelmente inferiores." [24]

O reservatório índio, também, era limitado; o africano, inesgotável. Os negros, portanto, eram roubados na África para trabalhar as terras roubadas dos índios na América. As viagens do Príncipe Henrique, o Navegador, complementaram as de Colombo e a história da África Ocidental tornou-se o complemento da história das Índias Ocidentais.

O sucessor imediato do índio, porém, não foi o negro, mas o branco pobre. Esses trabalhadores brancos compreendiam uma variedade de tipos. Alguns eram servos

sob contrato (*indentured servants*), assim chamados porque, antes de partirem de sua terra natal, tinham assinado um contrato, reconhecido por lei, obrigando-os a prestar serviço, por um tempo estipulado, em troca da passagem. Outros ainda, conhecidos como "resgatadores", combinavam com o comandante do navio para pagar a passagem na chegada ou após um tempo especificado; se não o fizessem, eram vendidos pelo comandante a quem oferecesse o lance mais alto. Outros eram sentenciados, enviados por medida deliberada do Governo metropolitano para servir durante um período especificado.

Essa emigração condizia com as teorias mercantilistas da época que preconizavam vigorosamente que se pusesse o pobre no trabalho industrioso e útil e se favorecesse a emigração, voluntária ou involuntária, a fim de aliviar a proporção de pobres e achar ocupações mais proveitosas no estrangeiro para os ociosos e vagabundos da metrópole. "A servidão sob contrato", escreve C. M. Haar, "foi posta em ação por duas forças diferentes embora complementares: havia tanto uma atração positiva do Novo Mundo quanto uma repulsa negativa do Velho." [25] Num documento oficial entregue a Jaime I, em 1606, Bacon salientou que pela emigração a Inglaterra ganharia "uma dupla conveniência na remoção de pessoas daqui e em fazer uso delas lá".[26]

Esse serviço temporário no início não denotava inferioridade ou degradação. Muitos dos trabalhadores eram rendeiros senhoriais fugindo das restrições penosas do feudalismo, irlandeses procurando libertar-se da opressão dos proprietários de terras e bispos, alemães escapando da devastação da guerra dos Trinta Anos. Carregavam em seus corações um desejo ardente de terra, uma ânsia ardorosa de independência. Vinham para a terra da oportunidade para se tornarem homens livres, com a imaginação poderosamente excitada pelas descrições refulgentes e extravagantes ouvidas na terra natal.[27] Foi somente mais tarde quando, nas palavras do Dr. Williamson, "todos os ideais de uma sociedade colonial decente, de uma Inglaterra melhor e maior no ultramar, mergulharam na busca de um ganho imediato",[28] que a introdução de elementos desmoralizados se tornou a característica geral do serviço sob contrato.

Um tráfico regular estabeleceu-se com esses servos sob contrato. Entre 1654 e 1685, dez mil partiram somente de Bristol, principalmente para as Índias Ocidentais e a Virgínia.[29] Em 1683, serviçais brancos representavam um sexto da população da Virgínia. Dois terços dos imigrantes da Pensilvânia durante o século XVIII eram serviçais brancos; em quatro anos, 25.000 chegaram à Filadélfia. Estima-se que mais de um quarto de um milhão de pessoas eram dessa classe durante o período colonial[30] e que elas provavelmente constituíam metade dos imigrantes ingleses, a maioria indo para as colônias centrais.[31]

Quando a especulação comercial entrou em ação, começaram a ocorrer abusos. Os raptos foram incentivados até certo ponto e se tornaram um negócio corriqueiro em cidades tais como Londres e Bristol. Os adultos eram atraídos com bebida, as crianças engabeladas com doces. Os raptores eram chamados "espíritos", definindo-se "espírito" como "aquele que pega homens, mulheres e crianças e os vende num navio para serem transportados além-mar". O comandante de um navio que traficava com a Jamaica visitava a Casa de Correção de Clerkenwell, oferecia bebida às moças que estavam presas ali como desordeiras e as "convidava" a ir para as Índias Ocidentais.[32] As tentações apresentadas aos incautos e crédulos eram tão atraentes que, como o prefeito de Bristol reclamou, maridos eram induzidos a abandonar suas esposas, esposas seus maridos, aprendizes seus mestres, enquanto criminosos procurados encontravam nos navios de transporte um refúgio das armas da lei.[33] A onda de imigração alemã fez surgir então o "newlander", o agenciador de mão-de-obra daqueles tempos, que percorria de alto a baixo o vale do Reno persuadindo os camponeses feudais a vender seus pertences e emigrar para a América, recebendo uma comissão por cada emigrante.[34]

Muito já se escreveu sobre os embustes que esses "newlanders" não se opunham a empregar.[35] Mas fossem quais fossem as imposturas praticadas, continua a ser verdade, como Friedrich Kapp assinalou, que "o motivo real para a febre de emigração residia nas condições políticas e econômicas adversas... A miséria e opressão das condições dos pequenos estados (alemães) promoviam a emigração da maneira muito mais perigosa e contínua do que o pior "newlander".[36]

Os sentenciados proporcionavam uma fonte segura de trabalhadores brancos. As severas leis feudais da Inglaterra reconheciam trezentos crimes capitais. Os delitos típicos de condenação à forca abrangiam: punguear alguém em importância superior a um xelim; furtar uma loja no valor de cinco xelins; roubar um cavalo ou uma ovelha; caçar coelhos ilicitamente na propriedade de um cavalheiro.[37] Delitos para os quais o castigo prescrito pela lei era a deportação compreendiam o furto de pano, a queima de medas de trigo, o aleijamento e matança de gado, o embaraço a funcionários aduaneiros na execução de seu dever, e a corrupção de funcionários.[38] Propostas feitas em 1664 baniram para as colônias todos os vagabundos, vadios e desocupados, pequenos ladrões, ciganos e pessoas dissolutas freqüentando bordéis não-licenciados.[39] Uma petição piedosa, em 1667, suplicava a deportação, em lugar da pena de morte, para uma mulher, condenada por furtar bens avaliados em três xelins e quatro *pence*.[40] Em 1745, a deportação era a pena para o furto de uma colher de prata e um relógio de ouro.[41] Um ano depois da emancipação dos escravos negros, a deportação era a pena para a atividade sindical. É difícil resistir à conclusão de que havia certa ligação entre a lei e as necessidades de trabalhadores das plantações, e é de admirar que tão pouca gente tenha terminado nas colônias ultramarinas.

Benjamin Franklin opôs-se a esse "despejamento no Novo Mundo dos proscritos do Velho", considerando-o como o insulto mais cruel jamais oferecido por uma nação a outra, e perguntou, se a Inglaterra se sentia com direito em mandar seus sentenciados para as colônias, não se sentiriam estas últimas justificadas em mandar para a Inglaterra suas cascavéis em troca?[42] Não está claro por que Franklin se mostrava tão melindrado. Mesmo que os sentenciados fossem criminosos inveterados, o grande aumento de servos sob contrato e emigrantes livres tenderia a tornar inócua a influência dos sentenciados, como quantidades crescentes de água derramadas num copo que contém veneno. Sem os sentenciados, o desenvolvimento inicial das colônias australianas no século XIX teria sido impossível. Apenas alguns colonos, porém, eram tão escrupulosos. A atitude geral foi resumida por um contemporâneo: "O trabalho deles podia ser mais benéfico numa colônia infantil do que seus vícios ser perniciosos."[43] Não havia nada de estranho com respeito a essa atitude. O grande problema num país novo é o do trabalho, e o trabalho dos sentenciados, como Merivale acentuou, equivalia a um presente livre pelo Governo aos colonos, sem sobrecarregar estes últimos com a despesa de importação.[44] O governador da Virgínia, em 1611, estava disposto a acolher sentenciados perdoados da pena de morte como "um meio fácil de suprir-nos de homens e nem sempre com a pior espécie de homens".[45] As Índias Ocidentais estavam preparadas para aceitar todos os indivíduos, sem distinção, até os provenientes de Newgate e Bridewell, pois "nenhum presidiário pode ser tão incorrigível, mas há esperança de sua conformidade aqui, bem como de sua elevação, o que alguns venturosamente têm experimentado".[46]

Os distúrbios políticos e civis na Inglaterra entre 1640 e 1740 aumentaram o suprimento de trabalhadores brancos. Os não-conformistas políticos e religiosos pagaram por sua heterodoxia com a deportação, a maioria para as ilhas açucareiras. Tal foi o destino de muitos dos prisioneiros irlandeses de Cromwell, que foram enviados para as Índias Ocidentais.[47] Essa política era seguida tão à risca que um verbo foi acrescentado à língua inglesa — "to barbadoes" ("deportar para Barbados") uma pessoa.[48] Montserrat tornou-se principalmente uma colônia irlandesa[49] e o sotaque irlandês ainda é freqüentemente ouvido hoje em muitas partes das Índias Ocidentais Britânicas. Os irlandeses, porém, eram trabalhadores pobres. Detestavam os ingleses, estavam sempre prontos a ajudar os inimigos da Inglaterra e, numa revolta nas ilhas de Sotavento em 1689,[50] já podemos ver sinais dessa indignação candente que, de acordo com Lecky, deu a Washington alguns de seus melhores soldados.[51] Os vencidos nas campanhas escocesas de Cromwell foram tratados como os irlandeses antes deles, e os escoceses passaram a ser considerados como "os trabalhadores e soldados em muitos países estrangeiros".[52] A intolerância religiosa mandou mais trabalhadores para as plantações. Em 1661, os quacres, recusando-se a prestar juramento pela terceira vez, tiveram de ser deportados; em 1664, a deportação, para qualquer plantação exceto a Virgínia ou Nova Inglaterra,

ou uma multa de cem libras, foi decretada para a terceira transgressão para pessoas maiores de dezesseis anos reunidas em grupos de cinco ou mais sob o pretexto de religião.[53] Muitos partidários de Mommouth foram enviados a Barbados, com ordem de serem detidos como servos durante dez anos. Os prisioneiros eram cedidos em grupos aos cortesãos favoritos, que obtinham consideráveis lucros do tráfico, de que, afirma-se, até a Rainha partilhava.[54] Recorreu-se a política semelhante após os levantes jacobitas do século XVIII.

O transporte desses trabalhadores brancos mostra à sua luz verdadeira os horrores da travessia do Atlântico não como uma coisa incomum ou desumana, mas como produto da época. Os emigrantes eram comprimidos como sardinhas. De acordo com Mittelberger, cada trabalhador tinha direito a aproximadamente 60 centímetros de largura e 185 centímetros de comprimento na cama.[55] Os barcos eram pequenos, a viagem longa, a comida, na falta de frigorificação, má, a doença inevitável. Uma petição ao Parlamento em 1659 descreve como 72 trabalhadores ficaram trancados abaixo do convés durante toda a viagem de cinco semanas e meia, "entre cavalos, suas almas, devido ao calor e vapor sob o trópico, esmoreceram dentro deles".[56] Inevitavelmente, abusos insinuavam-se no sistema e Fearon ficou chocado com "o quadro horrível do sofrimento humano que esse sepulcro vivo" de um barco de emigrantes em Filadélfia apresentava.[57] Mas as condições mesmo para os passageiros livres não eram muito melhores naqueles tempos, e o comentário de uma senhora da nobreza, descrevendo uma viagem da Escócia para as Índias Ocidentais num navio cheio de servos sob contrato, deve eliminar qualquer idéia de que os horrores do navio de escravos devem ser atribuídos ao fato de que as vítimas eram negros. "É quase impossível acreditar", escreve ela, "que a natureza humana pudesse ser tão depravada, a ponto de tratar criaturas semelhantes a nós de tal maneira por um ganho tão pequeno."[58]

O transporte de trabalhadores e sentenciados criou sólidos interesses na Inglaterra. Quando a Junta Colonial foi criada em 1661, o menos importante de seus deveres não era o controle do tráfico de servos sob contrato. Em 1664, foi nomeada uma comissão, chefiada pelo irmão do

Rei, para examinar e informar sobre a exportação de trabalhadores. Em 1670, uma lei proibindo a deportação de prisioneiros ingleses para o ultramar foi rejeitada; outro projeto contra o furto de crianças deu em nada. Na deportação dos criminosos, uma hierarquia inteira, desde secretários da Corte e juízes solenes até os diretores de prisão e carcereiros, insistia em ter uma parcela nos lucros.[59] Sugeriu-se que foi a humanidade por seus compatriotas e homens de sua própria cor que determinou a preferência do plantador pelo escravo negro.[60] Dessa humanidade não há um só vestígio nos anais da época, pelo menos no que diz respeito às colônias de plantação e produção comercial. Tentativas para registrar os trabalhadores emigrantes e regularizar o processo de deportação — dando assim pleno reconhecimento legal ao sistema — não eram levadas avante. Os principais negociantes e funcionários públicos estavam todos envolvidos na prática. A pena por rapto era a exposição no pelourinho, mas não se toleravam projéteis arremessados pelos espectadores. A oposição que havia provinha do povo. Bastava apontar um dedo para uma mulher nas ruas de Londres e chamá-la de "espírito" para provocar-se uma desordem.

Essa era a situação na Inglaterra quando Jeffreys chegou a Bristol em seu giro pelo Oeste para eliminar os remanescentes da rebelião de Mommouth. Jeffreys passou à posteridade como um "carniceiro", o emissário tirânico de um rei arbitrário, e sua visita de inspeção legal é registrada nos compêndios como "Inquéritos Sangrentos". Tinha um aspecto redentor. Jeffreys declarou que viera a Bristol com uma vassoura para limpar a cidade e sua ira recaía sobre os raptores que infestavam os mais altos cargos municipais. Os negociantes e juízes tinham o hábito de forçar a lei para aumentar o número de criminosos que poderiam ser deportados para as plantações de cana-de-açúcar que possuíam nas Índias Ocidentais. Aterrorizavam os pequenos transgressores com a perspectiva de enforcamento e depois os induziam a solicitar deportação. Jeffreys investiu contra um prefeito, com toda a sua vestimenta escarlate e peliças, que estava prestes a sentenciar um punguista à deportação para a Jamaica, e forçou-o, para grande espanto dos dignos cidadãos de Bristol, a entrar no recinto reservado aos réus, como um criminoso

comum, para declarar-se culpado ou inocente e intimidou-o com linguagem característica: "Sim, Sr. Prefeito, é ao senhor que me refiro, raptor, e um velho juiz de paz no tribunal... Não o conheço, um bom patife: vai à taverna e, por um quartilho de vinho, obriga as pessoas a se tornarem trabalhadores, a serem enviadas às Índias. Um patife de um raptor! Farei arrancar-lhe as orelhas antes de ir embora da cidade... Raptor, o senhor, é o que digo... Não fosse pelo respeito à espada que está sobre a sua cabeça, eu o mandaria para Newgate, seu patife de raptor. Você é pior do que o punguista que está ali... Diz-se que o negócio de rapto tem muita procura. Pode-se soltar um criminoso ou traidor, contanto que vá para a plantação do Sr. Vereador nas Índias Ocidentais." O prefeito foi multado em mil libras, mas, com exceção da perda de dignidade e do medo que sentiram intimamente, os negociantes nada perderam — seus ganhos permaneceram inviolados.[61]

De acordo com uma explicação, os insultos de Jeffreys foram resultado de embriaguez ou insânia.[62] Não é improvável que tivessem ligação com uma reviravolta completa do pensamento mercantilista sobre a questão da emigração, em conseqüência do desenvolvimento interno da própria Inglaterra. Em fins do século XVII, a ênfase tinha mudado da acumulação dos metais preciosos como a meta da política econômica nacional para o desenvolvimento da indústria dentro do país, o fomento de empregos e o incentivo das exportações. Os mercantilistas argumentavam que a melhor maneira de reduzir os custos, e desse modo competir com os outros países, era pagar salários baixos, que uma grande população tendia a assegurar. O medo da superpopulação no começo do século XVII deu lugar ao medo da subpopulação em meados do mesmo século. A condição essencial da colonização — emigração da metrópole — agora contrariava o princípio de que o interesse nacional exigia uma grande população no próprio país. *Sir* Josiah Child negou que a emigração para a América enfraquecera a Inglaterra, mas foi obrigado a admitir que, nesse modo de ver, ele era uma minoria de possivelmente um em mil, enquanto endossava a opinião geral de que "o que quer que tenda ao despovoamento de um reino tende ao seu empobrecimento".[63] O humanitarismo raro de Jeffreys parece menos estranho e pode ser atribuído antes a considerações econômicas do que alcoólicas. Seus patronos, a Família Real, já tinham dado seu patrocínio à Real Companhia Africana e ao tráfico de escravos negros. Para a população excedente necessária para povoar as colônias do Novo Mundo, os ingleses haviam recorrido à África e, em 1680, eles já tinham provas categóricas, em Barbados, de que o africano satisfazia melhor as necessidades de produção do que o europeu.

A situação desses trabalhadores tornou-se gradativamente pior nas colônias de plantação. A servidão, inicialmente uma relação pessoal livre baseada no contrato voluntário por um período definido de serviço, em vez da deportação e sustento, tendia a tornar-se uma relação de propriedade que declarava o controle de extensão variada sobre os corpos e liberdade da pessoa durante o serviço como se ela fosse uma coisa.[64] Eddis, escrevendo na véspera da Revolução, encontrou os servos gemendo "sob uma escravidão pior do que a egípcia".[65] Em Maryland, a servidão transformou-se numa instituição que se aproximava, em certos aspectos, da verdadeira escravidão.[66] Da Pensilvânia já se disse que "não importa quão bondosamente possam ter sido tratados em determinados casos, ou quão voluntariamente possam ter entrado em relação, como classe e uma vez assumido o compromisso, os servos sobre contrato eram temporariamente escravos".[67] Nas plantações de cana de Barbados, os servos passavam o tempo "trabalhando nas moendas e cuidando dos fornos, ou cavando nessa ilha abrasadora; não tendo nada para comer (apesar de seu trabalho árduo) a não ser raízes de batatas, nem para beber, a não ser a água em que se lavavam tais raízes, além do pão e das lágrimas de suas próprias aflições; sendo ainda comprados e vendidos de um plantador a outro, ou agregados como cavalos e reses pelas dívidas de seus amos, sendo açoitados no pelourinho (como criminosos) para prazer de seus amos, e dormindo em chiqueiros piores do que os porcos na Inglaterra..."[68] Como conclui o Professor Harlow, o peso da prova mostra incontestavelmente que as condições sob as quais a mão-de-obra branca era conseguida e utilizada em Barbados eram "persistentemente severas, ocasionalmente desonrosas e geralmente uma desgraça para o nome inglês".[69]

As autoridades inglesas, porém, tinham a opinião de que a servidão não era muito ruim e de que o trabalhador na Jamaica estava em melhor situação do que o lavrador na Inglaterra. "É um lugar tão agradável para se comerciar como qualquer parte do mundo. Não é tão odioso como se apresenta."[70] Mas havia certa sensibilidade sobre a questão. Os Senhores do Comércio e Plantações, em 1676, opuseram-se ao uso da palavra "servidão", como um sinal de servidão e escravidão, e sugeriram "serviço" em seu lugar.[71] A instituição não foi afetada pela mudança. Manifestara-se a esperança de que os servos brancos seriam poupados das chicotadas tão liberalmente aplicadas nos seus camaradas negros.[72] Não tiveram tão boa sorte. Desde que tinham obrigação de servir por um período limitado, o plantador tinha menos interesse em seu bem-estar do que nos dos negros que eram trabalhadores vitalícios e, portanto, "os pertences mais úteis" de uma plantação.[73] Eddis encontrou os negros "quase em todos os casos, em circunstâncias mais confortáveis do que o miserável europeu, sobre quem o plantador rígido exerce uma severidade inflexível".[74] Os servos eram considerados pelos plantadores como "refugo branco" e eram classificados, juntamente com os negros, como trabalhadores. "Nenhuma dessas colônias jamais conseguiu ou jamais conseguirá qualquer melhoramento considerável sem um suprimento de serviçais brancos e negros", declarou o Conselho de Montserrat em 1680.[75] Numa sociedade européia em que a subordinação era considerada essencial, em que Burke podia falar das classes trabalhadoras como "carneiros miseráveis" e Voltaire como *canaille*, e Linguet condenava o trabalhador ao uso apenas de sua força física, pois "tudo estaria perdido assim que ele soubesse que tinha cabeça"[76] — em tal sociedade é desnecessário procurar desculpa para a condição do trabalhador branco nas colônias.

Defoe afirmou grosseiramente que o trabalhador branco era um escravo.[77] Não era. A perda de liberdade do servo era de duração limitada, o negro era escravo a vida inteira. A condição do servo não podia passar para seus descendentes, os filhos do negro tomavam a condição da mãe. O amo em tempo algum tinha controle absoluto sobre a pessoa e a liberdade de seu servo como tinha sobre seu escravo. O servo tinha direitos, limitados, mas reco-

nhecidos pela lei e inseridos no contrato. Gozava, por exemplo, de um direito limitado à propriedade. Na lei efetiva, a concepção do servo como uma propriedade nunca ultrapassava a da condição pessoal e nunca atingia o estado de um bem móvel ou imóvel. As leis das colônias mantinham essa distinção rigorosa e puniam a co-habitação entre as raças com penas severas. O trabalhador podia aspirar, no fim de seu período, a um pedaço de terra, embora, como Wertenbaker assinala com respeito à Virgínia, não fosse um direito legal,[78] e as condições variassem de colônia para colônia. O servo europeu podia, portanto, esperar por uma liberdade antecipada na América. Os trabalhadores livres tornavam-se pequenos proprietários rurais, estabelecidos no interior do país, uma força democrática numa sociedade de donos de grandes plantações aristocráticas, e eram os pioneiros da expansão para o oeste. Essa era a razão por que Jefferson na América, como Saco em Cuba, favorecia a introdução de trabalhadores europeus em lugar de escravos africanos — como que tendendo para a democracia e não para a aristocracia.[79]

A instituição da servidão branca, porém, teve sérias desvantagens. Postlethwayt, um rígido mercantilista, argumentou que os trabalhadores brancos das colônias tenderiam a criar rivalidade com a mãe-pátria na atividade manufatureira. Era melhor ter escravos negros nas plantações do que trabalhadores brancos na indústria, o que estimularia aspirações de independência.[80] O suprimento, além disso, estava tornando-se cada vez mais difícil e a necessidade das plantações sobrepujava as convicções inglesas. Além do mais, os negociantes estavam envolvidos em muitos processos amolantes e dispendiosos, originados de pessoas que manifestavam vontade de emigrar, aceitavam comida e roupa adiantadamente e depois moviam ação por detenção ilegal.[81] Servos sob contrato não vinham em quantidades suficientes para substituir os que tinham terminado seu tempo de serviço. Nas plantações, o livramento era fácil para o servo branco; menos fácil para o negro que, se libertado, tendia, em sua própria defesa, a permanecer em sua localidade onde era bem conhecido e havia menos probabilidade de ser preso como vagabundo ou escravo fugido. O trabalhador branco esperava terra no fim de seu contrato; o negro, num ambiente estranho,

facilmente notado por sua cor e feições, e ignorando a linguagem e as maneiras do homem branco, podia ser mantido permanentemente divorciado da terra. Diferenças raciais tornavam mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, impor a obediência mecânica de um boi de arado ou de um cavalo de carroça, exigir aquela resignação e aquela completa submissão moral e intelectual que tornavam possível o trabalho escravo. Finalmente, e esse era o fator decisivo, o escravo negro era mais barato. O dinheiro que custeava os serviços de um homem branco por dez anos poderia comprar um negro para a vida toda.[82] Como o governador de Barbados afirmou, os plantadores barbadianos constataram por experiência que "três negros trabalhavam melhor e mais barato do que um branco".[83]

Mas a experiência com a servidão branca era inestimável. O rapto na África não encontrava tantas dificuldades como acontecia na Inglaterra. Os comandantes e os navios tinham a experiência de um tráfico para guiá-los no outro. Bristol, o centro do tráfico de trabalhadores, tornou-se um dos centros do tráfico de escravos. O capital acumulado de um financiava o outro. A servidão branca foi a base histórica em que se ergueu a escravidão negra. Os feitores de criminosos nas plantações tornaram-se sem esforço feitores de escravos. "Em números significantes", escreve o Professor Phillips, "os africanos foram retardatários adaptados a um sistema já desenvolvido".[84]

Aí, então, é que está a origem da escravidão negra. A razão foi econômica, não racial; não teve relação com a cor do trabalhador, mas com o baixo preço do trabalho. Em comparação com a mão-de-obra indígena ou branca, a escravidão negra era eminentemente superior. "Em cada caso", escreve Bassett referindo-se à Carolina do Norte, "era a sobrevivência do mais apto. Tanto a escravidão dos índios quanto a servidão dos brancos tinham que declinar ante a resistência superior, a docilidade e a capacidade de trabalho do negro".[85] As feições do homem, seu cabelo, cor e dentadura, suas características subumanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico: as colônias precisavam de mão-de-obra e recorriam à mão-de-obra negra porque era mais barata e melhor. Isso não era uma

teoria, mas uma conclusão prática deduzida da experiência pessoal do plantador. Ele teria ido à Lua, se necessário, em busca de mão-de-obra. A África era mais perto do que a Lua, mais perto também do que os países mais populosos da Índia e China. Mas a vez destes chegaria.

Essa servidão branca é de importância capital para a compreensão do desenvolvimento do Novo Mundo e do lugar do negro nesse desenvolvimento. Desmente completamente o velho mito de que os brancos não podiam suportar o rigor do trabalho manual no clima do Novo Mundo e que, por essa razão e somente por essa razão, as potências européias tinham recorrido aos africanos. O argumento é totalmente insustentável. Um dito do Mississippi afirma que "só os negros e os jumentos podem enfrentar o sol em julho". Mas os brancos enfrentavam o sol há bem mais de cem anos em Barbados, e os salzburgueses da Geórgia negaram com indignação que a cultura do arroz lhes fosse prejudicial.[86] As Antilhas estão bem dentro da zona tropical, mas seu clima é mais brando do que o tropical, a temperatura raramente ultrapassa 27ºC, embora permaneça uniforme o ano inteiro, estando elas expostas aos ventos fracos vindos do mar. A umidade insuportável de um dia de agosto em algumas partes dos Estados Unidos não tem equivalente naquelas ilhas. Além disso, somente a extremidade meridional da Flórida nos Estados Unidos é realmente tropical, contudo a mão-de--obra negra floresceu na Virgínia e Carolina. As partes meridionais dos Estados Unidos não são mais quentes do que o sul da Itália ou Espanha, e Tocqueville perguntou por que os europeus não podiam trabalhar lá como também naqueles dois países?[87] Quando Whitney inventou seu descaroçador de algodão, esperava-se confiantemente que o algodão seria produzido pelo trabalho livre nas pequenas fazendas e, de fato, assim aconteceu.[88] De onde o agricultor branco era expulso, o inimigo não era o clima, mas a plantação de escravos, e o agricultor branco marchava para o oeste até que a plantação em expansão o fazia reencetar suas andanças. Escrevendo em 1857, Weston assinalou que o trabalho nos campos do extremo sul e todo o trabalho pesado externo em Nova Orleãs eram executados por brancos, sem quaisquer más conseqüências. "Nenhuma parte dos limites continentais do golfo do

México", escreveu ele, "e nenhuma das ilhas que o separam do oceano precisam entregar-se ao barbarismo da escravidão negra."[89] Em nosso próprio tempo, nós, que assistimos ao esbulhamento dos negros pelos meeiros brancos no Sul e a migração em massa dos negros do Sul para os climas mais frios de Detroit, Nova Iorque, Pittsburgh e outros centros industriais do Norte, não podemos mais aceitar a racionalização conveniente de que a mão-de-obra negra era utilizada nas plantações de escravos porque o clima era extremamente rigoroso para a constituição do homem branco.

Uma emigração constante e sistemática de brancos pobres da Espanha para Cuba, até o fim do domínio espanhol, caracterizou a política colonial espanhola. Fernando Ortíz traçou um contraste notável entre o papel do fumo e o da cana-de-açúcar na história cubana. O fumo era uma indústria branca livre, intensamente cultivada em pequenas fazendas; a cana era uma indústria de escravos negros, extensivamente cultivada em grandes plantações. Ele também comparou a indústria livre de fumo cubana com sua réplica escrava da Virgínia.[90] O que determinava a diferença não era o clima, mas a estrutura econômica das duas regiões. Os brancos não teriam suportado o calor tropical de Cuba para sucumbir ao de Barbados. Em Porto Rico, o *jíbaro*, o camponês branco pobre, ainda é o tipo básico, demonstrando, no dizer de Grenfell Price, quão errônea é a crença de que após três gerações o homem branco não pode criar-se nos trópicos.[91] Comunidades brancas semelhantes sobreviveram nas Antilhas, desde as primeiras colonizações até os nossos próprios tempos, nas ilhas de Sabá e São Martinho, das Índias Ocidentais Holandesas. Há uns sessenta anos, colonos franceses vivem em São Tomás não somente como pescadores, mas também como agricultores, formando hoje a "mais importante classe camponesa" da ilha.[92] Como conclui o Dr. Price: "Parece que os brancos do Norte podem reter um bom padrão durante gerações nos trópicos de ventos alísios se o local estiver livre das piores formas de doenças tropicais, se o rendimento econômico for adequado e se a comunidade estiver preparada para incumbir-se de trabalho físico pesado."[93] Há mais de cem anos um grupo de emigrantes alemães estabeleceu-se em Seaford, Jamaica.

Essa gente sobrevive hoje, sem sinais visíveis de deterioração, contradizendo inteiramente a crença popular quanto à possibilidade de sobrevivência do branco do Norte nos trópicos.[94] Em suma, onde quer que a agricultura tropical permaneceu organizada sob a forma de pequena exploração, os brancos não somente sobreviveram, mas também prosperaram. Onde os brancos desapareceram, a causa não foi o clima, mas a substituição da pequena pela grande plantação, com a conseqüente exigência de um grande e sistemático suprimento de mão-de-obra.

A teoria da plantação baseada no clima, portanto, nada mais é do que uma racionalização. Num excelente ensaio sobre o assunto, o Professor Edgar Thompson escreve: "A plantação não deve ser justificada pelo clima. É uma instituição política." Podemos acrescentar: é uma instituição econômica. A teoria climática "faz parte de uma ideologia que racionaliza e naturaliza uma ordem social e econômica existente, e isso em toda parte parece ser uma ordem em que há um problema racial".[95]

A história da Austrália encerra a discussão. Quase metade desse continente-ilha situa-se dentro da zona tropical. Em parte dessa área tropical, o Estado de Queensland, a principal cultura é a cana-de-açúcar. Quando a indústria começou a desenvolver-se, a Austrália tinha uma escolha entre duas opções: mão-de-obra negra ou mão-de-obra branca. O Commonwealth começou o cultivo de cana da maneira habitual — com mão-de-obra negra importada das ilhas do Pacífico. Exigências crescentes, porém, foram feitas para uma política branca australiana, e no século XX proibiu-se a imigração não-branca. É descabido considerar aqui que, em conseqüência, o custo da produção açucareira da Austrália é proibitivo, que a indústria é artificial e sobrevive apenas por trás da muralha chinesa da autarquia australiana. A Austrália está disposta a pagar um preço elevado a fim de permanecer um país de homens brancos. Nosso único interesse aqui com a questão é que esse preço foi pago pelo próprio consumidor australiano, nada tendo a ver com a degeneração física do trabalhador australiano.

A mão-de-obra na indústria açucareira de Queensland hoje é inteiramente branca. "Queensland", escreve H. L. Wilkinson, "oferece o único exemplo no mundo de

colonização européia nos trópicos em escala extensiva. Faz mais ainda, mostra uma população européia executando a totalidade do trabalho de sua civilização desde o serviço mais humilde, e o trabalho manual mais esmerado, até a forma mais elevada de intelectualismo."[96] A ciência desmentiu de tal maneira a superstição que os cientistas australianos hoje argumentam que a única condição em que os homens e mulheres brancos podem permanecer sadios nos trópicos é realizando trabalho manual duro. Onde fizeram isso, como em Queensland, "o exame científico mais rigoroso", de acordo com o Congresso Médico Australiano, em 1920, "deixou de mostrar qualquer alteração orgânica nos residentes brancos que os capacitasse a ser distinguidos dos residentes de climas temperados".[97]

A escravidão negra, portanto, nada teve a ver com o clima. Sua origem pode ser expressa em três palavras: nas Antilhas, Açúcar, no continente, Fumo e Algodão. Uma modificação na estrutura econômica produziu uma modificação correspondente no suprimento de mão-de-obra. O fato fundamental foi "a criação de uma organização social e econômica inferior de exploradores e explorados".[98] Açúcar, fumo e algodão requeriam a grande plantação e hordas de trabalhadores baratos, e a pequena plantação do trabalhador branco ex-engajado possivelmente não conseguia sobreviver. O tabaco da pequena fazenda em Barbados foi substituído pela cana-de-açúcar da grande plantação. O crescimento da indústria açucareira nas Antilhas foi o sinal de um gigantesco esbulhamento do pequeno fazendeiro. Barbados, em 1645, tinha 11.200 pequenos fazendeiros brancos e 5.680 escravos negros; em 1667, havia 745 proprietários de grandes plantações e 82.023 escravos. Em 1645, a ilha tinha 18.300 brancos aptos para pegar em armas; em 1667, havia apenas 8.300.[99] Os agricultores brancos foram diminuindo. Os plantadores continuavam a oferecer incentivos aos recém-chegados, mas não podiam mais oferecer o incentivo principal: terra. Os trabalhadores brancos preferiam as outras ilhas, onde podiam esperar conseguir um pedaço de terra, a Barbados, onde tinham certeza de que não havia nenhuma.[100] Em desespero, os plantadores propuseram legislação que impedia o proprietário de adquirir mais terras, obrigava os negros

e servos a usarem panos de algodão fabricados em Barbados (que diriam os mercantilistas ingleses?), para proporcionar emprego aos brancos pobres e impedir que os negros aprendessem a negociar.[101] O governador de Barbados, em 1695, traçou um quadro doloroso desses ex-servos. Sem carne fresca ou rum, "eles são dominados tiranicamente e usados como cachorros, e isso com o tempo indubitavelmente afugentará toda a comunidade de gente branca". Sua única sugestão foi dar o direito de eleger membros para a Assembléia a todo homem branco possuidor de dois acres de terra. Os candidatos à eleição procuravam "às vezes dar às pobres criaturas miseráveis um pouco de rum, mantimentos frescos e outras coisas que lhes pudessem servir de alimento", a fim de angariar-lhes os votos — e eleições eram realizadas todo ano.[102] Não é de surpreender que o êxodo continuasse.

Os brancos pobres começaram suas viagens, dirigindo-se para todas as Antilhas, de Barbados para Nevis, para Antígua, e daí para a Guiana e Trinidad, e finalmente para a Carolina. Em toda parte foram perseguidos e esbulhados pela mesma força econômica inexorável, o açúcar; e na Carolina estiveram a salvo do algodão apenas por uns cem anos. Entre 1672 e 1708, os homens brancos em Nevis diminuíram em mais de três quintos; a população negra mais do que duplicou. Entre 1672 e 1727, os homens brancos de Montserrat declinaram em mais de dois terços, no mesmo período a população negra aumentou em mais de onze vezes.[103] "Quanto mais compram", diziam os barbadianos referindo-se a seus escravos, "tanto mais são capazes de comprar, pois dentro de um ano e meio ganharão, com a graça de Deus, tanto quanto custaram."[104] O Rei Açúcar começou suas depredações, transformando as comunidades florescentes dos pequenos fazendeiros em vastas explorações de açúcar, de propriedade de um grupo de magnatas capitalistas absenteístas e operadas por um bando de proletários alienígenas. A economia das plantações não tinha lugar para os brancos pobres; o proprietário ou superintendente, um médico nas plantações mais prósperas, possivelmente suas famílias, isso era o suficiente. "Se um Estado", escreveu Weston, "pudesse supostamente ser constituído de plantações contínuas, a raça branca não somente passaria fome, mas literalmente se compri-

miria."[105] Os plantadores residentes, apreensivos com a crescente desproporção entre brancos e negros, aprovaram Leis de Deficiência para obrigar os absenteístas, sob pena de multas, a ter trabalhadores brancos. Os absenteístas preferiram pagar as multas. Nas Índias Ocidentais hoje os brancos pobres sobrevivem nos chamados "Pernas Vermelhas"* de Barbados, pálidos, fracos e degenerados pelo casamento consangüíneo, rum forte, comida insuficiente e abstinência de trabalho manual. Pois, como Merivale escreveu, "num país em que a escravidão negra predomina extensivamente, nenhum branco é esforçado no trabalho".[106]

Foi um triunfo, não das condições geográficas, como afirma Harlow,[107] mas das condições econômicas. As vítimas foram os negros da África e os pequenos fazendeiros brancos. O aumento da riqueza para um pequeno número de branco foi tão fenomenal como o aumento da miséria para um grande número de negros. A produção agrícola de Barbados em 1650, durante um período de vinte meses, representou um valor de mais de três milhões de libras,[108] cerca de quinze milhões em moeda atual. Em 1666, calculava-se que Barbados era dezessete vezes mais rica do que fora antes do plantio da cana-de-açúcar. "As construções em 1643 eram ordinárias, com coisas apenas de necessidade, mas em 1666 a prataria, jóias e a mobília eram estimadas em 500.000 libras, suas construções eram elegantes e bonitas e suas casas pareciam castelos, seus engenhos e as cabanas dos negros mostravam-se do mar como muitas cidades pequenas, cada uma defendida por seu castelo."[109] O preço da terra subiu vertiginosamente. Uma plantação de quinhentos acres que era vendida por 400 libras em 1640 alcançava 7.000 libras por meia participação em 1648.[110] A propriedade de um tal Capitão Waterman, compreendendo oitocentos acres, foi certa vez dividida entre nada menos de quarenta possuidores.[111] Pois o açúcar era e é essencialmente um empreendimento capitalista, abrangendo não somente as operações agrícolas, mas também as fases de refinação. Um relatório

* *Redlegs* ("pernas vermelhas") ou *Redshanks* ("canelas vermelhas"), descendentes de um clã celta da Alta Escócia e da Irlanda. (N. do T.)

sobre as ilhas açucareiras francesas informava que para fazer dez barris de açúcar havia necessidade de uma despesa tão grande em animais de carga, moendas e utensílios como para fazer cem.[112] James Knight, da Jamaica, calculou que se precisava de quatrocentos acres para começar uma plantação de cana-de-açúcar.[113] De acordo com Edward Long, outro plantador e historiador da ilha, precisava-se de 5.000 libras para iniciar uma pequena plantação de trezentos acres, produzindo de trinta a cinqüenta barris de açúcar por ano, 14.000 libras para uma plantação do mesmo tamanho produzindo cem barris.[114] Só podia haver duas classes em tal sociedade: plantadores ricos e escravos oprimidos.

A moral é reforçada por uma consideração em torno da história da Virgínia, onde a economia das plantações se baseava não no açúcar, mas no fumo. As pesquisas do Professor Wertenbaker desmentiram a lenda de que a Virgínia desde o começo foi um domínio aristocrata. No início do século XVII, cerca de dois terços dos proprietários de terras não tinham escravos nem servos sob contrato. A força da colônia residia em seus inúmeros pequenos proprietários brancos. As condições pioraram quando o mercado de fumo foi abarrotado pela concorrência espanhola e os virginianos exigiram, irados, que se fizesse algo com respeito "a essas pequenas plantações inglesas nas ilhas selvagens das Índias Ocidentais", por meio das quais grandes quantidades de fumo espanhol chegavam à Inglaterra.[115] Não obstante, embora os preços continuassem a cair, as exportações de Virgínia e Maryland cresceram mais de seis vezes entre 1663 e 1699. A explicação reside em duas palavras — escravidão negra, que barateava o custo da produção. Os escravos negros, um vigésimo da população em 1670, eram um quarto em 1730. "A escravidão, de sua condição de fator insignificante na vida econômica da colônia, tornou-se a base sobre a qual ela se estabeleceu." Havia ainda lugar na Virgínia, como não havia em Barbados, para o pequeno fazendeiro, mas a terra era-lhe inútil se ele não podia competir com o trabalho escravo. Assim o camponês virginiano, como o barbadiano, foi oprimido. "A Virgínia, que outrora fora tão abundantemente a terra do pequeno fazendeiro, tornara-se a terra de Senhores e Escravos. Para nada mais havia lugar."[116]

Toda a história futura das Antilhas nada mais é do que uma explicação minuciosa desse fenômeno. Aconteceu mais cedo nas ilhas inglesas e francesas do que nas espanholas, onde o processo foi retardado até o advento da diplomacia do dólar de nosso próprio tempo. Sob o capital americano, assistimos à transformação de Cuba, Porto Rico e República Dominicana em enormes explorações açucareiras (embora a grande plantação, especialmente em Cuba, não fosse conhecida sob o regime espanhol) de propriedade estrangeira e operada por mão-de-obra alienígena, à moda das Índias Ocidentais Britânicas. Que esse processo ocorra com mão-de-obra livre e em regiões nominalmente independentes (com exceção de Porto Rico) nos ajuda a ver em seu verdadeiro contexto a primeira importação de escravos negros para as Antilhas inglesas — uma fase na história da plantação. Nas palavras do Professor Phillips, o sistema de plantações "dependia menos da escravidão do que a escravidão dependia dele. . . O sistema de plantações formava, por assim dizer, a estrutura industrial e social do Governo. . ., enquanto a escravidão era um código de leis escritas promulgadas para esse fim."[117]

Onde a plantação não se desenvolvia, como na indústria do fumo de Cuba, a mão-de-obra negra era rara e a mão-de-obra branca predominava. O setor liberal da população cubana preconizava sistematicamente a cessação do tráfico de escravos negros e a introdução de imigrantes brancos. Saco, porta-voz dos liberais, clamava pela imigração de trabalhadores "brancos e livres, de todas as partes do mundo, de todas as raças, contanto que tenham cara branca e possam fazer trabalho honesto".[118] O açúcar derrotou Saco. Foi a plantação de cana-de-açúcar, com sua base escravista, que retardou a imigração branca em Cuba no século XIX, como a havia impedido em Barbados no século XVII e em São Domingos no século XVIII. Não havendo cana-de-açúcar, não havia negros. Em Porto Rico, que só relativamente tarde se desenvolveu como um verdadeiro sistema de plantações, e onde, antes do regime americano, o açúcar jamais dominara a vida e o pensamento da população como fazia em outras partes, os camponeses brancos pobres sobreviveram e os escravos negros jamais ultrapassaram 14% da população.[119] Saco desejava

"embranquecer" a estrutura social cubana.[120] A escravidão negra enegrecera essa estrutura em todas as Antilhas, enquanto o sangue dos escravos negros avermelhara o Atlântico e suas praias de ambos os lados. Ironicamente, um artigo como o açúcar, tão doce e necessário à existência humana, tenha ocasionado tais crimes e derramamento de sangue!

Depois da emancipação, os plantadores britânicos passaram a pensar na imigração branca, mesmo de sentenciados. O governador da Guiana Inglesa escreveu em termos candentes, em 1845, sobre imigrantes portugueses de Madeira.[121] Mas, embora os portugueses viessem em grandes números, como é atestado por sua força até hoje em Trinidad e na Guiana Inglesa, preferiam o negócio a varejo ao trabalho nas plantações. O governador da Jamaica foi um tanto mais cauteloso em sua opinião sobre os imigrantes ingleses e irlandeses. A doença irrompera, os salários eram muito baixos, a experiência podia ser útil apenas em parte, no que diz respeito a fazer um acréscimo imediato à população trabalhadora e, portanto, a importação indiscriminada era desaconselhável.[122] Os imigrantes europeus em St. Christopher lamentavam seu destino pesarosamente e imploravam permissão para regressar à pátria. "Não há a menor relutância de nossa parte em continuar na ilha por um meio de vida honesto, agradando nossos patrões com nosso trabalho dedicado, se o clima concordasse conosco, mas infelizmente não concorda; e estamos muito temerosos de que, se permanecermos nesse clima quente e maléfico (as Índias Ocidentais), a morte será a conseqüência para a maior parte de nós. . ."[123]

Não era o clima que era contra a experiência. A escravidão criara a tradição perniciosa de que o trabalho manual era a insígnia do escravo e a esfera de influência do negro. O primeiro pensamento do escravo negro após a emancipação era abandonar a plantação assim que pudesse, e fixar-se por conta própria onde houvesse terra disponível. Trabalhadores brancos de plantações dificilmente podiam existir numa sociedade lado a lado com os negros. Os brancos prosperariam se as pequenas fazendas fossem incentivadas. Mas a abolição da escravatura não significou a destruição da plantação de cana-de-açúcar. A emancipação do negro e a inadequação do trabalhador branco fizeram o

plantador de cana-de-açúcar voltar à situação do século XVII. Continuava a precisar de mão-de-obra. Então ele passara do índio para o branco e depois para o negro. Agora, privado de seu negro, retornara ao branco e depois ao índio, dessa vez o índio do Oriente, o indiano. A Índia substituiu a África; entre 1833 e 1917, Trinidad importou 145.000 indianos* e a Guiana Inglesa, 238.000. O quadro era o mesmo no que concerne às outras colônias antilhanas. Entre 1854 e 1883, entraram 39.000 indianos em Guadalupe; entre 1853 e 1924, mais de 22.000 trabalhadores das Índias Orientais Holandesas e da Índia Inglesa foram transportados para a Guiana Holandesa.[124] Cuba, diante da escassez de escravos negros, adotou a experiência interessante de utilizar escravos negros lado a lado com cules chineses sob contrato,[125] e após a emancipação recorreu aos milhares do Haiti e das Índias Ocidentais Britânicas. Entre 1913 e 1924, Cuba importou 217.000 trabalhadores do Haiti, Jamaica e Porto Rico.[126] O que Saco escrevera há mais de cem anos ainda acontecia sessenta anos depois da abolição da escravatura em Cuba.

A escravidão negra, portanto, era apenas uma solução, em certas circunstâncias históricas, do problema de mão-de-obra das Antilhas. Açúcar significava mão-de-obra — às vezes essa mão-de-obra era livre, outras vezes era nominalmente livre; às vezes mão-de-obra negra, outras vezes branca, morena ou amarela. A escravidão, de maneira alguma, denotava, em qualquer sentido científico, a inferioridade do negro. Sem ela, o grande desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar das Antilhas, entre 1650 e 1850, teria sido impossível.

* Esta é a palavra correta utilizada nas Antilhas: *indianos*. É completamente errado chamá-los, como se faz em muitos países, de *hindus*. Nem todos os indianos são hindus. Há muitos indianos *muçulmanos* nas Índias Ocidentais.

2

O DESENVOLVIMENTO DO TRÁFICO NEGREIRO

Os escravos negros eram "a força e o nervo desse mundo ocidental".[1] A escravidão negra exigia o tráfico de escravos. Portanto, a preservação e a melhoria do tráfico com a África era "uma questão da mais alta importância para este reino e as plantações a ele pertencentes".[2] E assim continuou a ser, até 1783, um objetivo fundamental da política exterior inglesa.

A primeira expedição inglesa de tráfico de escravos foi a de *Sir* John Hawkins, em 1562. Como tantos outros empreendimentos elisabetanos, foi uma expedição de pirataria, transgredindo a arbitragem papal de 1493 que tornara a África monopólio português. Os escravos conseguidos foram vendidos aos espanhóis nas Índias Ocidentais. O tráfico inglês de escravos manteve-se em caráter irregular e superficial até o estabelecimento das colônias britânicas nas Antilhas e a introdução da indústria açucareira. Quando, em 1660, as conturbações políticas e sociais do período da Guerra Civil chegaram ao fim, a Inglaterra estava pronta para abraçar fervorosamente um ramo do comércio cuja importância para suas colônias produtoras de açúcar e fumo estava começando a ser plenamente reconhecida.

De acordo com a política econômica da monarquia Stuart, o tráfico de escravos foi confiado a uma companhia monopolista, a Companhia dos Empreendedores Reais, que para traficar com a África foi constituída em 1663 para um período de mil anos. O Conde de Clarendon externou o entusiasmo, reinante na época, de que a companhia "seria igualmente um modelo para promover o comércio da Inglaterra com o de qualquer outra companhia,

até com o das Índias Orientais".[3] A previsão otimista não se realizou, principalmente em virtude das perdas e transtornos causados pela guerra com os holandeses, e em 1672 foi criada uma nova companhia, a Real Companhia Africana.

A política de monopólio, porém, continuou inalterada e provocou resistência decidida em dois setores — o dos negociantes nos portos marítimos da Inglaterra, lutando para acabar com o monopólio do capital, e o dos plantadores nas colônias, exigindo tráfico livre de negros tão vociferantemente e com tanta volúpia como cento e cinqüenta anos mais tarde viriam a opor-se ao comércio livre do açúcar. Os teóricos do mercantilismo estavam divididos na questão. Postlethwayt, o mais prolífico dos escritores mercantilistas, queria a companhia, a companhia inteira e nada mais senão a companhia.[4] Joshua Gee acentuava a frugalidade e a boa administração do comerciante privado.[5] Davenant, um dos mais competentes economistas e peritos financeiros de seu tempo, a princípio opôs-se ao monopólio,[6] mais tarde então mudou de opinião, argumentando que outras nações acharam as companhias organizadas necessárias e que a companhia "ficaria em lugar de uma academia, para treinar um número infinito de pessoas no conhecimento regular de todas as matérias relativas aos vários ramos do comércio africano".[7]

A posição contra o monopólio foi sucintamente exposta pelos comerciantes livres — ou entrelopos, como eram então chamados — à Junta de Comércio, em 1711. O monopólio significava que a compra de produtos manufaturados ingleses para venda na costa da África, o controle de navios empregados no tráfico de escravos, a venda de negros às plantações, a importação do produto das plantações — "esse grande círculo de comércio e navegação", do qual a subsistência, direta e indireta, de milhares de pessoas dependia — ficaria sob o controle de uma única companhia.[8] Os plantadores, por sua vez, queixavam-se da qualidade, preços e entregas irregulares, e recusavam-se a pagar suas dívidas à companhia.[9]

Não havia nada de extraordinário nessa oposição ao monopólio do tráfico de escravos. Monopólio era uma palavra ofensiva, que evocava lembranças da tirania política de Carlos I, embora nenhum "livre-cambista" da época tivesse a mínima idéia das visões ainda piores que a palavra evocaria cento e cinqüenta anos mais tarde quando foi associada à tirania econômica do plantador de cana-de-açúcar das Índias Ocidentais. Mas, na última década do século XVII, a corrente econômica fluía decididamente contra o monopólio. Em 1672, o comércio báltico cindiu-se e o monopólio da Companhia Báltica desmoronou. Uma das conseqüências mais importantes da Revolução Gloriosa de 1688 e da expulsão dos Stuart foi o ímpeto que isso deu ao princípio do livre-câmbio. Em 1698, a Real Companhia Africana perdeu seu monopólio e o direito do tráfico livre com escravos foi reconhecido como um direito fundamental e natural dos ingleses. No mesmo ano, os Empreendedores Mercantis de Londres foram privados de seu monopólio do comércio de exportação de tecido, e um ano depois o monopólio da Companhia de Moscóvia era revogado e o comércio com a Rússia tornava-se livre. A liberdade concedida ao tráfico de escravos diferia somente numa particularidade da liberdade concedida em outros negócios — a mercadoria em questão era o homem.

A Real Companhia Africana tornou-se impotente ante a concorrência dos comerciantes livres. Logo foi à falência e passou a depender de subsídio parlamentar. Em 1731, ela deixou o tráfico de escravos e limitou-se ao comércio de marfim e de ouro em pó. Em 1750, uma nova organização foi fundada, chamada a Companhia de Negociantes traficando com a África, com uma diretoria composta de nove membros, três de cada uma das cidades de Londres, Bristol e Liverpool. Dos traficantes de escravos relacionados em 1755, 237 pertenciam a Bristol, 147 a Londres e 89 a Liverpool.[10]

Com a instauração do comércio livre e as exigências crescentes das plantações de cana-de-açúcar, o volume do tráfico inglês de escravos aumentou enormemente. A Real Companhia Africana, entre 1680 e 1686, transportou uma média anual de 5.000 escravos.[11] Nos primeiros nove anos de comércio livre só Bristol remeteu 160.950 negros para as plantações de cana.[12] Em 1760, um total de 146 navios zarpou dos portos britânicos para a África, com uma capa-

cidade de 36.000 escravos;[13] em 1771, o número de navios aumentou para 190 e o número de escravos para 47.000.[14] A importação para a Jamaica de 1700 a 1786 foi de 610.000 e calcula-se que a importação total de escravos para todas as colônias britânicas entre 1680 e 1786 foi superior a dois milhões.[15]

Mas o tráfico de escravos era mais do que um meio para atingir um fim, era também um fim em si mesmo. Os traficantes ingleses de escravos forneciam os trabalhadores necessários não somente para suas próprias plantações, mas também para as de seus rivais. O estímulo assim proporcionado aos estrangeiros era contrário não somente ao bom senso, mas também ao estrito mercantilismo, mas, no que concerne ao tráfico de escravos para as colônias espanholas, havia certa razão para isso. A Espanha dependeu sempre, até o século XIX, de estrangeiros para a obtenção de seus escravos, quer porque aderira à arbitragem papal que a excluía da África, quer porque tinha falta de capital e dos artigos necessários para o tráfico de escravos. O privilégio de fornecer esses escravos às colônias espanholas — o *Asiento* — tornou-se um dos negócios mais cobiçados e mais renhidamente disputados pela diplomacia internacional. Os mercantilistas ingleses defendiam o comércio, legal ou ilegal, com as colônias espanholas, de negros e artigos manufaturados, como de valor incontestável, pelo fato de que os espanhóis pagavam em metais preciosos e assim a provisão de ouro da Inglaterra aumentava. O fornecimento de escravos às colônias francesas não podia pretextar tal justificação. Aí havia claramente um choque de interesses entre o traficante inglês de escravos e o plantador inglês de cana, como o negócio da exportação de maquinaria inglesa de 1825 levou a um choque de interesses entre os armadores e os produtores ingleses.

O plantador de cana estava certo e o traficante de escravos estava errado. Mas na primeira metade do século XVIII isso só era notado pelos muito perspicazes. Postlethwayt condenou o *Asiento* de 1713 como escandaloso e ruinoso, uma troca da substância pela aparência: "dificilmente se podia imaginar uma transação de tão pouco benefício para a nação".[16] Durante os nove meses da ocupação britânica de Cuba na Guerra dos Sete Anos,

10.700 escravos foram introduzidos, mais de um sexto das importações de 1512 a 1763, mais de um terço das importações de 1763 a 1789.[17] Quarenta mil negros foram introduzidos em Guadalupe pelos ingleses, em três anos, durante a mesma guerra.[18] A Comissão do Conselho Privado de 1788 deu especial atenção ao fato de que da exportação anual britânica de escravos da África, dois terços foram cedidos a estrangeiros.[19] Durante todo o século XVIII, os traficantes ingleses de escravos forneceram aos plantadores de cana da França e Espanha meio milhão de negros, justificando suas dúvidas quanto "à sabedoria e diretriz desse ramo do comércio africano". [20] A Grã-Bretanha não era somente o principal país traficante de escravos do mundo; tornara-se também, na expressão de Ramsay, o "honroso transportador de escravos" de seus rivais.[21]

A história dessa expansão do tráfico de escravos é principalmente a história da ascensão de Liverpool. O primeiro navio mercante de escravos de Liverpool, uma embarcação modesta de trinta toneladas, zarpou para a África em 1709. Esse foi o primeiro passo numa direção que, no fim do século, concedeu a Liverpool a distinção de ser o maior porto de tráfico de escravos do Velho Mundo. O progresso a princípio foi lento. A cidade estava mais interessada no negócio de contrabando para as colônias espanholas e no negócio de fumo. Mas, de acordo com um historiador da cidade, ela logo tomou a dianteira com a sua política de reduzir as despesas ao mínimo, o que a capacitou a vender mais barato do que suas rivais inglesas e continentais. Em 1730, Liverpool tinha quinze navios no tráfico de escravos; em 1771, possuía sete vezes mais. A proporção dos navios negreiros para o movimento total do porto era ligeiramente superior de um em cem, em 1709; em 1730, era de um em onze; em 1763, um em quatro; em 1771, um em três.[22] Em 1795, Liverpool detinha cinco oitavos do tráfico inglês de escravos e três sétimos do tráfico total europeu de escravos.[23]

Os "horrores" da travessia do Atlântico foram contados de maneira exagerada. Os abolicionistas ingleses são, em grande parte, responsáveis por isso. Há algo que cheira a ignorância ou hipocrisia, ou às duas coisas, nas invectivas assacadas por esses homens contra o tráfico que na época deles se tornara menos lucrativo e menos vital para

a Inglaterra. Um plantador das Índias Ocidentais certa vez lembrou ao Parlamento que não ficava bem ao representante eleito de um país que embolsara os ganhos do tráfico de escravos estigmatizá-lo como um crime.[24] A época que vira a mortalidade entre os servos sob contrato não via razão para melindres em torno da mortalidade entre os escravos, nem tampouco a exploração dos escravos nas plantações diferia fundamentalmente da exploração do camponês feudal ou do tratamento dispensado aos pobres nas cidades européias.

Motins e suicídios eram obviamente muito mais comuns nos navios negreiros do que em outras embarcações, e o tratamento brutal e restrições maiores aos movimentos dos escravos tendiam sem dúvida para aumentar-lhes a mortalidade. Mas as causas fundamentais dessa alta mortalidade nos navios negreiros, como também nos navios que levavam servos sob contrato e até passageiros livres, devem ser encontradas primeiro nas epidemias, resultado inevitável das longas viagens e da dificuldade de manter comida e água, e segundo na prática de superlotar os navios. O único objetivo dos mercadores de escravos era ter os tombadilhos dos navios "abarrotados de negros".[25] Não é incomum ler acerca de uma embarcação de 90 toneladas transportando 390 escravos ou uma de 100 toneladas transportando 414.[26] As investigações de Clarkson em Bristol revelaram uma chalupa de 25 toneladas destinada a setenta seres humanos e outra de apenas onze toneladas destinada a trinta escravos.[27] O espaço concedido a cada escravo na travessia do Atlântico media 1,67 metro de comprimento por 40 centímetros de largura. Arrumados como "filas de livros em estantes", como disse Clarkson, acorrentados dois a dois, perna direita com perna esquerda, mão direita com mão esquerda, cada escravo tinha menos espaço do que um homem num caixão de defunto. Era como o transporte de gado preto, e onde não havia negros suficientes embarcavam gado.[28] O objetivo do traficante de escravos era o lucro e não o conforto de suas vítimas, e uma modesta medida de 1788, para regular o transporte dos escravos de acordo com a capacidade do navio, suscitou uma grita dos traficantes de escravos. "Se a alteração for levada a efeito", escreveu um deles a seu agente, "prejudicará o tráfico, portanto espero que você saiba como deva fazer".[29]

O diário de um mercador de escravos durante sua residência na África admite que "não encontrei lugar em todas essas diversas terras da Inglaterra, Irlanda, América, Portugal, Antilhas, Cabo Verde, Açores ou em todos os lugares em que estive... onde eu pudesse aumentar minha fortuna tão rapidamente como onde vivo agora". O dinheiro fazia o homem. O pródigo que retornava à pátria de mãos vazias tinha de contentar-se com a designação comum de "o mulato que acaba de chegar da Guiné". Se, porém, retornava com os bolsos abarrotados de ouro, "essa mesma particularidade encobre todas as outras enfermidades, então você tem montes de amigos de todas as espécies acotovelando-se e aguardando suas ordens. Então você é conhecido pelo nome de "o cavalheiro africano" na casa de todo grande homem, e sua palestra é considerada tão extraordinária como a expedição de Cristóvão Colombo à América".[30]

Por volta de 1730, em Bristol, estimava-se que numa viagem afortunada o lucro sobre uma carga de 270 escravos atingia 7.000 ou 8.000 libras, sem incluir os ganhos provenientes do marfim. No mesmo ano, a renda líquida de uma carga "medíocre" que chegou em más condições foi superior a 5.700 libras.[31] Lucros de 100% não eram raros em Liverpool e uma viagem proporcionou um lucro líquido de pelo menos 300%. O *Lively*, abastecido em 1737 com uma carga no valor de 1.307 libras, retornou a Liverpool com produtos coloniais e letras de câmbio totalizando 3.080 libras, além de algodão e açúcar remetidos mais tarde. O *Ann*, outro navio de Liverpool, zarpou em 1751 com um equipamento e uma carga custando 1.604 libras; ao todo a viagem rendeu 3.287 libras líquidas. Uma segunda viagem em 1753 rendeu 8.000 libras por uma carga e equipamento montando a 3.153 libras.[32]

Um escritor do século XVIII calculou que o valor dos 303.737 escravos transportados em navios de Liverpool entre 1783 e 1793 foi superior a quinze milhões de libras esterlinas. Deduzindo as comissões e outras despesas, o custo do equipamento dos navios e manutenção dos escravos, ele concluiu que o lucro anual médio foi superior a 30%.[33] Os economistas modernos tendem a censurar os observado-

res da época por exagero indevido. Mas, mesmo admitindo as estimativas reduzidas do Professor Dumbell, o lucro líquido do *Enterprise,* em 1803, calculado sobre o custo do equipamento e o custo da carga, foi de 38%, enquanto o do *Fortune,* em 1803, para uma carga de pobres escravos, foi superior a 16%. Ainda com base nessas estimativas reduzidas, o lucro do *Lottery,* em 1802, foi de 36 libras por escravos, o do *Enterprise* de 16 libras e o do *Fortune* de cinco.[34] Calculou-se que o tráfico de escravos em geral trouxe só a Liverpool na década de 1780 um lucro líquido de 300.000 libras por ano; e afirmava-se comumente na cidade sobre o muito menos lucrativo tráfico das Índias Ocidentais que se um navio em três chegasse a seu destino não se perdia dinheiro, enquanto se dois chegasse a seu destino se ganhava bastante dinheiro. Em média apenas um navio em cinco extraviava-se.[35]

Tais lucros parecem pequenos e insignificantes, em comparação com os fabulosos 5.000% da Companhia das Índias Orientais Holandesas obtidas liquidamente em certas épocas de sua história. É mesmo provável que os lucros decorrentes do tráfico de escravos fossem menores do que os conseguidos pela Companhia das Índias Orientais Britânicas. Contudo, esses negócios eram muito menos importantes do que o tráfico de escravos. A explicação repousa no fato de que, segundo o ponto de vista dos mercantilistas, o comércio com a Índia era um mau negócio. Sugava ouro da Inglaterra para a compra de quinquilharias desnecessárias, o que levava muitos na época a pensar que "seria uma coisa venturosa para a cristandade que a navegação para as Índias Orientais, através do cabo da Boa Esperança, nunca tivesse sido descoberta".[36] O tráfico de escravos, ao contrário, era ideal pelo fato de ser realizado por meio de artigos manufaturados ingleses e de se achar, no que concernia às colônias britânicas, inseparavelmente ligado ao negócio das plantações que tornava a Grã-Bretanha independente dos estrangeiros para seu suprimento de produtos tropicais. Os enormes lucros do comércio holandês, de especiarias, além disso, basearam-se na restrição severa da produção para assegurar preços altos, ao passo que o tráfico de escravos criou a indústria inglesa na metrópole e a agricultura tropical nas colônias.

O "atraente meteoro africano",[37] como um historiador contemporâneo de Liverpool chamou-o, portanto tornou-se imensamente popular. Embora uma grande parte do tráfico de escravos de Liverpool fosse monopolizada por cerca de dez firmas, muitos dos navios pequenos empenhados no negócio eram abastecidos por advogados, negociantes de fazendas, merceeiros, barbeiros e alfaiates. As ações dos empreendimentos eram subdivididas, um tendo um oitavo, outro quinze avos, um terceiro trinta e dois avos de uma ação, e assim por diante. "Quase todo mundo em Liverpool é negociante e aquele que não pode vender um fardo mandará uma caixa de chapéu... quase toda classe de gente está interessada numa carga da Guiné, é para essa febre que (existem) tantos navios pequenos." [38]

A compra de escravos exigia tino comercial e discriminação arguta. Um negro angolano era proverbialmente sem valor; os coromantinos (achantis), da Costa do Ouro, eram bons trabalhadores, mas muito rebeldes; os mandingas (Senegal) eram muito propensos ao roubo; os ibos (Nigéria) eram tímidos e desanimados; os popós ou uídas (Daomé) eram os mais dóceis e mais bem dispostos.[39] Os escravos eram necessários para o trabalho árduo no campo, por conseguinte mulheres e crianças eram menos valiosas do que homens robustos, as primeiras porque estavam sujeitas a interrupções do trabalho devido à gravidez, as segundas porque requeriam alguma atenção até que fossem capazes de cuidar de si mesmas. Um negociante de Liverpool advertia seus agentes quanto à compra de escravos herniados, idiotas ou "portadores de alguma doença congênita".[40] Um poeta das Índias Ocidentais recomendava ao traficante de escravos que se certificasse de que a língua do escravo era vermelha, o peito largo e a barriga não fosse protuberante.[41] Compre-os jovens, aconselhava um feitor de Nevis; "aqueles sujeitos já plenamente desenvolvidos acham duro trabalhar; não tendo sido criados para fazê-lo, levam-no muito a sério e morrem ou nunca servem para coisa alguma..." [42]

Mas o tráfico de escravos era sempre um negócio arriscado. "O Comércio Africano", escreveu-se em 1795, "mantém sempre um encadeamento constante de incerteza, o tempo do trabalho do escravo é precário, a duração da travessia do Atlântico é incerta, um navio pode ser

em parte ou totalmente destruído, as mortalidades podem ser grandes e várias outras ocorrências podem sobrevir, impossíveis de serem previstas".[43] O cultivo da cana, além disso, era uma loteria. As dívidas dos plantadores, suas falências e pedidos de créditos longos proporcionavam aos negociantes muitas preocupações. "Como você sabe", escreveu um deles, "despacho rápido é a alma do negócio, tive muitas horas de apreensão este ano, eu não queria o mesmo novamente pelo dobro do lucro que eu pudesse ter, se tivesse algum".[44] De 1763 a 1778, os negociantes de Londres evitaram qualquer ligação com os traficantes de escravos, na convicção de que o tráfico de escravos estava sendo realizado com prejuízo; entre 1772 e 1778, admitiu-se que os negociantes de Liverpool perderam 700.000 libras.[45] Das trinta casas importantes que dominavam o tráfico de escravos desde 1773, doze tinham ido à falência em 1788, enquanto muitas outras suportaram prejuízos consideráveis.[46] A Revolução Americana interrompeu seriamente o tráfico. "Nosso outrora extensivo tráfico com a África está parado", lamentou um jornal de Liverpool em 1775. Seus "navios garbosos, desarmados e inúteis", os traficantes de escravos de Liverpool recorreram à pirataria,[47] aguardando ansiosamente o retorno da paz, sem nunca lhes passar pela cabeça o pensamento de que estavam assistindo ao estertor de uma velha época e às dores de nascimento de uma nova.

Antes de 1783, porém, todas as classes da sociedade inglesa sustentavam o tráfico negreiro. A monarquia, o Governo, a Igreja, a opinião pública em geral, apoiavam o tráfico de escravos. Havia poucos protestos e esses eram ineficazes.

A monarquia espanhola lançara a moda que a realeza européia seguiu até o último momento. Os palácios-fortaleza de Madri e Toledo foram construídos com o pagamento à Coroa espanhola por licenças para transportar negros. Realizou-se uma reunião dos soberanos da Espanha e Portugal, em 1701, para discutirem o problema aritmético apresentado por um contrato de dez mil "toneladas" de negros concedidos aos portugueses.[48] A rainha espanhola, Cristina, em meados do século XIX, participou abertamente do tráfico de escravos para Cuba. A Família Real Portuguesa, quando se mudou para o Brasil a fim de evitar ser capturada por Napoleão, não achou a atmosfera escravista de seu território colonial repugnante. Luís XIV reconheceu plenamente a importância do tráfico de escravos para a França metropolitana e a França ultramarina. Os planos do Grande Eleitor para o engrandecimento prussiano abrangiam o tráfico de escravos africanos.[49]

A expedição de tráfico de escravos de Hawkins foi lançada sob o patrocínio da Rainha Elisabete. Ela expressou a esperança de que os negros não seriam levados sem o seu livre consentimento, o que "seria detestável e atrairia a vingança do Céu sobre os empreendedores". Mas havia tantas possibilidades de que o transporte dos negros fosse efetuado democraticamente como havia de barganha coletiva. A Companhia de Empreendedores Reais e a Real Companhia Africana tinham, como seus nomes indicam, o patrocínio real e, não infreqüentemente, investimentos por membros da família real.[50] De acordo com Wilberforce, Jorge III mais tarde opôs-se à abolição,[51] e grande foi a alegria dos traficantes de escravos de Liverpool e dos plantadores de cana jamaicanos quando o Duque (real) de Clarence, o futuro Guilherme IV, "tomou posição" contra a abolição[52] e atacou Wilberforce como fanático ou hipócrita.[53]

O Governo britânico, antes de 1783, era uniformemente coerente em seu incentivo ao tráfico de escravos. Os primeiros grandes rivais eram os holandeses, que monopolizavam o tráfico mercante das colônias britânicas. A encarniçada guerra comercial da segunda metade do século XVII entre a Inglaterra e a Holanda representou um esforço por parte da Grã-Bretanha de destruir a rede comercial que os holandeses haviam tecido em torno da Inglaterra e suas colônias. "O que queremos", disse o General Monk com rudeza militar, "é um pouco mais do comércio que os holandeses têm agora".[54] Quer fosse uma paz nominal, quer uma guerra efetiva, uma espécie de guerra particular foi mantida, durante trinta anos, entre a Companhia das Índias Ocidentais Holandesas e a Real Companhia Africana.

A vitória da Inglaterra sobre a Holanda deixou-a frente a frente com a França. A guerra anglo-francesa, colonial e comercial, é o tema dominante na história do século XVIII. Foi um conflito de políticas mercantilistas rivais. A luta foi travada nas Antilhas, na África, Índia, Canadá e nas margens do Mississippi, pelo privilégio de saquear a Índia e pelo controle de certas mercadorias vitais e estratégicas — negros, açúcar e fumo, peixe, peles e suprimentos navais.[55] Dessas regiões as mais importantes eram as Antilhas e a África; dessas mercadorias as mais importantes eram os negros e o açúcar. O resultado mais importante foi o controle do *Asiento*. Esse privilégio foi concedido à Inglaterra pelo Tratado de Utrecht, em 1713, como uma conseqüência de sua vitória na Guerra da Sucessão Espanhola, e produziu regozijos populares no país. Foi um orgulho para Chatham que sua guerra com a França desse à Inglaterra o controle quase integral da costa africana e do tráfico de escravos.

As assembléias coloniais freqüentemente dificultavam a ação dos traficantes, em parte para aumentar a receita, em parte devido ao medo da crescente população de escravos. Todas essas leis eram anuladas pelo Governo metropolitano, por insistência dos negociantes ingleses, que se opunham aos tributos sobre o tráfico inglês. A Junta de Comércio decidiu em 1708 que era "absolutamente necessário que um tráfico tão benéfico ao reino fosse realizado da maneira mais vantajosa. O bom fornecimento às plantações e colônias de um número suficiente de negros a preços razoáveis é em nossa opinião o ponto principal a ser considerado".[56] Em 1773, a Assembléia da Jamaica, com a finalidade de aumentar a receita e reduzir o medo das rebeliões de escravos, impôs uma taxa sobre cada negro importado. Os negociantes de Londres, Liverpool e Bristol protestaram e a Junta de Comércio condenou a lei como injustificável, imprópria e prejudicial ao comércio britânico. O governador foi severamente repreendido por seu fracasso em deter esforços para "restringir e desencorajar um tráfico tão benéfico à nação".[57] Como um parecer aos plantadores de cana, mais tarde argumentava: "em toda variação de nossa administração dos negócios públicos, em toda mudança de partido, a política, com respeito a esse tráfico, tem sido a mesma...

Em todo período de nossa história, em quase toda variação de nossa política, cada lado e discrição dos homens dos partidos tem, deliberadamente, aprovado esse mesmo tráfico, votado seu estímulo e considerado-o como benéfico à nação".[58]

O Parlamento reconheceu a importância da escravidão e do tráfico de escravos para a Grã-Bretanha e suas plantações. Em 1750, Horace Walpole escreveu sarcasticamente a respeito do "Senado Britânico, esse templo de liberdade e baluarte do cristianismo protestante,... ponderando métodos para tornar mais eficaz esse horrendo tráfico de vender negros".[59] O Parlamento ouviu muitos debates em seus salões majestosos sobre a abolição e a emancipação, e seus anais mostram os afoitos defensores que os traficantes e donos de escravos possuíam. Entre eles estava Edmund Burke. O paladino da conciliação da América foi um instrumento da crucificação da África. Em 1772, um projeto de lei foi apresentado à Câmara dos Comuns para proibir o controle da Comissão Africana por estranhos que não estivessem empenhados no tráfico de escravos. Burke protestou, não contra o tráfico de escravos, mas contra a privação do direito de votar daqueles que legalmente haviam adquirido esse direito. Apenas alguns, argumentou ele, eram assim acusados. "Não devíamos antes imitar o exemplo que nos oferece a escritura sagrada, se encontrarmos dez pessoas justas dentre elas, poupar o todo?... Não contrariemos então a sabedoria de nossos ancestrais, que consideraram e reconsideraram esse assunto, nem coloquemos na condição de monopólio o que se destinava a um comércio livre."[60] Bristol podia bem dar-se ao luxo de partilhar da admiração geral do grande liberal.

A Igreja também apoiava o tráfico de escravos. Os espanhóis viram nisso uma oportunidade de converter o pagão, e os jesuítas, dominicanos e franciscanos estavam profundamente metidos no cultivo da cana, que significava posse de escravos. Conta-se a história de um velho presbítero da igreja de Newport que invariavelmente, no domingo seguinte à chegada de um navio negreiro da costa africana, agradecia a Deus porque "outra carga de seres ignorantes tinha sido trazida à terra onde poderiam ter o benefício da dispensação evangélica".[61] Mas, em geral, os

plantadores britânicos se opunham à conversão ao cristianismo de seus escravos. Ela tornava-os mais perversos, intratáveis e, portanto, menos valiosos. Significava também instrução na língua inglesa, o que permitia que diversas tribos se reunissem e tramassem a sedição.[62] Havia outras razões materiais para essa oposição. O governador de Barbados, em 1695, atribuiu-a à recusa dos plantadores de dar folga aos escravos nos domingos e dias de festa,[63] e em época tão posterior, como 1823, a opinião pública britânica ficou chocada com a rejeição, por parte dos plantadores, de uma proposta para dar aos negros um dia na semana, o que permitiria a abolição do mercado negro aos domingos.[64] A Igreja obedientemente seguiu a orientação. A Sociedade para a Propagação do Evangelho proibiu o ensinamento cristão a seus escravos em Barbados[65] e marcou a palavra "Sociedade" em seus novos escravos para distingui-los dos da classe leiga;[66] os escravos originais eram um legado de Christopher Codrington.[67] Sherlock, mais tarde Bispo de Londres, assegurou aos plantadores que "o cristianismo e a adoção do Evangelho não faziam a menor diferença na propriedade civil".[68] Nem tampouco aquilo impunha qualquer entrave à atividade clerical; por seus trabalhos com respeito ao *Asiento,* que ele ajudou a elaborar como plenipotenciário britânico em Utrecht, o Bispo Robinson, de Bristol, foi promovido para a sé de Londres.[69] Os sinos das igrejas de Bristol repicaram alegremente ante a notícia da rejeição pelo Parlamento do projeto de Wilberforce para a abolição do tráfico de escravos.[70] O traficante de escravos John Newton deu graças a Deus nas igrejas de Liverpool pelo êxito de seu último empreendimento, antes de sua conversão, e implorou a bênção de Deus para o empreendimento seguinte. Estabeleceu o culto público duas vezes por dia em seu navio negreiro, ele próprio oficiando, e guardava um dia de jejum e oração, não para os escravos, mas para a tripulação. "Jamais conheci", confessou ele, "horas mais deliciosas ou mais freqüentes de comunhão divina do que nas duas últimas viagens à Guiné".[71] O famoso Cardeal Manning do século XIX era filho de um rico negociante das Índias Ocidentais que comerciava com produtos agrícolas cultivados por escravos.[72] Muitos missionários acharam vantajoso expulsar Belzebu com Belzebu. De acordo com o

mais recente escritor inglês sobre o tráfico de escravos, eles "consideravam que o melhor modo pelo qual se poderia corrigir o mau trato dos escravos negros era estabelecer um bom exemplo para os donos de plantações, mantendo eles próprios escravos e propriedades, realizando dessa maneira prática a salvação dos plantadores e o progresso de suas fundações".[73] Os missionários morávios das ilhas mantinham escravos sem hesitação; os batistas, um historiador escreve com sutileza encantadora, não permitiam que seus missionários mais antigos condenassem a posse de escravos.[74] Até o último momento, o Bispo de Exeter conservou seus 655 escravos, pelos quais recebeu mais de 12.700 libras de indenização em 1833.[75]

Os historiadores eclesiásticos apresentam desculpas tolas, para o fato de ter a consciência despertado muito lentamente para a avaliação dos males infligidos pela escravidão e que a defesa da escravidão pelos clérigos "simplesmente resultou da falta de sutileza da percepção moral".[76] Não há necessidade de apresentar tais desculpas. A atitude do clérigo era a mesma atitude do leigo. O século XVIII, como qualquer outro século, não podia elevar-se acima de seus condicionamentos econômicos. Como Whitefield argumentou, ao preconizar a rejeição daquele artigo da carta da Geórgia que proibia a escravidão, "é evidentemente claro que os países quentes não podem ser cultivados sem os negros".[77]

O não-conformismo quacre não se estendeu ao tráfico de escravos. Em 1756, havia 84 quacres na lista de membros da Companhia traficando com a África, entre eles as famílias Barclay e Baring.[78] O negócio de escravos era um dos investimentos mais lucrativos dos quacres ingleses como também dos americanos, e o nome de um navio negreiro, *The Willing Quaker (O Quacre Voluntário)*, anotado em Boston como em Serra Leoa em 1793,[79] simboliza a aprovação com que o tráfico de escravos era encarado nos círculos quacres. A oposição quacre ao tráfico de escravos veio primeiro e principalmente não da Inglaterra, mas da América, e aí das pequenas comunidades rurais do Norte, independentes do trabalho escravo. "É difícil", escreve o Dr. Gary, "evitar a pressuposição de que a oposição ao sistema escravista a princípio se limitou a um grupo que

não obtinha vantagem direta dele e, conseqüentemente, possuía uma atitude objetiva".[80]

A Marinha estava impressionada com o valor das colônias das Índias Ocidentais e se recusava a arriscar ou comprometer sua segurança. A estação naval das Índias Ocidentais era uma "estação de honra" e muitos almirantes haviam sido recepcionados pelos donos de escravos. Rodney opunha-se à abolição.[81] O Conde St. Vincent alegou que a vida nas plantações era para o negro um verdadeiro paraíso em comparação com a sua existência na África.[82] A abolição era uma "doutrina maldita e abominável, sustentada apenas por hipócritas".[83] Os sentimentos valorosos do almirante não eram inteiramente divorciados de outras considerações materiais. Ele recebeu mais de 6.000 libras de indenização, em 1837, pelos 418 escravos que possuía na Jamaica.[84] A esposa de Nelson era natural das Índias Ocidentais e as opiniões dele sobre o tráfico de escravos eram inequívocas. "Fui educado na boa e velha escola e aprendi a reconhecer o valor de nossas possessões nas Índias Ocidentais, e nem no campo nem no Senado seus justos direitos serão infringidos, enquanto eu tiver um braço para lutar em sua defesa, ou uma língua para lançar minha voz contra a doutrina odiosa de Wilberforce e seus aliados hipócritas." [85]

A escravidão existia ante os próprios olhos dos ingleses do século XVIII. Uma moeda inglesa, o guinéu, rara como era e é, teve sua origem no tráfico com a África.[86] Um ourives de Westminster fazia cadeado para pretos e cachorros.[87] Bustos de negros e elefantes, emblemas do tráfico de escravos, adornavam o edifício da Municipalidade de Liverpool. As insígnias e o equipamento dos traficantes de escravos eram audaciosamente expostos à venda nas lojas e anunciados na imprensa. Escravos eram vendidos abertamente em leilão.[88] Sendo os escravos uma propriedade valiosa, com título reconhecido por lei, o agente do correio era a pessoa incumbida, em certas ocasiões, de recapturar escravos fugidos e anúncios eram publicados no órgão oficial do Governo.[89] Servos negros eram comuns. Meninos pretos serviam e acompanhavam docilmente comandantes de navios negreiros, senhoras da sociedade e mulheres de vida fácil. A heroína de Hogarth, em *A Vida de uma Cortesã*, é servida por um pretinho, e Orabella Burmester, de Marguerite Steen, tipifica a opinião inglesa

do século XVIII em seu desejo de possuir um pretinho de quem pudesse gostar como de seu gatinho dedicado.[90] Negros libertos se encontravam entre os mendigos de Londres e eram conhecidos como membros de St. Giles. Eram tão numerosos que uma comissão parlamentar foi criada em 1786 para socorrer os negros pobres.[91]

"Os escravos não podem respirar na Inglaterra", escreveu o poeta Cowper. Mas era uma licença poética. Sustentava-se em 1677 que "os negros geralmente sendo comprados e vendidos entre os negociantes, e portanto mercadoria, e sendo também infiéis, devia haver uma propriedade com relação a eles". Em 1729, o Procurador-Geral determinou que o batismo não outorgava liberdade nem fazia qualquer alteração na condição temporal do escravo; além disso, o escravo não se tornava livre por ser trazido para a Inglaterra, e uma vez na Inglaterra o dono podia legalmente obrigá-lo a retornar às plantações.[92] Uma autoridade tão eminente como *Sir* William Blackstone afirmava que "com respeito a qualquer direito que o senhor (ou amo) possa ter adquirido legalmente ao serviço vitalício de João ou Tomás, este permanecerá exatamente no mesmo estado de sujeição a vida inteira", na Inglaterra ou em qualquer outro lugar.[93]

Quando, portanto, o zelo assíduo de Granville Sharp levou ao Juiz Mansfield, Presidente do Tribunal, em 1772, o caso do negro James Somersett que estava para ser reembarcado para a Jamaica por seu dono, houve abundantes precedentes para provar a impureza do ar inglês. Mansfield tentou vigorosamente fugir à questão sugerindo a alforria do escravo e contentou-se com a declaração moderada de que o caso não era "permitido ou aprovado pela lei da Inglaterra" e que o negro devia ser libertado. Muito se tem enaltecido esse caso, principalmente de parte das pessoas que procuram constantemente triunfos do humanitarismo. O Professor Coupland argumenta que por trás do julgamento legal se encontra o julgamento moral e que o caso Somersett assinalou o início do fim da escravidão em todo o Império Britânico.[94] Isso é simplesmente sentimentalismo poético, traduzido em história moderna. Benjamin Franklin frisou sarcasticamente "a hipocrisia desse país, que incentiva tão detestável comércio, enquanto se ufana de sua virtude, amor à liberdade e imparcialidade de seus tribunais em libertar um único negro".[95] Dois

anos depois do caso Somersett, o Governo britânico revogou as Leis Jamaicanas que restringiam o tráfico de escravos. Em 1783, uma petição quacre em favor da abolição foi solenemente rejeitada pelo Parlamento.

Em 1783, além disso, o mesmo Mansfield proferiu a decisão no caso do navio *Zong*. Desprovido de água, o comandante atirara 132 escravos ao mar e agora os donos moviam uma ação para receber o seguro, alegando que a perda dos escravos se enquadrava na cláusula da apólice que segurava contra os "perigos do mar". Na opinião de Mansfield, "o caso dos escravos era o mesmo que se cavalos tivessem sido atirados ao mar". Indenizações de trinta libras foram concedidas aos donos por escravo perdido, e a idéia de que o comandante e a tripulação deviam ser processados por homicídio em massa jamais passou pela cabeça de qualquer humanitarista. Em 1785, outro caso de seguro, envolvendo um navio britânico e um motim entre os escravos, foi submetido a Mansfield. Sua decisão de Salomão foi de que todos os escravos que haviam sido mortos no motim ou tinham morrido de ferimentos e contusões deviam ser pagos a seus donos pelos seguradores; os que tinham morrido por pularem ao mar ou por terem engolido água ou por "contrariedade", não deviam ser pagos pelos seguradores sob o fundamento de que não haviam morrido em conseqüência de lesões recebidas no motim; e os seguradores não eram responsáveis por qualquer depreciação que viessem a sofrer os sobreviventes do motim.[96]

A prática do tráfico de escravos não era exercida pela escória da sociedade inglesa. A filha de um traficante de escravos nos garante que seu pai, embora fosse comandante de navio negreiro e corsário, era um homem bom e justo, um bom pai, bom marido e bom amigo.[97] Isso provavelmente era verdade. Os homens mais ativos nesse negócio eram indivíduos dignos, pais de famílias e cidadãos excelentes. O abolicionista Ramsay reconheceu isso com tristeza sincera, mas afirmou que "eles nunca tinham examinado a natureza desse comércio e entraram nele, e se portaram nele como outros haviam feito antes deles, como uma coisa corriqueira, pela qual nenhuma conta seria prestada neste mundo ou no outro".[98] A desculpa é desnecessária. O tráfico de escravos era um ramo de negócio e um ramo muito importante. Uma autoridade no assunto afirmou certa vez que "uma visão real, um minuto inteiramente gasto nos alojamentos dos escravos na travessia do Atlântico faria mais pela causa da humanidade do que a pena de um Robertson, ou toda a eloqüência coletiva do senado britânico".[99] Isso é duvidoso. Como se argumentou mais tarde a respeito do tráfico de escravos cubano ou brasileiro, não adiantava dizer que era uma ocupação profana ou anticristã. Era um negócio lucrativo e isso era o bastante.[100] O tráfico de escravos foi até justificado como uma grande educação. "Pense no efeito, no resultado de uma viagem num navio negreiro num jovem que estava ingressando na adolescência. . . Que educação era tal viagem para o filho do fazendeiro. Que ampliação de experiência para o garoto do campo. Se ele voltasse à fazenda, toda a sua perspectiva da vida se modificaria. Ele saía menino, voltava homem."[101]

Os traficantes de escravos estavam entre os principais humanitaristas de sua época. John Cary, defensor do tráfico de escravos, era notável por sua integridade e humanidade e foi o fundador de uma sociedade conhecida como "Associação do Pobre".[102] O navio negreiro *Southwell* foi assim denominado em homenagem a um parlamentar de Bristol, cujo monumento o descreve como fiel ao rei e à pátria e firme naquilo que achava direito.[103] Bryan Blundell, de Liverpool, um dos comerciantes mais prósperos da cidade, participou tanto do tráfico de escravos quanto dos negócios das Índias Ocidentais, foi por muitos anos curador, tesoureiro, patrono principal e o mais ativo patrocinador de uma escola de caridade, o Blue Coat Hospital, fundada em 1709.[104] Para essa caridade, outro traficante de escravos de Liverpool, Foster Cunliffe, contribuiu grandemente. Foi um pioneiro no tráfico de escravos. Ele e seus dois filhos constam da lista de membros do Comitê de Negociantes de Liverpool, traficando com a África em 1752. Juntos, eles tinham quatro navios capazes de comportar 1.120 escravos, cujos lucros foram suficientes para abastecer quatro navios, na viagem de volta, com açúcar e rum. Uma inscrição dedicada a Foster Cunliffe na Igreja de São Pedro descreve-o assim: "um cristão devoto e exemplar no exercício de todo dever privado e público, amigo da misericórdia, patrono

do sofrimento, inimigo apenas do vício e da preguiça, viveu estimado por todos aqueles que o conheceram... e morreu lamentado pelos judiciosos e bons..." [105] Thomas Leyland, um dos maiores traficantes de escravos do mesmo porto, não teve, como prefeito, misericórdia pelo açambarcador, pelo atravessador, pelo especulador e foi um terror para os malfeitores.[106] Os Heywood foram traficantes de escravos e os primeiros a importar dos Estados Unidos o algodão cultivado por escravos. Arthur Heywood foi tesoureiro da Academia de Manchester onde seus filhos foram educados. Um filho, Benjamin, foi eleito membro da Sociedade Literária e Filosófica de Manchester e admitido no Clube de Bilhar, o clube mais sofisticado que Manchester já possuiu, que só admitia os melhores homens no que concerne a maneiras, posição e cultura. Ser admitido ao círculo encantado dos Quarenta significava reconhecimento impecável como cavalheiro. Posteriormente, Benjamin Heywood organizou a primeira exposição de trabalhos de arte e indústria de Manchester.[107]

Esses traficantes de escravos ocupavam altos cargos na Inglaterra. Os Empreendedores Reais traficando com a África, em 1667, estabeleceu uma lista de seus membros, encabeçada pela realeza, e que incluía dois vereadores, três duques, oito condes, sete lordes, uma condessa e vinte e sete cavaleiros.[108] As assinaturas dos prefeitos de Liverpool e Bristol aparecem numa petição dos traficantes de escravos em 1739.[109] O Comitê de Bristol instituído em 1789 para opor-se à abolição do tráfico de escravos compreendia cinco vereadores, um deles ex-comandante de um navio negreiro.[110] Muitos traficantes de escravos mantinham a mais alta dignidade municipal de Liverpool.[111] Os traficantes de escravos estavam firmemente estabelecidos nas duas casas do Parlamento. Ellis Cunliffe representou Liverpool no Parlamento de 1755 a 1767.[112] A família Tarleton, proeminente no tráfico de escravos, expressava a oposição de Liverpool à abolição no Parlamento.[113] A Câmara dos Lordes, tradicionalmente conservadora, era inveterada em sua oposição instintiva à abolição pela presença de muitos traficantes de escravos elevados à nobreza. Solidarizara-se com a declaração do conde de Westmorland de que muitos deles deviam sua cadeira na Câmara Alta ao tráfico de escravos[114] e de que a abolição era jacobinismo.[115] Não é de admirar que Wilberforce temesse

a Câmara Alta.[116] Não sem confiança a Assembléia da Jamaica afirmou categoricamente, em 1792, que "a segurança das Índias Ocidentais depende não somente de que o tráfico de escravos não seja abolido, mas de uma declaração pronta da Câmara dos Lordes que não permitirá que o tráfico seja abolido".[117]

Alguns protestos foram emitidos por intelectuais e prelados do século XVIII. Defoe, em sua "Reforma de Costumes", condenou o tráfico de escravos. O poeta Thomson, em seu "Verão", traçou um quadro lúgubre do tubarão seguindo na esteira do navio negreiro. Cowper, depois de alguma hesitação, escreveu suas linhas memoráveis em "A Tarefa". Blake escreveu seu lindo poema sobre o "Pretinho". Southey compôs alguns versos pungentes sobre o "Marinheiro que serviu no tráfico de escravos". Mas grande parte dessa literatura do século XVIII, como o Professor Sypher demonstrou numa análise exaustiva,[118] concentrava-se no "negro nobre", o príncipe injustamente tornado cativo, superior, mesmo na servidão, a seus captores. Esse sentimentalismo, típico do século XVIII em geral, muito freqüentemente continha a implicação malévola de que a escravidão do negro ignóbil se justificava. Boswell, por outro lado, declarou enfaticamente que abolir o tráfico de escravos era fechar as portas da misericórdia à humanidade e tachou Wilberforce de um "anão com um grande nome ressoante".[119]

Dois negociantes do século XVIII, Bentley e Roscoe, opuseram-se ao tráfico de escravos antes de 1783; eram mais do que negociantes, eram negociantes de Liverpool. Dois economistas do século XVIII condenaram o caráter dispendioso e a ineficiência do trabalho escravo — Dean Tucker e Adam Smith, o sinal de advertência, o pregoeiro da nova era. As notas discordantes não eram escutadas. O século XVIII endossava o argumento de Temple Luttrell: "Alguns cavalheiros podem, na verdade, objetar ser o tráfico de escravos desumano e impiedoso; consideremos que se nossas colônias devem ser mantidas e cultivadas, o que só pode ser feito pelos negros africanos, é certamente melhor que nos supramos desses trabalhadores por nossa própria conta do que adquiri-los por intermédio de traficantes franceses, holandeses ou dinamarqueses." [120]

Em certa ocasião, um cavalheiro da ilha Maurícia, ansioso para convencer Buxton de que "os negros eram o povo mais feliz do mundo", apelou para a esposa a fim de que ela comprovasse a afirmação dele com as suas próprias impressões dos escravos que vira. "Bem, sim", replicou a boa esposa, "eles eram muito felizes, tenho certeza, só que eu costumava achar muito esquisito ver os cozinheiros negros acorrentados à lareira".[121] Apenas alguns ingleses antes de 1783, como a boa esposa, tinham dúvidas sobre a moralidade do tráfico de escravos. Aqueles que formulavam tais objeções, como dizia Postlethwayt, pesariam pouco para os estadistas que viam os grandes emolumentos nacionais decorrentes do tráfico de escravos. "Temos de ver as coisas como são e raciocinar sobre elas em seu estado atual, e não com base no que poderíamos esperar que elas fossem... Não podemos pensar em renunciar ao tráfico de escravos, apesar de minha boa vontade para que isso pudesse ser feito." Mais tarde, talvez, algum espírito cristão, nobre e benevolente, poderá pensar em modificar o sistema, "o que, da maneira como as coisas estão agora, não será tão facilmente realizado".[122] Antes da Revolução Americana, a opinião pública inglesa em geral aceitava o ponto de vista do traficante de escravos: "Ainda que traficar com criaturas humanas possa à primeira vista parecer bárbaro, desumano e desnatural, os traficantes neste particular têm tanto a alegar em sua própria desculpa quanto se pode dizer sobre alguns outros ramos de negócio, a saber, a *vantagem* dele... Numa palavra, desse negócio provêm benefícios, que superam em muito todas as maldades e inconveniências, quer reais, quer pretensas."[123]

3

O COMÉRCIO BRITÂNICO E O COMÉRCIO TRIANGULAR

A. O comércio triangular

De acordo com Adam Smith, a descoberta da América e a rota do Cabo para a Índia são "os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados na história da humanidade". A importância da descoberta da América repousa não nos metais preciosos que ela forneceu, mas no novo e inesgotável mercado que propiciou às mercadorias européias. Um de seus efeitos principais foi o de "elevar o sistema mercantil a um grau de esplendor e glória que de outro modo nunca teria sido alcançado".[1] O comércio mundial alcançou um crescimento sem precedentes. Os séculos XVII e XVIII foram os séculos do comércio internacional, como o século XIX foi o século da produção. Para a Grã-Bretanha, esse comércio era principalmente o comércio triangular. Em 1718, William Wood disse que o tráfico de escravos era "a fonte e origem de onde os outros negócios fluíam".[2] Alguns anos depois, Postlethwayt descreveu o tráfico de escravos como "o primeiro princípio e fundamento de todos os outros, a mola mestra da máquina que põe toda a roda em movimento".[3]

Nesse comércio triangular, a Inglaterra — da mesma maneira que a França e a América colonial — fornecia as exportações e os navios; a África, a mercadoria humana; as plantações, a matéria-prima colonial. O navio negreiro zarpava da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro, na costa da África, por negros, que eram traficados nas plantações, com outro lucro, em troca de uma carga de produtos

coloniais a ser transportados para a metrópole. À medida que o volume do tráfico aumentava, o comércio triangular era completado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a metrópole e as Índias Ocidentais, trocando-se diretamente artigos de fabricação metropolitana por produtos coloniais.

O comércio triangular proporcionava assim um estímulo triplo à indústria britânica. Os negros eram adquiridos com artigos manufaturados britânicos; transportados para as plantações, produziam açúcar, algodão, anil, melaço e outros produtos tropicais, cujo beneficiamento criava novas indústrias na Inglaterra; enquanto a manutenção dos negros e seus donos nas plantações propiciava outro mercado para a indústria britânica, a agricultura da Nova Inglaterra e a pesca da Terra Nova. Por volta de 1750, quase não havia cidade comercial ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada de alguma forma ao comércio triangular ou colonial direto.[4] Os lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos dessa acumulação de capital na Inglaterra que financiou a Revolução Industrial.

As ilhas das Índias Ocidentais tornaram-se o eixo do Império Britânico, de importância imensa para a grandeza e prosperidade da Inglaterra. Foram os escravos negros que fizeram dessas colônias açucareiras as mais preciosas jamais registradas em todos os anais do imperialismo. Para Postlethwayt, eles eram "o sustentáculo e apoio fundamental" das colônias, "gente valiosa" cujo trabalho fornecia à Inglaterra toda a produção das plantações. O Império Britânico era "uma superestrutura magnificente de comércio americano e poder naval sobre uma fundação africana".[5]

Sir Josiah Child estimou que todo inglês nas Índias Ocidentais, "com os dez negros que trabalham com ele, levando-se em conta o que comem, usam e gastam, garante emprego para quatro homens na Inglaterra".[6] Pelo cálculo de Davenant, uma pessoa nas ilhas, branca ou negra, dava tanto lucro ao Império quanto sete na Inglaterra.[7] Outro autor considerou que toda família das Índias Ocidentais proporcionava emprego a cinco marinheiros e atividade a muitos mais artífices, manufatores e comerciantes, e que toda pessoa branca das ilhas trazia dez libras anualmente de lucro líquido para a Inglaterra, vinte vezes

mais do que uma pessoa semelhante na metrópole.[8] William Wood avaliou que um lucro de sete xelins *per capita* por ano era suficiente para enriquecer um país; cada homem branco das colônias trazia um lucro de mais de sete libras.[9] *Sir* Dalby Thomas foi ainda mais longe — toda pessoa empregada nas plantações de cana-de-açúcar era 130 vezes mais valiosa para a Inglaterra do que uma na metrópole.[10] O Professor Pitman estimou que, em 1775, as plantações das Índias Ocidentais Britânicas representavam um valor de cinqüenta milhões de libras esterlinas,[11] sendo que os próprios plantadores de cana calcularam tal cifra em setenta milhões em 1788.[12] Em 1798, Pitt avaliou a renda anual das plantações das Índias Ocidentais em quatro milhões de libras, em comparação com um milhão do resto do mundo.[13] Como escreveu Adam Smith: "Os lucros de uma plantação de cana-de-açúcar em qualquer uma de nossas colônias das Índias Ocidentais são geralmente muito maiores do que os de qualquer outra cultura conhecida, quer na Europa, quer na América."[14]

De acordo com Davenant, o comércio internacional da Grã-Bretanha no fim do século XVII deu um lucro de 2.000.000 de libras. O comércio com as plantações rendeu 600.000 libras; a reexportação dos produtos das plantações, 120.000 libras; o comércio com a Europa, África e Levante, 600.000 libras; com as Índias Orientais, 500.000 libras; a reexportação dos produtos das Índias Orientais, 180.000 libras.[15]

Sir Charles Whitworth, em 1776, fez uma compilação completa, com base em documentos oficiais, do comércio de importação e exportação da Grã-Bretanha referente aos anos 1697-1773. Seu livro é valioso para a constatação da importância relativa das colônias das Antilhas e do continente no Império Britânico do século XVIII. No ano de 1697, as colônias das Índias Ocidentais forneceram 9% das importações britânicas, as colônias do continente 8%; 4% das exportações britânicas foram para as Índias Ocidentais, pouco menos de 4% para o continente; as Índias Ocidentais representaram 7% do comércio total britânico, o continente 6%. Em 1773, as Índias Ocidentais ainda mantinham sua dianteira, embora como mercado de exportação se tivessem tornado inferiores às colônias do continente, com sua população branca maior. Naquele

ano quase um quarto das importações britânicas proveio das regiões das Antilhas, um oitavo proveio do continente inteiro; as Antilhas consumiram um pouco mais de 8% das exportações britânicas, o continente 16%; 15% do comércio total da Grã-Bretanha foram com as Índias Ocidentais, 14% com o continente. Tomando os totais referentes aos anos 1714-1773 e incluindo nesses totais o comércio com as novas conquistas, colônias estrangeiras temporariamente ocupadas pelas forças britânicas durante a guerra, ou colônias estrangeiras em geral, obtemos o seguinte quadro: um quinto das importações britânicas proveio das Antilhas, um nono do continente; 6% das exportações britânicas foram para as Antilhas, 9% para o continente; 12% do comércio externo total da Grã--Bretanha verificaram-se com as Antilhas, 10% com o continente. Durante esses mesmos anos, 0,5% das importações britânicas provieram da África, 2% das exportações britânicas foram para a África, enquanto o comércio africano representou quase 1,5% do comércio total britânico. Não levando em conta, portanto, as colônias de plantações no continente, Virgínia, Maryland, Carolina, Geórgia, o comércio triangular e com as Índias Ocidentais representou quase um sétimo do comércio total britânico durante os anos 1714-1773.

O valor surpreendente dessas colônias das Índias Ocidentais pode ser apresentado mais nitidamente comparando-se cada uma das ilhas das Índias Ocidentais, com cada uma das colônias do continente. Em 1697, as importações britânicas de Barbados foram cinco vezes as importações reunidas das colônias de cereais; as exportações para Barbados foram um pouco maiores. A pequena ilha de Barbados, com seus 430 km², valia mais para o capitalismo britânico do que a Nova Inglaterra, Nova Iorque e Pensilvânia reunidas. Em 1773, as importações da Jamaica eram mais de cinco vezes as importações reunidas das colônias cerealíferas; as exportações britânicas para a Jamaica eram quase um terço maiores do que as da Nova Inglaterra e apenas um pouco menores do que as de Nova Iorque e Pensilvânia reunidas. Durante os anos 1714-1773, as importações britânicas de Montserrat foram três vezes as importações da Pensilvânia, as importações de Nevis foram quase o dobro das de Nova Iorque, as importações de Antígua foram mais de três vezes as da Nova Inglaterra. As importações de Barbados foram mais de duas vezes maiores do que as das colônias de cereais, as importações da Jamaica quase seis vezes maiores. Durante os mesmos anos, a Jamaica como mercado de exportação valia tanto quanto a Nova Inglaterra; Barbados e Antígua reunidas significavam tanto para os exportadores britânicos quanto Nova Iorque; Montserrat e Nevis reunidas eram um mercado melhor do que a Pensilvânia. As exportações britânicas para a África durante esses anos foram apenas um décimo menos do que as da Nova Inglaterra, as importações britânicas da África um quarto mais do que as de Nova Iorque e mais do dobro as da Pensilvânia.[16]

Os mercantilistas estavam entusiasmados. O comércio triangular e o comércio associado às ilhas açucareiras, devido à navegação que incentivavam, eram mais valiosos para a Inglaterra do que suas minas de estanho ou carvão.[17] Eram colônias ideais. Sem elas a Grã-Bretanha não teria ouro ou prata, a não ser o que recebia do comércio ilícito com as colônias espanholas, e um balanço comercial desfavorável.[18] Seus produtos tropicais, ao contrário dos da parte setentrional do continente, não competiam com os da metrópole. E mostravam pouco sinal desse desenvolvimento industrial que constituía o medo constante no que dizia respeito ao continente. Sua grande população negra era uma garantia efetiva contra as aspirações à independência.[19] Tudo se combinava para formar uma palavra: açúcar. "O prazer, a glória e a grandeza da Inglaterra", escrevia *Sir* Dalby Thomas, "têm sido propiciados mais pelo açúcar do que por qualquer outro produto, não se excetuando a lã".[20]

Havia uma restrição — o monopólio. A filosofia econômica da época não dava oportunidade à "porta aberta", e o comércio colonial era um rígido monopólio da metrópole. Os mercantilistas eram inflexíveis nesse ponto. "As colônias", escreveu Davenant, "constituem uma força para seu reino metropolitano, enquanto estiverem sob boa disciplina, enquanto forem obrigadas rigorosamente a observar as leis fundamentais de seu país de origem e enquanto se conservarem dependentes dele. Mas, de outro modo, são piores do que os membros decepados do corpo político, sendo na verdade como armas ofensivas arrebatadas de

uma nação que se voltam contra ela quando a ocasião for favorável".[21] As colônias, em troca de sua prosperidade, devem à mãe-pátria, na opinião de Postlethwayt, gratidão e obediência indispensável — "depender diretamente de sua metrópole e tornar seu interesse subserviente a ela".[22]

Foi com base nessas idéias que o sistema mercantilista se ergueu. As colônias eram obrigadas a mandar seus produtos valiosos somente para a Inglaterra e a usar navios ingleses. Não podiam comprar nada que não fosse inglês, a não ser que as mercadorias estrangeiras fossem primeiro levadas para a Inglaterra. E desde que, como crianças obedientes, deviam trabalhar para a maior glória de seu progenitor, estavam reduzidas ao estado de vassalagem permanente e limitadas exclusivamente à exploração de seus recursos agrícolas. Nem sequer um prego, nem sequer uma ferradura, disse Chatham, podia ser fabricado, nem chapéus, nem ferro, nem açúcar refinado. Em troca disso, a Inglaterra fazia uma concessão — os produtos coloniais tinham o monopólio do mercado metropolitano.

A pedra angular da política mercantilista eram as Leis de Navegação, "medidas inglesas concebidas para fins ingleses".[23] As Leis de Navegação visavam os holandeses, "os pais adotivos", como Andrews os chamava, das primeiras colônias britânicas,[24] que forneciam crédito, entregavam mercadorias, compravam a produção colonial e a transportavam para a Europa, tudo a taxas e preços mais atraentes do que os ingleses podiam oferecer no mercado livre. Mas as leis visavam também os escoceses e irlandeses[25] e a tentativa da Escócia de fundar uma Companhia Africana independente[26] provocou grandes temores na Inglaterra e foi grandemente responsável pela Lei de União* em 1707. As ilhas açucareiras protestaram contra esse monopólio de seu comércio externo. Aqueles que, em 1840, eram os mais veementes opositores do comércio livre, eram, em 1660, seus defensores mais fervorosos. Em 1666, o governador de Barbados pediu "licença para ser franco com Sua Majestade, pois ele sabe onde dói...

* *Act of Union* (Lei de União), uma das várias leis estabelecendo a união política de diferentes partes do reino, como essa unindo a Inglaterra e a Escócia, a que se refere o autor. (N. do T.)

O comércio livre é a vida de todas as colônias... seja quem for que tenha aconselhado Sua Majestade a refrear e obstruir suas colônias é mais comerciante do que um bom súdito".[27] Seu sucessor repetiu a advertência: "Vocês devem tornar seu porto um porto livre para todas as pessoas que venham para negociar com eles. A medida legal que se adota com as novas plantações eu humildemente concebo como um pouco errônea. Meus senhores, a Lei do Comércio e Navegação certamente, com o tempo, será a ruína de todas as plantações estrangeiras de Sua Majestade."[28] Os Senhores do Comércio decidiram "aplicar-lhe uma sanção por defender essa máxima do livre-câmbio" e o censuraram severamente por "esses princípios perigosos que defende, contrários às leis estabelecidas do reino e à evidente prerrogativa dele".[29]

Tais idéias subversivas não podiam absolutamente ser toleradas numa época que ouvia exigências para que as Leis de Navegação fossem estendidas para limitar o dispositivo de navios "de construção inglesa" aos que fossem construídos de madeira inglesa e usassem velas de confecção britânica, e que aprovara legislação de que os mortos fossem enterrados com lã inglesa e todos os serviçais e escravos das plantações usassem lã inglesa, para fomentar a principal indústria da Inglaterra. Negros, a exportação mais importante da África, e açúcar, a exportação mais importante das Índias Ocidentais, eram as principais mercadorias especificadas pelas Leis de Navegação. Mas os plantadores das Índias Ocidentais nunca aceitaram essa limitação a seu comércio. Finalmente, em 1739, foi-lhes concedida uma modificação nas Leis de Navegação, mas de forma tão limitada e apenas com relação a mercados estrangeiros tão pobres da Europa — ao sul do cabo Finisterra — que suas vantagens eram insignificantes. Mas mesmo essa concessão, extremamente reduzida como era, provocou a ira dos negociantes ingleses. Seria, disse uma petição de Liverpool antes que a medida se tornasse lei, "altamente prejudicial em muitos casos aos lucros e manufaturas, ao comércio e navegação da Grã-Bretanha em geral e deste porto em particular".[30] Cem anos depois, o mesmo conflito se travaria, mais renhidamente, entre o monopólio e o livre-câmbio, o mercantilismo e o *laisser-faire*. Os antagonistas eram os mesmos, os comerciantes

e industriais britânicos, de um lado, e os plantadores de cana-de-açúcar das Índias Ocidentais, do outro. Mas o capitalismo britânico, agora inteiramente pelo monopólio, era então inteiramente pelo livre-câmbio; os plantadores das Índias Ocidentais, por outro lado, esqueceram-se de todos os seus nobres sentimentos em favor do livre-câmbio e aderiram tenazmente ao princípio do monopólio, que eles outrora condenavam, por fazê-los "escravos dos negociantes".[31]

B. Navegação e construção naval

Esse comércio externo naturalmente acarretou um enorme desenvolvimento da frota mercante e da construção naval. Tampouco a menor das vantagens do comércio triangular foi sua contribuição para o poder marítimo da Inglaterra. Havia menos distinção entre um navio mercante e um navio de guerra naqueles tempos do que há hoje. A "longa viagem" era um admirável adestramento para os marujos, os navios mercantes eram auxílios valiosos da marinha em tempo de guerra; e os defensores do tráfico de escravos argumentavam que sua abolição aniquilaria a marinha por eliminar uma grande fonte de marinheiros.[32] Como escreveu um traficante de escravos de Liverpool: "É um assunto referente às duas coisas de maior importância para esse reino — quando o tráfico de escravos for abolido a importância naval deste reino será abolida com ele; nesse momento, nossa bandeira deixará gradativamente de flutuar triunfante nos mares."[33]

Em 1678, os Comissários da Alfândega informaram que o comércio com as plantações era um dos sustentáculos do transporte marítimo e dos marinheiros da Inglaterra, e um dos maiores ramos de seu comércio externo.[34] Aqui, novamente as colônias açucareiras sobrepujavam as colônias do continente. Em 1690, as colônias açucareiras utilizaram 114 navios, de 13.600 toneladas, e 1.203 marujos; as colônias do continente utilizaram 111 navios, de 14.300 toneladas, e 1.271 marujos.[35] Entre 1710 e 1714, 122.000 toneladas de carga marítima foram para as Índias Ocidentais, 112.000 toneladas para o continente.[36] O comércio das Índias Ocidentais em 1709 utilizou um décimo do transporte marítimo empregado no comércio exterior.[37]

Entre 1719 e 1789, o transporte marítimo empregado no comércio exterior quadruplicou;[38] os navios despachados para a África multiplicaram-se doze vezes e a tonelagem onze vezes.[39]

A construção naval na Inglaterra recebeu um estímulo direto do comércio triangular. Navios de um determinado tipo foram construídos para o tráfico de escravos, combinando capacidade com velocidade num esforço para reduzir a mortalidade. Muitos construtores de navios, de Liverpool, eram eles próprios traficantes de escravos. A firma mais importante era Baker & Dawson, uma das maiores exportadoras de escravos para as Índias Ocidentais e empenhada, depois de 1783, no fornecimento de escravos para as colônias espanholas. John Gorell era um dos membros de Liverpool da Companhia de Negociantes traficando com a África. Assim também era John Okill, um dos mais famosos construtores navais de Liverpool, que ostensivamente se abstinha do tráfico de escravos. Num porto cuja prosperidade estava intimamente ligada ao tráfico de escravos, William Rathbone era uma curiosidade em sua recusa de fornecer madeira para a construção de navios a ser empregados no tráfico de escravos,[40] ao qual metade dos marinheiros de Liverpool se dedicava.[41]

A indústria marítima estava dividida, como a indústria em geral, sobre a questão da organização do tráfico de escravos. Alguns setores eram favoráveis à Real Companhia Africana, outros aos traficantes livres.[42] Mas, na questão da abolição, a indústria apresentava uma frente unida, argumentando que a abolição abalaria as próprias bases da supremacia naval e imperial da Grã-Bretanha. A primeira reação de Liverpool à lei de 1788, regulamentando a capacidade dos navios negreiros, foi deixar 22 comandantes, 47 imediatos e 350 marinheiros desempregados, com suas famílias e os traficantes dependendo mais indiretamente do tráfico com a África.[43]

Além dos marinheiros, havia os negócios auxiliares. Carpinteiros, pintores e construtores de barcos; negociantes e artesãos ligados a consertos, equipamento e carregamento; comissões, salários, direitos de doca, seguros — tudo dependia em parte dos navios que traficavam com a África. Para abastecer os navios, havia em 1774 quinze cordoarias em Liverpool.[44] Havia pouca gente na cidade,

alegava-se, que não seria afetada, direta ou indiretamente, pela abolição.[45]

As ilhas açucareiras contribuíram de uma outra maneira para o crescimento da frota mercante inglesa. A economia peculiar desenvolvida nas Índias Ocidentais concentrava-se nos produtos agrícolas de exportação, enquanto o alimento era importado. O mais importante de todos os abastecimentos alimentares era o peixe, um artigo caro ao coração de todo mercantilista, porque propiciava o emprego dos navios e o adestramento dos marinheiros. Leis foram promulgadas na Inglaterra para fomentar o consumo de peixe. Sexta-feira e sábado eram reservados como dias de peixe. O peixe era um elemento importante na alimentação dos escravos nas plantações, e o comércio de arenque inglês encontrava seu mercado principal nas plantações de cana.[46] A pescaria na Terra Nova dependia consideravelmente da exportação anual de peixe seco para as Índias Ocidentais, o peixe de refugo ou "peixe de pobre" (bacalhau pequeno, seco e salgado), "impróprio para qualquer outro consumo".[47] Uma tradição nas Índias Ocidentais criou-se em virtude disso. O bacalhau salgado importado é até hoje um prato normal e preferido entre todas as famílias das Índias Ocidentais, com exceção das mais abastadas; se ainda é "impróprio para qualquer outro consumo" não se sabe.

O aumento da frota mercante submeteu as docas da Inglaterra, no século XVIII, a um esforço intolerável. O número de navios que entraram no porto de Londres triplicou entre 1705 e 1795, a tonelagem quadruplicou, sem incluir as embarcações menores empenhadas no comércio costeiro. Os armazéns do cais eram insuficientes para as importações. Os navios carvoeiros não podiam ser descarregados e o preço do carvão subiu enormemente. O açúcar era empilhado em seis ou oito barris de altura no cais, aumentando o perigo de incêndio e estimulando o roubo. Uma grande máquina de crime organizado foi montada, abrangendo umas dez mil pessoas. As depredações anuais nas docas eram estimadas em meio milhão de libras, metade das quais dos navios provenientes das Antilhas.

Os próprios negociantes das Índias Ocidentais resolveram enfrentar o problema. Organizaram uma força especial de guardas para cuidar dos roubos e criaram um registro geral de trabalhadores para descarregar os navios das Índias Ocidentais. Agiram junto aos membros do Parlamento e finalmente conseguiram uma lei autorizando a construção das Docas das Índias Ocidentais. Obtiveram o monopólio de carregar e descarregar os navios empenhados no comércio das Índias Ocidentais durante 21 anos. A pedra fundamental foi lançada em 1800 e a cerimônia foi seguida de uma recepção elegante para as notabilidades presentes, na qual se ergueu um brinde à prosperidade das colônias das Índias Ocidentais. As docas foram inauguradas em 1802, o primeiro navio sendo denominado em homenagem ao Primeiro-Ministro e o segundo estando carregado com seiscentas toneladas de açúcar.[48]

C. Crescimento das grandes cidades portuárias inglesas

O desenvolvimento do comércio triangular, da frota mercante e da construção naval levou ao crescimento das grandes cidades portuárias. Bristol, Liverpool e Glasgow ocuparam, como portos marítimos e centros comerciais, a posição na época do comércio que Manchester, Birmingham e Sheffield ocupariam mais tarde na época da indústria.

Dizia-se em 1685 que praticamente não havia um lojista em Bristol que não tivesse um carregamento a bordo de algum navio destinado à Virgínia ou às Antilhas. Até os pastores da Igreja não falavam noutra coisa a não ser em negócios, e afirmava-se satiricamente que os carregamentos de Bristol pertenciam não a comerciantes, mas a artesãos.[49] As tarifas alfandegárias subiram de 10.000 libras, em 1634, para 334.000 libras, em 1785. As taxas de atracação, pagas por todo navio de mais de sessenta toneladas, duplicaram entre 1745 e 1775.[50]

Foram o tráfico de escravos e o comércio de açúcar que tornaram Bristol a segunda cidade da Inglaterra durante os três primeiros quartéis do século XVIII. "Não há", disse um cronista local, "um tijolo na cidade que não esteja argamassado com o sangue de um escravo. Mansões suntuosas, vida luxuosa, lacaios de libré, eram produtos da riqueza feita com o sofrimento e os gemidos

dos escravos comprados e vendidos pelos negociantes de Bristol... Em sua simplicidade infantil, não podiam sentir a iniqüidade da mercadoria, mas podiam sentir que era uma coisa lucrativa".[51] A análise de uma comissão, criada em 1789 para opor-se ao movimento para a abolição do tráfico de escravos, mostra que entre os membros eleitos estavam nove negociantes que em certa época haviam sido prefeitos de Bristol, cinco que haviam sido xerifes, sete que tinham sido ou eram Mestres da Sociedade de Empreendedores Mercantis.[52]

Quando Bristol foi sobrepujada no tráfico de escravos por Liverpool, voltou sua atenção do comércio triangular para o comércio direto de açúcar. Menos navios de Bristol zarparam para a África, um maior número foi diretamente para as Antilhas. Em 1700, o porto tinha 46 navios no comércio com as Índias Ocidentais.[53] Em 1787, havia 30 embarcações de Bristol empenhadas no tráfico de escravos, 72 no comércio com as Índias Ocidentais; as primeiras tinham em média 140 toneladas cada, as últimas 240.[54] Em 1788, Bristol tinha tantos navios no comércio com as ilhas de Sotavento, e quase tantos no comércio com a Jamaica, quanto no comércio com a África.[55] Quase um terço da tonelagem que entrava no porto, e mais de um terço do que saía, correspondia ao comércio com as colônias açucareiras;[56] e era um costume amistoso em Bristol comemorar a chegada do primeiro navio de açúcar todo ano com um regalo de vinho por conta do feliz dono.[57] O comércio com as Índias Ocidentais valia para Bristol o dobro de todo o seu outro comércio ultramarino reunido. Ainda em 1830, cinco oitavos de seu comércio eram com as Índias Ocidentais e dizia-se em 1833 que, sem o comércio com as Índias Ocidentais, Bristol seria um porto de pesca.[58]

Bristol tinha a sua própria Sociedade das Índias Ocidentais. O Conselho Municipal distribuía verbas para o auxílio à calamidade causada por incêndio nas ilhas açucareiras. Era costume que os filhos mais jovens e os membros mais novos das firmas das Índias Ocidentais passassem alguns anos nas plantações antes de ingressarem nos negócios na metrópole. Os membros do Parlamento provenientes de Bristol, no século XVIII, eram freqüentemente ligados, de uma ou de outra maneira, às plantações

de cana e as ilhas se tornaram tão importantes para Bristol que durante a primeira metade do século XIX ela era sempre representada no Parlamento por alguém das Índias Ocidentais — um Baillie, um Protheroe, ou um Miles. James Evans Baillie exortou seus concidadãos a não aplicar o machado à raiz de sua própria prosperidade apoiando a abolição da escravatura nas ilhas.[59] A própria prosperidade dele estava também em jogo. A indenização paga à família pela posse de inúmeros escravos em Trinidad e na Guiana Inglesa ultrapassou 62.000 libras.[60] Bristol ofereceu uma decidida oposição à equiparação das tarifas açucareiras, que deu o golpe de misericórdia no monopólio das Índias Ocidentais. Depois disso, o comércio com as Índias Ocidentais declinou rapidamente. Em 1847, 40% da tonelagem do porto se destinavam às Índias Ocidentais e os navios que retornavam das ilhas representavam apenas 11%. Em 1871, nenhum navio partiu de Bristol para a Jamaica e a tonelagem importada das ilhas constituiu menos de 2% das chegadas. O comércio de Bristol com as ilhas só se restabeleceu no fim do século XIX, com o advento da banana no mercado mundial.[61]

O que o comércio com as Índias Ocidentais fez por Bristol o tráfico de escravos fez por Liverpool. Em 1565, Liverpool tinha 138 chefes de família, sete ruas apenas eram habitadas, a marinha mercante do porto compreendia doze navios de 223 toneladas. Até o fim do século XVII o único acontecimento local de importância fora o sítio da cidade durante a Guerra Civil Inglesa.[62] Ao cobrar o "imposto para a compra de navios",* Strafford arbitrou Liverpool em quinze libras; Bristol pagou duas mil.[63] Os navios que entraram em Liverpool aumentaram quatro vezes e meia entre 1709 e 1771; a tonelagem exportada, seis vezes e meia. O número de navios pertencentes ao porto multiplicou-se quatro vezes durante o mesmo período,

* *Ship money* (imposto para a compra de navios), tributo cobrado dos portos e condados ingleses, geralmente em tempo de guerra, para a compra de navios para a defesa nacional. Vigorou intermitentemente de 1007 a 1640. (N. do T.)

a tonelagem e os marinheiros mais de seis vezes.[64] A receita alfandegária subiu da média de 51.000 libras, para os anos de 1750 a 1757, para 648.000 libras, em 1785.[65] Os direitos de estocagem aumentaram duas vezes e meia entre 1752 e 1771.[66] A população elevou-se de 5.000, em 1700, para 34.000, em 1773. Em 1770, Liverpool já se tinha tornado uma cidade muito famosa no mundo comercial para que Arthur Young passasse por ela em suas viagens pela Inglaterra.[67]

O abolicionista Clarkson afirmou que a ascensão de Liverpool foi devida a uma variedade de causas, entre as quais estavam o comércio de sal, o aumento prodigioso da população do Lancashire e a rápida e grande expansão das manufaturas de Manchester.[68] Isso é um caso particularmente flagrante de pôr o carro adiante dos bois. Foi exclusivamente a acumulação de capital em Liverpool que propiciou o aumento da população do Lancashire e estimulou as manufaturas de Manchester. Essa acumulação de capital proveio do tráfico de escravos, cuja importância foi mais reconhecida pelos contemporâneos do que por historiadores subseqüentes.

Era voz comum que várias das ruas principais de Liverpool estavam marcadas pelas correntes, e que as paredes das casas estavam argamassadas com o sangue dos escravos africanos,[69] e uma rua foi apelidada de "Negro Row" ("Travessa do Negro").[70] A Alfândega de tijolos vermelhos estava decorada com cabeças de negros.[71] Conta-se a história de um ator na cidade, que, vaiado pelo público por apresentar-se, não pela primeira vez, em estado de embriaguez, firmou-se e declarou com majestade ofendida:

— Não vim aqui para ser insultado por um bando de miseráveis, em cuja cidade infernal todo tijolo está argamassado com o sangue de um africano.[72]

Estimou-se, em 1790, que os 138 navios que zarparam de Liverpool para a África representaram um capital superior a um milhão de libras. O próprio prejuízo provável de Liverpool, em decorrência da abolição da escravatura, foi então calculado em mais de sete milhões e meio de libras.[73] A abolição, afirmou-se, arruinaria a cidade. Destruiria o fundamento de seu comércio e a causa primordial da indústria e riqueza nacional. "Que vã pretensão de

liberdade", perguntava-se em Liverpool, "pode seduzir o povo a incorrer em tanta depravação a ponto de declarar que um negócio é ilegal, o qual o costume imemorial e várias Leis do Parlamento ratificaram e sancionaram?"[74]

Essa dependência do tráfico de escravos demonstrou ser muito incômoda para os historiadores sensíveis e patriotas. Uma geração, argumentou um historiador de Bristol em 1939, que assistiu à pilhagem da Etiópia, ao brutal desmembramento da China e ao estupro da Tchecoslováquia, não pode deixar de condenar o tráfico de escravos.[75] Na opinião de um cronista de Liverpool, essa cidade bem merece o estigma que a associa ao tráfico de escravos. A perseverança e energia inquebrantáveis de seu povo teriam assegurado uma prosperidade igual noutras direções, tão eficaz e talvez tão rapidamente, mesmo que não tivesse existido o tráfico de escravos, e o sucesso extremo do porto teria talvez sido retardado, embora não prejudicado ou estorvado, sem o tráfico de escravos.[76] Segundo ainda outro escritor de Liverpool, não havia nada de depreciativo no fato de que seus ancestrais tivessem lidado com negros, e os horrores do tráfico de escravos foram sobrepujados pelos horrores do tráfico de bebidas de Liverpool. Mas, afinal de contas, "foi o capital feito com o tráfico de escravos africanos que construiu algumas de nossas docas. Foi o preço do corpo humano que nos propiciou o início". Alguns daqueles que fizeram suas fortunas com o tráfico de escravos tinham grande compaixão pelos pobres de Liverpool, enquanto os lucros provenientes da traficância de escravos representavam "um influxo de riqueza que, talvez, nenhuma consideração induziria uma comunidade comercial a abrir mão dela".[77]

Só depois da Lei de União de 1707 foi que a Escócia teve permissão para participar do comércio colonial. Essa permissão pôs Glasgow no mapa. Açúcar e fumo estearam a prosperidade da cidade no século XVIII. O comércio colonial estimulou o crescimento de novas indústrias. Como o Bispo Pococke escreveu, em 1760, depois de uma visita a Glasgow: "a cidade sentiu mais do que todas as outras as vantagens da União, pelo comércio com as Índias Ocidentais que seus habitantes desfrutam, o qual é muito grande, especialmente em fumo, anil e açúcar."[78] A refinação de açúcar continuou como uma indústria impor-

tante no vale do Clyde até o eclipse das ilhas das Índias Ocidentais em meados do século XIX.

D. Os artigos do comércio triangular

É necessário, agora, traçar o desenvolvimento industrial da Inglaterra que foi estimulado, direta ou indiretamente, pelos artigos do comércio triangular e pelo beneficiamento dos produtos coloniais.

As amplas ramificações do tráfico de escravos na indústria inglesa são ilustradas por essa carga para a África durante o ano de 1787: artigos de algodão e linho, lenços de seda, panos grosseiros de lã azuis e vermelhos, pano escarlate, chapéus grosseiros e finos, toucas de lã, espingardas, pólvora, balas, sabres, barras de chumbo, barras de ferro, bacias de peltre, chaleiras e caçarolas de cobre, panelas de ferro, ferragens de vários tipos, peças de barro e de vidro, malas de couro dourado ou de pêlo, rosários de vários tipos, anéis e ornamentos de prata e ouro, papel, panos axadrezados grosseiros e finos, camisas pregueadas e toucas de linho, bebidas alcoólicas e fumo britânicos e estrangeiros.[79]

Esse sortimento variado era típico da carga do traficante de escravos. Enfeites para os africanos, utensílios domésticos, panos de todos os tipos, ferro e outros metais, juntamente com espingardas, algemas e grilhões; a produção desses artigos estimulava o capitalismo, criava empregos para a mão-de-obra inglesa e trazia grandes lucros para a Inglaterra.

1. LÃ

Até o imenso desenvolvimento da indústria algodoeira na Revolução Industrial, a lã era a menina dos olhos das manufaturas inglesas. Figurou grandemente em todas as considerações respeitantes ao tráfico de escravos no século após 1680. A carga de um navio negreiro estava incompleta sem algumas manufaturas de lã — sarjas, saios, *perpetuanos, arrangoes* e baetas. Às vezes o pano era chamado segundo a localidade onde fora primeiro manufaturado. Bridwaters representava a produção de Bridgewater no mercado colonial; Welsh Plaines (Planícies Galesas), um pano de lã da mais simples tecelagem, era manufaturado na Inglaterra ocidental e no País de Gales.

Uma comissão parlamentar de 1695 expressou o sentimento público de que o tráfico com a África era um incentivo à manufatura de lã.[80] Entre os argumentos apresentados para provar a importância do tráfico de escravos, as exportações de lã que esse tráfico incentivava eram sempre dadas em primeiro lugar. Um panfleto de 1680, ilustrando a utilidade pública e vantagens do tráfico africano, começa com "a exportação de nossa lã nativa e outras manufaturas de grande abundância, muitas das quais eram outrora importadas da Holanda... pelo que a lã desta nação é muito mais consumida e gasta do que outrora; e muitos milhares da gente pobre empregados".[81] De modo semelhante, a Real Companhia Africana declarou numa petição, em 1696, que o tráfico de escravos devia ser apoiado pela Inglaterra, devido às importações que ele incentivava de artigos de lã e outras manufaturas inglesas.[82]

Os manufatores de lã do reino tiveram papel destacado na longa e acerba controvérsia travada entre a Real Companhia Africana e os mercadores autônomos. Aqueles de quem a companhia fazia suas compras argumentavam que os atravessadores causavam perturbações e transtorno ao comércio exterior, e que este declinou quando o monopólio da companhia foi modificado. Em 1694, os negociantes de roupas de Witney fizeram uma petição ao Parlamento em favor do monopólio da companhia. Os fabricantes de panos de Shrewsbury seguiram-lhes o exemplo em 1696 e os tecelões de Kidderminster o fizeram duas vezes no mesmo ano. Em 1709, os tecelões de Exeter e os negociantes de lã de Londres e, em 1713, diversos negociantes interessados na manufatura de lã também tomaram o partido da companhia.[83]

Mas o peso dos interesses dos fabricantes de artigos de lã foi lançado inteiramente do lado dos mercadores livres. O monopólio da companhia capacitava-a a "obrigar os negociantes a um limite de quantidade e preço, comprimento, largura e peso".[84] Monopólio significava um comprador e um vendedor apenas. Um investigador na alfândega atestou que quando o comércio era livre havia maior

exportação de lã. De acordo com o depoimento de dois comerciantes de Londres em 1693, o monopólio reduzira as exportações de lã em quase um terço. Suffolk exportava 25.000 peças de lã por ano; dois anos após a fundação da companhia, o número declinou para 500.[85] Em 1690, os negociantes de roupas de Suffolk e Essex e os manufatores de Exeter apresentaram uma petição contra o monopólio da companhia. Exeter apresentou petições novamente, em 1694, 1696, 1709, 1710 e 1711, a favor do comércio livre. Os comerciantes de lã do reino reclamaram em 1694, que as restrições tinham diminuído grandemente suas vendas. Petições semelhantes foram apresentadas contra o monopólio pelos negociantes de lã de Londres e os comerciantes de lã de Plymouth em 1710, os negociantes de lã de Totnes e Ashburton, os manufatores de lã de Kidderminster, os Empreendedores Mercantis de Minehead devotados à manufatura da lã, em 1711.[86]

Outras petições ao Parlamento acentuaram a importância do mercado colonial para a indústria de lã. Em 1690, os plantadores da Jamaica protestaram contra o monopólio da companhia como um desestímulo ao comércio externo, especialmente o comércio de lã. Uma petição de Manchester em 1704 revelou que a lã inglesa era permutada na Holanda, Hamburgo e Oriente por fio e pano de linho, os quais, quando manufaturados, eram enviados às plantações. Os comerciantes e negociantes de Liverpool em 1704, os comerciantes e habitantes de Liverpool em 1715, sustentaram que o monopólio da companhia era prejudicial à indústria de lã. As petições do Norte industrial em 1735 revelaram que Wakefield, Halifax, Burnley, Colne e Kendal estavam todas interessadas na manufatura de artigos de lã para a África e as Índias Ocidentais.[87]

Que artigos de lã figurassem de maneira tão destacada nos mercados tropicais deve ser atribuído à política deliberada da Inglaterra mercantilista. Argumentou-se, em 1732, em favor das colônias do continente, que a Pensilvânia sozinha consumia mais exportação de lã da Inglaterra do que todas as ilhas açucareiras reunidas, e Nova Iorque mais do que qualquer ilha açucareira, com exceção da Jamaica.[88] Os artigos de lã eram mais apropriados para esses climas mais frios, e os plantadores barbadianos preferiam tecidos leves de algodão que podiam ser facilmente lavados.[89] Mas a lã era o produto básico da Inglaterra e considerações climáticas eram uma sutileza muito grande para a concepção mercantilista. Qualquer pessoa familiarizada com a sociedade das Índias Ocidentais Britânicas hoje perceberá a força da tradição assim criada. Roupas íntimas de lã ainda hoje são comuns nas ilhas, embora mais entre a geração mais velha, e trajes de sarja azul ainda são um sinal do homem bem vestido. Como o inglês e ao contrário do norte-americano residente nas colônias, a classe média antilhana de cor ainda hoje imita as modas da metrópole em sua preferência pelos tecidos mais pesados, que são tão ridículos e incômodos num ambiente tropical.

Mas o algodão posteriormente substituiu a lã nos mercados coloniais como o fez no mercado interno. De uma exportação total de quatro milhões de libras de manufatura de lã em 1772, menos de 3% foram para as Índias Ocidentais e menos de 4% para a África.[90] Os melhores fregueses foram Europa e América. Em 1783, a indústria de lã estava começando vagarosamente sua imitação tardia das modificações tecnológicas que haviam revolucionado a indústria do algodão. Em seu progresso depois de 1783, o comércio triangular e o mercado das Índias Ocidentais não desempenharam papel apreciável.

2. MANUFATURA ALGODOEIRA

O que a construção de navios para o transporte de escravos fez por Liverpool no século XVIII, a manufatura de artigos de algodão para a compra de escravos fez para Manchester no século XVIII. O primeiro estímulo para o crescimento de Manchester veio dos mercadores da África e Índias Ocidentais.

O crescimento de Manchester esteve intimamente associado ao crescimento de Liverpool, sua saída para o mar e para o mercado mundial. O capital acumulado por Liverpool com o tráfico de escravos escoou-se para o interior e fecundou as energias de Manchester; os artigos de Manchester destinados à África eram transportados nos navios negreiros de Liverpool. O mercado exterior do Lancashire significava principalmente as plantações das Índias Ocidentais e África. O comércio de exportação

foi de 14.000 libras em 1739; em 1759, aumentava quase oito vezes; em 1779, era de 303.000 libras. Até 1770, um terço dessa exportação destinou-se à costa de escravos, metade às colônias americanas e às Índias Ocidentais.[91] Foi essa dependência extraordinária do comércio triangular que contribuiu para o progresso de Manchester.

Os artigos leves de lã eram populares na costa dos escravos; também o eram as sedas, contanto que fossem espalhafatosas e tivessem flores grandes. Mas os artigos mais populares de todos eram os de algodão, pois o africano já estava acostumado com os panos grosseiros de algodão, azuis e brancos, de sua própria fabricação, e desde o começo as tangas listradas chamadas *anabasses* eram uma característica habitual da carga de todo navio negreiro. Os tecidos indianos, proibidos na Inglaterra, logo estabeleceram um monopólio do mercado africano. *Brawls, tapsells, niccanees, cuttanees, buckshaws, nillias, salempores* — esses tecidos indianos eram altamente apreciados e, contudo, outro poderoso interesse consolidado era atraído para a órbita do tráfico de escravos. Manchester procurou competir com a Companhia das Índias Orientais; bafetás, por exemplo, eram tecidos baratos de algodão do Oriente, mais tarde imitados na Inglaterra para o mercado africano. Mas o atraso do processo inglês de tingir tornava impossível que Manchester obtivesse as cores firmes vermelha, verde e amarela populares na costa. Manchester demonstrou ser incapaz de imitar as cores desses algodões indianos, e há provas também que mostram que os manufatores franceses de algodão da Normandia não conseguiram igualmente aprender os segredos do Oriente.

Manchester foi mais feliz em seu comércio de pano axadrezado de algodão e linho, embora as cifras referentes à primeira parte do século XVIII sejam duvidosas. As guerras européias e coloniais de 1739-1748 e a reorganização que a Companhia Africana sofreu até 1750 causaram um sério declínio no comércio de algodão com a África, e quando este se restabeleceu depois de 1750 as exportações indianas eram inadequadas para satisfazer a procura. Os manufatores ingleses fizeram pleno uso dessa oportunidade para colocar seus próprios artigos. Em 1752, a exportação de panos axadrezados de algodão e linho somente da Inglaterra foi de 57.000 libras; em 1763, no fim da

Guerra dos Sete Anos, atingiu a cifra excepcionalmente alta de 302.000 libras, mas depois de 1767 manteve-se entre 100.000 e 200.000 libras, quando a competição indiana se mostrou formidável novamente.

As estatísticas existentes tornam impossível a comparação entre o valor dos panos ingleses axadrezados de algodão e os artigos de algodão indianos exportados para a África, pois os primeiros são dados pelo valor e os segundos pela quantidade. Mas o crescimento das exportações indianas e inglesas de algodão para a África dará uma indicação da importância do mercado africano. As exportações totais de algodão atingiram 214.600 libras, em 1751; em 1763, mais do que duplicaram; em 1772, foram mais de quatro vezes maiores, mas, em conseqüência da Revolução Americana, declinaram para 195.900 libras, em 1780. O efeito da guerra sobre os mercados de escravos e das plantações é, de imediato, evidente. Por volta de 1780, os panos axadrezados deixaram de ser uma parte importante da indústria algodoeira. Mas não era só a guerra que se devia culpar. Manchester só podia satisfazer o mercado africano quando os artigos de algodão indianos eram escassos ou caros. Para o mercado das plantações, a barateza era essencial e por volta de 1780 o algodão em rama estava tornando-se cada vez mais caro à medida que a oferta se atrasava em relação à procura das novas invenções.[92]

Mas, de acordo com as estimativas fornecidas ao Conselho Privado em 1788, Manchester exportava anualmente para a África mercadorias no valor de 200.000 libras, 180.000 das quais somente para os negros; a manufatura dessas mercadorias representava um investimento de 300.000 libras e proporcionava emprego a 180.000 homens, mulheres e crianças.[93] Os manufatores franceses, impressionados com a qualidade e barateza desses artigos especiais, chamados panos de Guiné, produzidos em Manchester, estavam enviando agentes para obter detalhes e apresentando ofertas abertas aos manufatores de Manchester, caso a Grã-Bretanha abolisse o tráfico de escravos, para se estabelecerem em Ruão onde lhes seria dado todo incentivo.[94] Além disso, Manchester em 1788 forneceu ao comércio com as Índias Ocidentais mais de 300.000 libras, durante o ano todo, em manufaturas, o que propiciou emprego a muitos milhares de pessoas.[95]

Entre os manufatores de algodão de Manchester e os traficantes de escravos não havia ligações íntimas que já foram notadas com respeito aos construtores navais de Liverpool. Mas existiam dois casos excepcionais de tais ligações. Dois manufatores de algodão de Lancashire bem conhecidos, *Sir* William Fazackerly e Samuel Touchet, eram membros da Companhia de Negociantes traficando com a África. Fazackerly, negociante londrino de fustão, apresentou o caso dos comerciantes autônomos de Bristol e Liverpool contra a Companhia Africana em 1726.[96] Touchet, membro de uma firma produtora de panos axadrezados de Manchester, representou Liverpool no órgão diretivo da companhia durante o período 1753-1756. Estava interessado em equipar a expedição que tomou o Senegal em 1758 e procurou denodadamente obter o contrato para abastecer de mantimentos as tropas. Patrono da frustrada máquina de fiar de Paul destinada a revolucionar a indústria algodoeira, acusado abertamente de tentar monopolizar a importação de algodão em rama, Touchet somava a seus inúmeros interesses uma sociedade, com seus irmãos, em cerca de vinte navios no comércio com as Índias Ocidentais. Touchet morreu deixando uma grande fortuna, e foi descrito em seu necrológio como "o comerciante e manufator mais considerável de Manchester, notável pela grande capacidade e austera integridade, pela benevolência universal e utilidade à humanidade". Dois autores modernos deixaram-nos esta descrição: "Tal como um Ícaro elevando-se a grande altura", ele se destaca como "o primeiro financista considerável que o comércio de Manchester produziu e, certamente, como um dos primeiros casos de um homem de Manchester que se interessava ao mesmo tempo pela atividade manufatureira e pelos empreendimentos financeiros e comerciais em grande escala no país e no exterior." [97]

Outros casos acentuam a significância da carreira de Touchet. Robert Diggles, traficante de escravos africanos de Liverpool, era filho de um negociante de panos de linho de Manchester e irmão de outro. Em 1747, um homem de Manchester estava em sociedade com dois homens de Liverpool numa viagem à Jamaica. Uma importante firma de Manchester, os Hibbert, possuía plantações de cana-de-açúcar na Jamaica, e em certa época forneceu panos axadrezados e imitações de artigos indianos à Companhia Africana para o tráfico de escravos.[98]

Manchester recebia um duplo estímulo do comércio colonial. Se fornecia os artigos necessários à costa de escravos e às plantações, seus manufatores dependiam por sua vez do fornecimento da matéria-prima. O interesse de Manchester nas ilhas era duplo.

A matéria-prima chegava à Inglaterra nos séculos XVII e XVIII principalmente de duas fontes, o Levante e as Índias Ocidentais. No século XVIII, aquela competição indiana, que demonstrava ser tão formidável para Manchester na costa de escravos e que ameaçava abarrotar até o mercado interno de mercadorias indianas, foi efetivamente esmagada, no que concernia à Inglaterra, pelos direitos proibitivos impostos às importações indianas para a Inglaterra. Foi dado assim o primeiro passo pelo qual a terra do algodão se tornou nos séculos XIX e XX o principal mercado de Lancashire. No século XVIII, a medida deu a Manchester o monopólio do mercado interno e os negociantes indianos particulares começaram a importar o algodão em rama para as fábricas de Lancashire. Surgira um concorrente para as Índias Ocidentais a ser seguido posteriormente pelo Brasil, cujo produto em 1783 era reconhecido como claramente superior a todas as outras variedades.

Mas no começo do século XVIII a Inglaterra dependia das ilhas das Índias Ocidentais em uma proporção entre dois terços e três quartos de seu algodão em rama. O algodão, não obstante, era essencialmente uma consideração secundária na perspectiva do plantador das Índias Ocidentais, por mais que os plantadores em conjunto olhassem com inveja para o seu cultivo na Índia, na África ou no Brasil. Em oposição à manutenção de Guadalupe em 1763, o interesse das Índias Ocidentais media seus argumentos em termos de açúcar, enquanto, significativamente, um panfletário contemporâneo atribuía às exportações de algodão para a Inglaterra uma razão para conservar a ilha.[99] Mas o consumo britânico era pequeno e a contribuição das Índias Ocidentais substancial. Em 1764, as importações britânicas de algodão em rama montaram a

quase quatro milhões de libras, tendo as Índias Ocidentais fornecido a metade. Em 1780, a Grã-Bretanha importou mais de seis milhões e meio de libras; as Índias Ocidentais forneceram dois terços.[100]

Em 1783, as Índias Ocidentais, portanto, ainda dominavam o comércio algodoeiro. Mas uma nova era estava surgindo. Na expansão fenomenal de uma indústria que iria vestir o mundo, algumas minúsculas ilhas das Índias Ocidentais dificilmente poderiam esperar que forneceriam a necessária matéria-prima. Seu algodão era da variedade de fibra longa, o chamado algodão-de-barbados, que se pode limpar facilmente com a mão, limitado a certas áreas e, portanto, dispendioso. Quando o descaroçador de algodão permitiu o cultivo do algodão de fibra curta facilitando a tarefa de limpeza, o centro de gravidade se deslocou das ilhas para o continente, a fim de atender às procuras enormes da nova maquinaria montada na Inglaterra. Em 1784, um embarque de algodão americano foi apreendido pelas autoridades alfandegárias de Liverpool, sob o fundamento de que o algodão, não sendo um produto autêntico dos Estados Unidos, não podia ser legalmente transportado para a Inglaterra num navio americano.

Foi um mau augúrio para as Índias Ocidentais, coincidindo, como aconteceu, com outro desenvolvimento significante. Durante a Revolução Americana, as exportações de algodão de Manchester para a Europa quase triplicaram.[101] A própria Revolução criou outro mercado importante para Manchester, os Estados Unidos independentes, num momento em que o descaroçador de algodão estava prestes a aparecer. Tanto para o mercado de importação quanto para o de exportação, portanto, o algodão estava começando a estender-se para o mercado mundial. O ensolarado céu das Antilhas estava toldado por uma nuvem quase imperceptível, mas agourenta, e a suave brisa das Índias Ocidentais estava aumentando ameaçadoramente. Isso prenunciava o furacão político que se aproximava que, para alterar a descrição de Edmund Burke daqueles flagelos da natureza comuns nas Índias Ocidentais, humilhou o orgulho do plantador de cana-de-açúcar, se também não corrigiu seus vícios.

3. REFINAÇÃO DE AÇÚCAR

O beneficiamento das matérias-primas coloniais fez surgir novas indústrias na Inglaterra, proporcionou mais empregos na frota mercante e também contribuiu para a expansão do mercado mundial e do comércio internacional. Dentre essas matérias-primas, o açúcar ocupava um lugar preeminente e sua manufatura deu origem à indústria de refinação desse produto. O processo de refinação transformava o açúcar mascavo bruto, manufaturado nas plantações, em açúcar branco, que era durável e suscetível de conservação, e podia ser facilmente manuseado e distribuído em todo o mundo.

A referência mais antiga à refinação de açúcar na Inglaterra é uma ordem do Conselho Privado em 1615, proibindo que estrangeiros fundassem estabelecimentos de açúcar ou praticassem a arte de refinar açúcar.[102] A importância da indústria foi aumentando em proporção à sua produção nas plantações e à medida que o açúcar se tornava, com a disseminação do chá e do café, uma das necessidades da vida e não um luxo de reis.

Por volta de meados do século XVIII, havia cento e vinte refinarias na Inglaterra. Estimava-se que cada refinaria proporcionava emprego para cerca de nove homens. Além disso, a distribuição do produto refinado fazia surgir uma série de negócios subsidiários e requeria navios e vagões para o comércio marítimo e terrestre.[103]

A indústria de refinação de açúcar de Bristol foi uma das mais importantes do reino. Foi em Bristol, em 1654, que o diarista Evelyn viu pela primeira vez o método de fabricar açúcar em cubos,[104] e nos anais da história de Bristol o açúcar figura freqüentemente como um presente aos visitantes ilustres da cidade — Ricardo, filho de Oliver Cronwell, e o Rei Carlos II, em troca do que o rei nomeou cavaleiros quatro dos comerciantes da cidade.[105]

Em 1799, havia vinte refinarias em Bristol e a cidade fazia mais refinação do que Londres, em proporção ao tamanho e população. O açúcar de Bristol era considerado superior em qualidade, sua proximidade do abastecimento de carvão para combustível capacitava Bristol a vender mais barato do que Londres, enquanto encontrava na Irlanda, em todo o sul de Gales e oeste da Inglaterra os

mercados para os quais estava destinado por sua localização geográfica.[106] A refinação de açúcar permaneceu por muito tempo como uma das atividades básicas de Bristol. Os refinadores da cidade apresentaram uma petição ao Parlamento, em 1789, contra a abolição do tráfico de escravos, do qual "o bem-estar e a prosperidade, e talvez a própria existência das ilhas das Índias Ocidentais dependiam".[107] Em 1811, havia dezesseis refinarias na cidade, cuja ligação com essa indústria só cessou lá para o fim do século XIX, quando as bananas substituíram o açúcar.[108]

Alguns dos cidadãos mais eminentes de Bristol estavam ligados ao negócio de refinação de açúcar. Robert Aldworth, vereador do século XVII, estava intimamente identificado com a refinação, enquanto ao mesmo tempo era comerciante e construiu duas docas para acomodar a frota mercante crescente.[109] William Miles foi o refinador mais destacado do século XVIII. Sua carreira é típica em muitos outros casos. Miles chegou a Bristol com três moedas insignificantes no bolso, trabalhou como carregador, foi aprendiz numa empresa de construção de navios, economizou quinze libras e zarpou para a Jamaica, como carpinteiro de bordo, num navio mercante. Comprou um ou dois barris de açúcar, que vendeu em Bristol, com um bom lucro, e com o dinheiro apurado comprou artigos de grande procura na Jamaica e repetiu o investimento anterior. Miles logo se tornou muito rico e estabeleceu-se em Bristol como refinador. Essa foi a origem humilde de uma das maiores fortunas feitas no comércio com as Índias Ocidentais. Admitindo o filho como sócio, Miles já era bastante rico para dar-lhe um cheque de 100.000 libras a fim de habilitá-lo a casar com a filha de um clérigo aristocrata. O velho Miles tornou-se vereador e morreu rico e respeitado; o jovem continuou como comerciante nas Índias Ocidentais, negociando principalmente com açúcar e escravos, e ao morrer em 1848 deixou bens avaliados em mais de um milhão de libras.[110] Em 1833, possuía 663 escravos em Trinidad e na Jamaica, pelos quais recebeu uma indenização na importância de 17.850 libras.[111]

A freqüente associação de Glasgow com a indústria do fumo é apenas uma parte da história. A prosperidade

da cidade no século XVIII foi devida, pelo menos na mesma proporção, a seu negócio de refinação de açúcar. A refinação de açúcar remontava à segunda metade do século XVII. O estabelecimento ocidental foi construído em 1667, seguido pelo estabelecimento oriental, em 1669, e logo depois o estabelecimento meridional e mais outro. Seguiu-se ainda outro, em 1701. Mas Glasgow sofria a grande desvantagem de que antes de 1707 as relações comerciais diretas com as colônias eram ilegais, e os refinadores de açúcar de Glasgow eram forçados a depender de Bristol no que concernia à obtenção de matéria-prima. Pela Lei de União e uma ocorrência feliz, essa situação insatisfatória teve fim. Dois oficiais escoceses, o Coronel William Macdowall, membro de uma família antiga, e o Major James Milliken, quando aquartelados em St. Kitts, cortejaram e contraíram núpcias com duas herdeiras, a viúva Tovie e sua filha, proprietárias de grandes plantações de cana-de-açúcar. O elo que faltava foi encontrado. A chegada das herdeiras e seus maridos significou que Glasgow se tornou um dos principais portos de entrada dos carregamentos de açúcar das Índias Ocidentais. No próprio ano em que se verificou o acontecimento feliz, uma nova refinaria foi fundada.[112]

A maioria das refinarias se localizava na capital e perto dela — oitenta, em comparação com as vinte de Bristol. Em 1774, havia oito refinarias em Liverpool, uma delas, o estabelecimento dos Brancker, uma firma também dedicada ao tráfico de escravos, sendo uma das mais extensas em todo o reino.[113] Havia outras em Manchester, Chester, Lancashire, Whitehaven, Newcastle, Hull, Southampton e Warrington.

Pode-se bem perguntar por que a refinação do açúcar bruto não era feita na fonte, nas plantações. A divisão do trabalho, entre as operações agrícolas, no clima tropical, e as operações industriais, no clima temperado, subsiste até o dia de hoje. A razão original nada teve a ver com a capacidade do trabalhador ou a presença de recursos naturais. Foi conseqüência da política deliberada da mãe-pátria. A proibição de refinação de açúcar nas ilhas correspondeu à proibição de fabricação de tecidos e ferro no continente. Deviam ter refinadores na Inglaterra ou nas plantações?, perguntava *Sir* Thomas Clifford, em 1671.

"Cinco navios vão para os negros", foi sua resposta, "e não mais de dois, se for refinado nas plantações; e assim se destrói a frota mercante e tudo o que se relaciona com ela; e se se perder essa vantagem da Inglaterra se perderá tudo." Daí a tarifa elevada imposta ao açúcar refinado importado para a Inglaterra, quatro vezes mais do que a referente ao açúcar mascavo. Por essa política, a Inglaterra pedia um número maior de barris de açúcar bruto, mais carvão e víveres eram consumidos, e a receita natural aumentava.[114] As solicitações de Davenant para permissão de refinação colonial[115] não eram atendidas.

É significativo que uma luta semelhante estivesse sendo travada na França, resultando em vitória semelhante para os mercantilistas. Colbert permitira a refinação de açúcar nas Índias Ocidentais Francesas, e o aço bruto e o refinado procedentes das ilhas pagavam a mesma tarifa na França. Mas, em 1862, a tarifa sobre o aço refinado foi duplicada, enquanto dois anos depois, sob pena de uma multa de 3.000 libras, foi proibido construir-se novas refinarias nas ilhas. Um decreto de 1698 foi ainda mais drástico. A tarifa sobre o açúcar bruto proveniente das Ilhas Ocidentais foi baixada de quatro para três libras por quintal, enquanto a tarifa sobre o açúcar refinado foi aumentada de oito para vinte e duas libras e meia. Essa última cifra era a mesma tarifa cobrada sobre o açúcar refinado proveniente de terras estrangeiras: "a natureza drástica da proteção outorgada aos refinadores franceses contra seus compatriotas das colônias se tornou evidente".[116]

O interesse da refinação de açúcar da Inglaterra foi estimulado por tal legislação. Ele nem sempre concordava com o interesse das plantações, de quem dependia para seu abastecimento. Sob o sistema mercantil, os plantadores de cana-de-açúcar tinham o monopólio do mercado interno e as importações do exterior eram proibidas. Era portanto política dos plantadores restringir a produção a fim de manter o preço alto. Seu monopólio legal do mercado interno era uma arma poderosa em suas mãos, e eles a usavam impiedosamente, às expensas de toda a população da Inglaterra. Enquanto o preço do açúcar era naturalmente forçado a baixar no mercado mundial pelo aumento do cultivo da cana-de-açúcar nas colônias

francesas, espanholas e portuguesas, os plantadores britânicos estavam resolvidos a manter o preço de monopólio no mercado interno.

Os amigos dos plantadores advertiram-nos do "erro fatal e deplorável" que estavam cometendo, pois "se as plantações britânicas não puderem, ou não quiserem, fornecer açúcar, etc., abundante e bastante barato, os franceses, holandeses e portugueses podem, e o farão".[117] Não faltou quem escrevesse, por volta de 1730, solicitando ao Governo para "abrir as comportas das leis e deixar entrar inclusive o açúcar francês, até que nos fornecessem pelo menos tão barato como se fornece a nossos vizinhos".[118] Em 1739, a Jamaica pediu assistência à mãe-pátria. O Conselho de Comércio e Plantações lançou uma advertência clara e inequívoca. A Jamaica tinha duas vezes tanta terra quanto todas as ilhas de Sotavento reunidas, contudo as exportações das ilhas de Sotavento ultrapassavam as da Jamaica. "De onde naturalmente se deduz que nem metade de suas terras é atualmente cultivada, e que a Grã-Bretanha não colhe metade do benefício de sua colônia, que colheria se fosse inteiramente cultivada." [119]

Os plantadores não deram ouvidos. No século XVIII, não precisavam fazê-lo. Os refinadores de Londres, Westminster, Southwark e Bristol apresentaram protesto ao Parlamento, em 1753, contra o egoísmo dos plantadores e a "mais intolerável espécie de tributo" representada pelo preço mais elevado do açúcar britânico. Os refinadores solicitaram ao Parlamento que tornasse interesse dos plantadores de cana produzir mais açúcar bruto aumentando a área de cultivo. Trataram de esclarecer, porém, que não pretendiam "entrar em competição com os habitantes de todas as colônias açucareiras, por números, riqueza ou importância para o público". O Parlamento contornou a questão aprovando resoluções sobre o incentivo da fixação de colonos brancos na Jamaica.[120]

Outra crise nas relações entre os produtores e os beneficiadores verificou-se durante a Revolução Americana. As importações de açúcar declinaram em um terço, entre 1774 e 1780. Os preços estavam altos e os refinadores, em dificuldade, solicitaram ao Parlamento um auxílio em forma da admissão do açúcar apreendido. Lendo nas entrelinhas do depoimento tomado pela comissão parlamen-

tar sobre o assunto, vemos o conflito de interesses entre refinador e plantador. Os preços altos beneficiavam o plantador, enquanto os refinadores queriam um aumento do fornecimento que os plantadores não queriam, ou não podiam dar. Se eles não quisessem, que se os obrigassem, os refinadores de Bristol recomendaram "uma lei salutar", que levaria a "tornar do interesse das colônias açucareiras britânicas, expandir o cultivo de suas terras, a fim de capacitá-las a obter uma produção maior, e a enviar quantidades maiores de açúcar à Grã-Bretanha, e assim a torná-las mais úteis à mãe-pátria, seu comércio, navegação e receita".[121] Se não pudessem, que se compre em outra parte, nas colônias francesas, por exemplo. "Fosse eu refinador", disse um depoente, um atacadista de secos e molhados, "preferiria certamente o açúcar de São Domingos a qualquer outro".[122] O abismo estava ampliando-se aos pés do plantador de cana-de-açúcar, mas, com a cabeça orgulhosamente erguida no ar, ele seguia seu caminho murmurando a lição que lhe haviam ensinado os mercantilistas e que ele aprendera muito bem.

4. DESTILAÇÃO DE RUM

Contudo, outra matéria-prima colonial dera origem a mais outra indústria inglesa. Um dos importantes subprodutos do açúcar é o melaço, do qual se pode destilar rum. Mas o rum nunca atingiu a importância do algodão, muito menos a do açúcar, como uma contribuição à indústria britânica, em parte, talvez, porque muito rum era importado diretamente das ilhas em seu estado acabado. As importações provenientes das ilhas aumentaram de 58.000 galões, em 1721, para 320.000, em 1730. Em 1763, a cifra alcançava 1.250.000 galões e ultrapassava firmemente os dois milhões entre 1765 e 1779.[123]

O rum era indispensável nas pescarias e no comércio de peles, e como ração naval. Mas sua ligação com o comércio triangular era ainda mais direta. O rum era uma parte essencial da carga do navio negreiro, especialmente o navio negreiro americano colonial. Nenhum traficante de escravos podia dispensar a carga de rum. Era lucrativo espalhar o gosto da bebida na costa africana. Os mercadores de negros eram constantemente assediados

com oferecimentos de bebida, induzidos a beber até perderem a cabeça e então o negócio era fechado.[124] Um mercador de escravos, com o saco cheio do ouro que lhe fora pago pela venda de seus escravos, estupidamente aceitou o convite do comandante do navio negreiro para jantar. Embriagaram-no e quando ele acordou na manhã seguinte verificou que seu dinheiro desaparecera e ele próprio fora desnudado, marcado e escravizado juntamente com suas próprias vítimas, para grande alegria dos marinheiros.[125] Em 1765, duas destilarias foram estabelecidas em Liverpool com a finalidade expressa de abastecer os navios destinados à África.[126] De igual importância para o mercantilista era o fato de que do melaço era possível obter-se, além do rum, conhaque e vinhos inferiores importados da França. Os destiladores eram uma prova importante do interesse de Bristol pelas plantações de cana-de-açúcar, e muitas foram as reclamações que eles enviaram ao Parlamento em defesa de seus interesses e em oposição à importação dos conhaques franceses. O Bispo Barkeley expressou o sentimento predominante quando perguntou acrimoniosamente, em linguagem estritamente mercantilista, "se a embriaguez é um mal necessário, os homens não podiam igualmente embriagar-se com o crescimento de seu próprio país?"

O século XVIII na Inglaterra foi famoso por seu alcoolismo. A bebida popular era o gim, imortalizado por Hogarth em seu *Beco do Gim.* O anúncio clássico de uma taberna de Southwark dizia: "Bêbedo por um *penny,* completamente bêbedo por dois *pence,* cama limpa de graça." O gim e o rum disputavam a primazia.

Os plantadores das Índias Ocidentais argumentavam que o rum que produziam era igual a um quarto do valor de todos os seus demais produtos. Proibir a venda do rum seria portanto arruiná-los e levar o povo a sucedâneos estrangeiros. Os plantadores expressavam a esperança de que a supressão dos males ocasionados pelo uso excessivo de bebidas alcoólicas não redundaria na destruição do comércio açucareiro.[127] Segundo o seu modo de ver, a questão não era se o povo devia beber, mas o que devia beber. O gim, escrevia um anônimo, era "grandemente mais destrutivo ao organismo humano" do que o rum. "O gim é uma bebida muito ardente, corrosiva e infla-

mante para uso interno, mas... O rum é uma bebida tão suave, balsâmica e benigna, que se for adequadamente usada e temperada poderá tornar-se extremamente útil, tanto para o alívio quanto para o regalo da natureza humana."[128] Isso era uma descrição estranha da bebida que os barbadianos apropriadamente crismaram de "mata--diabo".

Contra os plantadores argumentou-se que o comércio de rum das Índias Ocidentais era muito insignificante para permitir a continuação de uma atrocidade gritante que tendia a destruir a saúde e a moral do povo da Grã--Bretanha.[129] Não é improvável que outras considerações envolvessem o assunto. O rum competia com a bebida feita de trigo. O interesse das Índias Ocidentais estava portanto em choque com o interesse agrícola inglês. Os plantadores de cana-de-açúcar clamavam que destilar do trigo tendia a elevar o preço do pão. Esse interesse pelo pobre consumidor de pão era comovente, vindo como vinha de extorsionários que queriam que o pobre gastasse mais dinheiro em açúcar, e precedeu em cem anos um conflito semelhante, porém mais significante, entre os fazendeiros e industriais ingleses, em torno de pão mais barato ou salários mais baixos para as classes trabalhadoras. "O melaço" amargou as relações entre o plantador de cana das Índias Ocidentais e o proprietário de terras inglês, tal como amargara as relações entre o plantador e o colono do continente, e o interesse das Índias Ocidentais estava sempre pronto a recomendar a sua utilização na Inglaterra toda vez que havia escassez de trigo, diziam eles, mas na realidade toda vez que havia uma superabundância de açúcar. "Doces cavalheiros!", escreveu um defensor anônimo dos condados da cevada em 1807. "Procuraram um argumento muito forçado em apoio de sua causa pela sacarina";[130] e Michael Sadler, em 1831, opôs-se à idéia: "Uma bebida salutar pode ser feita desse artigo, mas o povo da Inglaterra não gostou dela."[131]

O verdadeiro inimigo, porém, do destilador das Índias Ocidentais, não era o fazendeiro inglês, mas o destilador da Nova Inglaterra. Os negociantes da Nova Inglaterra se recusavam a adquirir o rum das Índias Ocidentais e insistiam na compra de melaço, que eles próprios destilavam e mandavam para a Terra Nova, para as tribos indígenas e sobretudo para a África. O comércio de rum na costa de escravos tornou-se um monopólio virtual da Nova Inglaterra. Em 1770, as exportações de rum da Nova Inglaterra para a África representaram mais de quatro quintos do total das exportações coloniais daquele ano[132] e, contudo, outro importante interesse consolidado tirava sua sustentação do comércio triangular. Mas aqui, também, estava a semente da futura desintegração. O melaço das Índias Ocidentais Francesas era mais barato do que o britânico, porque a destilação francesa não tinha permissão para competir com os conhaques da mãe-pátria. Em vez de dar o melaço aos cavalos, preferiam vendê-lo aos colonos do continente. Estes últimos, portanto, recorriam aos plantadores franceses, e o melaço era um dos artigos principais naquele comércio entre o continente e as colônias açucareiras que, como a continuação demonstrou, teve profundas conseqüências para os plantadores de cana britânicos.

5. "PACOTILLE"

Os carregamentos dos navios negreiros estavam incompletos sem a *pacotille* (pacotilha), diversos artigos e bugingangas que atendiam ao gosto dos africanos por cores berrantes e pelos quais, depois de terem vendido seus compatriotas, eles se desfariam, no fim do século XIX, de suas terras e outorgariam concessões de minas. Artigos de vidro e contas eram sempre bem recebidos na costa de escravos, e nas plantações havia sempre uma grande procura de garrafas. Muitos desses artigos eram manufaturados em Bristol.[133] Um mercador de escravos recebeu de um príncipe um belo negro em troca de treze contas de coral, meia enfiada de âmbar, vinte e oito guizos de prata e três pares de braceletes para suas mulheres; em reconhecimento dessa liberalidade, ele ofereceu à favorita do príncipe um presente de algumas fileiras de contas de vidro e cerca de quatro onças de lã escarlate.[134] Separadamente, esses artigos eram de valor desprezível; em conjunto, porém, constituíam um negócio de grande importância, uma parte tão essencial das transações de escravos que a palavra *pacotille* ainda hoje é comumente usada nas Índias Ocidentais para denotar uma buginganga barata e vistosa dada em troca de objetos de grande valor.

6. AS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS

A traficância de escravos exigia artigos mais horrendos, embora nem um pouco menos úteis, do que as manufaturas de lã e algodão. Grilhões, correntes e cadeados eram necessários para prender os negros mais seguramente nos navios e assim evitar motins e suicídios. A prática de marcar os escravos para identificá-los requeria o emprego de ferros em brasa. Os regulamentos legais estipulavam que em qualquer navio destinado à África, às Índias Orientais, ou às Índias Ocidentais, "três quartos de sua proporção de cerveja deviam ser postos em cascos guarnecidos de ferro, munidos de aros de ferro de boa substância e ferro bem forjado".[135] Barras de ferro eram o meio de troca numa grande parte da costa africana e equivaliam a quatro barras de cobre.[136] As barras de ferro constituíam quase três quartos do valor do carregamento do *Swallow*, em 1679, quase um quarto do carregamento do *Mary*, em 1690, quase um quinto do carregamento de um navio negreiro, em 1733.[137] Em 1682, a Real Companhia Africana exportava cerca de 10.000 barras de ferro por ano.[138] Os manufatores de ferro encontravam, também, um mercado útil na África.

As armas de fogo formavam uma parte sistemática de todo carregamento africano. Birmingham tornou-se o centro do comércio de armas, tal como Manchester era o do comércio de algodão. A luta entre Birmingham e Londres por causa do comércio de armas era simplesmente outro ângulo da luta pelo livre-câmbio ou monopólio, que já assinalamos com respeito ao tráfico de escravos em geral entre a capital e os outros portos do país. Em 1709 e 1710, os fabricantes de armas de Londres apresentaram petição em favor do monopólio da Real Companhia Africana. Os fabricantes de armas e os manufatores de ferro de Birmingham lançaram sua força e influência contra a companhia e os interesses de Londres. Três vezes, em 1708, 1709 e 1711, apresentaram petições contra a renovação do monopólio da companhia que fora modificado em 1698.[139] Seu comércio tinha aumentado desde então e eles receavam a renovação do monopólio, o que submeteria suas manufaturas "a um comprador, ou a alguém que monopolizasse a sociedade, excluindo todos os outros".[140]

No século XIX, as armas de Birmingham eram permutadas por óleo de dendê da África, mas o século XVIII assistiu a uma permuta menos inocente. As armas de Birmingham do século XVIII eram permutadas por homens, e dizia-se geralmente que o preço de um negro era uma arma de Birmingham. O mosquete africano era uma importante exportação de Birmingham, atingindo um total de 100.000 a 150.000 anualmente. Com o Governo britânico e a Companhia das Índias Orientais, a África figurava como o cliente mais importante dos fabricantes de armas de Birmingham.[141]

As necessidades das plantações também não eram de se desprezar. No fim do século XVII, os manufatores de aço, Sitwell, do Derbyshire, produziam entre seus artigos fornos de açúcar e cilindros para moer cana em Barbados, e Birmingham também estava interessada nas plantações.[142] Exportações de ferro forjado e pregos eram encaminhadas para as plantações, embora essas exportações tendessem a flutuar de acordo com as condições do comércio açucareiro. Como disse um manufator de ferro em 1737: "O mau estado de algumas de nossas ilhas açucareiras tem sido... algum prejuízo para o comércio de ferro; pois o consumo de artigos de ferro, nessas ilhas, é mais ou é menos, segundo o seu comércio de açúcar é melhor ou pior." [143] Um antigo historiador da cidade deixou-nos um quadro do interesse de Birmingham no sistema colonial: "machados para a Índia e machados de guerra para a América do Norte; e para Cuba e os Brasis correntes, algemas e argolas de ferro para os pobres escravos... Nas florestas primitivas da América o machado de Birmingham abatia as velhas árvores; nas pastagens de gado da Austrália ecoavam o som das campainhas de Birmingham; na Índia Oriental e nas Índias Ocidentais cuidavam dos campos de cana-de-açúcar com enxadas de Birmingham." [144]

Junto com o ferro, iam bronze, cobre e chumbo. As exportações de panelas e chaleiras de bronze para a África remontavam a antes de 1660, mas aumentaram com o livre-câmbio após 1698. Depois disso, Birmingham começou a exportar grandes quantidades de cutelaria e artigos de bronze e, durante todo o século XVIII, os artigos ingleses efetivamente sustentaram concorrência com os

artigos estrangeiros nos mercados coloniais. A Companhia Cheadle, fundada no Norte do Staffordshire em 1719, logo se tornou uma das principais empresas de artigos de bronze e cobre da Inglaterra. Estendeu o campo de suas operações para incluir o arame de bronze, "as varetas de Guiné" e os *manelloes* (argolas de metal usadas pelas tribos africanas) utilizados no comércio africano. O capital da companhia aumentou onze vezes entre 1734 e 1780, quando a companhia foi reorganizada. "Partindo de pequenos começos..., tornou-se uma das mais importantes, se não a mais importante, das empresas de artigos de bronze e cobre do século XVIII." De acordo com a tradição, navios zarpavam para a África com os porões cheios de ídolos e *manelloes*, enquanto os camarotes eram ocupados por missionários — "um exemplo edificante de um bem material em competição com um espiritual".[145] As Usinas Batistas, de Bristol, produziam uma quantidade prodigiosa de bronze que, estirado em arame e transformado em "bateria", era amplamente usado no comércio africano.[146] As oficinas Holywell, além de produzirem forros de cobre para os navios de Liverpool, fabricavam panelas de bronze para os negociantes de açúcar das Índias Ocidentais e de chá das Índias Orientais, bem como todas as variedades de instrumentos de bronze baratos e vistosos para o comércio africano.[147] Panelas e chaleiras de bronze eram exportadas para a África e para as plantações, e numa lista, depois do item "panelas de bronze", lemos "idem grandes para que lavem seus corpos nelas".[148] Essas "panelas de banho", feitas agora de estanho galvanizado, ainda são uma característica normal da vida de hoje nas Índias Ocidentais.

As necessidades da construção naval deram novo estímulo à indústria pesada. As fundições de correntes e âncoras de ferro, das quais existiam muitas em Liverpool, existiam exclusivamente para a construção de navios. Os forros de cobre para os navios deram origem a indústrias locais na cidade e zonas circunvizinhas para atender à procura. Entre trinta e quarenta embarcações eram empregadas em transportar o cobre, fundido no Lancashire e Cheshire, das oficinas de Holywell para os armazéns de Liverpool.[149]

O interesse do manufator de ferro pelo tráfico de escravos continuou por todo o século. Quando a questão da abolição foi apresentada ao Parlamento, os manufatores e os negociantes de ferro, cobre, bronze e chumbo de Liverpool fizeram uma petição contra o projeto, que afetaria o emprego na cidade e lançaria milhares como "viandantes solitários pelo mundo, para procurar emprego em climas estranhos".[150] No mesmo ano, Birmingham declarou que dependia consideravelmente do tráfico de escravos com respeito a uma grande parte de suas várias manufaturas. A abolição arruinaria a cidade e empobreceria muitos de seus habitantes.[151]

Essas apreensões eram exageradas. A necessidade de munições para as guerras comerciais do século XVIII preparara os manufatores de ferro para as necessidades ainda maiores que viriam durante as Guerras Revolucionárias e Napoleônicas. Os mercados coloniais, além disso, eram inadequados para absorver o aumento da produção, resultante das inovações tecnológicas. Entre 1710 e 1735, os exportadores de ferro quase triplicaram. Em 1710, as Índias Ocidentais Britânicas foram responsáveis por um quinto das exportações, em 1735 por menos de um sexto. Em 1710, mais de um terço das exportações para as plantações foram para as ilhas açucareiras, em 1735 mais de um quarto. O auge foi alcançado em 1729, quando as Índias Ocidentais absorveram quase um quarto das exportações totais e quase metade das exportações para todas as plantações.[152] Expansão na metrópole, contração nas ilhas açucareiras. Em 1783, os manufatores de ferro também estavam começando a olhar a coisa de outro modo. Mas a Gata Borralheira, ostentando momentaneamente sua fantasia, estava divertindo-se bastante no baile para dar qualquer atenção aos ponteiros do relógio.

4

OS INTERESSES DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

"Nossas colônias de fumo", escreveu Adam Smith, "não nos mandam plantadores tão ricos como os que vemos chegar freqüentemente de nossas ilhas açucareiras".[1] O plantador de cana-de-açúcar figurava entre os maiores capitalistas da época mercantilista. Uma peça muito popular. *The West Indian*, foi apresentada em Londres em 1771. Começava com uma tremenda recepção que estava sendo preparada para um plantador que vinha das Índias Ocidentais para a Inglaterra, como se fosse o Prefeito de Londres que estivesse sendo esperado. O criado filosofava: "Ele é muito rico e isso é o bastante. Dizem que possui rum e açúcar suficientes para transformar toda a água do Tâmisa em ponche."[2]

O plantador das Índias Ocidentais era uma figura familiar na sociedade inglesa do século XVIII. A explicação encontra-se no latifundiarismo absenteísta que sempre foi a praga das Antilhas e é ainda hoje um de seus maiores problemas.

Um plantador absenteísta certa vez argumentou que "o clima de nossas colônias açucareiras é tão inconveniente para uma constituição inglesa que nenhum homem se decidirá a viver lá, muito menos qualquer homem se decidirá a se instalar lá, sem as esperanças de pelo menos sustentar sua família de maneira mais agradável, ou de poupar mais dinheiro, do que pode fazer por qualquer negócio que poderá realizar na Inglaterra, ou nas nossas plantações no continente da América".[3] Mas o clima das Índias Ocidentais não é desagradável e, depois de fazer sua fortuna, o dono de escravos retornava à Grã-Bretanha. Escrevendo em 1689, o representante de Barbados afirmou

que "por uma espécie de força magnética a Inglaterra atrai para si tudo o que há de bom nas plantações. É o centro para o qual todas as coisas tendem. Nada a não ser a Inglaterra nos pode agradar ou deleitar: nosso coração está aqui, esteja onde estiver nosso corpo... Tudo o que podemos conseguir é trazido para a Inglaterra".[4] Em 1698, as Índias Ocidentais enviavam anualmente para a Inglaterra cerca de trezentas crianças para serem educadas, sendo que a diferença, de acordo com Davenant, era que os pais saíram pobres e os filhos voltaram ricos.[5] "Bem", diz o Sr. Belcour, o plantador, na comédia *The West Indian,* "pela primeira vez em minha vida, aqui estou na Inglaterra, na fonte do prazer, na terra da beleza, das artes, das elegâncias. Minha boa estrela deu-me alguns bens e os ventos favoráveis trouxeram-me para cá para gastá-los".[6] Depois do retorno à Inglaterra, o desejo mais ardente dos plantadores era adquirir uma propriedade, misturar-se com a aristocracia e apagar as marcas de sua origem. A presença deles na Inglaterra, como frisou Brougham, tinha um efeito freqüentemente deletério sobre o caráter e a moral ingleses; onde eles eram numerosos e tinham adquirido terra, comumente introduziam uma situação de maus costumes na localidade.[7] Sua riqueza colossal permitia-lhes dispêndios perdulários que cheiravam a vulgaridade e provocavam a inveja e reprovação da aristocracia inglesa menos opulenta.

O economista político Merivale argumentou que, no século XIX, a mudança de residência do absenteísta era mais uma honra do que uma desonra para o caráter inglês, como evidenciando uma aversão pela crueldade arraigada e o desregramento da vida nas colônias de escravos. Mas essa suscetibilidade peculiar que evitava o contato com a escravidão enquanto não fazia objeção a fruir os lucros proporcionados por ela, Merivale só podia explicar pela "desculpa geral da incoerência da natureza humana".[8]

O absenteísmo, porém, tinha sérias conseqüências nas ilhas. As plantações eram deixadas à mercê da má direção de administradores e procuradores. Em certas ocasiões, os governadores encontravam dificuldade em obter *quorum* para os conselhos. Muitos cargos eram ocupados por um só indivíduo e a desproporção entre a população negra e branca aumentava, agravando o perigo das rebeliões dos escravos. As Leis de Deficiência não conseguiram restringir a prática do absenteísmo, portanto as assembléias locais tentaram confiscar os grandes tratos de terra mantidos na ociosidade e pertencentes aos absenteístas, propondo sua redivisão em pequenas propriedades. Ambas as medidas foram impugnadas pelo Governo inglês por insistência dos plantadores absenteístas.[9]

Dos plantadores de cana-de-açúcar residentes na Inglaterra, os mais importantes eram os Beckford, uma antiga família do Gloucestershire que remontava ao século XII. Um de seus membros faleceu lutando por seu rei em Bosworth Field em 1483, outro encontrou na conquista inglesa da Jamaica um meio de restaurar a fortuna da família. Em 1670, o vereador *Sir* Thomas Beckford, um dos primeiros proprietários absenteístas, estava obtendo 2.000 libras por ano de sua propriedade na Jamaica, livre de todas as despesas. Peter Beckford tornou-se o mais ilustre dos novos colonizadores. Ocupou, no decorrer do tempo, todos os cargos civis e militares de maior importância na ilha, tornou-se Presidente do Conselho e mais tarde Governador e Comandante-Chefe. Ao morrer, em 1710, "estava de posse da maior propriedade imobiliária e pessoal de qualquer súdito na Europa". Em 1737, seu neto, William, herdou a fortuna da família e tornou-se o mais poderoso plantador das Índias Ocidentais na Inglaterra.[10]

Beckford, em sua propriedade do Wiltshire construiu a Mansão Fonthill, há muito considerada como a vivenda mais atraente e suntuosa do oeste da Inglaterra.

"Era um edifício bonito, uniforme, consistindo num centro de quatro andares e duas alas de dois andares, ligados por corredores, construído de pedra fina e adornado com um pórtico audaz, assentado numa base rústica, com dois amplos lances de escadas, seus apartamentos eram numerosos e magnificamente mobiliados. Exibiam a riqueza e o luxo do Oriente, e em determinadas ocasiões eram soberbamente brilhantes e deslumbrantes. Enquanto suas paredes eram adornadas com as obras de arte mais caras, seus aparadores e armários apresentavam uma resplandecente combinação de ouro, prata, metais preciosos e pedras preciosas, dispostos e trabalhados pelos mais esmerados artistas e artesãos. Anexada a esses esplendores, a esses objetos

deslumbrantes, ostensivamente aumentados e multiplicados por grandes espelhos de alto preço, havia uma vasta, selecionada e valiosa biblioteca... Pode-se formar uma idéia da extensão, etc., da casa, medindo-se o seu grande vestíbulo, no andar térreo, que era de mais de 26 metros de comprimento por quase 12 metros de largura. Seu teto era abobadado e sustentado por grandes pilastras de pedra. Um apartamento era decorado à maneira turca, com grandes espelhos, otomanas, etc., enquanto os outros eram enriquecidos com consolos de chaminé de mármore finamente esculturados." [11]

Beckford Junior não seria superado. Possuindo uma imaginação vívida e uma fortuna imensa que, de acordo com o historiador da família, não podiam satisfazer-se com qualquer coisa vulgar, ele desejava novidade, grandiosidade, complexidade e até sublimidade. O resultado foi a Abadia Fonthill, cuja construção proporcionou emprego a um número enorme de artífices e trabalhadores, sendo até construída uma vila nova para acomodar alguns dos colonos. O terreno da abadia era num setor plantado com todas as espécies de árvores e arbustos florescentes americanos, que cresciam em suas selvas nativas.[12] Em 1837, Beckford recebeu 15.160 libras a título de indenização por 770 escravos que possuía na Jamaica.[13]

Os Hibbert eram plantadores nas Índias Ocidentais, assim como negociantes, que, como já vimos, forneciam panos axadrezados de algodão e linho para a África e as plantações. Robert Hibbert vivia no Bedfordshire com a renda que obtinha de sua propriedade nas Índias Ocidentais. Sua plantação era uma das mais requintadas da Jamaica; "embora ele fosse sempre um amo eminentemente bondoso", seu biógrafo nos assegura, "não tinha repugnância a essa espécie de propriedade por motivos morais". Ao morrer, deixou um fundo que rendia cerca de mil libras por ano para três ou mais bolsas de estudo de Teologia, para fomentar a propagação do cristianismo em sua forma mais simples e mais inteligível e o livre exercício do julgamento privado em questões de religião.[14] Um parente seu, George, foi sócio de uma opulenta firma comercial em Londres e foi por muitos anos representante da Jamaica na Inglaterra. George Hibbert tomou a iniciativa da construção das Docas das Índias Ocidentais. Foi eleito o primeiro presidente da diretoria e hoje seu retrato, pintado por Lawrence, encontra-se pendurado na sala de

reunião da Diretoria do Porto de Londres. Grande colecionador de livros, a venda de sua biblioteca durou 42 dias.[15] Os Hibbert receberam 31.120 libras de indenização por seus 1.618 escravos.[16] A mansão da família em Kingston, uma das casas mais antigas da Jamaica, ainda existe hoje, enquanto o nome da família está perpetuado no *Hibbert Journal*, a famosa publicação trimestral dedicada a Religião, Teologia e Filosofia. Publicado pela primeira vez em outubro de 1902, o *Journal* teve "a sanção e apoio dos Administradores do Fundo Hibbert", que, porém, recusaram a responsabilidade pelas opiniões expressas em suas páginas.[17]

Também ligados a Jamaica eram os Long. Charles Long, ao morrer, deixou propriedade em Suffolk, uma casa em Bloomsbury, Londres, e uma propriedade total na Jamaica compreendendo 14.000 acres. Desfrutava uma renda muito grande, de longe a maior de qualquer proprietário jamaicano desse período e, por conseguinte, estava habilitado a viver no esplendor.[18] Seu neto, um plantador jamaicano, escreveu uma bem conhecida história da ilha. Um parente, Beeston Long Jr., foi presidente da Companhia das Docas de Londres e diretor de banco, e a mansão de sua família em Bishopsgate Street, Londres, era merecidamente famosa.[19] Outro membro da família, Lorde Farnborough, construiu Bromley Hill Place, em Kent, uma das mansões mais famosas da Inglaterra, notável por seus maravilhosos jardins ornamentais.[20]

Não contente com sua condição de sócio da firma Corrie & Companhia, de Liverpool, dedicada ao comércio de cereais, John Gladstone estava indiretamente interessado no tráfico de escravos como proprietário de escravos nas Índias Ocidentais. "Como muitos outros comerciantes de reputada probidade e honestidade, (ele) podia satisfazer sua consciência alegando ser uma necessidade." Gladstone, por meio de execução hipotecária, adquirira grandes plantações na Guiana Inglesa e na Jamaica, enquanto ao mesmo tempo se dedicava intensamente ao comércio com as Índias Ocidentais. O açúcar e outros produtos, que ele vendia na Bolsa de Liverpool, eram originários de suas próprias plantações e importados em seus próprios navios. A fortuna acumulada por esse meio permitiu-lhe estabelecer relações comerciais com a Rússia, Índia e China e fazer

grandes e felizes investimentos em terras e propriedades imobiliárias em Liverpool. Ele contribuiu grandemente para obras de caridade em Liverpool, construiu e dotou igrejas, e foi um defensor eloqüente na cidade dos gregos em sua luta pela independência. Quando seu filho famoso, William Ewart, estava fazendo campanha eleitoral em Newark, em 1832, um órgão oficial, com exatidão, embora não com bom gosto, lembrou aos eleitores que o candidato era "filho do Gladstone de Liverpool, uma pessoa que acumulou uma grande fortuna por meio de negócios com as Índias Ocidentais. Noutras palavras, uma grande parte de sua riqueza provinha do sangue de escravos negros".[21] Durante a maior parte da agitação pela emancipação, John Gladstone foi presidente da Associação das Índias Ocidentais e, em certa ocasião, manteve uma controvérsia num dos jornais de Liverpool com James Cropper, um abolicionista de Liverpool, sobre a questão da escravatura nas Índias Ocidentais.[22] A indenização paga a Gladstone em 1837, de acordo com a Lei de 1833, importou em 85.600 libras por 2.183 escravos.[23]

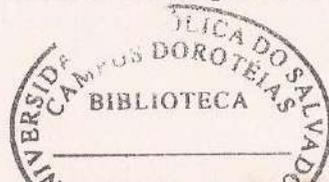
Os Codrington eram outra família bem conhecida que devia sua riqueza e posição social a suas plantações de cana-de-açúcar e escravos. Christopher Codrington foi governador de Barbados, durante o século XVII, e suas plantações em Barbados e Barbuda valiam 100.000 libras em dinheiro moderno. Fundou ali uma escola, que ainda conserva o seu nome, e ao morrer deixou 10.000 libras, a maior parte delas para uma biblioteca, e sua valiosa coleção de livros no valor de 6.000 libras para o All Souls College, Oxford, onde formaram o núcleo da famosa Biblioteca Codrington. Um de seus descendentes foi herói naval de Navarino, pela causa da Independência grega, no século XIX.[24]

A família Warner se dispersou pelas ilhas de Sotavento, alguns em Antígua, outros em Domínica, outros ainda em St. Vincent, outros finalmente em Trinidad. Thomas Warner foi um pioneiro entre os colonizadores britânicos das Antilhas. Joseph, um membro da família, chegou a ser um dos três principais cirurgiões de seu tempo, cirurgião no Hospital de Guy e o primeiro membro do Colégio de Cirurgiões fundado em 1750. Seu retrato, pintado por Samuel Medley, pertence agora ao Colégio

Real de Cirurgiões. No século XIX, outro Warner foi Presidente do Conselho de Antígua, enquanto outro ainda, como Procurador-Geral de Trinidad, foi o grande defensor da imigração das Índias Ocidentais. Talvez o membro mais conhecido dessa família das Índias Ocidentais seja Pelham Warner, famoso jogador inglês de críquete e reconhecida autoridade nesse grande jogo britânico.[25]

Outros nomes, menos espetaculares, lembram o glorioso período do açúcar. Bryan Edwards, historiador das Índias Ocidentais Britânicas do fim do século XVIII, teria, segundo sua própria confissão, vivido e morrido no esquecimento na pequena propriedade paterna, na decadente cidade de Westbury, em Wiltshire, não fossem seus dois opulentos tios que se dedicaram ao cultivo da cana-de-açúcar nas Índias Ocidentais.[26] Os Pinney, bem conhecidos em Bristol, possuíam plantações de cana em Nevis.[27] O filho de Joseph Marryat foi o Comandante Frederick Marryat, o famoso romancista da vida do mar e também inventor de um código de sinais para a marinha mercante que só foi abandonado em 1857.[28] O Coronel William Macdowall foi a figura mais notável em Glasgow. "Dono de uma nobre mansão no país e de uma rica propriedade nas Índias Ocidentais, com navios nos mares e carregamentos de açúcar e rum constantemente chegando à terra, ele também tinha o prestígio social de seu posto militar e ascendência familiar, e devia ter o respeito de todo mundo quando vinha caminhando, com sua alta bengala de castão de ouro pela estrada."[29]

Bryan Edwards negou com indignação a acusação de que seus colegas plantadores fossem notáveis pela opulência gigantesca ou a exibição ostentosa disso. As provas existentes atestam o contrário. A riqueza dos plantadores das Índias Ocidentais tornou-se proverbial. Comunidades desses opulentos plantadores podiam ser encontradas em Londres e Bristol, e as placas comemorativas na All Saints' Church (Igreja de Todos os Santos), em Southampton, falam eloqüentemente da posição social que eles outrora ocuparam.[30] As escolas selecionadas de Eton, Westminster, Harrow e Winchester estavam cheias dos filhos dos plantadores das Índias Ocidentais.[31] As carruagens dos plantadores eram tão numerosas que, quando eles se reuniam, os londrinos reclamavam que as ruas ficavam con-

gestionadas numa certa distância. Conta-se a história de como, numa visita a Weymouth, Jorge III e Pitt encontraram um rico jamaicano com uma imponente carruagem de luxo, acompanhado de criados a cavalo e de libré. Diz-se que Jorge III, muito contrariado, falou:

— Açúcar, açúcar, hein? Todo *aquele* açúcar! Como vão os impostos, hein, Pitt, como vão os impostos?[32]

Os plantadores das Índias Ocidentais eram visitantes habituais das estações de água de Epsom e Cheltenham;[33] seus filhos misturavam-se em termos de igualdade com as aglomerações elegantes das Salas de Reunião e as Fontes Térmicas de Bristol.[34] Uma herdeira das Índias Ocidentais era um prêmio cobiçado, e Charles James Fox quase decidiu que a fortuna de 80.000 libras da senhorita Phipps era a solução para suas elevadas dívidas de jogo.[35] Pode-se especular a respeito de que efeito tal casamento teria na carreira de Fox como abolicionista.

Muitos indivíduos humildes na Inglaterra atingiram a riqueza e a opulência em virtude de um legado casual de uma plantação das Índias Ocidentais. Houve época em que tal legado era considerado como um dissabor e um tormento,[36] mas não era assim no século XVIII. A peça de George Colman, *Africanos*, apresenta no jovem Sr. Marrowbone, o açougueiro, uma situação que devia ser muito familiar para o público. O açougueiro herda uma plantação nas Índias Ocidentais e "agora permuta pretos, em vez de regatear bois".[37]

A força dos plantadores aumentara, também, pelo grande número de negociantes antilhanos que obtinham enormes lucros com o comércio das Índias Ocidentais. De acordo com o Professor Namier, "havia relativamente muito poucos comerciantes na Grã-Bretanha em 1761 que, numa ou noutra ligação, não transacionassem com as Índias Ocidentais e um número considerável de famílias distintas tinha interesses nas Ilhas Açucareiras, tal como um número enorme de ingleses atualmente possui ações das plantações de borracha ou chá da Ásia ou de campos petrolíferos".[38] Os dois grupos nem sempre estavam de perfeito acordo. No início, os plantadores e os negociantes representavam organizações distintas, e o vínculo entre eles — crédito — nem sempre contribuía para a harmonia. Mas isso por si mesmo não seria a causa básica para

o conflito, já que o negociante podia sempre recorrer à execução hipotecária. Mais importante do que o fator da dívida era a determinação dos plantadores de manter os preços de monopólio e, na luta para a permissão do comércio direto com a Europa em 1739, a animosidade entre os dois grupos aumentou consideravelmente.[39] Mas, de modo geral, a identidade de interesses era maior e mais importante do que o choque entre eles, e os plantadores e os negociantes finalmente se coligaram por volta de 1780, quando toda a força que podiam reunir conjuntamente seria necessária daí a pouco para reforçar os diques do monopólio contra a torrente em formação do livre-câmbio.

A combinação dessas forças, plantadores e negociantes, aliada aos representantes coloniais na Inglaterra, constituía os poderosos interesses das Índias Ocidentais do século XVIII. Na era clássica da corrupção parlamentar e venalidade eleitoral, o dinheiro deles mandava. Eles compravam votos e "burgos podres" e assim ingressavam no Parlamento. A competição deles forçava a elevação do preço das cadeiras. O Conde de Chesterfield foi ridicularizado com desprezo, em 1767, quando ofereceu 2.500 libras por uma cadeira pela qual um candidato das Índias Ocidentais oferecia o dobro.[40] Nenhuma fortuna inglesa hereditária particular podia resistir a essa torrente de ouro e corrupção colonial. A aristocracia agrária inglesa estava indignada, "agastada, levada a realizar grandes despesas e até desconcertada" com a atitude do pessoal das Índias Ocidentais nas eleições.[41] Há um sinal inequívoco dessa preocupação no aviso emitido por Cumberland, em sua peça, ao personagem das Índias Ocidentais que exibia ostentosamente sua riqueza e vangloriava-se de seus planos para gastá-la. "Usá-la, não esbanjá-la, assim espero; tratá-la, Sr. Belcour, não como um vassalo, sobre quem o senhor tem um poder arbitrário e despótico; mas como um súdito, ao qual o senhor tem obrigação de governar com autoridade comedida e contida."[42] Nas eleições de 1830, um plantador das Índias Ocidentais gastou proveitosamente 18.000 libras para conseguir eleger-se em Bristol.[43] As despesas eleitorais do candidato fracassado das Índias Ocidentais em Liverpool no mesmo ano atingi-

ram quase 50.000 libras, das quais um rico negociante das Índias Ocidentais, traficante e dono de escravos, John Bolton, forneceu um quinto.[44]

A dinastia Beckford estava apropriadamente representada no Parlamento de acordo com sua riqueza. King William foi membro do Parlamento por Shaftesbury, de 1747 a 1754, e pela metrópole, de 1754 a 1770. Outro irmão representou Bristol, um terceiro Salisbury, enquanto um quarto estava destinado a um burgo do Wiltshire.[45] Richard Pennant certa vez representou Liverpool.[46] Um dos Codrington foi membro do Parlamento em 1737.[47] George Hibbert representou Seaford de 1806 a 1812.[48] Edward Colston, o Cunard do século XVII, foi eleito por Bristol de 1710 a 1713.[49] O interesse das Índias Ocidentais estabeleceu um monopólio em tudo, menos no nome, de uma cadeira de Bristol. John Gladstone foi primeiro eleito por Woodstock e depois por Lancaster; teve o prazer de ouvir em maio de 1833 o discurso inaugural de seu filho, membro do Parlamento por Newark, em defesa das propriedades da família na Guiana.[50] O grande estadista encontrou todos os seus sentimentos filiais envolvidos na questão da escravidão, e as ligações de sua família com as plantações de cana-de-açúcar das Índias Ocidentais exigiram a utilização de toda a sua eloqüência.[51] Um membro da família Lascelles foi eleito para o Parlamento em 1757.[52] Até o último extremo, Henry Goulburn lutou na batalha das Índias Ocidentais. Em 1833, ele ainda pedia ao Parlamento que assinalasse o impulso dado ao comércio exterior e à agricultura e que atentasse para os povoados que se haviam tornado cidades em conseqüência da ligação com as colônias.[53] O Parlamento não deu atenção e Goulburn teve de contentar-se com quase 5.000 libras de indenização por seus 242 escravos.[54] Joseph Marryat, de Trinidad, Henry Bright, de Bristol, Keith Douglas, Charles Ellis, todos eram das Índias Ocidentais. Dez dos quinze membros de um dos mais importantes comitês da Sociedade de Plantadores e Negociantes ocupavam cadeiras no Parlamento inglês.[55]

Para garantir-se duplamente, os plantadores das Índias Ocidentais, tal como os traficantes de escravos, estavam entrincheirados não somente na Câmara baixa, mas também na Câmara dos Lordes, para defender suas plan-

tações e a estrutura social em que elas repousavam. A passagem de uma câmara para a outra era fácil, os pariatos eram conferidos prontamente em troca de apoio político. Havia poucas, se é que havia alguma, casas nobres na Inglaterra, segundo um autor moderno, sem uma linhagem das Índias Ocidentais.[56] Richard Pennant tornou-se Lorde Penrhyn. Os Lascelles, uma antiga família barbadiana, foram enobrecidos e se tornaram os Harewood; um de seus descendentes é atualmente casado com a irmã do soberano reinante na Inglaterra. O Marquês de Chandos, responsável pela "Cláusula Chandos" da Lei de Reforma* de 1832, possuía plantações nas Índias Ocidentais e era o porta-voz do interesse das Índias Ocidentais, embora chegasse a ver o dia em que era quase infrutífero defender a causa das Índias Ocidentais.[57] O Conde de Balcarres possuía plantações na Jamaica. A emancipação encontrou-o como possuidor de 640 escravos, pelos quais recebeu quase 12.300 libras de indenização.[58] Isso explica sua oposição histérica, como governador da ilha, ao trato feito pelo General Maitland com o chefe dos escravos, Toussaint L'Ouverture, para a evacução de São Domingos depois do esforço frustrado da Grã-Bretanha em conquistar a colônia francesa. "Considerar-se-ia um tanto esquisito", escreveu ele para a Inglaterra, "que a cidade de Londres mandasse uma quantidade imensa de provisões e roupas para o uso do exército *sans culotte* reunido com a finalidade de invadir a Inglaterra!"[59] Lorde Hawkesbury, *né* Jenkinson, era um proprietário nas Índias Ocidentais[60] e, como Presidente do Conselho Privado para o Comércio Exterior, deu apoio à causa dos donos e traficantes de escravos. Por essa devoção, folhetos em favor do tráfico de escravos lhe eram dedicados,[61] e Liverpool conferiu-lhe o título de cidadão honorário em reconhecimento pelos serviços essenciais prestados à cidade por sua atuação no Parlamento em apoio do tráfico de escravos.[62] Hawkesbury simbolizou a ligação assumindo o título de Conde de Liverpool, quando elevado ao pariato, e aceitando a oferta das autoridades municipais de aquartelar as armas da cidade com as suas próprias.[63]

* *Reform Act* (Lei de Reforma) ou *Reform Bill* (Projeto de Reforma), uma das várias leis (ou projetos de lei) para a reforma do sistema eleitoral inglês. (N. do T.)

Não era somente o Parlamento britânico que os donos de escravos dominavam. Tal como seus aliados, os negociantes de açúcar e os traficantes de escravos, eles estavam em evidência em toda parte, como vereadores, prefeitos e conselheiros. William Beckford foi vereador de Londres e duas vezes prefeito da cidade. Os contemporâneos riam de seu latim defeituoso e voz alta; eram forçados a respeitar sua riqueza, posição e influência política. Como prefeito, seus espetáculos cívicos eram imponentes. Em certa ocasião, num banquete suntuoso, seis duques, dois marqueses, vinte e três condes, quatro viscondes e quatorze barões da Câmara Alta se juntaram aos membros da Câmara dos Comuns e foram em procissão ao centro da cidade para homenageá-lo. Ele se tornou famoso, esse dono de escravos, por sua defesa de Wilkes e liberdade de palavra, indiferente ao descontentamento real.[64] Na Prefeitura de Londres existe um esplêndido monumento erigido em sua honra, com o famoso discurso, gravado com letras de ouro no pedestal, o que fez Jorge III corar.[65] Seu irmão Richard foi também vereador da cidade de Londres. William Miles chegou a ser vereador de Bristol. George Hibbert foi vereador de Londres.[66]

Os interesses das Índias Ocidentais tinham amigos poderosos. Chatham era defensor coerente das pretensões dos plantadores das Índias Ocidentais, cabíveis ou incabíveis, e era amigo íntimo de Beckford. "Ele sempre considerava as colônias açucareiras como um interesse territorial deste reino e que era ignorância considerá-las de outro modo." [67] John Gladstone e John Bolton eram partidários vigorosos de Canning, que sempre repisava no temor, melindre e "importância tremenda" da questão das Índias Ocidentais.[68] Huskisson e Wellington eram cordialmente favoráveis aos plantadores, o último recusando-se a "saquear os proprietários nas Índias Ocidentais a fim de adquirir para si mesmo um pouco de popularidade na Inglaterra",[69] o primeiro considerando a emancipação inatingível por intromissão legislativa ou promulgação de leis.[70] Mais a recalcitrância dos plantadores e sua recusa obstinada em fazer concessões ao sentimento antiescravista da Inglaterra apartaram mais tarde esses amigos. Canning achava a escravidão nas Índias Ocidentais um assunto intragável;[71] as questões escravistas quase enlouqueceram

Huskisson e os plantadores lhe pareciam doidos;[72] Wellington, antes que se dissesse a última palavra sobre a escravidão inglesa, dispensou um tratamento um tanto bruto a uma delegação das Índias Ocidentais em Londres.[73]

Aliados a outros grandes monopolistas do século XVIII, a aristocracia agrária e a burguesia comercial das cidades portuárias, esses poderosos interesses das Índias Ocidentais exerciam no Parlamento não-reformado uma influência suficiente para fazer qualquer estadista vacilar e representar uma falange sólida "de cujo apoio numa emergência toda administração por sua vez tinha experimentado o valor".[74] Ofereciam uma resistência decidida à abolição, à emancipação e à anulação de seu monopólio. Rompiam sempre as hostilidades para opor-se a qualquer aumento nas tarifas açucareiras, que Beckford uma vez descreveu como "o golpe de misericórdia em nossas colônias açucareiras e em nosso comércio açucareiro".[75] Os interesses das Índias Ocidentais foram o *enfant terrible* da política inglesa até que a Independência americana assestou o primeiro grande golpe no mercantilismo e no monopólio.

Em 1685, o governador da Jamaica protestou que qualquer tarifa adicional proposta sobre o açúcar desestimularia o plantio, tiraria do cultivo novas plantações e impediria a ampliação de outras. Pela proposta, "Virgínia recebe uma punhalada mortal, Barbados e as ilhas são atacadas de uma febre héctica e a Jamaica, de consunção".[76] Em 1744, os plantadores enviam seu caso a cada membro do Parlamento na tentativa de instigar o clamor popular contra outra proposta para aumentar as tarifas açucareiras. A proposta foi aprovada por uma maioria de vinte e três votos. "Nem a sua pequenez foi matéria de surpresa para aqueles que consideravam quantos estavam interessados, quer por si mesmos, quer por amigos, numa ou noutra parte do comércio de açúcar, e que a própria causa sempre fora popular na Câmara dos Comuns." [77] Os plantadores das Índias Ocidentais, porém, conseguiram transferir a tarifa adicional proposta sobre o açúcar para os linhos estrangeiros. O episódio inteiro simplesmente ilustrou "as dificuldades que resultavam da aplicação de uma nova tarifa ao açúcar em conseqüência

do número e influência daqueles interessados, direta ou indiretamente, naquele extenso ramo de comércio".[78]

A questão surgiu novamente quando foi necessário financiar a Guerra dos Sete Anos. O aristocrata agrário da Inglaterra apoiava geralmente seu irmão das colônias, mas quando chegou a hora de optar entre ele e seu parente distante, adotou a opinião de que "sua camisa estava perto dele, mas sua pele estava mais perto". Beckford, em defesa de seus colegas, era interrompido por gargalhadas estrondosas toda vez que pronunciava a palavra "açúcar".[79] A mudança ocorria como que por encantamento. O representante de Massachusetts informou em 1764 que havia cinqüenta ou sessenta votantes das Índias Ocidentais que podiam fazer a balança pender para qualquer lado que quisessem.[80] Era o auge do poder dos interesses açucareiros das Índias Ocidentais. Mas no novo século, no Parlamento Reformado, apareceu outro agrupamento de cinqüenta ou sessenta votantes. Era o interesse algodoeiro do Lancashire, e seu lema não era o monopólio e sim a livre concorrência.

5

A INDÚSTRIA BRITÂNICA E O COMÉRCIO TRIANGULAR

A Grã-Bretanha acumulava grande riqueza em decorrência do comércio triangular. O aumento dos bens de consumo provocado por tal atividade inevitavelmente acarretava o desenvolvimento da capacidade produtiva do país. Essa expansão industrial requeria financiamento. Quem nos primeiros três quartéis do século XVIII estava mais capacitado a fornecer o dinheiro imediato do que um plantador de cana-de-açúcar das Índias Ocidentais ou um traficante de escravos de Liverpool? Já assinalamos a presteza com que os plantadores absenteístas adquiriam terras na Inglaterra, onde podiam usar sua riqueza para financiar os grandes desenvolvimentos relacionados com a Revolução Agrícola. Devemos agora traçar o investimento dos lucros decorrentes do comércio triangular na indústria britânica, à qual forneceram parte do vultoso crédito para a construção das imensas fábricas para atender às necessidades do novo processo produtivo e dos novos mercados.

A. O investimento dos lucros decorrentes do comércio triangular

1. BANCOS

Muitos dos bancos do século XVIII estabelecidos em Liverpool e Manchester, a metrópole do tráfico de escravos e a capital do algodão respectivamente, estavam diretamente ligados ao comércio triangular. Aqui grandes somas eram necessárias para as fábricas de algodão e para os canais que melhoravam os meios de comunicação entre as duas cidades.

Típica do banqueiro do século XVIII é a transição de traficante para mercador e depois o progresso de mercador para banqueiro. O termo "mercador", na acepção do século XVIII, não infreqüentemente abrangia os graus de comandante de navio negreiro, comandante de navio corsário, dono de navio corsário, antes do indivíduo se instalar em terra no respeitável ramo do comércio. As várias atividades de um comerciante de Liverpool compreendiam: cervejeiro, mercador de bebidas, merceeiro, negociante de bebidas, corretor de letras de câmbio, banqueiro, etc. Escreve o historiador: "Não se sabe bem o que significa esse *etc.*"[1] Tal como a canção que as sereias entoavam, esse *etc.* não está assim tão fora de conjetura. Abrangia, uma ou outra vez, um ou mais aspectos do comércio triangular.

O Banco Heywood foi fundado em Liverpool em 1773 e durou como banco particular até 1883, quando foi adquirido pelo Banco de Liverpool. Seus fundadores foram mercadores bem sucedidos, mais tarde eleitos para a Câmara de Comércio. "Tinham sua experiência", escreve o historiador, "do tráfico africano", além do corso. Ambos figuram na lista de mercadores traficando com a África em 1752 e seus interesses africanos perduraram até 1807. O sócio principal de um dos ramos da firma era Thomas Perke, da firma bancária de William Gregson, Filhos, Parke & Morland, cujo avô fora um eficiente comandante no tráfico com as Índias Ocidentais. Típico dos inter-relacionamentos comerciais do período, a filha de um dos sócios dos Heywood casou-se mais tarde com Robertson, filho de John Gladstone, e o filho deles, Robertson Gladstone, obteve sociedade no banco. Em 1788, a firma instalou uma filial em Manchester, por sugestão de algum importante comerciante da cidade. A filial de Manchester, chamada o "Banco de Manchester", foi bem conhecida por muitos anos. Onze dos quatorze descendentes dos Heywood até 1815 se tornaram comerciantes ou banqueiros.[2]

O aparecimento de Thomas Leyland no cenário bancário só veio a ocorrer nos primeiros anos do século XIX, mas seus investimentos no tráfico de escravos africanos remontam ao último quartel do século XVIII. Leyland, com seus sócios, foi um dos mais ativos traficantes de escravos em Liverpool e seus lucros foram imensos. Em 1802, tornou-se sócio principal da firma bancária de

Clarkes & Roscoe. Leyland e Roscoe: curiosa combinação! Estranha união entre o bem sucedido traficante de escravos e o coerente adversário da escravidão! Leyland desligou-se espontaneamente, em 1807, para formar uma sociedade mais coerente com seu sócio no tráfico de escravos Bullins, e o título de Leyland & Bullins manteve-se orgulhosa e impolutamente durante 99 anos até a fusão do banco, em 1901, com o North and South Wales Bank Limited (Banco da Gales do Norte e do Sul Limitado).[3]

Os Heywood e os Leyland são apenas os exemplos mais notáveis da regra geral da história bancária da Liverpool do século XVIII. William Gregson, banqueiro, foi também traficante de escravos, proprietário de navios, corsário, segurador e dono de uma cordoaria. Francis Ingram foi traficante de escravos, membro da Companhia Africana em 1777, enquanto teve participação também num negócio de cordas e participou de uma empresa corsária em sociedade com Thomas Leyland e os Earle. Estes últimos acumularam uma fortuna enorme no tráfico de escravos e continuaram como traficantes até 1807. O fundador do banco de Hanly foi o Comandante Richard Hanly, traficante de escravos, cuja irmã era casada também com um traficante de escravos. Hanly foi membro proeminente do "Liverpool Fireside" ("Lar de Liverpool"), uma sociedade composta quase inteiramente de comandantes de navios, traficantes de escravos e corsários, com laivos de traficantes de alto gabarito. Robert Fairweather, tal como Hanly, foi traficante de escravos, membro do "Liverpool Fireside", comerciante e banqueiro.

Jonas Bold aliava o tráfico de escravos ao comércio com as Índias Ocidentais. Um dos membros da Companhia de Mercadores traficando com a África de 1777 a 1807, Bold foi refinador de açúcar e tornou-se sócio do banco de Ingram. Thomas Fletcher começou sua carreira como aprendiz de um banqueiro mercador que realizava um extenso comércio com a Jamaica. Elevado à condição de sócio, Fletcher mais tarde tornou-se sucessivamente Vice-Presidente e Presidente da Associação das Índias Ocidentais, de Liverpool, e ao morrer seus bens compreendiam interesses em hipotecas numa plantação de café e cana-de-açúcar, com os escravos aí existentes, na Jamaica. Charles Caldwell, da firma bancária de Charles Caldwell

& Co., era sócio da Oldham, Caldwell & Co., cujas transações eram principalmente em açúcar. Isaac Hartman, outro banqueiro possuía plantações nas Índias Ocidentais; enquanto James Moss, banqueiro e cidadão proeminente no século XVIII, tinha algumas plantações de cana-de--açúcar muito grandes na Guiana Inglesa.[4]

O que dissemos a respeito de Liverpool ocorria igualmente com Bristol, Londres e Glasgow. Presidindo a reunião do poderoso comitê instituído em Bristol, em 1789, para opor-se à abolição, achava-se William Miles. Entre os membros do comitê estavam o Vereador Daubeny, Richard Bright, Richard Vaughan, John Cave e Philip Protheroe. Todos os seis eram banqueiros em Bristol. Cave, Bright e Daubeny eram sócios no "Novo Banco" fundado em 1786. Protheroe era sócio do Banco da Cidade de Bristol. William Miles comprou uma participação importante na casa bancária antiga de Vaughan, Barker & Companhia; dois de seus filhos foram mencionados em 1794 e o "Banco de Miles", como era popularmente chamado, teve uma longa e próspera carreira.[5]

Quanto a Londres apenas um nome precisa ser mencionado, quando esse nome é Barclay. Dois membros dessa família quacre, David e Alexander, estavam metidos no tráfico de escravos em 1756. David começou sua carreira no comércio americano e com as Índias Ocidentais, tornando-se um dos comerciantes mais poderosos de sua época. A casa de seu pai em Cheapside era uma das mais elegantes da cidade de Londres, sendo freqüentemente visitada pela família real. Ele não era simplesmente um traficante de escravos, mas efetivamente possuía uma grande plantação na Jamaica onde, segundo nos informam, libertou seus escravos e chegou à conclusão de que "a pele negra envolvia corações cheios de gratidão e mentes tão capazes de progredir como o branco mais orgulhoso". Os Barclay casaram-se com membros das famílias de banqueiros de Gurney e Freame, tal como ocorreu com outros casamentos, entre famílias em outros ramos da indústria, que mantiveram a riqueza quacre em mãos quacres. Da união surgiu o Banco de Barclay cuja expansão e progresso estão fora do âmbito deste estudo.[6]

A ascensão dos bancos em Glasgow esteve intimamente ligada ao comércio triangular. O primeiro banco devida-

mente autorizado começou a funcionar em 1750. Conhecido como o Banco de Navios, um dos sócios fundadores foi Andrew Buchanan, um magnata do fumo da cidade. Outro era o mesmo William Macdowall cujo encontro com as herdeiras de açúcar de St. Kitts estabelecera tanto a fortuna de sua casa quanto a da cidade. Um terceiro era Alexander Houston, um dos maiores negociantes com as Índias Ocidentais da cidade, cuja firma, Alexander Hamilton & Companhia, era uma das principais casas das Índias Ocidentais no reino. Essa mesma firma só surgiu depois da volta dos dois oficiais escoceses e suas novas esposas da ilha para a cidade. Durante três quartéis do século a firma realizou um comércio imenso, possuindo muitos navios e vastas plantações de cana-de-açúcar. Prevendo a abolição do tráfico de escravos, ela especulou em grande escala na compra de escravos. O projeto de lei, porém, não foi aprovado. Os escravos tinham de ser alimentados e vestidos, seu preço caía acentuadamente, a doença matava-os às centenas. A firma conseqüentemente faliu em 1795, e esse foi o maior desastre financeiro a que Glasgow já assistiu.

O sucesso do Banco de Navios estimulou a formação de outros bancos. O Banco de Armas foi fundado no mesmo ano, tendo como um dos sócios principais Andrew Cochrane, outro magnata do fumo. O Banco de Cardo seguiu-se em 1761, um banco aristocrático, cujo negócio girava grandemente em torno dos ricos negociantes das Índias Ocidentais. Um dos sócios principais era John Glassford, que realizava negócios em grande escala. Em certa época ele chegou a possuir vinte e cinco navios em seus carregamentos no mar, e seu movimento anual era superior a meio milhão de libras.[7]

2. INDÚSTRIA PESADA

A indústria pesada desempenhou um papel importante no progresso da Revolução Industrial e no desenvolvimento do comércio triangular. Uma parte do capital que financiou o crescimento das indústrias metalúrgicas foi fornecido diretamente pelo comércio triangular.

Foi o capital acumulado em decorrência do comércio com as Índias Ocidentais que financiou James Watt e a

máquina a vapor. Boulton e Watt receberam adiantamentos de Lowe, Vere, Williams e Jennings — mais tarde Banco Williams Deacons. Watt viveu momentos de apreensão em 1778, durante a Revolução Americana, quando a frota das Índias Ocidentais foi ameaçada de captura pelos franceses. "Mesmo nessa emergência", escreveu-lhe Boulton esperançosamente, "Lowe, Vere & Companhia podem ainda ser salvos, se a frota das Índias Ocidentais conseguir safar-se da frota francesa... pois muitos de seus títulos de investimento dependem dela".[8]

O banco superou a dificuldade e a preciosa invenção foi salva. Os plantadores de cana-de-açúcar estiveram entre os primeiros a compreender a sua importância. Boulton escreveu a Watt em 1783: "...O Sr. Pennant, que é um homem muito amável, com dez ou doze mil libras por ano, tem a maior propriedade da Jamaica; havia também o Sr. Gale e o Sr. Beeston Long, que possuem umas plantações de cana muito grandes lá, que queriam ver a solução do vapor em lugar de cavalos."[9]

Um dos principais manufatores de ferro do século XVIII, Antony Bacon, estava intimamente ligado ao comércio triangular. Seu sócio era Gilbert Francklyn, um plantador das Índias Ocidentais, que posteriormente escreveu muitas cartas ao Lorde Presidente do Comitê do Conselho Privado assinalando a importância de tomar a colônia açucareira francesa de São Domingos na guerra com a França revolucionária.[10] Bacon, como tantos outros, meteu-se no tráfico africano. Começou um comércio lucrativo, a princípio abastecendo de mantimentos as tropas e depois fornecendo negros experimentados e capazes para contratos do Governo nas Índias Ocidentais. Durante os anos de 1768 a 1776 ele recebeu quase 67.000 libras sob esta última rubrica. Em 1765, montou sua usina siderúrgica em Merthyr Tydfill, a qual se expandiu rapidamente devido aos contratos do Governo durante a guerra americana; em 1776, montou outro forno em Cyfartha. O minério de ferro para seus fornos era exportado de Whitehaven e já em 1740 Bacon participara do empreendimento de melhoria de seu porto.

Bacon fez uma fortuna com seus contratos de artilharia com o Governo britânico. Afastou-se dos negócios em 1782, tendo granjeado um verdadeiro reino mineral.

Sua usina siderúrgica de Cyfartha ele arrendou a Crawshay, reservando para si uma anuidade líquida de 10.000 libras, e o próprio Crawshay fez uma fortuna com a usina de Cyfartha. Vendeu Penydaren a Homfray, o homem que aperfeiçoou o processo de pudelagem; Dowlais foi cedida a Lewis e a usina de Plymouth coube a Hill. O contrato de material bélico já havia sido transferido para Carron, sucessor de Roebuck. Não é de admirar que se afirmasse que Bacon se considerava como "movendo-se numa órbita superior".[11]

William Beckford se tornou um importante manufator de ferro em 1753.[12] Parte do capital fornecido para a usina siderúrgica de Thorncliffe, iniciada em 1792, proveio de um fabricante de navalhas, Henry Longden, que recebeu um legado de umas 15.000 libras de um tio rico, um negociante das Índias Ocidentais de Sheffield.[13]

3. SEGUROS

No século XVIII, quando o tráfico de escravos era o negócio mais valioso e a propriedade nas Índias Ocidentais estava entre as mais valiosas do Império Britânico, o comércio triangular ocupava um lugar importante segundo o modo de ver das companhias de seguros que surgiam. Nos primeiros anos, quando Lloyd's era uma casa de café e nada mais, muitos anúncios na *London Gazette* sobre escravos fugidos indicavam Lloyd's como o lugar em que eles deviam ser devolvidos.[14]

O mais antigo anúncio existente que se refere a Lloyd's, datado de 1692, trata da venda de três navios em leilão. Os navios estavam desembaraçados para seguir para Barbados e Virgínia. O único projeto constante da lista da Lloyd's no golpe fraudulento* de 1720 dizia respeito ao comércio com a Barbaria e a África. Relton, o historiador do seguro contra incêndios, afirma que o seguro contra incêndios nas Índias Ocidentais era feito na Lloyd's "desde uma data muito antiga". A Lloyd's como outras

* Trata-se aqui do famoso *South Sea Bubble* ("Golpe do Pacífico"), frustrado plano financeiro que surgiu na Inglaterra em 1711 e desmoronou em 1720, causando sério descalabro econômico e moral ao país. (N. do T.)

companhias segurava escravos e navios negreiros, estando vitalmente interessada em decisões legais quanto ao que constituía "morte natural" e "perigos do mar". Entre as suas subscrições a heróis públicos e comandantes de navios mercantes existe uma de 1804 a um comandante de Liverpool que, na travessia da África para a Guiana Inglesa, conseguiu burlar a vigilância de uma corveta francesa e salvar sua valiosa carga. O terceiro filho de seu primeiro secretário, John Bennett, foi agente da Lloyd's em Antígua em 1833, e o único retrato conhecido de seu pai foi recentemente descoberto nas Índias Ocidentais. Um dos mais destacados presidentes da Lloyd's em sua longa história foi Joseph Marryat, um plantador das Índias Ocidentais, que eficaz e brilhantemente lutou para manter o monopólio de seguro marítimo da Lloyd's contra uma companhia rival, na Câmara dos Comuns, em 1810, onde teve como adversário outro elemento das Índias Ocidentais, pai do famoso Cardeal Manning.[15] Marryat foi contemplado com 15.000 libras de indenização, em 1837, por 391 escravos em Trinidad e na Jamaica.[16]

Em 1782, os interesses açucareiros das Índias Ocidentais tomaram a iniciativa de fundar uma outra companhia de seguros, a Phoenix, uma das primeiras companhias a abrir uma filial no ultramar — nas Índias Ocidentais.[17] A Associação de Seguradores de Liverpool foi formada em 1802. O presidente da reunião foi o proeminente negociante das Índias Ocidentais, John Gladstone.[18]

B. O desenvolvimento da indústria britânica até 1783

Assim foi que o Abade Reynal um dos espíritos mais progressistas de sua época, um homem de amplo conhecimento em contato íntimo com a burguesia francesa, pôde perceber que a labuta do povo nas Índias Ocidentais "pode ser considerada como a causa principal do rápido movimento que agora agita o universo".[19] O comércio triangular representou uma enorme contribuição para o desenvolvimento industrial da Grã-Bretanha. Os lucros decorrentes dessa transação fecundaram todo o sistema produtivo do país. Três exemplos devem bastar. A indústria

de ardósia do País de Gales, que fornecia material para telhados, foi revolucionada pelos novos métodos adotados na propriedade do Carnarvonshire por Lorde Penrhyn,[20] que, como já vimos, possuía plantações de cana-de-açúcar na Jamaica e era presidente do Comitê das Índias Ocidentais no fim do século XVIII. A figura principal no primeiro grande projeto ferroviário da Inglaterra, que ligava Liverpool a Manchester, foi Joseph Sandars, de quem pouco se sabe. Mas seu afastamento, em 1824, da Sociedade Antiescravista de Liverpool é de grande importância, já que pelo menos mostra uma relutância para fazer pressão sobre os plantadores de cana-de-açúcar.[21] Três outros homens notoriamente identificados com o empreendimento tinham ligações estreitas com o comércio triangular — o General Gascoyne, de Liverpool, defensor vigoroso dos interesses das Índias Ocidentais, John Gladstone e John Moss.[22] Os interesses de Bristol nas Índias Ocidentais também desempenharam um papel destacado na construção da Great Western Railway.[23]

Mas não se deve deduzir que o comércio triangular foi exclusiva e inteiramente responsável pelo desenvolvimento econômico. O crescimento do mercado interno na Inglaterra, a aplicação dos lucros da indústria para gerar ainda mais capital e obter expansão ainda maior, desempenhou um grande papel. Mas esse desenvolvimento industrial, estimulado pelo mercantilismo, posteriormente sobrepujou o mercantilismo e destruiu-o.

Em 1783, a forma das coisas que viriam era claramente visível. As possibilidades da máquina a vapor não eram uma questão abstrata. Vinte e seis máquinas estavam em funcionamento, dois terços delas em minas e fundições.[24] Métodos melhorados de mineração do carvão, combinados com a influência do vapor, resultaram numa grande expansão da indústria do ferro. A produção aumentou quatro vezes entre 1740 e 1788, o número de fornos cresceu cinqüenta por cento.[25] A ponte de ferro e a estrada de ferro tinham aparecido; a Usina Carron tinha sido fundada; e Wilkinson já era famoso como "pai do comércio de ferro". O algodão, o rei da Revolução Industrial, reagiu pronta e favoravelmente às novas invenções, desimpedido como era das tradições e restrições das guildas que estorvavam seu rival mais antigo, a lã. A livre

empresa tornou-se uma prática na nova indústria muito antes de penetrar nos compêndios como teoria econômica ortodoxa. A máquina de fiar e o tear hidráulico (ou filatório de Arkwright) revolucionaram a indústria que, em conseqüência, mostrava uma contínua tendência ascendente. Entre 1700 e 1780, as importações de algodão em rama aumentaram mais de três vezes; as exportações de artigos de algodão, quinze vezes.[26] A população de Manchester cresceu quase cinqüenta por cento entre 1757 e 1773,[27] o número dos que se ocupavam da indústria do algodão quadruplicou entre 1750 e 1785.[28] Não somente a indústria pesada, mas também o algodão — as duas indústrias que dominariam o período entre 1783 e 1850 — estava reunindo força para o assalto ao sistema do monopólio que por tanto tempo parecera essencial à existência e prosperidade de ambas.

Toda a economia da Inglaterra foi estimulada por esse alento benéfico de aumento da produção. A produção das olarias de Staffordshire aumentou cinco vezes em valor entre 1725 e 1777.[29] A tonelagem dos navios que partiram dos portos ingleses mais do que duplicou entre 1700 e 1781. As importações inglesas aumentaram quatro vezes entre 1715 e 1775, as exportações triplicaram entre 1700 e 1771.[30] A indústria inglesa em 1783 estava como Gulliver, amarrada pelas restrições liliputianas do mercantilismo.

Duas figuras notáveis do século XVIII viram e, o que é mais, compreenderam o conflito irreprimível: Adam Smith, de sua cátedra de professor, e Thomas Jefferson, em sua plantação.

Adam Smith denunciou a tolice e injustiça que inicialmente orientaram o projeto de estabelecer colônias no Novo Mundo. Opôs-se a todo o sistema de monopólio, a chave do sistema colonial, sob o fundamento de que restringia a capacidade produtiva da Inglaterra, bem como a das colônias. Se a indústria britânica progredira, fizera-o não devido ao monopólio, mas apesar dele, e o monopólio não representava nada mais senão o sacrifício do bem geral aos interesses de uns poucos, o sacrifício do interesse do consumidor da metrópole ao do produtor das

colônias. Nas próprias colônias a proibição às manufaturas coloniais parecia-lhe "uma violação manifesta dos direitos mais sagrados da humanidade... estigmas impertinentes de escravidão impostas a elas, sem qualquer razão suficiente, pelo ciúme infundado dos comerciantes e manufatores da mãe-pátria". O capital britânico fora transferido, à força, do comércio com os países vizinhos para o comércio com países mais distantes; o dinheiro que poderia ter sido usado para melhorar as terras, aumentar as manufaturas e ampliar o comércio da Grã-Bretanha fora despendido em fomentar um comércio com regiões distantes das quais a Inglaterra não obtinha nada a não ser prejuízo (!) e guerras freqüentes. Era um sistema adequado para uma nação cujo Governo era influenciado por lojistas.[31]

A Riqueza das Nações foi o antecedente filosófico da Revolução Americana. Ambos foram produtos gêmeos da mesma causa, o freio aplicado pelo sistema mercantil ao desenvolvimento da capacidade produtiva da Inglaterra e suas colônias. O papel de Adam Smith foi verberar intelectualmente os "expedientes mesquinhos e maléficos"[32] de um sistema ao qual os exércitos de George Washington deram um golpe mortal nos campos de batalha da América.

6

A REVOLUÇÃO AMERICANA

Em 1770, as colônias continentais enviaram para as Índias Ocidentais quase um terço de suas exportações de peixe seco e quase todo o seu peixe salgado; sete oitavos de sua aveia, sete décimos de seu trigo, quase toda a sua ervilha e feijão, metade de sua farinha de trigo, toda a sua manteiga e queijo, mais de um quarto de seu arroz, quase toda a sua cebola; cinco quintos de suas tábuas de pinho, carvalho e cedro, mais de metade de suas aduelas, quase todos os seus arcos; todos os seus cavalos, carneiros, porcos e galinhas; quase todo o seu sabão e velas.[1] Como nos diz o Professor Pitman: "Foi a riqueza acumulada em conseqüência do comércio com as Índias Ocidentais que mais do que qualquer outra coisa sustentou a prosperidade e civilização da Nova Inglaterra e Colônias do Centro." [2]

Mas no esquema imperial do século XVIII as colônias do continente ocupavam um mau segundo lugar. O açúcar era o rei e as ilhas das Índias Ocidentais eram o grande fornecedor de açúcar à Europa. A incorporação da Jamaica tornou Cromwell tão feliz que ele se recusou a tratar de qualquer outro negócio no dia em que a boa nova foi anunciada. Tiraria uma semana de férias se tivesse tomado Hispaníola, cuja parte francesa, São Domingos, mais tarde se tornou a pérola das Antilhas e a desgraça dos plantadores franceses. Barbados era a "linda jóia" da Coroa de Sua Majestade, uma perolazinha mais preciosa e rara do que qualquer dos reis da Europa possuía,[3] e em 1661 Carlos II mostrou a importância dessa ilha criando treze baronetes, entre seus plantadores, num só dia.[4] O cargo de governador da Jamaica classificava-se imediatamente abaixo, nas nomeações coloniais, ao do vice-rei da Irlanda e o sistema postal dava mais atenção às ilhas do que ao continente.

Os mercantilistas olhavam com desconfiança especialmente para as colônias do Norte. Estavam cheias de agricultores, comerciantes, pescadores, marinheiros — mas não plantadores. Eram, com exceção de suas manufaturas ainda não-desenvolvidas, num sentido muito literal, a Nova Inglaterra.[5] A rivalidade com a Velha Inglaterra era inevitável. Eles estavam capacitados, em virtude de sua situação, a vender seus produtos agrícolas, mais barato do que seus competidores ingleses nos mercados das ilhas. Com essa concorrência, a Inglaterra estava perdendo, em vendas e fretes, dois e meio milhões de libras por ano. "Pode alguém deduzir disso", perguntou um anônimo "que o *comércio* e a *navegação* de nossas colônias valem alguma coisa para esta nação?"[6] *Sir* Josiah Child afirmou que dez homens em Massachusetts não executavam o serviço de um só inglês lá na Inglaterra. "A Nova Inglaterra", concluiu ele, "é a plantação mais prejudicial a este reino".[7] Chichester preferiria trabalhar com as mãos na Irlanda a "dançar e cantar na Virgínia".[8] Petty disse bruscamente que os habitantes da Nova Inglaterra deviam ser repatriados ou enviados para a Irlanda.[9] Quatro esforços separados foram feitos para persuadir os habitantes da Nova Inglaterra a se mudarem para as Bahamas, para Trinidad, para Maryland e para a Virgínia. Cromwell lançava para a Nova Inglaterra "apenas um olhar de piedade, considerando-a pobre, fria e imprestável".[10] Ordens do Conselho de Estado foram expedidas em 1655 aos governadores e habitantes apresentando ofertas tentadoras para quem quisesse ir para a Jamaica "para iluminar aquelas partes... por gente que conheça e tema o Senhor; que aqueles da Nova Inglaterra, impelidos da terra de sua natividade para aquela deserta e estéril região selvagem, por dever de consciência se mudassem para uma terra de abundância".[11]

Essas opiniões eram muito extremadas. Se as colônias do Norte fossem retiradas do comércio de provisões, seriam incapazes de adquirir os artigos manufaturados ingleses, cuja exportação era mais valiosa para a Inglaterra do que a exportação de produtos agrícolas e carne salgada. O que era pior, os colonizadores poderiam assim ser tentados a criar suas próprias indústrias. Seria melhor então, concluiu Davenant, que detivessem o comércio de gêneros alimentícios.[12]

Pois as colônias das Índias Ocidentais precisavam de alimentos. Para que pudessem concentrar-se na cana-de--açúcar a que a especialização econômica da época mercantil as restringira, não tinham lugar remoto em que seu produto básico não pudesse ser cultivado, e sua produção era muito lucrativa para que se dessem ao luxo de desviar terra e trabalho para o pasto de gado e a produção de alimentos. "Os homens estão tão decididos a plantar cana-de-açúcar", escreveu um correspondente ao governador Winthrop, em 1647, sobre as Índias Ocidentais, "que preferem comprar alimentos a preços bem caros a produzi-los por seu trabalho, tão infinito é o lucro da manufatura do açúcar depois que ela termina." [13] Estabeleceu-se assim a tradição pela qual o açúcar se tornou "o trigo ou o pão" das Índias Ocidentais.[14] Somente a posse das colônias continentais permitia esse monopólio açucareiro do solo das Índias Ocidentais. "Para sustentar uma colônia na América", escreveu o Abade Raynal, "é necessário cultivar uma província na Europa".[15] A Grã-Bretanha voluntariamente abdicou desse privilégio, como o menor de dois males, em favor dos colonizadores do continente. O mercantilismo foi finalmente destruído por ser um sistema ruim, mas é um absurdo não reconhecer que era um sistema e que havia método em sua ruindade.

Assim, as colônias norte-americanas passaram a ter um lugar reconhecido na economia imperial, como fornecedores dos suprimentos necessitados pelos plantadores de cana-de-açúcar e seus escravos, e os habitantes da Nova Inglaterra vieram a ser considerados como os holandeses da América. A lavoura mista das colônias do Norte e do Centro completava a agricultura especializada das Índias Ocidentais, como no século XIX ela alimentou as regiões de algodão e arroz do Sul dos Estados Unidos. Já no ano de 1650 as colônias da Nova Inglaterra alimentavam suas "irmãs mais velhas", Virgínia e Barbados.[16] Winthrop atribuiu o mérito à Providência,[17] mas o mercantilismo tinha muito a ver com isso. "As colônias de Sua Majestade nestas partes", escreveu o governador Willoughby de Barbados, em 1667, "não podem em tempo de paz prosperar, nem em tempo de guerra subsistir, sem uma relação com o povo da Nova Inglaterra".[18] Não somente alimento, mas também cavalos para fornecer a força motriz das moen-

das primitivas usadas na manufatura do açúcar, e madeira para construções, eram os artigos de maior procura nas ilhas. "Não há ilha que os britânicos possuam nas Índias Ocidentais", escreveu Samuel Vetch em 1708, "que seja capaz de subsistir sem a assistência do continente, pois para eles transportamos seu pão, bebida e todas as necessidades da vida humana, seu gado e cavalos para cultivarem suas plantações, madeira e aduelas de todas as espécies para fazerem seus cascos para seu rum, açúcar e melaço, sem os quais eles não poderiam ter nenhum, navios para transportar seus artigos para os mercados europeus e mais ainda, em suma, as próprias casas que habitam são levadas para lá em armações, juntamente com as ripas que as cobrem, em tamanha quantidade que sua existência, muito mais do que seu bem-estar, depende quase inteiramente do continente".[19] Os plantadores das Índias Ocidentais não nutriam ilusões sobre a importância das provisões e cavalos do continente. Os barbadianos, escreveu um agente comercial de Boston, em 1674, estão "inteiramente conscientes do grande prejuízo que terão se perderem o benefício daqueles dois produtos, que não são vendidos em nenhuma parte do mundo a não ser na Nova Inglaterra e Virgínia".[20]

Isso era uma política deliberada, por parte dos estadistas na Inglaterra e dos plantadores nas colônias. Muitos dos artigos exportados pela Nova Inglaterra para as ilhas poderiam ter sido produzidos nas próprias ilhas. Mas, como um plantador jamaicano perguntou: "Se esta ilha fosse capaz de manter-se com alimento e outras necessidades, que seria do comércio da Nova Inglaterra?" [21] A resposta é que sem as ilhas açucareiras as colônias do continente sofreriam um sério contratempo. Tornaram-se "a chave das Índias",[22] sem a qual as ilhas teriam sido incapazes de alimentar-se a não ser por meio de um desvio da lucrativa terra produtora de cana-de-açúcar para cultivo de produtos alimentares, em detrimento não somente dos agricultores da Nova Inglaterra, mas também da frota mercante britânica, da refinação britânica de açúcar e da receita alfandegária, glória e grandeza da Inglaterra. Em 1698, o Parlamento rejeitou uma proposta para proibir a exportação de trigo, farinha de trigo, pão e bolacha da Inglaterra para as ilhas açucareiras. A proibição "pode

levar os habitantes de lá a plantar as suas próprias provisões, em vez de cana-de-açúcar, algodão, gengibre e anil, o que será grandemente prejudicial à Inglaterra, com respeito à sua navegação e riqueza".[23]

As relações econômicas entre as ilhas e o continente eram reforçadas pelos contatos individuais. Os habitantes das Índias Ocidentais tinham propriedades no continente, os da América do Norte possuíam plantações, nas ilhas. A colonização do Sul partiu de Barbados. Os Middleton, Bull e Colleton da Carolina do Sul possuíam plantações em Jamaica e Barbados. Aaron Lopez, traficante de escravos que morava em Rhode Island, era proprietário de uma plantação de cana em Antígua. Alexander Hamilton nascera em Nevis. Os Gedney Clarke, de Salem, são o exemplo notável do sucesso norte-americano nas ilhas. O pai possuía imensas plantações em Barbados e na Guiana. Seu filho tornou-se inspetor-geral da Alfândega em Barbados, membro da Assembléia Legislativa e subseqüentemente do Conselho. Os norte-americanos logo descobriram o valor do sol das Índias Ocidentais, os habitantes das Índias Ocidentais procuravam na América do Norte o restabelecimento da constituição alquebrada. "Eu aconselharia Adam Chart", escreveu um americano a amigos em Filadélfia, "a começar outra casa diretamente e chamá-la Barbados Hotel, hospedando, por sinal, o esgotado habitante das Índias Ocidentais, morrendo de hidropisia em conseqüência de vida intemperada". As herdeiras das Índias Ocidentais, diz-se, eram tão cobiçadas na América do Norte como eram na Inglaterra.[24]

Em troca de suas provisões, os colonizadores do continente levavam açúcar, rum e melaço das Índias Ocidentais, em tais quantidades que já em 1676 os negociantes ingleses reclamavam que a Nova Inglaterra estava tornando-se o grande empório da produção colonial.[25] Havia uma interdependência entre as duas unidades. A manutenção da harmonia exigia imperiosamente duas coisas: a produção de açúcar e melaço das ilhas devia ser suficiente para satisfazer o consumo do continente; o consumo de artigos essenciais do continente pelas ilhas devia acompanhar a marcha da produção do continente.

Na realidade, isso seria difícil, devido ao tamanho relativo das duas áreas interdependentes. Mas o conflito

iminente poderia ter sido adiado de uma das duas maneiras seguintes, ou de ambas. Em primeiro lugar, o plantador britânico de cana-de-açúcar poderia ter ampliado seu cultivo. Mais terra requereria mais escravos, que produziriam mais açúcar e precisariam de maiores suprimentos de alimento. A Jamaica poderia ter feito isso mais facilmente do que Barbados, que no século XVIII já estava sofrendo as conseqüências inevitáveis de mão-de-obra escrava e da rápida exaustão do solo. Havia terra nova em abundância na Jamaica. O segundo remédio era a aquisição de mais colônias açucareiras. Isso amenizaria, em parte, as queixas razoáveis do continente. Mas a essas soluções, as únicas possíveis sem recorrer à força, os plantadores britânicos de cana se opuseram decididamente. O cultivo de novas terras e a obtenção de mais colônias açucareiras significavam um suprimento maior de açúcar ao mercado britânico e uma conseqüente redução do preço. Os barbadianos tinham, muito cedo em sua história, olhado apreensivamente para a extensão das conquistas açucareiras britânicas. Opuseram-se à colonização britânica do Suriname (Guiana Holandesa);[26] não gostaram do escoamento de seus trabalhadores brancos para as ilhas de Sotavento e, quando solicitados pelo governador da Jamaica a contribuir para uma expedição a fim de reprimir a pirataria nas ilhas de Sotavento, responderam que não gastariam vinte xelins para salvar as ilhas de Sotavento e a Jamaica.[27] Em 1772, propôs-se no Parlamento que segurança adequada fosse oferecida aos estrangeiros dispostos a adiantar dinheiro para o desenvolvimento das ilhas açucareiras anexadas depois da Guerra dos Sete Anos. A proposta foi veementemente combatida, como uma "inovação impolítica", pelos plantadores das Índias Ocidentais.[28] Era a velha discórdia, no dizer do Professor Namier, entre os "plantadores saturados" e os "plantadores em formação".[29]

As ilhas açucareiras estrangeiras também já estavam ilustrando a lei da produção escrava. Menos esgotadas do que as ilhas inglesas há muito colonizadas, o cultivo nas ilhas francesas era mais fácil e o custo da produção era menor. Já em 1663, apenas vinte anos depois do aparecimento da indústria açucareira, Barbados estava "decaindo rapidamente",[30] e as queixas sobre o esgotamento

do solo eram mais numerosas e lamentosas. Em 1717, Barbados, segundo uma representação à Junta de Comércio, precisava de cinco vezes o número de negros e muito mais cabeças de gado e cavalos do que as ilhas francesas para cultivar uma determinada área; um escravo na colônia francesa de São Domingos equivalia a quatro na Jamaica.[31] Em 1737, o proprietário barbadiano de uma plantação de mil acres, que requeria um investimento de capital de 50.000 libras, estava obtendo um lucro de 2%, uma plantação semelhante nas ilhas francesas custava um sexto dessa quantia e dava um lucro de 18%.[32] Há algum exagero nessas cifras, mas a superioridade fundamental do plantador francês de cana, em conseqüência de grandes tratos de solo fértil, não-esgotado, era notória. O açúcar francês estava invadindo os mercados europeus e sendo vendido pela metade do preço que era vendido na Inglaterra.[33] A aquisição dessas ilhas significaria o eclipse dos plantadores britânicos mais antigos. Estes, portanto, exigiam sua destruição, em lugar de sua aquisição. O governador da Jamaica escreveu em 1748 que, a não ser que a colônia francesa de São Domingos fosse destruída durante a guerra, ela arruinaria, no retorno da paz, as colônias açucareiras britânicas pela qualidade e barateza de sua produção.[34] Durante a Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha tomou Cuba da Espanha e Guadalupe da França. Ambas as ilhas foram devolvidas a seus donos em 1763, a Grã-Bretanha ficando em troca com a Flórida e o Canadá.

Justificar essa decisão à luz da importância das diferentes áreas hoje é inteiramente fora de propósito. Cuba ainda era um patinho feio em 1763, mas qualquer bobo poderia ter imaginado que belo cisne finalmente acabaria sendo. Não havia desculpa quanto ao que concernia a Guadalupe. Os "poucos hectares de neve", como Voltaire ironicamente descrevia o Canadá, só podiam vangloriar-se de peles de animais; Guadalupe tinha açúcar. "O que alguns chapéus significam", perguntava um astuto anônimo em 1763, "em comparação com esse artigo de luxo, o açúcar?" Ele acentuava, também, que a maneira de manter a América do Norte dependente era deixar os franceses no Canadá.[35]

É inconcebível que o ministério britânico da época ignorasse o que era do conhecimento público na Ingla-

terra, França e América. Entre 1759 e 1762, as importações britânicas de Quebec totalizaram 48.000 libras; as exportações para Quebec, 426.400 libras. As importações britânicas de Guadalupe atingiram 2.004.933 libras entre 1759 e 1765; as exportações para Guadalupe, 475.237 libras. As importações britânicas de Havana foram de 263.084 libras entre 1762 e 1766; as exportações para Havana, 123.421 libras. Comparemos Canadá e Flórida com Granada e Domínica, duas das conquistas das Índias Ocidentais que foram mantidas em 1763. Até 1773, as importações britânicas de Granada equivaleram a oito vezes as importações do Canadá; as exportações britânicas para o Canadá foram o dobro das exportações para Granada. As importações de Domínica foram mais de dezoito vezes as importações da Flórida; as exportações para Domínica foram apenas um sétimo menos do que as exportações para a Flórida.[36] Evidentemente, o Canadá e a Flórida foram mantidos não porque eram mais valiosos do que Cuba ou Guadalupe, mas precisamente porque eram menos valiosos.

Assim o tratado de paz de 1763 simplesmente não tem sentido a menos que seja considerado como outra vitória para o poderoso interesse das Índias Ocidentais. Demonstrou finalmente ser uma vitória de Pirro, mas em 1763 foi, não obstante, uma vitória. Os dois defensores mais ardorosos da devolução de Guadalupe eram dois plantadores das Índias Ocidentais, Beckford e Fuller,[37] e a influência de Beckford junto a Chatham era notória. "Assim, Guadalupe, uma das maiores aquisições que a Grã-Bretanha já fez, adquire muitos inimigos poderosos, em virtude de pontos de vista privados, e nada tem a alegar a não ser a sua utilidade pública, uma vantagem freqüentemente considerada um oponente muito fraco para o interesse privado de alguns." [38] Os plantadores das Índias Ocidentais tinham dois objetivos em vista. Queriam impedir os franceses de tornar o Canadá uma América do Norte, uma fonte de suprimentos para suas colônias açucareiras — um medo infundado, como o plantador de cana britânico compreendeu depois de 1783 quando o Canadá demonstrou ser um substituto impróprio das colônias do Norte perdidas; e, mais importante, estavam determinados a manter um temido competidor fora do mercado de açúcar britânico. Assim Chatham conquistou nas ilhas

para anexar ao continente, conquistou açúcar para anexar peles de animais. A questão provocou grande controvérsia na Inglaterra e Chatham certa vez perguntou se devia ser enforcado por devolver o Canadá ou por devolver Guadalupe.[39] Se havia algum enforcamento a ser feito, Beckford tinha a melhor razão.

Tudo se reduzia a isso — o império todo devia ser intimidado a pagar tributo aos plantadores de cana e aceitar o açúcar a um preço de monopólio porque era um cultivo britânico. Os colonizadores do continente recorreram naturalmente, e talvez impatrioticamente, às colônias açucareiras estrangeiras. "Esquecendo todos os laços de dever a Sua Majestade", assim rezava uma petição de negociantes de Londres em 1750, "o interesse da mãe-pátria e a reverência devida a suas leis",[40] os colonizadores do continente só viam que o aumento de comércio era exigido pelo aumento de sua produção. Se eles não podiam comerciar com as colônias açucareiras estrangeiras tornadas britânicas, comerciariam com as colônias fora da estrutura imperial — mesmo em tempo de guerra. A existência deles estava em jogo. A luta decisiva entre as ilhas e o continente começara e daí em diante o pessoal das Índias Ocidentais e o da América do Norte estaria sempre se "conflitando".[41]

Naturalmente o colonizador do continente não boicotava as ilhas açucareiras britânicas. Seria prejudicar a si mesmo para vingar-se do plantador de cana. Em vez disso, o continente continuou a abastecer as ilhas inglesas. Mas, em troca, insistiam no pagamento à vista, o que drenava as ilhas de espécie e erguia o espectro da inflação. Em 1753, o valor total do comércio entre as colônias do Norte e a Jamaica era estimado em 75.000 libras. Os colonizadores do Norte levaram em troca produtos no valor de 25.000 libras; o resto foi pago em dinheiro.[42] Com o dinheiro, eles foram às ilhas francesas onde compraram açúcar a preços mais baratos e o melaço que o plantador francês não tinha permissão para destilar em rum porque iria competir com os conhaques franceses. Os plantadores de cana britânicos perderam um mercado para seu açúcar e rum. Seus competidores franceses roubaram-lhes esse mercado, enquanto além disso recebiam os suprimentos de que necessitavam para capacitá-los a competir em condições mais vantajosas com os ingleses.

Esse complicado comércio triangular das colônias do continente era uma violação completa do esquema imperial britânico. Os plantadores de cana achavam-na condenável. A menor ilha açucareira, no ponto de vista deles, era dez vezes mais valiosa para a Inglaterra do que a Nova Inglaterra.[43] Era uma disputa, argumentavam eles, não entre uma colônia e outra, mas entre a Inglaterra e a França, pelo controle do comércio do açúcar.[44]

Os mercantilistas ortodoxos endossavam essa opinião. O Governo francês, alegava-se, não somente era conivente no gesto, mas também o incentivava, a fim de deprimir as colônias açucareiras britânicas.[45] Postlethwayt chamou-o de comércio licencioso e pernicioso, vendo prontamente que isso "contribuíra imensamente para afrouxar a dependência de nossas colônias com respeito à mãe-pátria e produzira tal ligação de interesses entre elas e as da França, como tendera a aliená-las da Grã-Bretanha e a tornar bem diferente para elas que estivessem sob um Governo francês ou inglês".[46] Chatham repetiu Postlethwayt. Era "um comércio ilegal e muito pernicioso... práticas odiosas, extremamente subversivas de todas as leis e altamente repugnantes ao bem-estar deste reino".[47] Não está claro, porém, por que esse comércio americano foi escolhido para ser condenado. Não era diferente do comércio realizado pela Jamaica com as colônias espanholas, pelo qual muito açúcar colonial espanhol entrava clandestinamente na Inglaterra como produto colonial inglês. A política norte-americana dos colonos de fornecer provisões aos plantadores franceses não era pelo menos mais censurável do que a política britânica de fornecer-lhes escravos.

Os colonizadores do continente replicaram que "o único grande fim sempre visado pelos plantadores de cana, (era) que podiam elevar quaisquer preços que achassem conveniente cobrar de seus co-súditos, mais especialmente os da América do Norte, pelas coisas necessárias à vida."[48] Era um absurdo que os plantadores tentassem manter os preços de monopólio na Inglaterra quando as leis da oferta e da procura estavam atuando em toda a Europa para reduzir o preço do açúcar como reação a um aumento da oferta; seria sensato que eles "rezassem por uma lei do Parlamento que os capacitasse a lavar seus negros tornando-os brancos".[49] Esses "indivíduos desproporcionais das Índias Ocidentais",[50] que estavam alegando dificuldades e apelando para a clemência do Parlamento, não eram pobres nem indigentes. Eram plantadores ricos que queriam rodar em suas luxuosas carruagens de ouro pelas ruas de Londres à custa dos norte-americanos.[51] "Que diríamos de um homem que pedisse a nossa caridade vestido num paletó bordado?"[52] Se os interesses das colônias do continente como também os dos consumidores ingleses tivessem de ser sacrificados em benefício de um punhado de mimados magnatas do açúcar da minúscula Barbados, então seria melhor que essa ilha afundasse no mar.[53] "Parece-me", escreveu John Dickinson, "não haver paradoxo em dizer que o público seria um ganhador tão grande, se as propriedades aqui (nas Índias Ocidentais) fossem tão moderadas que nem uma décima parte dos cavalheiros das Índias Ocidentais que agora ocupam cadeiras na Câmara dos Comuns pudesse obter essa honra freqüentemente dispendiosa".[54] A Pensilvânia apresentou um argumento curioso: as ilhas eram menos úteis à Inglaterra do que o continente; seus escravos andavam nus, tinham poucos residentes brancos, o grande calor de seu clima destruía um bom número de marinheiros britânicos úteis.[55] As exportações inglesas, especialmente as de lã, sofreriam consideravelmente se as colônias do Norte fossem prejudicadas.[56] As Índias Ocidentais Britânicas não podiam consumir toda a produção da Nova Inglaterra, nem fornecer suprimentos de melaço a preços suficientemente baixos para as colônias do Norte. Era uma atitude de espírito de porco "impedir que seus co-súditos recebessem de outros o que eles próprios não fornecem".[57] Em 1763, toda a importação, com exceção de 3%, de melaço de Massachusetts vinha das Índias Ocidentais Francesas; as Índias Ocidentais Britânicas mal forneciam um décimo da importação de Rhode Island e Massachusetts. O negócio de destilação ocupava um lugar importante na economia colonial. Massachusetts tinha sessenta destilarias em 1763, Rhode Island trinta. Além disso, somente por meio desse comércio com as Índias Ocidentais Francesas era que Rhode Island podia fazer remessas para a Inglaterra de 40.000 libras por ano. "Sem esse comércio", protestava a colônia, "seria, e sempre será, inteiramente impossível que

os habitantes desta colônia se sustentem, ou paguem uma quantidade considerável de artigos britânicos."[58] Quanto mais comércio tivessem com as colônias estrangeiras, alegou Colden, tanto maior seria seu consumo das manufaturas britânicas.[59]

Se algum argumento podia amolecer o coração do mercantilista, era esse. Foi a alegação de um importante mercantilista, William Wood. Escrevendo ainda em 1718, ele estava disposto a permitir o comércio entre o continente e as plantações estrangeiras nas Índias Ocidentais. Argumentou que, por meio desse comércio, as manufaturas inglesas seriam introduzidas clandestinamente nas ilhas francesas; em troca, os norte-americanos não poderiam obter ouro nem prata, mas obteriam o que era exatamente tão valioso, os produtos desses países. "Isso talvez não agrade aos nossos plantadores; mas, se eles não admitirem que seja de seu interesse em particular, tenho certeza de que não podem contestar que seja do interesse da Grã-Bretanha em geral. Pois por esse meio faremos que as colônias e plantações estrangeiras sejam, com efeito, as colônias e plantações da Grã-Bretanha." O comércio aumentaria a frota mercante e a marujada; aumentaria o suprimento da produção colonial para ser reexportado pela Inglaterra. Uma condição apenas deve ser respeitada: em troca de seus suprimentos, os americanos não devem adquirir manufaturas estrangeiras.[60]

Isso era um argumento curioso para um mercantilista e antecipava a política do século XIX em muitos aspectos. Contrariaria os plantadores de cana-de-açúcar, mas conservaria a lealdade do continente. Mas era uma heresia rematada contra a fé mercantilista. Os amigos do continente pediram então cautela. Não deviam, disse Oglethorpe, "instigar ou levantar uma colônia para a destruição ou detrimento de outra".[61] Se o auxílio ou estímulo solicitado pelos plantadores parecia ser um dano para o império em geral, ou se parecia que faria mais mal a outras partes do império do que bem às Índias Ocidentais, o auxílio devia ser recusado.[62] *Sir* John Barnard advertiu que nem todo o exército de funcionários do imposto de consumo poderia evitar o contrabando de uma mercadoria essencial à prosperidade do continente.[63] Heathcote pon-

derou que proibir aquele comércio seria estimular os franceses a desenvolver o Canadá.[64]

O Parlamento manteve-se leal ao Rei Açúcar e ao interesse das Índias Ocidentais. "Foi estabelecido como fundamental que as ilhas eram as únicas colônias úteis que tínhamos e que o continente era antes uma amolação."[65] A Lei do Melaço de 1733 foi um triunfo para os plantadores de cana. Proibia as exportações americanas para as ilhas estrangeiras e impunha tarifas elevadas à entrada do açúcar e melaço estrangeiros. Foi, escreveu Pitman, "um desafio ao progresso futuro de toda a região desde Portland a Baltimore".[66]

Era uma coisa, porém, aprovar a Lei, outra coisa pô-la em execução. Como alardeava James Otis, nem mesmo o Rei da Inglaterra, acampado no "terreno comum" de Boston à frente de 20.000 homens, poderia impor a obediência àquela Lei.[67] O desrespeito às leis fora elevado à virtude cardeal da prática econômica americana, os funcionários aduaneiros executavam a tarefa lucrativa de fechar os olhos, ou pelo menos de não abri-los mais do que lhes exigisse o seu interesse particular. Como dizia a petição da Pensilvânia de 1751: "toda comunidade pode permitir-se alguns maus elementos".[68] A Lei de Tarifas do Açúcar de 1764 repetia as determinações da medida legislativa anterior; para desencorajar o contrabando, porém, as tarifas baixavam, mas tinham de ser cobradas. A lei causou, no dizer do governador Bernard, um sobressalto maior na América do que causaria a tomada do Forte William Henry, em 1757,[69] e frisou que era um golpe maior à consciência colonial revoltada do que a Lei do Selo.* Os norte-americanos começaram a irritar-se com a inconveniência de serem súditos britânicos. A tentativa de pôr a Lei em vigor e reprimir o contrabando levou diretamente à Revolução Americana. Era isso que John Adams tinha em mente quando declarou que não sabia por que os americanos "deviam envergonhar-se de confessar que o melaço foi um ingrediente essencial na independência americana".[70]

* *Stamp Act* (Lei do Selo), lei do Parlamento britânico exigindo que as colônias americanas apusessem um selo, de valor variável, aos livros e documentos. Aprovada em 1765, foi revogada no ano seguinte. (N. do T.)

"Quando, no decurso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário que um povo dissolva os vínculos políticos que o ligam a outro..." Jefferson escreveu aqui apenas uma parte da verdade. Eram econômicos, não políticos, os vínculos que estavam sendo dissolvidos. Uma nova era começara. O ano de 1776 distinguiu-se pela Declaração da Independência e pela publicação da *Riqueza das Nações*. Longe de acentuar o valor das ilhas açucareiras, a independência americana assinalou o início do declínio ininterrupto daquelas ilhas, sendo voz corrente na época que o ministério britânico perdera não somente treze colônias, mas também oito ilhas.

A independência americana destruiu o sistema mercantil e desacreditou o antigo regime. Coincidindo com as etapas iniciais da Revolução Industrial, ela estimulou aquele crescente sentimento de repulsa ao sistema colonial que Adam Smith expressava, que se elevou a um verdadeiro crescendo de denúncia no auge da era do livre-câmbio. Educado na mesma escola que Adam Smith, Arthur Young, o preconizador da revolução agrícola na Inglaterra, extraiu importantes lições da revolta americana e chamou as colônias de coisas incômodas. "Essa grande lição da política moderna", escreveu ele com aspereza, "a independência da América do Norte, devia ampliar o horizonte de nossa política comercial." Não que as ilhas açucareiras não fossem de importância; "foram tornadas nocivamente de grande relevo: mas não têm a importância que seus defensores falsamente alegam".[71]

Os plantadores de cana estavam plenamente conscientes das implicações da secessão americana. A Lei do Selo era tão impopular com os negociantes das ilhas como era no continente; os selos eram queimados publicamente ao acompanhamento de gritos de liberdade.[72] "Só Deus sabe", escreveu Pinney, de Nevis, assim que as hostilidades irromperam, "o que será de nós. Devemos morrer de fome ou ficar arruinados."[73] Foi pior. Aconteceram as duas coisas. Quinze mil escravos morreram de fome na Jamaica, somente entre 1780 e 1787,[74] e a independência americana foi a primeira etapa do declínio das colônias açucareiras.

Depois que a independência das colônias do continente foi reconhecida, o interesse econômico dos plantadores de cana levou-os a fazer a sugestão revolucionária de que a Lei de Navegação "deve adaptar-se a toda alteração material de circunstâncias ou seus dispositivos não serão mais cabíveis ou salutares".[75] Os americanos estavam igualmente cônscios dessa interdependência. "O comércio das ilhas das Índias Ocidentais", escreveu Adams, "faz parte do sistema de comércio americano. Eles não podem passar sem nós, nem nós sem eles. O Criador nos colocou no globo numa situação tal que temos necessidade uns dos outros".[76] Na Inglaterra, Adam Smith e William Pitt apelavam em vão para que se permitisse que as antigas relações econômicas continuassem. Mas, como Chalmers afirmou, uma comunidade de 72.000 senhores e 400.000 escravos era muito insignificante para permitir o sacrifício dos interesses ingleses essenciais.[77] "A Lei de Navegação", escreveu Lorde Sheffield, "a base de nosso grande poder no mar, deu-nos o comércio do mundo. Se alterarmos essa Lei, permitindo que qualquer Estado comercie com nossas ilhas... estaremos abandonando a Lei de Navegação e sacrificando a marinha da Inglaterra".[78] A opinião de Lorde North representava a quinta-essência do imperialismo britânico: "Os americanos se recusaram a comerciar com a Grã-Bretanha, foi apenas justo que não tivessem permissão para comerciar com qualquer outra nação." [79]

Os americanos se tornaram estrangeiros, sujeitos a todos os dispositivos das Leis de Navegação, e as ilhas foram desviadas de seu mercado natural, de acordo com a situação histórica mundial daquela época. A Nova Escócia seria transformada noutra Nova Inglaterra. Mas a Nova Escócia não podia ser construída da noite para o dia e nada podia compensar a perda da América. A necessidade dos produtos americanos não diminuíra com a independência, apenas o fornecimento é que se tornara mais difícil. As ilhas das Índias Ocidentais solicitavam a criação de portos livres,[80] os suprimentos americanos continuavam a penetrar nas ilhas britânicas por rotas tortuosas que resultavam simplesmente no aumento dos preços para o plantador britânico, enquanto em tempo de guerra sérias atenuações da proibição do comércio americano tinham de ser permitidas para aliviar as dificuldades e

apertos das ilhas. Em 1796, as exportações americanas para as Índias Ocidentais foram três vezes a cifra referente a 1793; as exportações britânicas declinaram em cinqüenta por cento.[81] Em 1801, as exportações americanas para as Índias Ocidentais foram quase cinco vezes o que haviam sido em 1792. Cinco sextos das exportações em 1819 vieram através do Canadá e das ilhas suecas e dinamarquesas.[82]

Impedidos de comerciar com as Índias Ocidentais Britânicas, os americanos voltaram-se cada vez mais para as ilhas estrangeiras; a deflagração da guerra entre a Inglaterra e a França e a destruição da marinha de guerra e mercante francesas tornaram os Estados Unidos o grande transportador da produção francesa e espanhola. O transporte americano da produção das demais colônias das Índias Ocidentais para a Europa aumentou de menos de um milhão de libras de café e 75.000 libras de açúcar, em 1791, para 47.000.000 de libras de café e 145.000.000 de libras de açúcar, em 1806.[83] Apesar das guerras, no fim do século XVIII a produção das plantações estrangeiras continuava a competir com a produção britânica nos mercados da Europa.

Mas o maior desastre para os plantadores britânicos de cana foi que a revolta da América os deixou frente a frente com seus competidores franceses. A superioridade das colônias açucareiras francesas era para os plantadores britânicos o principal dentre os inúmeros males que escaparam da caixa de Pandora que era a Revolução Americana. Entre 1783 e 1789, o progresso das ilhas açucareiras francesas, de São Domingos especialmente, foi o fenômeno mais espantoso do desenvolvimento colonial. A fertilidade do solo das colônias francesas foi decisiva. O açúcar francês custava um quinto menos do que o britânico, a produção média em São Domingos e na Jamaica era de cinco para um.[84] Durante os anos de 1771 a 1781, as plantações da família Long na Jamaica obtiveram em média o lucro de 9,5%, o lucro em 1774 tendo sido tão elevado quanto 16%.[85] Em 1788, o lucro líquido na Jamaica foi de 4%, em comparação com a média de 8 a 12% em São Domingos.[86] Em 1775, a Jamaica tinha 775 plantações; em 1791, de cada cem, vinte e três tinham sido vendidas por dívida, doze estavam nas mãos dos síndicos de massa

falida, enquanto sete haviam sido abandonadas;[87] e os plantadores das Índias Ocidentais, endividados na soma enorme de vinte milhões, podiam ser desafiados "sob qualquer princípio para provarem que qualquer sistema novo os envolveria tão profundamente quanto aquele no qual se achavam até agora".[88] As exportações de São Domingos, em 1788, foram o dobro das da Jamaica; em 1789, foram avaliadas como sendo acima de um terço a mais do que as exportações de todas as Índias Ocidentais Britânicas reunidas. No período de dez anos antes de 1789, a população negra e a produção total de São Domingos quase duplicaram.[89] Todas as colônias açucareiras inglesas, jactou-se Hilliard d'Auberteuil, não se igualavam a São Domingos francesa;[90] e os plantadores britânicos admitiram que não podiam mais continuar a "manter no mercado europeu aquela ascendência que, agora receamos, está irreparavelmente perdida para a Grã-Bretanha".[91] As exportações coloniais francesas, mais de oito milhões de libras, e as importações, mais de quatro milhões, empregaram 164.000 toneladas de navios e 33.000 marinheiros; as exportações coloniais britânicas, cinco milhões de libras, e as importações, menos de dois milhões, empregaram 148.000 toneladas de navios e 14.000 marujos.[92] Em todos os aspectos, as colônias açucareiras se tinham tornado imensamente mais importantes para a França do que eram para a Inglaterra.

As Antilhas deixaram de ser um lago britânico quando as colônias americanas conquistaram sua independência. O centro de gravidade do Império Britânico deslocou-se do mar das Antilhas para o oceano Índico, das Índias Ocidentais para a Índia. Em 1783, ano momentoso, o Primeiro-Ministro Pitt começou a tomar um interesse anormalmente grande pelos domínios britânicos no Oriente.[93] Em 1787, Wilberforce foi instigado por Pitt a patrocinar a proposta para a abolição do tráfico de escravos.[94] No mesmo ano, a Companhia das Índias Orientais voltou sua atenção para o cultivo da cana da Índia,[95] e em 1789 um comitê da companhia recomendou formalmente seu cultivo à diretoria da empresa.[96]

Antes de 1783, o Governo britânico estava uniformemente coerente em sua política para com o tráfico de escravos. O desligamento das treze colônias diminuiu

consideravelmente o número de escravos no império e tornou a abolição mais fácil do que seria se as treze colônias fossem inglesas quando o descaroçador de algodão ressuscitou uma economia escrava moribunda no Sul. "Enquanto a América fosse nossa", escreveu Clarkson em 1788, "não havia possibilidade de que um ministro sacerdote atendesse aos lamentos dos filhos e filhas da África, por mais que sentisse o sofrimento deles. Do mesmo lugar, que foi outrora o meio de criar um obstáculo insuperável para o alívio dessa gente infeliz, nossa afeição, por uma maravilhosa concatenação de acontecimentos, foi tirada e uma perspectiva apresentada diante de nós, o que mostra ser uma política para remover sua dor."[97]

O antigo sistema colonial se baseava na idéia de que, sem o monopólio do mercado colonial, as manufaturas britânicas não seriam vendidas. O outro aspecto do quadro monopolista, o monopólio colonial do mercado interno, baseava-se na mesma pressuposição. O antigo sistema colonial, noutras palavras, era uma negação do princípio de que o comércio encontrará suas saídas naturais. A independência americana desmentiu essas falácias. Em julho de 1783, uma Ordem do Conselho* decretava o livre-câmbio entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. As importações britânicas das ex-colônias aumentaram 50% entre 1784 e 1790; quando a invenção do descaroçador de algodão entrou em cena, as importações britânicas aumentaram de nove milhões de dólares, em 1792, para quase 31 milhões, em 1801.[98] "O comércio entre a mãe-pátria e a colônia", como afirmou Merivale em 1831, "era apenas um tráfico insignificante, em comparação com aquele enorme intercâmbio internacional, o maior que o mundo já conhecera, que se estabeleceu entre elas quando trocaram o vínculo da sujeição pelo da igualdade."[99] Esses fatos impressionaram a classe capitalista, que estava começando a encarar o império do ponto de vista de lucro e perda, e contribuíram para o sucesso do livro de Adam Smith em minar a filosofia mercantilista. Em 1825, Huskisson, o

* *Order in council* ("ordem em conselho"), ordem do Rei (ou Rainha) emitida juntamente e por sugestão do conselho privado. Geralmente só tem força de lei quando sancionada pelo Parlamento. (N. do T.)

primeiro dos livre-cambistas, perguntava sarcasticamente "se o afastamento dos Estados Unidos do Império Britânico, visto como uma simples questão de comércio, tinha causado dano a este país. Se a emancipação dos americanos da servidão comercial do sistema colonial tinha sido realmente prejudicial ao comércio e indústria da Grã-Bretanha... Não há nenhuma advertência útil a tirar desse exemplo?"[100] Havia, mas Rip van Winkle,* narcotizado pela poção do mercantilismo, dormira durante cem anos em sua plantação de cana-de-açúcar.

* Rip van Winkle, personagem e título de um conto do *Sketch Book*, de Washington Irving; trata-se de um colono holandês nos Estados Unidos que, ao ir caçar nas montanhas, cai num sono que dura vinte anos e, quando acorda, encontra tudo mudado, ninguém mais se lembrando dele. (N. do T.)

7

O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO BRITÂNICO 1783-1833

Longe de ser um desastre nacional, como era geralmente considerada na Inglaterra e no mundo na época, a independência americana na realidade assinalou o fim de uma era antiquada e o aparecimento de uma nova. Nessa nova era não havia lugar para o monopólio das Índias Ocidentais. Devemos agora traçar a expansão das forças produtivas na Inglaterra, estimuladas e tornadas maduras pelo sistema colonial, e ver como esse sistema colonial na nova era atuou como um freio que teve de ser removido.

Em junho de 1783, o Primeiro-Ministro, Lorde North, elogiou os quacres adversários do tráfico de escravos por sua humanidade, mas deplorou que a abolição desse tráfico fosse uma impossibilidade, já que o comércio se tornara necessário para quase todas as nações da Europa.[1] Os traficantes de escravos e os plantadores de cana esfregaram as mãos de alegria. As colônias das Índias Ocidentais ainda eram os encantos do império, as jóias mais preciosas do diadema britânico.

Mas os estrondos da tempestade inevitável ainda eram audíveis para aqueles que tinham ouvidos para ouvir. O ano de Yorktown era o ano da segunda patente de Watt, aquela do movimento rotativo que convertia a máquina a vapor numa fonte de força motriz e tornava a Inglaterra industrial, no dizer de Matthew Boulton, "louca pela fábrica a vapor".[2] A vitória de Rodney sobre os franceses, que salvou as colônias açucareiras, coincidiu com a utilização por Watt da força expansiva do vapor para obter o curso duplo para seus pistões. O tratado de paz de

1783 estava sendo assinado enquanto Henry Cort trabalhava em seu processo de pudelagem que revolucionou a indústria do ferro. O palco estava montado para aquele desenvolvimento gigantesco do capitalismo britânico que abalou a estrutura política do país em 1832 e, por conseguinte, tornou possível o ataque ao monopólio em geral e ao monopólio das Índias Ocidentais em particular.

Em 1833, nem uma só indústria britânica alcançara uma revolução técnica completa; os tipos antigos de organização subsistiam em toda parte e não simplesmente como fósseis ou curiosidades. A lã ainda era dada fora para ser fiada, o fio para ser tecido, a haste de ferro para ser tornada pregos, o couro para ser devolvido como sapatos. Os teares eram geralmente trabalhados à mão, as máquinas de fiar de madeira existiam aos montes e a palavra *spinster* se referia a uma categoria baseada na produção, isto é, significava "fiandeira", e ainda não tinha ligação com o matrimônio, como acontece hoje que significa "solteirona".[3]

Mas se a produção doméstica ainda subsistia, deixara de ser típica. A fase inicial da Revolução Industrial estava ligada à força hidráulica; a seguinte, à força do vapor. A aplicação do vapor foi, porém, um processo gradual. No início do século XIX, seu uso na indústria não era universal nem difundido. O número total de máquinas existentes no Reino Unido era de 321, o cavalo-vapor total elevava-se a 5.210.[4] De acordo com Clapham, que escreveu em fins da década de 1920, o cavalo-vapor total de Glasgow e de Clyde em 1831 impulsionaria um cruzador moderno.[5] Mas, no dizer de Mantoux, "havia mais diferença entre uma máquina de fiar e uma oficina doméstica como existiam lado a lado, entre 1780 e 1800, do que entre uma fábrica daquela época e uma moderna".[6]

A indústria algodoeira era a indústria capitalista por excelência. Um cálculo em 1835 deu uma cifra média de mão-de-obra utilizada de 175 para todas as fábricas de algodão, 125 para as de seda, 93 para as de linho, 44 para as de lã. O tamanho da fábrica de algodão média era algo sem precedente na história econômica britânica. Quarenta e três fábricas importantes em Manchester tinham uma força média de trabalho de 300 em 1815; em 1832, a cifra subira para 401.[7] A primeira máquina de fiar a vapor foi instalada na Inglaterra em 1785, e em Manchester em 1789. Entre 1785 e 1800, 82 máquinas a vapor foram construídas para fábricas de algodão, 55 delas somente em Lancashire.[8] A primeira fábrica de teares a vapor foi erguida em Manchester em 1806. Em 1835, havia 116.800 teares mecânicos em toda a Grã-Bretanha, todos, com exceção de 6%, na indústria algodoeira.[9]

Em 1785, as exportações das manufaturas britânicas de algodão ultrapassaram em um milhão de libras, em valor;[10] em 1830 foram de 31 milhões.[11] O pano estampado na Grã-Bretanha aumentou de 20 milhões de jardas, em 1796, para 347 milhões, em 1830.[12] A população empregada pela indústria elevou-se de 350.000, em 1788,[13] para 800.000, em 1806.[14] Havia 66 fábricas de algodão em Manchester e Salford em 1820, 96 em 1832.[15] O algodão estava "produzindo homens como cogumelos".[16] Oldham, em 1760, era uma aldeia de 400 habitantes; em 1801, tinha 20.000. Em 1753, Bolton tinha uma só rua, escabrosa, mal calçada; em 1801, a população era 17.000.[17] A população de Manchester aumentou seis vezes entre 1773 e 1824.[18] Os tecelões e manufatores de algodão, não-representados na procissão das profissões, em 1763, por ocasião da coroação de Jorge III, foram a característica mais notável da procissão da coroação de Jorge IV, em 1820.[19] Num sentido mais amplo, foi a coroação do Rei Algodão.

O capitalista de Manchester, de sua montanha, como Moisés em Fasga, contemplava a Terra Prometida. As importações britânicas de algodão subiram de 11 milhões de libras, em 1784,[20] para 283 milhões, em 1832.[21] O Novo Mundo, graças a Eli Whitney, veio, não pela última vez, em socorro do Velho. Os Estados Unidos forneceram menos de uma centésima parte das importações britânicas de algodão nos anos de 1786 a 1790, três quartos nos anos de 1826 a 1830, quatro quintos de 1846 a 1850. O plantador das Índias Ocidentais Britânicas, fiel a seu primeiro amor, o açúcar, não podia acompanhar o passo das necessidades de Manchester. As ilhas açucareiras forneceram sete décimos das importações britânicas de algodão entre 1786 e 1790, um qüinquagésimo entre 1826 e 1830, menos de uma centésima parte entre 1846 e 1850.[22] As Índias Ocidentais

tinham erguido Manchester no século XVIII. Mas haviam-se tornado um ponto minúsculo no horizonte ilimitado de Manchester no ano em que seus magnatas adventícios enviaram seus primeiros representantes a Westminster, e isso estava cheio de presságio para aqueles que persistiam em sua ilusão de que os laços do império, como os do matrimônio, eram indissolúveis.

Menos espetacular, talvez, mas não menos significativo, foi o progresso obtido nas indústrias metalúrgicas, sem o qual o reino da maquinaria teria sido impossível. A produção de ferro gusa da Grã-Bretanha aumentou dez vezes entre 1788 e 1830.[23] Havia três vezes mais fornos em funcionamento em 1830 do que em 1788.[24] O ferro enviado através dos canais de Glamorganshire e de Monmouthshire aumentou duas vezes e meia entre os anos de 1820 e 1833; de Cyfartha, a exportação duplicou; de Dowlais, triplicou durante o mesmo período.[25] Em 1800, a proporção da fabricação nacional em relação à importação estrangeira era de quatro para um; em 1828, de cinqüenta para um.[26] "A Grã-Bretanha depois de Waterloo", escreve Clapham, "retinia o ferro como uma forja".[27]

A fundição do ferro exigia carvão. As minas de carvão de Northumberland e Durham quase duplicaram em número, entre 1800 e 1836; a produção aumentou de seis milhões de toneladas, em 1780, para trinta milhões, em 1836.[28] Uma grande economia ocorreu quando, em 1829, a invenção do jato quente na fundição do ferro reduziu o combustível de carvão necessário em mais de dois terços.[29]

O ferro começou a ser empregado numa variedade de novos usos — colunas, trilhos, canos de gás e de água, pontes, navios. Wilkinson construiu um "templo de ferro fundido" para os metodistas, em Bradley,[30] e Londres experimentou inclusive a pavimentação de ferro. Mas a maior vitória foi na construção de máquinas. As primitivas máquinas de tecido eram feitas de madeira, pelos próprios fabricantes ou por encomenda deles. A década de 1820 viu o aparecimento do fornecedor profissional de máquinas, feitas com o auxílio de outras máquinas, e o começo da fabricação de peças permutáveis, o que foi facilitado pela invenção das novas ferramentas e a descoberta da técnica

de cortar parafusos com precisão. Em 1834, a firma de William Fairbairn oferecia-se para produzir uma fábrica equipada, por qualquer preço e para qualquer negócio, lugar ou força motriz.[31]

Em 1832, o fabricante de ferro, como capitalista e empresário, situava-se em geral no mesmo nível que o fabricante de tecidos de algodão.[32] No Parlamento Reformado, não somente o algodão, mas o ferro também, estava prestes a abandonar o monopólio como um processo já ultrapassado. As exportações de ferro em barras mais do que duplicaram entre 1815 e 1833 e, em 1825, a Grã-Bretanha permitiu — o que resultou ser uma decisão fatal — um abrandamento da proibição à exportação de máquinas. Os trilhos britânicos cobriram as ferrovias da França e dos Estados Unidos. As colônias açucareiras adquiriram um décimo das exportações de ferro britânicas em 1815, um trinta e três avos em 1833; os Estados Unidos um quarto em 1815, um terço em 1833.[33] Os plantadores de cana, que durante tanto tempo haviam gozado o direito incontestável a uma cadeira de camarote, agora mal podiam encontrar um lugar em pé.

"Em minha humilde opinião", escreveu um fabricante em 1804, "o comércio da lã não pode seguir de perto os passos do comércio do algodão".[34] A imitação, porém, foi lenta, e a persistência das formas antigas foi mais pronunciada na indústria da lã. A lançadeira volante não entrou em uso geral no West Riding senão em 1800, sendo que a tecelagem mecânica continuou em fase experimental até 1830. O tecelão doméstico ainda era um elemento poderoso na produção de lã, e ainda em 1856 somente metade do número de pessoas que se dedicavam a essa indústria trabalhava em fábricas. A fábrica de lã ou estambre em 1835 continha em geral, como já vimos, apenas um quarto do número de trabalhadores das fábricas de algodão.[35]

Em 1817, a produção de artigos de lã no West Riding, o principal centro dessa indústria, era seis vezes a cifra correspondente a 1738.[36] Em 1800, as importações de lã eram de 4.000 toneladas; no fim da década de 1830, eram cinco vezes mais.[37] O valor dos tecidos de lã exportados

subiu de quatro milhões de libras, em 1772, para sete milhões, em 1801. Em 1802, pela primeira vez, foram suplantados pelas exportações de manufatura de algodão; em 1830, eram cinco milhões de libras, um sexto do valor das exportações de algodão.[38] A população aumentava rapidamente, como nos centros de algodão. Leeds tinha uma população de 17.000 habitantes, nas vésperas da Revolução Americana; sete vezes mais, em 1831. Halifax mais do que duplicou sua população, entre 1760 e 1831; a população de Bradford aumentou duas vezes e meia entre 1801 e 1831; a de Huddersfield duplicou. Durante esses trinta anos, a população de todo o West Riding subiu de 564.000 para 980.000 habitantes.[39]

Até 1815, a Grã-Bretanha dependia, quanto a seus suprimentos de lã, principalmente da Espanha, Portugal e Alemanha. O Comandante John Macarthur, a caminho de Nova Gales do Sul, comprou alguns carneiros merinos no Cabo. Em 1806, o primeiro embarque de lã australiana (246 libras) chegou à Inglaterra. Vinte e quatro anos mais tarde, a importação foi de 3.564.532 libras.[40] Em 1828, a lã australiana era descrita como sendo de extraordinária macieza e de qualidade bem superior a qualquer outra variedade, prevendo-se que daí a quinze ou vinte anos a Grã-Bretanha estaria obtendo da Austrália tanta lã fina quanto necessitava.[41] A previsão foi confirmada. A Austrália gozou no século XIX com respeito à lã "algo que se aproximava do tipo de monopólio", como afirma Merivale, "que o México desfrutou, nos tempos de sua prosperidade, na produção dos metais preciosos".[42] No novo mundo anti-imperialista que surgiu na década de 1840, a ênfase onde o império tinha de ser mantido foi deslocada das ilhas para os continentes, dos climas tropicais para os temperados, das plantações de negros para as colônias de brancos.

O poderio mecanizado da Grã-Bretanha estava pondo o mundo inteiro a seus pés. A Inglaterra vestia o mundo, exportava homens e máquinas e se tornara o banqueiro do mundo. Com exceção da Índia e Cingapura — a chave para o comércio da China — adquiridas em 1819, o Império Britânico era uma expressão geográfica. "Não me

valeria a pena", escreveu Boulton em 1769 a propósito de suas máquinas a vapor, "fazer para três condados apenas, mas acho que me vale bem a pena fazer para o mundo inteiro".[43] O capital britânico, tal como a produção britânica, estava pensando em termos mundiais. "Entre 1815 e 1830", escreve Leland Jenks, "pelo menos cinqüenta milhões de libras foram investidos mais ou menos permanentemente nos títulos dos Governos europeus mais estáveis, mais de vinte milhões foram investidos numa forma ou noutra na América Latina e cinco ou seis milhões muito serenamente se encaminharam para os Estados Unidos".[44] Mas ninguém adiantaria um xelin sobre as plantações das Índias Ocidentais.[45]

Entre 1820 e 1830, mais de um terço das exportações dos Estados Unidos foram para a Grã-Bretanha, e os Estados Unidos adquiriram um sexto das exportações britânicas, o que constituía mais de dois quintos de suas importações totais.[46] Em 1821, os Estados Unidos adquiriram um sétimo das importações britânicas, em 1832, um nono; as exportações aumentaram em valor de um décimo.[47] As compras britânicas de algodão sulista estimularam a expansão do reino do algodão; os bancos particulares e estatais do Sul procuravam empréstimos em Londres.[48]

As revoluções na América Latina abriram uma ampla perspectiva para o comércio exterior britânico, uma vez que as barreiras do mercantilismo espanhol tinham sido postas abaixo, enquanto a antiga aliança da Grã-Bretanha com Portugal dava-lhe uma posição privilegiada no Brasil. "O prego está fincado", escrevia Canning exultante, "a América espanhola está livre, e se nós não dirigirmos nossos negócios desastradamente ela será inglesa".[49] O Brasil comprou um vigésimo das exportações britânicas totais em 1821, um duodécimo em 1832; as exportações aumentaram duas vezes e meia.[50] As colônias estrangeiras da América do Norte e do Sul, que adquiriram um tredécimo do comércio britânico total de exportação em 1821, compraram mais de um sétimo em 1832; as exportações triplicaram em valor durante esses anos.[51] Os novos Governos latino-americanos encontravam emprestadores solícitos nos círculos financeiros ingleses. "Quanto mais um país tomava emprestado", diz Jenks, "melhor o seu crédito, assim parecia".[52] Liverpool esqueceu-se de Jamaica,

Granada e Barbados; negociava e pensava agora em termos de Valparaíso, Antofagasta, Calhau e Guaiaquil.

Em 1821, as exportações britânicas para o mundo atingiram 43 milhões de libras; em 1832, foram de 65 milhões, um aumento de 50%.[53] Em ambos os anos, a Europa adquiriu quase metade do total.[54] As Índias Orientais e a China compraram um duodécimo em 1821, um décimo em 1832; as exportações aumentaram em três quartos.[55]

Que aconteceu, então, com as Índias Ocidentais Britânicas? As exportações para todas as ilhas declinaram em um quinto, para a Jamaica, em um terço. Em 1821, as Índias Ocidentais Britânicas adquiriram um nono do total, em 1832, um dezessete avos; em 1821 a Jamaica comprou um tredécimo, em 1831, um trinta e três avos.[56] As Índias Ocidentais Britânicas estavam assim se tornando cada vez mais insignificantes para o capitalismo britânico, e isso era de profunda importância para uma época em que a doutrina dos rendimentos crescentes estava penetrando no corpo do pensamento econômico. Como escreve Burn: "a julgar pelos padrões do imperialismo econômico, as colônias das Índias Ocidentais Britânicas, um enorme sucesso por volta de 1750, eram um fracasso oitenta anos depois".[57]

Em 1825, além disso, as Leis de Navegação foram modificadas e as colônias receberam permissão para comerciar diretamente com qualquer parte do mundo. A primeira cunha na frente monopolista tinha sido introduzida. Foi ampliada no mesmo ano, quando o açúcar de Maurícia, uma possessão oriental adquirida em 1815, foi admitido em pé de igualdade com o açúcar das Índias Ocidentais Britânicas. O monopólio colonial do mercado interno continuou. Isso era vital para as Índias Ocidentais. No que concernia ao capitalista britânico, nenhuma legislação especial era necessária para fazer o plantador de cana das Índias Ocidentais comprar mercadorias que o mundo inteiro estava comprando porque eram mais baratas e melhores. Se Manchester ainda prosperava com "camisas para pretos", as Índias Ocidentais Britânicas não tinham o monopólio de negros, e as maiores populações escravas dos Estados Unidos e Brasil ofereciam mercados atraentes. O plantador das Índias Ocidentais não pagavam um níquel a mais do que seu competidor brasileiro pelos tecidos de

algodão. De que adiantava, então, perguntava Manchester com indignação, o sistema do monopólio para o industrial britânico?[58] Seu propósito inicial estava agora, como disse Merivale, "acossado por meios de sacrifícios de nossa parte, feitos absolutamente sem qualquer consideração pelos deles".[59] Se, modificando um pouco as palavras de um autor moderno, as Índias Ocidentais Britânicas, em 1832, eram, socialmente, um inferno, economicamente, eram, o que era ainda pior, um anacronismo.[60]

O mercantilismo completara o seu curso. Era necessário apenas dar expressão política à nova situação econômica. A agitação pelo Projeto de Reforma era mais poderosa nos centros industriais e em seus satélites comerciais. Nessa luta política, os donos de escravos das Índias Ocidentais estavam vitalmente interessados. "Deus nos livre que houvesse algo como forçar o amo a abandonar sua propriedade do escravo! Uma vez adotado esse princípio e seria o fim de toda propriedade." [61] A escravidão das Índias Ocidentais dependia dos burgos podres, e Cobbett só tardiamente reconheceu que "o fruto do trabalho desses escravos há muito se converteu no meio de nos tornar escravos em nossa própria terra".[62]

Quando o Projeto de Reforma foi rejeitado pela Câmara dos Lordes, a imprensa reformista londrina saiu com seus exemplares tarjados de preto e, de noite, em todas as igrejas os sinos repicaram. O Castelo de Nottingham, de propriedade do Duque de Newcastle, o príncipe dos donos de burgos podres, foi totalmente arrasado por um incêndio ateado por uma multidão enfurecida. O representante de Bristol, que se opusera à Reforma na Câmara dos Comuns, estava em perigo de vida. A municipalidade foi saqueada, as cadeias e o palácio do bispo incendiados. Attwood formou a União Política em Birmingham e ameaçou uma revolução. A bandeira tricolor foi hasteada em Bethnal Green, Londres; manifestos revolucionários apareceram e cartazes foram exibidos trazendo a inscrição "não se pagam impostos aqui". O Conselho Municipal solicitou à Câmara dos Comuns que não aprovasse o orçamento enquanto o Projeto de Reforma não se tornasse lei. A Família Real foi caricaturada e insultada e aconselhada

a deixar Londres. Propôs-se um estratagema revolucionário — a corrida aos bancos: "para impedir o Duque (Wellington) de ir buscar ouro". A revolução era iminente.[63]

Os opositores da medida, porém, recuaram depois da promessa relutante do Rei de criar novos pares suficientes, e o Projeto de Reforma se tornou lei. A estrutura política da Inglaterra chegou a um acordo com a revolução econômica que ocorrera. No novo Parlamento, os capitalistas, suas necessidades a aspirações eram supremos. Outrora, o comércio colonial significava tudo. Na nova sociedade capitalista, as colônias ocupavam um lugar insignificante. "A exportação de um pedaço de pano enfestado inglês", escreveu Eden em 1802, "é mais benéfica para nós do que a reexportação de uma quantidade de musselina de Bengala ou de café das Índias Ocidentais de igual valor".[64] Em 1832, um funcionário da Companhia das Índias Orientais explicava a uma comissão parlamentar que tecidos de lã eram exportados para a China, mesmo quando o mercado não estava bom, por uma questão de tradição e dever: "isso era considerado uma obrigação moral".[65] O comércio por "obrigação moral" era um dos pecados mortais no evangelho segundo Manchester.

8

A NOVA ORDEM INDUSTRIAL

Era essa extraordinária expansão industrial que os monopolistas das Índias Ocidentais teriam de enfrentar. Eles tinham as vantagens do prestígio e do costume, suas grandes contribuições à economia britânica no passado e uma posição fortemente entrincheirada. Podemos ver hoje que eles estavam condenados, que os liliputianos não podiam subjugar Gulliver, nem suas flechas o incomodavam. Falando aos estudantes de Oxford, em 1839, Merivale advertiu que "a rápida maré dos acontecimentos mundiais está nos levando inevitavelmente a ultrapassar o ponto em que a manutenção dos sistemas coloniais e leis de navegação era praticável, quer fossem desejáveis, quer não. Somos carregados indefesamente pela corrente; podemos lutar e protestar, e nos admirar pelo fato de que as barreiras que a previdência antiga erguera contra a corrente vergam agora como caniços ante a sua violência, mas não podemos mudar nosso destino. O monopólio das ilhas das Índias Ocidentais não pode resistir..."[1] Os plantadores das Índias Ocidentais, porém, não podiam ver isso e agiam como fazem todos os interesses consolidados. Ofereceram uma luta desesperada, "combatendo com o auxílio de sua riqueza acumulada contra o princípio infiltrante da decadência",[2] desprezando todas as considerações e conseqüências e visando apenas à manutenção de seu sistema enfermo.

O ataque aos plantadores das Índias Ocidentais foi mais do que um ataque à escravidão. Foi um ataque ao monopólio. Seus adversários eram não somente os humanitaristas, mas também os capitalistas. O motivo para o ataque não era somente que o sistema econômico das Índias Ocidentais era corrupto, mas que também era tão pouco rentável, e por essa razão apenas sua destruição era inevitável.[3] O representante da Jamaica queixou-se

em 1827 que "a causa das colônias em geral, porém mais especialmente aquela parte que se refere à propriedade de escravos, é tão sem atração para os oradores fluentes e tão impopular com o público que temos e devemos ter muito pouca proteção da oratória parlamentar".[4] Hibbert tinha razão apenas em parte. Se a escravidão das Índias Ocidentais era detestável, o monopólio das Índias Ocidentais era impopular, e o ódio unido dessas duas coisas era mais do que as colônias podiam suportar.[5]

O ataque dividiu-se em três fases: o ataque ao tráfico de escravos, o ataque à escravidão, o ataque às tarifas preferenciais do açúcar. O tráfico de escravos foi abolido em 1807, a escravidão em 1833, a preferência do açúcar em 1846. Os três acontecimentos são inseparáveis. Os próprios interesses consolidados que foram estabelecidos pelo sistema escravista agora voltavam-se contra ele, destruindo-o. Os humanitaristas, ao atacarem o sistema em seu ponto mais fraco e mais indefensável, falavam uma linguagem que as massas podiam entender. Jamais poderiam obter sucesso cem anos antes quando os importantes interesses capitalistas estavam ao lado do sistema colonial. "Era um árduo monte para subir", cantava Wordsworth em louvor de Clarkson. O cume jamais teria sido atingido, não fosse a deserção dos capitalistas das fileiras dos donos e traficantes de escravos. Os plantadores das Índias Ocidentais, lisonjeados, acariciados e mimados durante um século e meio, cometeram o erro de elevar a uma lei da natureza o que era realmente apenas uma lei do mercantilismo. Consideravam-se, indispensáveis e transportaram para uma era de antiimperialismo as lições que haviam aprendido numa era de imperialismo comercial. Quando, para sua surpresa, a "mão invisível" de Adam Smith virou-se contra eles, só puderam apelar para a mão invisível de Deus.[6] A ascensão e queda do mercantilismo é a ascensão e queda da escravidão.

A. Proteção ou livre empresa?

A Rainha Vitória certa vez mandou uma mensagem famosa para dois chefes africanos: "A Inglaterra se tornou grande e feliz pelo conhecimento do verdadeiro Deus e Jesus Cristo."[7] Para o capitalista de Manchester, "Jesus

Cristo era o Livre-Câmbio, e o Livre-Câmbio era Jesus Cristo".[8]

Se o Trigo era o rei dos monopólios, o Açúcar era a rainha. O ataque às tarifas preferenciais do açúcar das Índias Ocidentais foi uma parte daquela filosofia geral que em 1812 destruiu o monopólio da Companhia das Índias Orientais e, em 1846, as Leis do Trigo da Inglaterra. A Liga contra as Leis do Trigo, disse seu tesoureiro, foi "estabelecida com base no mesmo princípio justo que a Sociedade Antiescravista. O objetivo daquela sociedade era obter para os negros o direito de dispor livremente de seu sangue e carne, e o objetivo desta era obter para o povo o livre direito de trocar seu trabalho por tanta comida quanto pudesse".[9] No delírio dos sentimentos livre-cambistas, o peso do avanço na frente antimonopolista teve de ser suportado pelo monopólio das Índias Ocidentais, que não era somente iníquo, mas também dispendioso.

Os defensores do açúcar das Índias Orientais atacavam o monopólio das Índias Ocidentais. Chamavam as ilhas de "rochedos estéreis", cujas necessidades insaciáveis de dinheiro representavam uma "esponja eterna dos capitais deste país, tanto nacionais quanto comerciais". Mesmo antes do fim do século XVIII, a Grã-Bretanha estava "madura para a abolição dos monopólios". Uma penúria geral não podia ser infligida à comunidade inteira a fim de proporcionar um benefício parcial e irracional a um pequeno número de seus membros.[10]

A oposição das Índias Orientais foi mais virulenta na década de 1820. Não queriam, pelo menos era o que alegavam, favor, preferência ou proteção, exclusivos. Tudo o que solicitavam era igualdade com as Índias Ocidentais.[11] Teriam os plantadores das Índias Ocidentais direito ao monopólio simplesmente porque o tinham gozado por um longo período de tempo? "Poder-se-ia alegar que como muitas pessoas que costumavam ser empregadas na manufatura do algodão, ou outros artigos, à mão, estão sendo atiradas ao desemprego pela invenção das máquinas, um imposto sobre as máquinas devia portanto ser lançado... Poder-se-ia dizer que como o transporte pelos canais foi considerado mais barato e conveniente do que o velho modo de transporte por carroça, um imposto devia portanto ser tributado sobre o transporte pelos canais."[12] A alega-

ção dos plantadores das Índias Ocidentais de que tinham direito à continuação da proteção porque investiram seu capital no cultivo da cana era "uma alegação que podia ser invocada com igual força no caso de *toda* especulação imprevidente".[13] Não podiam afastar-se dos princípios usuais do comércio a fim de beneficiar os plantadores das Índias Ocidentais.[14] Hume acreditava que o bom senso, o sentimento honesto e o patriotismo do povo britânico jamais permitiriam a continuação de tal monopólio, pois todas as restrições e monopólios eram ruins.[15]

Já em 1815 um protesto fora registrado nas Atas da Câmara dos Lordes contra as Leis do Trigo, ameaçando a pedra angular da política mercantilista. Em 1820, os negociantes de Londres apresentaram uma petição ao Parlamento na qual declaravam que a "liberação de qualquer restrição é indispensável à máxima extensão do comércio exterior e à melhor direção para o capital e a indústria do país".[16] No mesmo ano, o Sr. Finlay, de Glasgow, fez um discurso exaltado em apoio a uma petição da Câmara de Comércio de Glasgow solicitando o livre-câmbio e a revogação de todas as restrições às importações e exportações comerciais. "Se se verificasse", disse Finlay, "que a história de nossa política comercial tem sido um amontoado de erros e idéias falsas, certamente não seria demasiado manifestar a esperança de que a política fosse abandonada." [17] Todos os monopólios, afirmaram os negociantes de Liverpool, que proibiam o comércio com qualquer outro país, e em particular o monopólio da Companhia das Índias Orientais, eram prejudiciais aos interesses gerais do país. A Corporação da cidade* declarou que os súditos britânicos possuíam "um direito inerente" ao intercâmbio livre com qualquer parte do mundo. Não sem razão, Pitt lisonjeara Adam Smith, uns trinta anos antes num banquete, dizendo: "Todos nós somos seus discípulos." [18]

O monopólio das Índias Ocidentais não era somente injustificado, na teoria, era também improfícuo, na prática. Em 1828, estimou-se que ele custava ao povo britânico, anualmente, mais de um milhão e meio de libras.[19]

* *Corporation of the town* (Corporação da cidade), conjunto de autoridades municipais. (N. do T.)

Em 1844, estava custando ao país 70.000 libras, por semana, e a Londres 6.000 libras.[20] A Inglaterra estava pagando por seu açúcar cinco milhões a mais por ano do que o Continente europeu.[21] Três milhões e meio de libras das exportações britânicas para as Índias Ocidentais em 1838, disse Merivale, obtiveram menos de metade do açúcar e café que teriam obtido se fossem levados para Cuba e o Brasil. Mercadorias no valor de 1.750.000 libras "foram, portanto, completamente jogadas fora, sem compensação, no que concerne à Grã-Bretanha, como se os navios que as transportavam tivessem perecido na viagem".[22] Dois quintos do preço de cada libra de açúcar consumido na Inglaterra representavam o custo da produção, dois quintos iam em receita para o Governo, um quinto em tributo para o plantador das Índias Ocidentais.[23]

Já era tempo de revisar essa política "tenebrosa" que amparava "a causa podre" do senhor de escravos das Índias Ocidentais.[24] Huskisson pediu cautela. "Se o plantador das Índias Ocidentais era dono de escravos não era culpa sua, mas desgraça; e se era verdade que a produção do trabalho escravo era mais dispendiosa do que a da mão-de-obra livre, não havia razão para privá-lo da vantagem de sua tarifa protecionista." [25] Mas os plantadores das Índias Ocidentais não deveriam desprezar isso. "Tempo haveria de chegar, e não poderia estar muito distante, em que o súdito estaria maduro para a reflexão, e em que seria dever imperioso do Parlamento iniciar uma investigação completa de todas as circunstâncias relacionadas com ela."[26]

Os capitalistas, ansiosos por baixar os salários, defendiam a política de *the free breakfart table*. Era injustiça e tolice impor tarifas protecionistas a alimentos.[27] O monopólio era injustificado, caro para todos e destruíra os grandes impérios coloniais do passado.[28] O interesse das Índias Ocidentais estava condenado. "Não pode haver prosperidade para as colônias das Índias Ocidentais por meio de qualquer arranjo ou escamoteação de tarifas nesta casa. Nenhuma maioria aqui concederá prosperidade às Índias Ocidentais; e nenhum grupo de dança do Ministério das Colônias realizará tal fim." [29] O sistema protecionista foi comparado a vários macacos em diferentes gaiolas, cada um roubando do prato do vizinho e cada um perdendo

tanto quanto tinha roubado.[30] Ricardo aconselhara os plantadores a produzirem calculadamente; "a bola estava rolando, e nada que pudessem fazer seria suficiente para detê-la".[31]

Houve tempo em que os principais estadistas estavam do lado dos plantadores das Índias Ocidentais. Agora Palmerston alinhava-se com os adversários dos plantadores. A palavra "proteção" devia ser omitida de qualquer dicionário comercial,[32] como "um princípio de dano fatal ao país e inimigo da prosperidade de todo país a cujos negócios se aplique".[33]

Os protecionistas estavam do lado dos plantadores das Índias Ocidentais. A aristocracia agrária dos alqueires de trigo aliou-se à aristocracia agrária dos barris de açúcar. Peel, livre-cambista, quando se tratava de algodão e seda, era protecionista em trigo e açúcar. A causa das Índias Ocidentais era habilmente defendida por Bentinck, Stanley e Disraeli. Se o interesse das Índias Ocidentais se tornara, como criticou Disraeli, "o estrepe da festa",[34] ele também cooperara para aquilo. Os debates sobre a rejeição das leis do trigo e a equiparação das tarifas do açúcar deram-lhe um público para sua oratória incomparável e espírito sarcástico, mas é duvidoso se alguma séria convicção pessoal ou filosofia econômica motivou suas diatribes. Pois quando os plantadores das Índias Ocidentais, depois de 1846, estavam tentando adiar o funesto dia da verdadeira execução do princípio do livre-câmbio para o açúcar, Disraeli, também, virou-se contra eles. "Depois da imensa revolução que foi levada a efeito, não podemos agarrar-nos aos trapos e farrapos de um sistema protecionista;[35] e em *Sybil* ele escreveu com imparcialidade que, num país comercial como a Inglaterra, cada meio século produzia uma nova fonte de riqueza pública e punha em evidência uma nova e poderosa classe — o mercador do Levante, o plantador das Índias Ocidentais, o nababo das Índias Orientais.[36] O mercantilismo não estava somente morto, mas também amaldiçoado.

Os plantadores das Índias Ocidentais tentaram deter a torrente livre-cambista. O sistema colonial era "um pacto implícito... para um monopólio mútuo".[37] Era

deles, alegavam, não por favor, mas por direito. Sua posse exclusiva do mercado interno era a recompensa justa pelas restrições que lhes eram impostas pelo sistema colonial.[38] Noutras ocasiões não relutavam em pedir caridade. As vantagens superiores de seus concorrentes tornavam a competição impossível e a tarifa protecionista indispensável à sua própria defesa. No caso da Índia, mencionavam a barateza da mão-de-obra, a abundância e a extensão ilimitada de solo mais rico, passível de irrigação e atravessado por rios navegáveis.[39] No caso do Brasil, alegavam a facilidade com que os brasileiros podiam arranjar trabalhadores para seu solo fértil. Fosse qual fosse a situação dessas colônias, o refrão deles era o mesmo — proteção. "Ruína" era invariavelmente a primeira palavra do seu vocabulário — uma palavra usada para designar "não a pobreza do povo, não a falta de comida ou roupa, nem sequer a ausência de riqueza ou luxo, mas simplesmente o decréscimo do cultivo da cana-de-açúcar".[40] Enquanto, como donos de escravos antes de 1833, tinham exigido proteção contra o açúcar plantado livremente na Índia, após 1833, como empregadores do trabalho livre, exigiam-na contra o açúcar produzido pela mão-de-obra escrava do Brasil e Cuba. Enquanto antigamente tinham atenuado os males do cultivo da cana por escravos, agora exageravam esses males. Como donos de escravos tinham justificado os males da escravidão; agora como empregadores de homens livres exaltavam os benefícios da liberdade. Incoerentes em todas as coisas, eram ainda coerentes em uma — na manutenção de seu monopólio.

Até o fim, os plantadores das Índias Ocidentais continuaram a sofrer em virtude de sua miopia e a exigir uma situação de século XVII num império de século XIX. Leiam seus manifestos, folhetos e discursos — em vez de São Domingos, encontra-se Índia ou Maurícia, Brasil ou Cuba. As datas mudaram, a liberdade substituiu a escravidão. Suas reivindicações são as mesmas, suas falácias idênticas. Continuavam a "clamar por mais monopólio, a fim de curar os males que o próprio monopólio infligira".[41] São tratados com escárnio e desprezo,[42] mas não dão atenção. De vez em quando, falam em livre-câmbio, como quando um plantador das Índias Ocidentais, opondo-se à renovação do privilégio da Companhia de Docas

das Índias Ocidentais, advertiu o Parlamento sobre "a impolítica, como também injustiça, de continuar, numa era esclarecida como esta, tais monopólios, que eram ao mesmo tempo prejudiciais ao comércio e à receita do país".[43] Em geral, porém, mantinham-se esquecidos da nova ordem e do brilho em seus próprios olhos.

Proteção e Trabalho — estes eram seus *slogans* em 1846, como tinham sido em 1746. Proteção era simplesmente justiça.[44] Recusá-la era impatriótico.[45] A tarifa protecionista era necessária para salvaguardar a experiência da mão-de-obra livre.[46] O cultivo de cana precisava de mão-de-obra. Dêem-nos africanos sob contrato, indianos sob contrato, sentenciados, agora que vocês emanciparam os negros e os tornaram preguiçosos; e alguns, desesperados, defendiam até a restauração do tráfico de escravos.[47]

O seu notável paladino era Gladstone. Mas Gladstone era mais do que um defensor dos plantadores das Índias Ocidentais; era um estadista do Império também, que nunca perdia de vista a floresta ao olhar as árvores. Com toda a casuística e eloqüência à sua disposição — e tinha bastante de ambas — Gladstone procurou justificar o monopólio das Índias Ocidentais sob o fundamento de que era proteção para o açúcar produzido pela mão-de-obra livre contra o açúcar produzido pela mão-de-obra escrava. Mas foi obrigado a admitir que a distinção não era tão clara que pudesse ser traçada com uma precisão uniforme e absoluta.[48] Nem podia ele ignorar o fato de que a exigência de proteção dos plantadores das Índias Ocidentais se enfraqueceu depois de 1836 quando a tarifa protecionista foi estendida ao açúcar das Índias Orientais, que não podiam alegar tantas dificuldades e desvantagens como as que enfrentavam as Índias Ocidentais.[49] E Gladstone sabia que o curso se completara. A proteção não podia ser permanente e, mesmo que continuasse por mais vinte anos, não traria o cultivo das Índias Ocidentais a uma situação segura e sadia.[50]

B. O crescimento do antiimperialismo

O sistema colonial era a espinha dorsal do capitalismo comercial da época mercantil. Na era do livre-câmbio, os

capitalistas industriais não queriam absolutamente colônias, muito menos ainda as Índias Ocidentais.

A tendência remontava, como já vimos, nos primeiros anos da Revolução Industrial. Seu desenvolvimento era paralelo ao desenvolvimento do movimento livre-cambista. O mundo inteiro se tornara agora uma colônia britânica e as Índias Ocidentais estavam condenadas. O líder do movimento era Cobden. Cobden referiu-se aprovadoramente aos capítulos de Adam Smith em sua "obra imortal" sobre a despesa das colônias.[51] Para ele a questão colonial era uma questão pecuniária.[52] As colônias eram estorvos dispendiosos, causando impressões deslumbrantes aos sentimentos do povo, servindo apenas de "apêndices vistosos e pesados para envaidecer nossa grandeza ostensiva, mas, na realidade, para complicar e aumentar nosso dispêndio governamental, sem melhorar nosso balanço comercial". Ele não via nada mais do que uma "impolítica monstruosa" a "sacrificar nosso comércio com um novo continente, de extensão quase ilimitada de novo território, em favor de algumas ilhas pequenas, com solos relativamente esgotados".[53] Em 1852, os britânicos declararam guerra à Birmânia e anexaram a Birmânia Inferior. Cobden protestou. Escreveu um artigo intitulado "Como as guerras são atiçadas na Índia", sugerindo que a Grã-Bretanha devia "anunciar no *Times* pedindo um governador-geral que pudesse cobrar uma dívida de mil libras sem anexar um território que fosse ruinoso para nossas finanças".[54]

Para Molesworth, um dos principais reformadores coloniais, a política colonial da Grã-Bretanha era motivada por "um desejo insano de império sem valor", como na fronteira da colônia do Cabo na África do Sul, onde "a perda de um machado e duas cabras... custou a este país (Inglaterra) uns dois milhões de libras esterlinas". A Austrália era uma coleção de "comunidades, o produto da emigração de sentenciados". A Nova Zelândia era uma constante dor de cabeça, com seus "governadores imbecis, funcionários desacreditados e guerras desnecessárias com os nativos". A África do Sul era "um enorme império sem valor e caro, estendendo-se por quase 800.000 km², principalmente montanhas acidentadas, desertos áridos e planícies estéreis, sem água, sem ervas, sem rios navegáveis,

sem portos, em suma, sem coisa alguma a não ser os elementos de grande e crescente despesa para este país". Encarregado dessa coleção diversa e heterogênea de colônias estava o Ministro das Colônias, "cruzando e recruzando, em sua imaginação, o globo terráqueo — voando do pólo Ártico para o pólo Antártico, correndo das neves da América do Norte para as regiões abrasadoras dos Trópicos, precipitando-se das ilhas férteis das Índias Ocidentais para os desertos áridos da África do Sul e Austrália — como nada na Terra, ou na ficção, a não ser o Judeu Errante".[55] O custo da proteção desse Império representava um terço do comércio de exportação da Grã-Bretanha para as colônias. A independência colonial era mais barata. As colônias deviam ficar livres do "constantemente mutável, freqüentemente bem-intencionado, mas invariavelmente fraco e ignorante despotismo" do Ministério das Colônias.[56]

Hume, outro político radical, juntou-se ao ataque ao "Sr. Mãe-Pátria". Tirem as correntes de ferro que agrilhoam os melhores esforços das colônias,[57] deixem-nas dirigir seus próprios negócios, em vez de serem mantidas em nadadeiras e submetidas à direção flutuante de Downing Street.[58] O Ministério das Colônias "é" um estorvo e deve ser fechado.[59]

O mandato territorial estava fora de moda. Roebuck, um radical franco-atirador, opunha-se como insincera à recusa humanitarista de entregar as colônias ao Governo autônomo local. A história ensinava que o selvagem devia desaparecer em face do avanço implacável de uma raça superior; a justiça e a humanidade deviam ceder à lei férrea de uma necessidade injusta.[60] James Stephen, Subsecretário Permanente do Ministério das Colônias, nunca titubeou em sua determinação de não renunciar aos "infortunados encargos que em má hora assumimos". Mas os capitalistas, como Taylor, também do Ministério das Colônias, não viam nas colônias nada mais do que "assembléias furiosas, governadores, missionários e escravos bobos",[61] os quais, nas palavras de Merivale, deviam ser conservados pelo simples "prazer de governá-los".[62] Nada era verdade a não ser o que se referia à condenação dos plantadores das Índias Ocidentais, nada era justo a não ser o que se referia à ruína dos plantadores das Índias

Ocidentais.[63] Parecia aos desesperados plantadores que uma coalizão havia sido formada para destruir as colônias.[64] As assembléias da Jamaica e da Guiana Inglesa entraram em greve em 1838 e 1840 e se recusaram a votar verbas para o Governo. A Jamaica preferia o *Yankee Doodle** ao *God Save the Queen*.[65] Quem se importava? Membros do Parlamento estavam dispostos a ceder as Índias Ocidentais à América mediante uma pequena indenização.[66] "Que a Jamaica vá para o fundo do mar", trovejava Roebuck, "e todas as Antilhas depois dela." Essas "colônias estéreis" não eram senão uma fonte de guerra e despesa.[67] Tinham sido sempre os "apêndices mais fatídicos" do Império britânico, e se fossem riscadas da face da Terra a Inglaterra não perderia "uma migalha de sua força, um níquel de sua riqueza, um instrumento de seu poder".[68]

Era uma epidemia. Até Disraeli, o arquiimperialista das últimas décadas, estava contagiado. Em 1846, as "desamparadas Antilhas" ainda eram para ele "um fragmento, mas um fragmento que eu prezo, do sistema colonial da Inglaterra".[69] Seis anos depois, o Canadá se tornara um embaraço diplomático e as infortunadas colônias, uma *damnosa hereditas,* mós penduradas no pescoço da Grã-Bretanha.[70] Nove casos em dez, segundo Gladstone, era impossível conseguir atenção parlamentar para os assuntos coloniais e no décimo caso só era conseguida pela ação improvisada do espírito partidário.[71] A era do império estava morta; a dos livre-cambistas, economistas e calculistas a tinha sucedido, e a glória das Índias Ocidentais se extinguira para sempre. Apenas mais uns trinta anos, porém, e a toada mudaria. Mas o Humpty Dumpty** das Índias Ocidentais levara uma grande queda, e todos os cavalos e homens do Rei não conseguiriam juntar de novo as partes do Humpty Dumpty.

* *Yankee Doodle,* canção reconhecida como uma das árias nacionais dos Estados Unidos; *God Save the Queen*, ou *the King* (*Deus Salve a Rainha,* ou o *Rei*), hino nacional britânico. (Neste caso, figuradamente, "preferia os Estados Unidos à Inglaterra".) (N. do T.)

** Humpty Dumpty, personagem de uns versos infantis que simboliza um ovo; (fig.) coisa ou pessoa que, quando cai, não pode refazer-se ou tornar a levantar-se. (N. do T.)

C. O crescimento da produção açucareira mundial

A força das ilhas açucareiras britânicas antes de 1783 repousava no fato de que como produtoras de açúcar tinham poucos competidores. Até onde podiam, impediam qualquer outro. Resistiram à tentativa de introduzir o cultivo de cana-de-açúcar (e de algodão) em Serra Leoa sob o fundamento de que seria um precedente para "nações estrangeiras, que ainda não tinham colônias em parte alguma",[72] e poderia ser prejudicial para as que possuíam colônias nas Índias Ocidentais;[73] tal como um século antes tinham-se oposto ao cultivo de anil na África.[74] Seus principais competidores no comércio açucareiro eram o Brasil e as colônias francesas, estando Cuba tolhida pelo exclusivismo extremo do mercantilismo espanhol. Essa situação foi radicalmente alterada quando São Domingos tomou a dianteira nos anos que se seguiram imediatamente à secessão das colônias do continente.

O cultivo de Barbados e Jamaica transferira o comércio açucareiro da Europa de Portugal para a Inglaterra. O progresso de São Domingos deu o controle do mercado açucareiro europeu à França. Entre 1715 e 1789, as importações francesas das colônias multiplicaram onze vezes, os produtos coloniais franceses reexportados para o exterior, dez vezes.[75] Em 1789, dois terços das exportações francesas para o Báltico, mais de um terço das exportações para o Levante, eram produtos coloniais. Foi "por meio disso, e somente por meio disso, que ela transformou o balanço comercial com o mundo inteiro num resultado favorável".[76]

Era a velha lei da produção escrava em ação. São Domingos era maior do que qualquer colônia britânica, seu solo era mas fértil e estava menos esgotado, por conseguinte seus custos de produção eram menores. Essa diferença nos custos de produção tornou-se objeto de um inquérito especial por parte da Comissão do Conselho Privado de 1788.

Do ponto de vista do Primeiro-Ministro britânico, William Pitt, esse foi o fator decisivo. A era das ilhas açucareiras britânicas estava superada. O sistema das Índias Ocidentais não dava lucro, e o tráfico de escravos em que se baseava "em vez de ser vantajoso para a Grã-Bretanha... é o mais destrutivo que se pode imaginar

para seus interesses".[77] Para um Primeiro-Ministro cujo pai estivera coerentemente do lado das Índas Ocidentais, e cujo predecessor apenas dez anos antes brandamente rejeitara uma petição para a abolição, isso era uma conversão extraordinária. Pitt voltou-se para as Índias.

O plano de Pitt tinha dois objetivos: reconquistar o mercado europeu, com a ajuda do açúcar da Índia,[78] e conseguir a abolição internacional do tráfico de escravos,[79] o que arruinaria São Domingos. Se não a abolição internacional, então a abolição britânica. Os franceses dependiam tanto dos traficantes britânicos de escravos que até uma abolição unilateral pela Inglaterra transtornaria seriamente a economia das colônias francesas.

O plano de Pitt fracassou por dois motivos. A importação de açúcar das Índias Orientais, na escala planejada, era impossível devido às altas tarifas impostas a todo açúcar que não fosse produzido pelas Índias Ocidentais Britânicas.[80] Lorde Hawkesbury porta-voz dos monopolistas das Índias Ocidentais, opôs-se à alteração da lei existente "em favor de uma companhia monopolizadora" que estava ultrapassando os limites de seu contrato.[81] Mas Hawkesbury era mais do que um interessado pelas Índias Ocidentais. Estava em contato íntimo com o comércio e a indústria da Grã-Bretanha, especialmente Liverpool. Recomendou, portanto, em seu lugar, a importação de todo açúcar estrangeiro, contanto que fosse feita em navios britânicos e exclusivamente para refinação e reexportação. "O comércio e a frota mercante da França serão diminuídos, e o comércio e a frota mercante da Grã-Bretanha aumentados, mais do que por qualquer medida isolada que tenha sido adotada durante o último século." [82] Por esse regulamento muito simples, a Grã-Bretanha recuperaria o comércio açucareiro que desfrutara de 1660 a 1713, mas que depois disso perdera para a França.[83]

Em segundo lugar, os franceses, holandeses e espanhóis se recusaram, o que Lorde Liverpool chamou trinta anos mais tarde de "pura perversidade",[84] a abolir o tráfico de escravos.[85] Não era difícil ver os motivos políticos por trás da capa de humanitarismo de Pitt. Gaston-Martin, o conhecido historiador francês do tráfico de escravos e das colônias das Antilhas, acusa Pitt de visar pela propaganda libertar os escravos "em nome sem dú-

vida de humanidade, mas também para arruinar o comércio francês", e conclui que nessa propaganda filantrópica havia motivos econômicos que explicam a liberdade com que a Grã-Bretanha pôs fundos à disposição dos abolicionistas franceses e a maneira pela qual a França foi inundada por traduções dos trabalhos antiescravistas do abolicionista britânico Clarkson.[86] Como Ramsay admitira: "Podemos concluir confiantemente que o tráfico africano é mais limitado em sua utilidade do que geralmente se imagina, e que nestes últimos anos contribuiu mais para o engrandecimento de nossos competidores do que de nossa riqueza nacional."[87]

Nessa conjuntura a Revolução Francesa veio em auxílio de Pitt. Temerosos de que o idealismo do movimento revolucionário destruiria o tráfico de escravos e a escravidão, os plantadores franceses de São Domingos, em 1791, ofereceram a ilha à Inglaterra[88] e foram logo seguidos pelos das ilhas de Barlavento.[89] Pitt aceitou o oferecimento, quando irrompeu a guerra com a França em 1793. Expedição após expedição foram enviadas infrutiferamente para tomar a preciosa colônia, primeiro dos franceses, depois dos negros. Não era, afiançou-se ao Parlamento, "uma guerra por riquezas ou engrandecimento local, mas uma guerra por segurança".[90] A causa aliada na Europa enfraqueceu-se pelos interesses do imperialismo britânico. "Pode-se dizer que o segredo da impotência da Inglaterra durante os seis primeiros anos da guerra", escreve Fortescue, historiador do exército britânico, "repousa em duas palavras fatais, São Domingos."[91] A Grã-Bretanha perdeu milhares de homens e gastou milhares de libras na tentativa de tomar São Domingos. Fracassou, mas o grande produtor mundial de açúcar, foi entrementes destruído e a superioridade colonial francesa esmagada para sempre. "Por essa razão", escreve Fortescue, "soldados da Inglaterra foram sacrificados, seu tesouro malbaratado, sua influência enfraquecida, seu braço por seis anos fatídicos agrilhoado, tolhido e paralisado."[92]

Isso é um interesse mais do que acadêmico. Pitt não poderia ter São Domingos e a abolição também. Sem suas importações de 40.000 escravos por ano, São Domingos podia igualmente ir para o fundo do mar. A própria aceitação da ilha significava logicamente o fim do interesse de

Pitt pela abolição. Naturalmente ele não o disse. Já estava demasiadamente comprometido aos olhos do público. Continuou a falar a favor da abolição, mesmo enquanto dava todo estímulo prático ao tráfico de escravos. Mas não era o velho Pitt de 1789 a 1791, o Pitt de tiradas latinas, oratória brilhante e humanitarismo contagioso. A mudança pode ser verificada nos debates no Parlamento e no diário de Wilberforce. Em 1792, o diário de Wilberforce deu a primeira nota vaticinadora: "Pitt manifestou-se contra a moção de escravos por causa de São Domingos."[93] Daí em diante, o apoio de Pitt às moções anuais de Wilberforce tornou-se apenas maquinal. Numa ocasião, ele apoiou os plantadores das Índias Ocidentais, noutra esquivou-se da moção, numa terceira "manteve-se firmemente ao lado" de Wilberforce, noutra simplesmente não compareceu.[94] Sob o governo de Pitt, só o tráfico de escravos britânicos mais do que duplicou,[95] e a Grã-Bretanha conquistou mais duas ilhas açucareiras, Trinidad e Guiana Inglesa. Como o abolicionista Stephen escreveu com amargura: "O Sr. Pitt, infelizmente para si mesmo, seu país e a humanidade, não é bastante fervoroso na causa dos negros, para lutar por eles tão decisivamente quanto devia, no gabinete mais do que no Parlamento."[96]

Os historiadores liberais alegam o medo de Pitt do jacobinismo. A verdadeira razão é mais simples. Pode-se tomar como axiomático que nenhum homem ocupando um cargo tão importante como o de Primeiro-Ministro da Inglaterra adotaria uma medida tão importante como a abolição do tráfico de escravos puramente por razões humanitários. Um Primeiro-Ministro é mais do que um homem, é um estadista. As razões de Pitt eram políticas e apenas secundariamente pessoais. Ele estava interessado no comércio açucareiro. Ou ele devia arruinar São Domingos inundando a Europa de açúcar indiano mais barato, ou abolindo o tráfico de escravos; ou devia conquistar São Domingos para si mesmo. Se pudesse conquistar São Domingos, o equilíbrio nas Antilhas seria restabelecido. São Domingos seria "uma nobre compensação" pela perda da América e "um glorioso acréscimo ao domínio, navegação, comércio e manufaturas da Grã-Bretanha".[97] Daria à Grã-Bretanha o monopólio do açúcar, anil, algodão e café: "Essa ilha, por muitos séculos, daria tal

ajuda e força à indústria que seria mui venturosamente sentida, em todas as partes do Reino." Seguida de uma aliança ofensiva e defensiva entre a Grã-Bretanha e a Espanha, "tal amizade por séculos excluiria a França e a América do Novo Mundo e efetivamente garantiria as possessões valiosas da Espanha".[98] Mas se Pitt tomasse São Domingos, o tráfico de escravos devia continuar. Quando São Domingos estava perdida para a França, o tráfico de escravos tornou-se simplesmente uma questão humanitária.

A destruição de São Domingos significou o fim do comércio açucareiro francês. Nem todos os decretos de cônsules, negros ou brancos, escreveu Eden com complacência, poderiam preencher os claros na população da ilha.[99] Mas a ruína de São Domingos não significou a salvação das Índias Ocidentais Britânicas. Dois novos inimigos entraram em cena. Cuba tomou a dianteira para preencher o claro deixado no mercado mundial pelo desaparecimento de São Domingos. Bonaparte, derrotado em suas tentativas de retomar a colônia perdida e decidido a conquistar a Inglaterra pelo estrangulamento de seu comércio exterior, deu o primeiro ímpeto ao açúcar de beterraba e a guerra dos dois açúcares começou. Enquanto, sob a bandeira americana, o açúcar cubano e de outras procedências neutras encontrava mercado na Europa, os excedentes das Índias Ocidentais Britânicas se amontoavam na Inglaterra. Falências eram a ordem do dia. Entre 1799 e 1807, 65 plantações na Jamaica foram abandonadas, 32 foram vendidas por causa de dívidas e, em 1807, pendiam processos contra 115 outras. Dívida, doença e morte eram os únicos assuntos de conversa na ilha.[100] Uma comissão parlamentar, instituída em 1807, descobriu que o plantador das Índias Ocidentais Britânicas estava produzindo com prejuízo. Em 1800, seu lucro era de 2,5%; em 1807, nada. Em 1787, o plantador obtinha lucro de 19 xelins e 6 *pence* por quintal inglês;* em 1799,

* *Hundredweight* (quintal), abrev. *cwt.* Unidade de peso da qual existem dois tipos: o *short hundredweight* (quintal curto ou americano), usado nos Estados Unidos e que equivale a 45,36 kg (100 libras-peso); e o *long hundredweight* (quintal longo ou inglês), usado na Inglaterra e que equivale a 50,8 kg (112 libras-peso). (N. do T.)

10 xelins e 9 *pence*; em 1803; 18 xelins e 6 *pence;* em 1805, 12 xelins; em 1806, nada. A comissão atribuiu o mal principal à situação desfavorável do mercado estrangeiro.[101] Em 1806, o excedente de açúcar na Inglaterra montava a seis mil toneladas.[102] A produção tinha de ser diminuída. Para restringir a produção, o tráfico de escravos devia ser abolido. As colônias "saturadas" precisavam apenas de sete mil escravos por ano.[103] Foram as novas colônias, clamando por mão-de-obra, cheias de possibilidades, que tiveram de ser restringidas, e ficaram permanentemente manietadas pela abolição. Isso explica o apoio ao projeto de abolição por parte de tantos plantadores das Índias Ocidentais das ilhas mais antigas. Ellis declarara categoricamente em 1804 que o tráfico de escravos devia continuar, mas somente para as colônias mais antigas.[104] Era o mesmo velho conflito entre "plantadores saturados" e "plantadores em formação".

A guerra e o bloqueio continental de Bonaparte tornaram a abolição imperiosa para que as colônias mais antigas pudessem sobreviver. "Não estão elas agora", perguntou o Primeiro-Ministro Grenville, "angustiadas pela acumulação de produção em seu poder, para a qual não conseguem encontrar mercado; e portanto não seria aumentar a angústia, e levar os plantadores à ruína, se vocês consentissem na continuação de novas importações?"[105] Wilberforce estava regozijante: a angústia das Índias Ocidentais não podia ser imputada à abolição.[106] Na realidade, a abolição foi o resultado direto dessa angústia.

Se a abolição do tráfico de escravos foi a solução dos problemas do plantador, foi apenas uma solução temporária. Pois, como Merivale argumentou acertadamente, sem importação para substituir seus escravos, as Índias Ocidentais, e especialmente as colônias mais novas, não poderiam ter esperança de agüentar a competição ainda mais feroz do século XIX. "Escravidão sem o tráfico de escravos... era antes uma perda do que um ganho."[107] No fim das Guerras Napoleônicas em 1815, os plantadores de cana não estavam melhores do que tinham estado antes. A Índia ainda era um concorrente a ser temido. O diabo único de São Domingos fora substituído por três: Maurícia,

Cuba, Brasil. O cultivo da cana foi mais tarde estendido à Luisiana, Austrália, Havaí, Java. A beterraba continuou sua marcha até a grande vitória de 1848, quando libertou os escravos das plantações de cana-de-açúcar das colônias francesas, enquanto se tornou mais tarde uma característica permanente européia e até americana do interesse da autarquia econômica.

Entre 1793 e 1833, as importações de açúcar por parte da Grã-Bretanha mais do que duplicaram. Dados completos, durante o mesmo período, referentes às Índias Ocidentais não existem, mas entre 1815 e 1833 a produção das Índias Ocidentais conservou-se estacionária — 3.381.700 barris em 1815, 3.351.800 em 1833, com um máximo de 4.068.000 em 1828. É significativo que esse nível de produção só foi mantido a expensas das ilhas mais antigas com seu solo esgotado. Entre 1813 e 1833, a produção da Jamaica declinou em quase um sexto; as exportações de Antígua, Nevis e Tobago em mais de um quarto, St. Kitts em quase metade, as de St. Lúcia em dois terços, as de St. Vincent em um sexto, as de Granada em quase um oitavo. As exportações de Domínica apresentaram um ligeiro acréscimo, enquanto Barbados quase duplicou suas exportações. Por outro lado, a produção das colônias mais novas aumentou, a da Guiana Inglesa em duas vezes e meia, Trinidad em um terço.[108]

Maurícia fornece nova comprovação dessa lei da produção escrava. Suas exportações para a Grã-Bretanha, inferiores às de Antígua em 1820, foram mais de quatro vezes maiores em 1833.[109] O açúcar das Índias Orientais vendido na Inglaterra aumentou 28 vezes, entre 1791 e 1833.[110] Fontes estrangeiras estavam surgindo para fornecer a matéria-prima de que a Grã-Bretanha necessitava para refinação, consumo e exportação. As exportações de Cingapura, em 1833, foram seis vezes as de 1827; as importações provenientes das Filipinas quadruplicaram, as de Java aumentaram mais de vinte vezes.[111] A produção cubana de açúcar aumentou mais de quarenta vezes, entre 1775 e 1865.[112] As importações britânicas provenientes do Brasil aumentaram sete vezes entre 1817 e 1831, as de Cuba seis vezes, entre 1817 e 1832.[113]

A produção açucareira, como já vimos, é mais eficiente numa grande plantação do que numa pequena. Mas

o tamanho da plantação é limitado por um fator: o transporte. A cana, dentro de um determinado tempo depois de cortada, deve ser levada para a usina. Mais do que qualquer outra ilha britânica, a Jamaica no século XVIII era a terra dos grandes plantadores. Mas em 1753 havia apenas três plantações da classe de 2.000 acres na Jamaica, que tinha cerca de um décimo da terra cultivado com cana. A maior, pertencente a Philip Pinnock, e chamada por Pitman de "a atração" da Jamaica naquele tempo, compreendia 2.872 acres, dos quais 242 cultivados com cana, empregava 280 escravos e produzia 184 toneladas de açúcar por ano.[114] Depois da emancipação, a Jamaica viu-se diante da escassez de mão-de-obra e os salários subiram. A ilha foi incapaz de competir com o solo mais extenso e mais fértil de Cuba, com sua população escrava. O desenvolvimento da estrada de ferro — a primeira foi construída em Cuba em 1837 — capacitou o plantador cubano a ampliar sua plantação, aumentar sua produção e reduzir os custos de produção, enquanto o plantador jamaicano estava ainda pedindo proteção e mão-de-obra. A competição, por conseguinte, tornou-se mais desigual. Na década de 1860, tomamos conhecimento da existência de plantações "monstro" em Cuba, a maior compreendendo 11.000 acres, da qual um décimo estava cultivado com cana, empregando 866 escravos e produzindo 2.670 toneladas de açúcar por ano.[115]

As Índias Ocidentais Britânicas haviam claramente perdido seu monopólio do cultivo de cana. Em 1789, não podiam competir com São Domingos; nem, em 1820, com Maurícia; nem, em 1830, com o Brasil; nem, em 1840, com Cuba. Sua época passara. Limitadas em extensão, escravas ou livres, não podiam competir com áreas maiores, mais férteis, menos esgotadas, onde a escravidão ainda era lucrativa. Cuba poderia conter todas as ilhas britânicas das Antilhas, inclusive a Jamaica. Um dos enormes rios do Brasil poderia comportar todas as ilhas das Índias Ocidentais sem que a sua navegação ficasse obstruída.[116] A Índia poderia produzir rum bastante para afogar as Índias Ocidentais.[117]

A situação das Índias Ocidentais foi agravada pelo fato de que a produção excedia o consumo interno. Esse excedente, estimado em 25%,[118] tinha de ser vendido nos

mercados europeus em concorrência com o açúcar brasileiro ou cubano mais barato. Isso só podia ser feito com subsídios e subvenções. Os plantadores das Índias Ocidentais estavam, de fato, sendo pagos para que pudessem competir com gente que, como já vimos, eram alguns dos melhores fregueses da Grã-Bretanha. Entre 1824 e 1829, as importações do açúcar cubano e brasileiro por parte de Hamburgo aumentaram 10%, enquanto as da Prússia duplicaram; o açúcar cubano importado pela Rússia aumentou 50% e o brasileiro, 25% no mesmo período.[119] Para os capitalistas, isso era intolerável. A superprodução, em 1807, exigiu a emancipação. "No que concerne à quantidade da produção de açúcar", declarou Stanley, patrocinador do projeto de emancipação, "não estou bem certo de que até certo ponto uma diminuição dessa produção seria uma causa a lamentar... não estou bem certo de que não seria em benefício dos plantadores e das próprias colônias, no fim, se essa produção tivesse de ser diminuída."[120] Um século antes, os britânicos se haviam queixado da subprodução das Índias Ocidentais, agora se queixavam da superprodução. O bom senso simplesmente demonstraria que os negros emancipados só permaneceriam nas plantações se não tivessem alternativa. De fato, comparando os anos de 1839-1842 com os de 1831-1834, a produção da Jamaica e de Granada declinou em 50%, a da Guiana Inglesa em três quintos, a de St. Vincent em dois quintos. A de Trinidad em um quinto, a das outras ilhas proporcionalmente.[121]

Como justificativa da emancipação, argumentou-se que a restrição da produção daria aos plantadores um monopólio "real" do mercado interno igualando a produção ao consumo interno. Isso era estratégia parlamentar. Todos os esforços eram feitos para tornar o cultivo das Índias Ocidentais tão dispendioso quanto possível. Em 1832, o Conselho de Trinidad solicitou a abolição da taxa de escravo de uma libra *per capita*, em moeda da ilha. O Ministério das Colônias recusou: era "de muito grande importância que essa taxa continuasse; em vez de tornar a mão-de-obra escrava mais barata, é aconselhável torná-la mais cara".[122] A questão em jogo era o próprio monopólio. Era só o monopólio das Índias Ocidentais que restringia o pleno desenvolvimento do comércio britânico de

açúcar com o mundo inteiro. O monopólio, portanto, devia ser destruído. Em 1836, o monopólio foi modificado, admitindo o açúcar das Índias Orientais em igualdade de condições. Em 1846, o ano da rejeição das Leis do Trigo, as tarifas açucareiras foram igualadas. As colônias das Índias Ocidentais Britânicas foram conseqüentemente esquecidas, até que o Canal de Panamá lembrou ao mundo a sua existência e revoltas de seus trabalhadores livres mal pagos as tornaram notícia de primeira página.

9

O CAPITALISMO BRITÂNICO E AS ÍNDIAS OCIDENTAIS

Enquanto, no século XVIII, todos os importantes interesses da Inglaterra se alinhavam ao lado do monopólio e do sistema colonial, após 1783, um por um, cada um desses interesses se manifestou contra o monopólio e o sistema escravista das Índias Ocidentais. As exportações britânicas de artigos manufaturados só podiam ser pagas em matérias-primas — o algodão dos Estados Unidos, o algodão, o café e o açúcar do Brasil, o açúcar de Cuba, o açúcar e o algodão da Índia. A expansão das exportações britânicas dependia da capacidade da Grã-Bretanha de absorver a matéria-prima como pagamento. O monopólio das Índias Ocidentais Britânicas, proibindo a importação de açúcar de plantações não-britânicas para o consumo interno, entravava o caminho. Todos os importantes grupos de interesse — os fabricantes de algodão, os proprietários de navios, os refinadores de açúcar — todas as importantes cidades industriais e comerciais — Londres, Manchester, Liverpool, Birmingham, Sheffield, o West Riding de Yorkshire — uniram-se no ataque à escravidão e ao monopólio das Índias Ocidentais. Os abolicionistas, significativamente, concentraram seu ataque nos centros industriais.[1]

A. Os fabricantes de algodão

Os plantadores das Índias Ocidentais no século XVIII eram tanto exportadores de algodão em rama quanto importadores de manufaturas de algodão. Em ambos os aspectos, como já vimos, eles se tornaram cada vez mais insignificantes. A máquina a vapor e o descaroçador de

algodão mudaram a indiferença de Manchester em hostilidade direta. Ainda em 1788, Wilberforce exultava com o fato de que uma subscrição liberal para a abolição se tivesse originado em Manchester, "profundamente interessada no tráfico africano".[2]

Manchester não era representada na Câmara dos Comuns antes de 1832, portanto sua denúncia parlamentar do sistema das Índias Ocidentais só ocorre após essa data. Mas o centro da indústria algodoeira já se interessava pelo problema antes de 1832. Em 1830, Cobbett, o paladino dos trabalhadores, apresentou-se como candidato pelo distrito eleitoral de Manchester. Sua oposição ao interesse agrário o tornaria benquisto na futura sede da Liga contra as Leis do Trigo. A prova veio em sua atitude para com a escravidão nas Índias Ocidentais. Cobbett odiava Wilberforce e os metodistas. Quando fugiu para os Estados Unidos, em 1818, escreveu uma carta ao tribuno Henry Hunt, na qual declarou que na América "não há Wilberforces. Pense *nisso!* Não há Wilberforces".[3] Os metodistas eram "a súcia mais vil que Deus consentira em infestar a Terra", e ele instigava o povo a atirar-lhes ovos podres. Em sua opinião, os escravos eram "negros gordos e indolentes", que dão gargalhadas de manhã à noite, e os donos de escravos homens tão gentis, tão generosos e tão bons como jamais existiram.[4] O monopólio das Índias Ocidentais nada custava ao povo inglês.[5] Manchester o rejeitou, e a conversão de Cobbett à causa veio muito tarde.

Manchester era abertamente a favor da campanha em prol do açúcar das Índias Orientais. A 4 de maio de 1821, a Câmara de Manchester apresentou uma petição à Câmara dos Comuns censurando a preferência a uma colônia em detrimento de outra, e particularmente a preferência a uma colônia de escravos em detrimento de uma nação de homens livres.[6] Em 1833, Manchester defendeu a admissão do açúcar brasileiro para refinação. Mark Philips, representante de Manchester no Parlamento, falou breve, mas energicamente, sobre a enorme importância do assunto para o grande centro da manufatura algodoeira que ele representava. Acentuou os gravames impostos aos navios que tinham de voltar do Brasil sem carga e argumentou que o fomento da refinação de açúcar aumentaria os empregos para as industriosas classes trabalhadoras.[7]

Nesse simples nome Philips se resume toda a evolução de Manchester e sua indústria algodoeira. Em 1749, a firma de J. N. Philips & Companhia estava profundamente empenhada no comércio com as Índias Ocidentais. Em 1832, Mark Philips foi eleito como um dos dois membros a representar Manchester, pela primeira vez, no Parlamento Reformado.[8] As ligações de Philips com as Índias Ocidentais ainda persistiam. Sendo parente de Robert Hibbert, foi escolhido por este como um dos membros do primeiro conselho diretor para administrar o Consórcio Robert Hibbert.[9] Mas economicamente suas ligações com as Índias Ocidentais haviam terminado. Ele se opôs à mancha suja da escravidão, um sentimento que provocou aplausos num banquete dado na cidade para comemorar sua eleição. O humanitarismo eloqüente do Sr. Hadfield na mesma ocasião suscitou estrondosa aclamação. "Apelo para vocês... A liberdade poderia ser gozada por algum homem racional sem o desejo de transmiti-la aos outros?... Será que a mera distinção de negro e branco fará que sempre uma raça seja de escravos enquanto outra é livre? Será que sempre terá de ser que um homem seja escravo porque é negro e que outro seja livre porque é branco?... Digo-lhes que, enquanto não limparmos essa mancha imunda das instituições de nosso país, a própria liberdade não está segura em parte alguma." [10] A mancha imunda não era a escravidão, mas o monopólio. Manchester não estava interessada nas Escrituras Sagradas, mas nos resultados censitários.

Depois de 1833, os capitalistas de Manchester eram todos pelo livre-câmbio do açúcar, isto é, do açúcar produzido por escravos. Philips apoiava a equiparação das tarifas açucareiras das Índias Orientais. Os plantadores tinham recebido sua indenização e não obteriam um níquel a mais.[11] Em 1839, ele era pela equiparação das tarifas sobre todo o açúcar estrangeiro, pois era dever do Parlamento baixar os preços de todas as necessidades da vida e proporcionar todo estímulo para o valioso comércio com o Brasil.[12] John Bright e Milner Gibson, que em certa ocasião fora Vice-Presidente da Junta de Comércio, mantinham erguida a bandeira do livre-câmbio. Argumentavam que a tarifa de proteção aos plantadores das Índias Ocidentais obrigava a classe trabalhadora britânica a pagar

preços mais altos pelo açúcar e assim tirava daquela gente o dinheiro ganho nas fábricas.[13] Chamavam a tarifa de um "imposto odioso",[14] uma "espécie de caridade parlamentar",[15] que era maior do que o custo de produção. Se os brasileiros podiam cultivar a cana de graça, se seu açúcar caía do céu, se os plantadores das Índias Ocidentais tinham roubado seu açúcar, não fazia diferença.[16] A proteção, dizia John Bright, era um ópio que tornava os plantadores eternos resmungões — como Oliver Twist, sempre pedindo mais.[17] Os manufatores de algodão, vangloriava-se ele, não pediam proteção e não precisavam de nenhuma,[18] esquecendo-se convenientemente da proteção que haviam pedido durante um século e meio antes contra as mercadorias indianas e ignorando a proteção que iriam pedir durante três quartos de século posteriormente contra os tecidos japoneses. Os livre-cambistas, advertiu Bright, podiam ser derrotados, mas voltariam à carga com energia redobrada.[19] As exigências dos plantadores eram indecorosas;[20] não era dever do Parlamento tornar o cultivo do açúcar lucrativo,[21] e Bright aconselhava-os a cultivar cravo-da-índia e noz-moscada.[22]

B. Os fabricantes de ferro

Já em 1788 uma sociedade abolicionista fora fundada em Birmingham e uma subscrição aberta para a causa.[23] Nessa sociedade, os fabricantes de ferro eram elementos de destaque. Três membros da família Lloyd, juntamente com seus interesses bancários, faziam parte do comitê. A figura dominante, porém, era Samuel Garbett.[24] Garbett era uma personalidade importante da Revolução Industrial, que lembra mais o século XX do que o século XVIII. Na amplitude de sua visão, no campo de suas atividades, na multiplicidade de seus interesses, ele nos faz recordar Samuel Touchet. Como Touchet, sócio no empreendimento de fiação de Wyatt e Paul, Garbett era associado de Roebuck na Usina Siderúrgica Carron, acionista com Boulton e Watt na Laminação Albion e nas minas de cobre de Cornualha. "Havia na verdade", escreve Ashton, "poucos domínios da vida industrial e comercial de seu tempo a que ele não se dedicasse". Além disso, sua energia era aplicada mais à política industrial do que aos

detalhes da administração. Tornou-se o porta-voz dos fabricantes de ferro junto ao Governo.[25] Esse era realmente um homem perigoso de se ter como adversário, pois Garbett, no sentido mais amplo, era Birmingham.

Numa reunião de vários habitantes respeitáveis de Birmingham, a 28 de janeiro de 1788, sob a presidência de Samuel Garbett, decidiu-se enviar uma petição ao Parlamento. A petição declarava, *inter alia,* que "como habitantes de uma cidade e zona industrial vossos requerentes têm os interesses comerciais desse reino arraigados profundamente no coração; mas não podem esconder sua aversão a qualquer comércio que sempre se origina na violência e muito freqüentemente termina em crueldade". Gustavus Vasa, um africano, visitou Birmingham e teve uma acolhida cordial.[26]

Isso não queria dizer que Birmingham era unânime ou coerente na questão da abolição. Os fabricantes ainda interessados no tráfico de escravos realizavam contra-reuniões e enviavam contrapetições ao Parlamento.[27] Mas Samuel Garbett, os Lloyd e outras personalidades desse gabarito estavam, segundo o ponto de vista dos plantadores das Índias Ocidentais, do lado errado da questão.

Em 1832, Birmingham foi o centro de uma agitação que, dirigida pelo fabricante de ferro Attwood, levou a Inglaterra à beira da revolução e culminou no Projeto de Reforma de 1832. Outra vez a cidade estava dividida na questão da emancipação. Uma sessão pública realizada na Sala de Reunião do Royal Hotel, a 16 de abril de 1833, teve um caráter turbulento e terminou em desordem, o proprietário reclamando indenização por cadeiras e copos quebrados.[28] Birmingham era um dos inúmeros centros industriais que votaram em 1833 por um período mais curto de "aprendizado" sob o qual, pela Lei de Emancipação, a escravidão negra foi perpetuada de uma forma modificada. Joseph Sturge era uma figura proeminente na luta pela emancipação. Depois de 1833, Sturge assumiu a direção na Inglaterra do protesto contra o sistema de aprendizado. Com o abolicionista Gurney, ele embarcou para as Índias Ocidentais, em 1836, "com a idéia benevolente de colher informações pessoais quanto à situação da população negra, na esperança de obter nova melhoria de sua condição". Sua volta incólume no ano seguinte

foi comemorada por um almoço público em sua honra na Municipalidade, em reconhecimento de "seus incansáveis esforços filantrópicos pela causa da emancipação do negro".[29] Essa era a Birmingham do século XIX e não mais a do século XVIII: um outro grupo de interesses se voltara contra o sistema colonial.

Juntamente com Birmingham, pode-se considerar proveitosamente Sheffield como o centro da indústria do aço. O interesse de Sheffield pelo sistema colonial tinha sido no máximo superficial; "sem interesse consolidado na manutenção da escravidão colonial, (ela) oferecia um campo favorável para o abolicionista". Sheffield, como Manchester, Birmingham e outros centros industriais, não era representada no Parlamento antes de 1832. Fazia parte do condado de York, cujo representante foi primeiro Wilberforce e depois Brougham — ambos destacados abolicionistas. "Sou um defensor da abolição da escravatura nas Índias Ocidentais", afirmou Brougham em sua campanha na cidade em 1830, "e hei de arrancá-la pela raiz. Já a afrouxei e, se vocês me ajudarem, hei de brandi-la por cima de suas cabeças."[30]

Certa parte da ajuda de Sheffield pode ser atribuída a seu interesse pelo Oriente. Em 1825, os abolicionistas começaram a boicotar a produção das Índias Ocidentais e a estimular, em seu lugar, o consumo do açúcar e rum da Índia. Sheffield era o centro desse movimento. Uma sociedade auxiliar foi formada no mesmo ano para a ajuda dos escravos negros. O comitê organizou uma campanha intensiva na cidade. Cada membro escolheu duas ruas a fim de fazer uma verificação quanto à praticabilidade de induzir as donas de casa a adotarem o uso dos produtos das Índias Orientais. O comitê estimou que para cada seis famílias que usassem o açúcar das Índias Orientais um escravo a menos era necessário nas Índias Ocidentais — obviamente um argumento artificial, mas qualquer açoite servia para fustigar os plantadores das Índias Ocidentais, desde que fossem fustigados. "Certamente", o comitê advertiu a seus concidadãos, "libertar um semelhante de um estado de servidão cruel e miséria, por um sacrifício tão pequeno, merece a atenção de todos". Sheffield correspondeu à expectativa: a venda do açúcar das Índias Orientais duplicou em seis meses.[31]

Em maio de 1833, a Sociedade Antiescravista da cidade remeteu um memorial ao Primeiro-Ministro solicitando emancipação imediata e não gradual.[32] No fim, protestava contra a indenização aos donos de escravos e o projeto de aprendizado, e Sheffield, como Birmingham, propunha que se terminasse o aprendizado no tempo mais curto possível.[33]

C. A indústria da lã

A indústria da lã também juntou-se ao coro da oposição. Wilberforce e Brougham falavam não somente pelos humanitaristas, mas também pelos centros de lã. Iria a Câmara, perguntava o Sr. Strickland por Yorkshire em 1833, tomar a liberdade de comércio e a extensão do emprego do capital como a regra para legislar, ou iria tomar aquilo para aumentar os monopólios por meio de restrições? Ele próprio deu a resposta: todos os monopólios deveriam ser extirpados, como destrutivos ao progresso do comércio.[34]

John Bright no algodão, Samuel Garbett no ferro. Eram homens poderosos, a que se juntaria um mais poderoso ainda, falando em nome da indústria da lã — Richard Cobden. Sobre a questão do monopólio das Índias Ocidentais, o evangelista do livre-câmbio e o líder da Liga contra as Leis do Trigo falava com um vigor, uma lógica e um apoio popular que eram irresistíveis.

A pretensão do monopólio, por parte das Índias Ocidentais, era, em princípio, uma audácia. Houve época, trovejava Cobden, rememorando o Longo Parlamento* e Carlos I, em que nenhum membro ousaria erguer-se no Parlamento para fazer uma reivindicação com base num monopólio.[35] Homens de negócios calculariam o custo, e presumivelmente não poderiam ficar satisfeitos se verificassem que as despesas se elevavam a metade do valor total do comércio colonial.[36] Se a Grã-Bretanha tivesse oferecido gratuitamente suas exportações aos plantadores,

* Long Parliament (Longo Parlamento), Parlamento que se reuniu em 1640 e foi dissolvido por Cromwell em 1653. Voltou a reunir-se em 1659, depois da morte de Cromwell, e dissolveu-se no ano seguinte. (N. do T.)

em troca do livre-câmbio com o Brasil e Cuba, ela ainda teria ganho.[37] Então que espécie de comércio era esse? "Era precisamente como se um lojista desse, com cada lote de mercadorias no valor de uma libra, meio soberano a seu freguês." A Câmara dos Comuns realizava negócios com menos perspicácia do que a necessária para dirigir-se eficientemente uma tendinha.[38]

Sob a alegação de que a tarifa diferencial em favor do açúcar das Índias Ocidentais visava proibir o consumo de açúcar produzido por escravos, Cobden descarregou seu sarcasmo fulminante. Que direito tinha um povo que era o maior distribuidor de tecidos de ir ao Brasil, com seus navios cheios de artigos de algodão manufaturados com material produzido por escravos e, após erguer os braços aos céus, derramar lágrimas de crocodilo pelos escravos e recusar-se a aceitar em troca açúcar produzido por escravos?[39] A situação era ridícula, e Cobden escreveu uma paródia sobre ela na forma de uma entrevista imaginária na Junta de Comércio entre Lorde Ripon e o embaixador brasileiro. O embaixador escarnecia do desconcertado Lorde Ripon: "Não há escrúpulos religiosos em mandar tecidos de algodão produzidos por escravos para todos os países do mundo? Não há escrúpulos religiosos em comer o arroz produzido por escravos? Não há escrúpulos religiosos em fumar o tabaco produzido por escravos? Não há escrúpulos religiosos em aspirar o rapé produzido por escravos?... Devo entender que os escrúpulos religiosos do povo inglês se limitam ao açúcar?" Ripon, obviamente constrangido, reitera sua impossibilidade de adquirir o açúcar brasileiro e alega, em sua defesa, as recomendações do Partido Antiescravista dirigido por Joseph Sturge. Nesse momento entra Sturge, com uma gravata de algodão, um chapéu forrado com pano de algodão, um paletó costurado com linha de algodão, bolsos bem forrados com ouro e prata trabalhados por escravos. Os dois diplomatas caem na gargalhada.[40]

A lógica, se não a humanidade, estava do lado de Cobden. Assim era o Partido Antiescravista. Esse partido, vangloriava-se ele com justiça, tivera sua força e centros de atividades nas cidades industriais e estava agora nas fileiras dos revogadores das Leis do Trigo.[41] Ambos falavam de comum acordo. "Sou o representante da indústria

da lã", declarava em 1848, "uma indústria autóctone contra a qual não há ressentimento nesta Casa... Sou o representante de um condado que foi importante no movimento da escravidão... Agora, sem hesitação, afirmo que quase todos os homens, que dirigiram a agitação pela emancipação dos escravos e que por sua influência na opinião pública ajudaram a produzir esse resultado, estão contra os ilustres senhores desta Casa que defendem uma tarifa diferencial sobre o açúcar estrangeiro tendo em vista acabar com a escravidão no exterior."[42]

D. Liverpool e Glasgow

Talvez o fato mais cruel para os plantadores das Índias Ocidentais era que Liverpool também virara a casaca e mordia a mão que a alimentara. Em 1807, havia ainda 72 traficantes de escravos na cidade e foi de Liverpool que o último dos traficantes ingleses de escravos, o Comandante Hugh Crow, zarpou pouco antes que a lei da abolição entrasse em vigor.[43] Mas, se Tarleton continuou sua oposição no Parlamento a uma medida tão necessária como a abolição do tráfico inglês de escravos para as colônias açucareiras estrangeiras,[44] em 1807 Liverpool era também representada por William Roscoe, cujos sentimentos antiescravistas já assinalamos.

Embora Liverpool realizasse tráfico de escravos em 1807, tal tráfico se tornara menos vital para a existência do porto. Em 1792, um em cada 12 navios pertencentes ao porto dedicava-se ao tráfico de escravos; em 1807, um em cada 24.[45] Em 1772, quando 101 navios de Liverpool se dedicavam ao tráfico de escravos, os direitos das docas montaram a 4.552 libras; em 1779, quando, em conseqüência da Revolução Americana, apenas 11 navios zarparam de Liverpool para a África, os direitos das docas montaram a 4.957 libras.[46] Em 1824, montaram a 130.000 libras.[47] Evidentemente, a abolição não podia arruinar Liverpool. Como afirmou Roscoe, os habitantes da cidade não eram unânimes em opor-se à abolição, e àqueles que seriam atingidos pela medida ele apresentava a perspectiva tentadora de um comércio com a Índia alegando que a revogação do monopólio da Companhia das Índias Orientais seria a compensação por qualquer perda que a aboli-

ção do tráfico de escravos pudesse infligir aos negociantes britânicos.[48]

Mas se Liverpool se virou contra o tráfico de escravos, ainda mantinha seu interesse pela escravidão. Não era mais, porém, a escravidão das Índias Ocidentais, mas a americana, não mais o açúcar, mas o algodão. O comércio de algodão americano tornou-se o mais importante comércio de Liverpool. Em 1802, metade das importações de algodão da Grã-Bretanha veio através de Liverpool; em 1812, dois terços; em 1833, nove décimos.[49] Liverpool erguera Manchester no século XVIII; Manchester assumia a dianteira no século XIX e Liverpool arrastava-se obedientemente atrás. Na era do mercantilismo Manchester fora o interior de Liverpool, na era da livre empresa Liverpool era o subúrbio de Manchester.

Liverpool seguiu a orientação livre-cambista dada pela capital do algodão. Entre seus representantes depois de 1807, escolheu Canning e Huskisson, homens que falavam a linguagem do livre-câmbio, embora em tom um tanto moderado. Os privilégios exclusivos, disse Huskisson em 1830, estavam fora de moda,[50] ganhando assim a magnífica baixela de prata que a cidade lhe ofereceu como uma "prova da compreensão (dela) dos benefícios proporcionados à nação em geral pelo sistema esclarecido de política comercial apresentado por ele como Presidente da Junta de Comércio".[51] Qualquer ministro, disse seu novo representante Ewart em 1833, pensando nas mercadorias de Manchester, que continuasse a impor entraves ao comércio britânico merecia ser processado por alta traição.[52] Os negociantes e proprietários de navios da cidade apresentaram uma petição ao Parlamento no mesmo ano, solicitando que se atendesse ao monopólio colonial exclusivo do mercado interno.[53] Havia uma poderosa Associação Brasileira na cidade, a qual acentuava que, em conseqüência do monopólio das Índias Ocidentais, mais de dois milhões de capital britânico foram desviados, dando serviço a navios estrangeiros e pagando a estrangeiros fretes, comissões e custas, para grande prejuízo dos proprietários de navios britânicos.[54] Os negociantes e proprietários de navios de Liverpool expressavam a esperança de que, embora o Parlamento estivesse legislando em benefício de escravos em colônias distantes, também levaria em consideração a condição atual e o bem-estar futuro da população trabalhadora da Inglaterra.[55]

Em Glasgow, também, os plantadores das Índias Ocidentais perderam outro amigo. Os tempos de Macdowall e das herdeiras do açúcar tinham passado. A mudança pode ser simbolizada nas vicissitudes de uma família de Glasgow. No século XVIII, um humilde cidadão de Glasgow, Richard Oswald, emigrou para Londres. Lá, por meio de um feliz casamento com uma herdeira de grandes plantações de cana-de-açúcar, ele fez sua fortuna.[56] Durante anos, foi um grande mercador de escravos, possuindo sua própria fábrica na ilha Bence, na foz do rio Serra Leoa.[57] A fortuna finalmente passou para James Oswald, o primeiro representante de Glasgow no Parlamento Reformado. Em 1833, Oswald apresentou uma petição, trazendo a assinatura de muitos homens respeitáveis, solicitando a redução das tarifas exorbitantes impostas ao açúcar brasileiro importado para refinação.[58]

E. Os refinadores de açúcar

No século XIX, não menos do que no século XVIII, o plano ambicioso da Grã-Bretanha era tornar-se o empório açucareiro do mundo, adoçar o chá e o café do mundo, como a Revolução Industrial lhe permitira vestir o mundo. Essa visão mundial estava em conflito não somente com a importância declinante da produção das Índias Ocidentais relativa à produção mundial, mas também com a determinação persistente dos plantadores das Índias Ocidentais de restringir seu cultivo a fim de manter os preços de monopólio.

A insurreição dos escravos em São Domingos fez os preços do açúcar no mercado europeu subir em espiral. Os preços elevaram-se em 50% entre setembro de 1788 e abril de 1793.[59] Os refinadores de açúcar da Inglaterra enviaram uma petição ao Parlamento em 1792. Não eram mais tão modestos como tinham sido quarenta anos antes. Condenaram os males do monopólio das Índias Ocidentais, mencionaram "a decadência de sua manufatura outrora florescente", solicitaram a admissão de açúcar estrangeiro em navios britânicos com tarifas mais elevadas, e pleitearam a equalização das tarifas sobre o açúcar das Índias

Ocidentais e das Índias Orientais Britânicas.[60] A sabotagem começara bem no quintal do plantador das Índias Ocidentais. A opinião pública injustamente acusou os refinadores pelos preços altos.[61] Mas uma comissão instituída numa reunião pública para examinar os meios de reduzir o preço do açúcar isentou de culpa os refinadores e preconizou a admissão do açúcar das Índias Orientais em igualdade de condições como "um ato de justiça".[62]

A questão indiana, como já vimos, foi contornada quando o petisco dominicano foi alvo da gula do Governo inglês. Mas o caso foi revivido na década de 1820, quando a Índia precisava exportar matérias-primas para pagar as manufaturas britânicas. A competição com o algodão americano era impossível;[63] assim, os negociantes indianos, alegou-se, tinham de escolher entre o açúcar e as areias do Ganges.[64] Os indianos falavam em livre-câmbio, mas seu objetivo real era participar do monopólio das Índias Ocidentais no mercado interno. Aqui, eles e os refinadores estavam em desacordo. Como disse Ricardo: "Nenhuma proteção exclusiva devia ser concedida às Índias Orientais ou às Índias Ocidentais, e devíamos ter liberdade para importar nosso açúcar de onde quer que quiséssemos. Nenhum mal poderia advir disso." [65]

A situação dos refinadores de açúcar em 1831 era desesperada. Os plantadores das Índias Ocidentais tinham o monopólio do mercado interno. O açúcar indiano só podia ser importado a tarifas exorbitantes, a não ser para reexportação. Medidas anuais eram votadas pelo Parlamento permitindo a importação do açúcar brasileiro e cubano exclusivamente para refinação e reexportação. Isso era evidentemente insatisfatório. Havia um grande capital investido na indústria de refinação do açúcar, estimado entre três e quatro milhões em 1831.[66] Em conseqüência da proibição de todo o açúcar, menos o das Índias Ocidentais Britânicas, a indústria estava à beira da ruína. Os custos mais altos do açúcar das Índias Ocidentais Britânicas significavam que os refinadores continentais estavam desalojando os britânicos em todos os mercados europeus. Em 1830, havia 224 tachos em funcionamento em Londres; em 1833, menos de um terço desse número. Dois terços do comércio de refinação de açúcar no país inteiro estavam completamente paralisados.[67]

Somente os interesses das Índias Ocidentais, perguntava John Wood pelos refinadores de açúcar de Preston, devem ser levados em conta?[68] Iria o Parlamento, "para satisfazer os monopolistas, consentir em arruinar nossos recursos futuros?" [69] A Grã-Bretanha, disse Huskisson da Junta de Comércio, poderia tornar-se o entreposto de açúcar do mundo, e poderia por conseguinte proporcionar emprego para seus homens ociosos e seu capital ocioso refinando aquele açúcar para os mercados da Europa. De fato, ele não conhecia outro ramo em que o capital pudesse ser mais beneficamente empregado do que na refinação do açúcar.[70] A supressão do monopólio das Índias Ocidentais, disse William Clay pelo distrito de refinação de açúcar dos Tower Hamlets,* "seria obtida por um preço barato, concedendo-se aos proprietários das Índias Ocidentais a quantia exata da indenização proposta".[71]

Isso era ir muito depressa para um Governo ainda dominado, em 1832, pela aristocracia agrária e, portanto, simpático a seus irmãos coloniais. O Governo adotou um meio-termo temporário. Em troca da emancipação, o direito dos plantadores das Índias Ocidentais ao monopólio do mercado interno seria mantido, enquanto a importação irrestrita de açúcar estrangeiro era permitida, mas somente para refinação e exportação para a Europa.

A situação era fantástica. A explicação oferecida foi que o açúcar brasileiro e cubano era produzido por escravos. Mas também o eram o algodão americano e o café brasileiro. Se as mesmas restrições tivessem sido aplicadas ao algodão estrangeiro como eram aplicadas ao açúcar estrangeiro, o que teria sido da preeminência industrial britânica no mundo? A distinção entre artigos produzidos pela mão-de-obra livre e por escravos era um princípio para ação individual, não uma regra que pudesse dirigir o comércio internacional.[72] Os capitalistas queriam apenas açúcar barato. Só podiam ver uma coisa, que era "monstruoso" ter de depender, para seu abastecimento, de açúcar produzido a preço de monopólio.[73] Não podiam, como afirmou Lorde Lansdowne, experimentar coisas por um termômetro especial, que subia ao ponto de ebulição,

* Tower Hamlets (Povoados da Torre), antigo burgo parlamentar (distrito eleitoral), a leste de Londres. (N. do T.)

com o açúcar cubano, e baixava à temperatura mais agradável, com o algodão da Carolina.[74]

F. Frota mercante e marinheiros

Os plantadores das Índias Ocidentais sempre mencionaram, para justificar seu sistema, sua contribuição à supremacia naval da Inglaterra. Graças às pesquisas de Clarkson, a Inglaterra tomou conhecimento do preço que teve de pagar por essa contribuição. Enfrentando o leão em seu covil, Clarkson, com grande risco pessoal, percorreu as docas de Liverpool, Bristol e Londres, interrogou marinheiros, examinou róis de equipagem e colheu provas do que era uma terrível acusação dos efeitos do tráfico de escravos, agora não sobre os negros, mas sobre os brancos.

Segundo Clarkson, a proporção de mortes no tráfico de escravos em comparação com as que ocorriam no comércio com a Terra Nova era de vinte para uma.[75] Wilberforce estimou as perdas anuais em um quarto dos marinheiros.[76] Com base nos róis de equipagem de Liverpool e Bristol, ele mostrou ao Parlamento que em 350 navios negreiros, com 12.263 marinheiros, houve 2.643 mortes — 21,5% — em doze meses, enquanto nos 462 navios empenhados no comércio com as Índias Ocidentais, com 7.640 marinheiros, houvera apenas 118 mortes em sete meses — ou menos de 3% anualmente.[77] William Smith desmentiu a falácia de que o tráfico de escravos era responsável pelo ingresso de muitos "homens de terra" na marinha. A proporção dos "homens de terra", pelos róis de equipagem de Bristol, foi de um duodécimo; em Liverpool, de um dezesseis avos.[78] De acordo com Lorde Howick, as perdas entre os marinheiros no tráfico de escravos eram oito vezes as do comércio com as Índias Ocidentais, e aquelas eram notáveis pela presteza com que os homens desertavam ao chegarem nas Índias Ocidentais e se passavam para os navios do Rei.[79] O comitê de Abolição declarou que a mortalidade no tráfico de escravos era mais do que o dobro de todos os outros ramos de comércio do reino.[80] John Newton, uma autoridade no assunto, fala da perda "verdadeiramente alarmante" no tráfico de escravos.[81] Ramsay resumiu o sentimento geral: "Não forma, mas destrói marinheiros. E essa destruição de marinheiros é um forte

argumento para a sua abolição. Se temos alguma consideração pela vida dos marinheiros, devemos abandonar um ramo de comércio que dissipa os homens de maneira tão improfícua."[82]

Em 1807, o interesse dos proprietários de navios pelo tráfico de escravos declinara consideravelmente. Na média dos dez anos que precederam 1800, o capital investido no tráfico de escravos foi menos de 5% do comércio de exportação total do país; em 1807, foi 1,25%. Em 1805, 2% da tonelagem de exportação britânica, excluindo a Irlanda e o comércio costeiro, foram empregados no tráfico de escravos, apenas 4% dos marinheiros empenhados no comércio exterior em geral.[83]

Os proprietários de navios também começaram a achar o monopólio das Índias Ocidentais enfadonho. Prometeram-lhes que a equiparação das tarifas sobre o açúcar da Índia Oriental proporcionaria serviço para 40% a mais de navios.[84] A frota mercante britânica empenhada no comércio com a Índia aumentou quatro vezes, entre 1812 e 1828, e Huskisson admitiu que a dificuldade era encontrar retornos da Índia.[85]

Os proprietários de navios estavam igualmente cientes do valor do açúcar brasileiro. Poulett Thomson, da Junta de Comércio, frisou que a importação do açúcar estrangeiro para refinação era muito benéfica para os interesses dos proprietários de navios britânicos.[86] Segundo Ewart, tal importação forneceria frete para 120.000 toneladas de navios somente do Brasil, enquanto São Domingos (pertencente à Espanha), Cuba, Manilha e Cingapura proporcionariam cargas para outras 200.000 toneladas.[87] Mark Philips contou à Câmara uma história lastimosa de navios retornando do Brasil vazios — 1832; 51 navios zarparam de Liverpool para o Rio de Janeiro, nem um só trouxe um carregamento de retorno.[88] Segundo William Clay, de quatro navios britânicos que zarparam mensalmente de Liverpool para o Brasil em 1832, nem um só retornou com a produção pela qual seus carregamentos tinham sido adquiridos.[89]

Os proprietários de navios eram todos pelo livre-câmbio, mas somente quando o monopólio de outros estava envolvido. Em 1825, as Leis de Navegação foram modificadas. As Índias Ocidentais Britânicas obtiveram permis-

são para comerciar com todas as partes do mundo. Isso foi a brecha inicial. Em 1848, as Leis de Navegação, o próprio sustentáculo do sistema colonial, foram arrastadas pelas vagas do *laissez-faire* como refugo de tempos antigos. Ricardo ridicularizou o meio tortuoso e dispendioso pelo qual as trocas eram realizadas. Citou um caso em que couros americanos foram levados de Marselha para Roterdão. Não encontrando mercado, foram levados de volta para Marselha, de onde foram enviados para Liverpool. Em Liverpool foram apreendidos sob o fundamento de que tinham sido importados num navio francês e só foram liberados sob a condição de que seriam enviados de volta a Nova Iorque. Um espanhol, continuava Ricardo, não tinha permissão pelas Leis de Navegação inglesas para embarcar um carregamento de açúcar em Cuba para entrega num porto francês, onde embarcaria vinho para a Inglaterra. Na Inglaterra, ele encontraria um funcionário da alfândega, que lhe diria que ele não podia desembarcar sua carga. "— Por quê?" — perguntaria o espanhol. "— Pensei que vocês quisessem vinho." "— De fato, queremos" — responderia o funcionário. Então o espanhol diria: "— Vou trocar meu vinho por sua porcelana." "— Isso não serve" — replicaria o funcionário da alfândega e acrescentaria: "— Tem de ser trazido por um francês ou por um navio francês." "— Mas o francês não quer sua porcelana." "— Não podemos resolver isso" — retrucaria o funcionário, explicando: "— Não podemos deixar que você viole nossas Leis de Navegação." Se os espanhóis queriam porcelana, concluía Ricardo, os franceses açúcar, e os ingleses vinho, "por que razão devemos proibir o curso natural da transação?" [90]

Os proprietários de navios não viam as coisas assim. Eles tinham votado contra o monopólio do trigo e o monopólio do açúcar, mas não abandonariam o monopólio da navegação. Enquanto o trigo e o açúcar estavam perdendo o privilégio, a frota mercante não podia gozar imunidade. Em 1848, as Leis de Navegação foram revogadas. A última pá de cal foi atirada sobre o mercantilismo quando Ricardo aconselhou os defensores da "longa viagem" a fazerem sua carga dar três voltas em torno das Ilhas Britânicas.[91]

10

"A PARTE COMERCIAL DA NAÇÃO" E A ESCRAVIDÃO

Os capitalistas primeiro estimularam a escravidão nas Índias Ocidentais e depois ajudaram a destruí-la. Quando o capitalismo britânico dependia das Índias Ocidentais, eles a ignoravam ou defendiam. Quando o capitalismo britânico achou-a uma coisa incômoda, eles destruíram a escravidão nas Índias Ocidentais. Que a escravidão para eles era relativa, e não absoluta, e dependia de latitude e longitude, está provado por sua atitude, depois de 1833, para com a escravidão em Cuba, no Brasil e nos Estados Unidos. Censuravam seus adversários por verem a escravidão somente onde viam açúcar e limitarem sua observação ao arco de uma barrica.[1] Recusavam-se a formular suas tarifas em base de moralidade, a erigir um púlpito em cada alfândega e a fazer seus administradores coloniais cumprirem as doutrinas antiescravistas.[2]

Antes e depois de 1815, o Governo britânico tentou subornar os Governos espanhol e português para a abolição do tráfico de escravos — em 1818, a Espanha recebeu 400.000 libras em troca da promessa de fazê-la. Tudo inutilmente. Os tratados eram considerados como pedaços de papel, pois a abolição arruinaria Cuba e o Brasil. O Governo britânico, portanto, instigado pelos plantadores das Índias Ocidentais, resolveu adotar medidas mais drásticas. Wellington foi enviado à conferência internacional de Verona para propor que as potências européias boicotassem a produção dos países que ainda se dedicavam ao tráfico de escravos. Se lhe fizessem a pergunta sobre se a Grã-Bretanha estava igualmente disposta a rejeitar a produção dos países traficantes de escravos, importada não para consumo, mas em trânsito, ele devia manifestar boa

vontade em submeter essa proposição à consideração imediata de seu Governo.[3] Essas instruções faziam pouca justiça à perspicácia dos estadistas europeus. A proposta de Wellington foi recebida em silêncio, e ele observou "aqueles sintomas de desaprovação e discordância que me convenceram não somente que não seria adotada, mas que a sugestão disso era atribuída a motivos de interesses não ligados ao desejo humano de abolir o tráfico de escravos!"[4] Como Canning informou a seu Gabinete: "A proposta da recusa de admitir o açúcar brasileiro nos domínios dos Imperadores (isto é, da Rússia e Áustria-Hungria) e do Rei da Prússia foi recebida (como era de esperar) com um sorriso; o que indicava por parte dos estadistas continentais a suspeita de que havia algo de interesse próprio em nossa sugestão para excluir a produção das colônias rivais de competição com as nossas próprias, e a surpresa deles de que aceitaríamos transportar a produção que gostaríamos de dissuadi-los de consumir."[5]

Era evidentemente o que um membro do Parlamento chamaria mais tarde de "humanidade lucrativa".[6] A independência do Brasil deu a Canning melhor oportunidade. Reconhecimento em troca de abolição.[7] Mas havia o perigo de que a França reconhecesse o Brasil sob a condição de que o tráfico de escravos continuasse.[8] Que seria então do transporte marítimo britânico e também das exportações britânicas? "Há imensos interesses britânicos envolvidos no comércio com o Brasil", Canning lembrou a Wilberforce, "e devemos proceder com cautela e bastante atenção; e levar em conta os sentimentos comerciais, como também os morais do país".[9] Moralidade ou lucro? A Grã-Bretanha tinha de escolher. "Você argumenta", escreve Canning francamente a Wilberforce, "contra o reconhecimento do Brasil sem a extinção do tráfico de escravos... você está surpreso de que o Duque de Wellington não foi instruído a dizer que abandonaria o comércio com o Brasil (pois isso é, receio, o resultado de abandonar a importação e a reexportação do açúcar e algodão), se a Áustria, a Rússia e a Prússia proibirem a entrada de sua produção. Em são raciocínio, você tem o direito de ficar surpreso, pois devemos estar prontos a fazer sacrifícios quando os solicitamos, e sou favorável a que os façamos; mas quem ousaria prometer um sacrifício como esse sem

o conhecimento pleno das opiniões da parte comercial da nação?"[10]

A parte comercial da nação não deixou Canning muito tempo em dúvida. Um projeto já fora apresentado no Parlamento, em 1815, para proscrever o tráfico de escravos como um investimento para o capital britânico. Baring, da grande casa bancária que teria posteriormente relações tão íntimas com a América espanhola independente, lançou uma advertência solene de que todas as organizações comerciais da Grã-Bretanha deveriam protestar contra aquele projeto,[11] e a Câmara dos Lordes rejeitou-o.[12] Em 1824, 117 negociantes de Londres apresentaram uma petição solicitando o reconhecimento da Independência da América do Sul — os peticionários eram, em suma, a cidade de Londres.[13] O Presidente, Vice-Presidente e membros da Câmara de Comérico de Manchester declararam que a abertura do mercado sul-americano para a indústria britânica seria um acontecimento que produziria os resultados mais benéficos para o comércio britânico.[14] O capitalismo britânico não podia mais contentar-se com o contrabando.

Esse mercado sul-americano, o Brasil especialmente, baseava-se na mão-de-obra escrava e precisava do tráfico de escravos. Os capitalistas britânicos, portanto, começaram uma campanha vigorosa contra a política de seu Governo de suprimir forçadamente o tráfico de escravos pela manutenção de navios de guerra na costa africana. A política era dispendiosa, ultrapassando o valor anual do comércio total com a África. As exportações africanas montaram a 154.000 libras em 1824; as importações elevaram-se a 118.000 libras em mercadorias inglesas e 119.000 libras em mercadorias estrangeiras. Isso era o grande volume de comércio, disse Hume, para o qual o país devia fazer tão vasto sacrifício de vida humana na costa mortal de escravos.[15] A humanidade pelos marinheiros ingleses exigia o seu abandono. Se alguns abolicionistas estavam sofrendo de uma ilusão humana, por que se devia permitir que iludissem o Parlamento inglês?[16] O povo inglês não podia aceitar termos de indulgências tão extravagantes com respeito à África.[17]

Tudo isso foi antes de 1833, à época dos ataques capitalistas à escravidão nas Índias Ocidentais. Depois de

1833, os capitalistas ainda estavam metidos no próprio tráfico de escravos. Mercadorias inglesas, de Manchester e Liverpool, artigos de algodão, grilhões e algemas, eram enviados diretamente para a costa da África ou indiretamente para o Rio de Janeiro e Havana, onde eram usados por seus consignatários cubanos e brasileiros com a finalidade de adquirir escravos.[18] Dizia-se que sete décimos das mercadorias usadas pelo Brasil para aquisições de escravos eram manufaturas inglesas,[19] e murmurava-se que os britânicos relutavam em destruir os barracões na costa porque destruiriam conseqüentemente os panos britânicos de algodão.[20] Em 1845, Peel recusou-se a negar o fato de que súditos britânicos estavam metidos no tráfico de escravos.[21] O representante de Liverpool no Parlamento, interrogado à queima-roupa, não estava preparado para contradizer que as exportações de Liverpool para a África ou outro lugar qualquer eram destinadas a "alguma finalidade imprópria".[22] As firmas bancárias britânicas no Brasil financiavam os traficantes de escravos e seguravam suas cargas, conquistando assim a boa vontade de seus hospedeiros. As companhias britânicas de mineração possuíam e adquiriam escravos, cujo trabalho empregavam em seus empreendimentos. "Temos forçosamente de adotar a dolorosa conclusão", disse Brougham com relação ao desenvolvimento cubano e brasileiro, "de que em grande parte pelo menos um montante tão amplo de capital como o que era necessário devia pertencer aos homens ricos deste país."[23] John Bright estava bem ciente dos interesses de seus constituintes de Lancashire quando argumentou eloqüentemente em 1843 contra um projeto proibindo o emprego de capital britânico, mesmo indiretamente, no tráfico de escravos, sob o fundamento de que seria letra morta e de que a questão devia ficar a cargo dos sentimentos honrosos e morais dos indivíduos.[24] Nesse mesmo ano, firmas britânicas cuidaram de três oitavos do açúcar, metade do café e cinco oitavos do algodão exportado de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia.[25]

Os capitalistas já tinham bastante da "nobre experiência" da Grã-Bretanha. O comércio era o grande emancipador.[26] O único meio de acabar com a escravidão era confiar nos princípios eternos e justos do livre-câmbio.[27] Deixe o tráfico de escravos de lado e ele cometerá suicídio.

Se os inescrupulosos de qualquer nação resolverem meter-se nele, que a culpa caia sobre as suas próprias cabeças; deixe a um tribunal mais elevado o governo moral do mundo.[28] O dinheiro gasto em esforços infrutíferos para suprimir o tráfico de escravos poderia ser mais benéfica e filosoficamente empregado no país (Inglaterra).[29] Bright criticou como audácia a idéia de que a justiça à África devia ser feita à custa da injustiça à Inglaterra.[30] Eles têm muito o que fazer no próprio país, argumentou Cobden, a uma distância bem curta das Casas do Parlamento, antes de devotar-se a um plano de libertar do barbarismo toda a África.[31] As atividades da esquadra britânica na costa africana eram descritas como expedições corsárias,[32] o que privava a Inglaterra anualmente de seus melhores e mais bravos jovens e causava desolação a inúmeros lares ingleses.[33] Havia outras ocasiões em que se poderia dedicar atenção à felicidade e não se devia intervir violentamente por meio de regulamentos fiscais nos sentimentos dos outros.[34] A opinião pública nos países que traficam com escravos deve ser convertida à causa da humanidade, não alienada por uma política de coação, e não se podia esperar que os brasileiros percorressem a estrada humanitarista mais depressa do que os ingleses tinham feito.[35] A "humanidade estouvada e ignorante" da Grã-Bretanha apenas agravara os sofrimentos dos escravos.[36] Tinham usado, disse Hutt, "a latitude extrema, pode-se dizer licenciosidade, de meios — dinheiro público sem limite, armamentos navais vigiando toda praia e todo mar onde um navio negreiro pudesse ser visto ou pressentido, tribunais de jurisdição especial em metade das regiões intertropicais do globo —, influência e ação diplomáticas como talvez este país jamais reuniu antes em torno de qualquer assunto público".[37] Apesar de tudo isso, o tráfico de escravos aumentou. Era uma cruzada feroz e nem todas as forças da Armada britânica, nem todos os recursos do Tesouro britânico, poderiam suprimi-lo.[38] Estavam labutando há trinta anos, e nem mesmo um lunático alimentaria qualquer ilusão otimista sobre o êxito futuro desse empreendimento.[39] Teria o Governo britânico abandonado sua razão, em favor da filantropia?[40] Teria prostituído sua diplomacia, em favor das finalidades de um fanatismo irracional?[41] Era curioso ver governantes, que não se dis-

tinguiam pela devoção às liberdades constitucionais internamente, admitirem que um povo distante e bárbaro sensibilizava mais sua consciência do que seus próprios compatriotas.[42] As nações estavam contrariadas com "essa cantilena filantrópica".[43] Essas extravagâncias, esse sistema irrefletido e ocioso,[44] deviam ser abandonados, como filosofia sinistra e espúria,[45] experiências dispendiosas e frustradas,[46] que punham em perigo a paz do mundo.[47] As leis do Céu não autorizavam o povo britânico a manter o mundo inteiro em polvorosa por causa do tráfico de escravos.[48]

Onde estava Palmerston? O tráfico de escravos tinha sido chamado de "capricho benevolente" de Palmerston e ele figura em nossos compêndios como o adversário persistente do tráfico de escravos. No poder, Palmerston realizou pouco. Fora do poder, incitou o Governo a maiores esforços para realizar o que ele deixara de fazer. Uma simples moção para dados sobre o tráfico de escravos entre 1815 e 1843 foi acompanhada de um discurso que enche mais de 25 colunas do *Hansard*; uma exibição retórica rematada por uma peroração pomposa, que poderia ter sido colhida nos discursos antiescravistas do último meio século, acompanhava uma simples moção inócua.[49] Como se estivesse apelando para que o Parlamento e o país apreciassem inteiramente os seus esforços pela causa, uma vez por mês ele chamava a atenção para esses esforços.[50] Mas, quando o representante de Manchester ressaltou as dificuldades que a política de repressão da Grã-Bretanha estava causando com o Governo brasileiro e condenou a interferência armada, Palmerston falou sobre a França, Cuba, o emirato de Muscat, menos sobre o tráfico de escravos brasileiro.[51] E, com a campanha parlamentar contra a política de supressão no auge, Palmerston contentou-se com a esperança de que "nenhuma Comissão recomendará um curso que seja o inverso daquele que temos seguido... ninguém dirá que devemos traçar um novo caminho".[52] Tinham dado prova, pensava ele, de zelo pela supressão do tráfico de escravos e, se proibissem a importação do açúcar brasileiro, o Brasil pensaria que eles não acreditavam realmente que a mão-de-obra livre era mais barata do que a escrava.[53] Ao alegar a reivindicação espanhola por reciprocidade, ele advertiu que eles perderiam seu

comércio com a Espanha (Cuba) como estavam perdendo com o Brasil, tudo por causa da "tarifa absurda e política nociva" do Governo. "Tinham sacrificado os interesses do país no comércio com o Brasil, no comércio com a Espanha, e receio que também com outros setores, prestes a manifestar-se, e tudo com a finalidade de manter um capricho predileto, baseado em pretextos hipócritas."[54] A "última vela do século XIX" fora apagada.

Disraeli, também, condenou a supressão do tráfico de escravos sob o fundamento de economia e de uma política duvidosa que metia a Grã-Bretanha em dificuldade em todas as Cortes e em todas as colônias.[55] Wellington chamou-a de criminosa — "uma violação da lei das nações, uma violação dos tratados".[56] Até Gladstone foi obrigado a escolher entre as necessidades dos capitalistas britânicos e as necessidades dos plantadores das Índias Ocidentais. Em 1841, ele era todo pela supressão e perguntava aos capitalistas se, por pequenas e mesquinhas vantagens pecuniárias, estavam dispostos a renunciar ao alto título e nobre caráter que tinham conquistado perante o mundo inteiro. Estavam trazendo à luz toda incoerência com a finalidade de usá-la como um pretexto para uma incoerência posterior mais monstruosa, ou a fim de substituir um reconhecimento incoerente do que era certo por uma uniformidade no que era errado?[57] Em 1850, porém, ele condenou a política de supressão como anômala e despropositada. "Não é um decreto da Providência que obriga o Governo de uma nação a corrigir os princípios morais de outra."[58]

Era bastante irônico que os antigos donos de escravos das Índias Ocidentais fossem agora os que erguessem o facho do humanitarismo. Aqueles que, em 1807, profetizavam lugubremente que a abolição do tráfico de escravos "ocasionaria a redução do comércio, a diminuição da receita e a diminuição da navegação; e no fim solaparia e destruiria totalmente a grande pedra fundamental da prosperidade britânica",[59] eram, depois de 1807, os mesmos homens que protestavam contra "um sistema de raptos contra um povo pobre e inofensivo".[60] Barham, das Índias Ocidentais, apresentou o projeto de lei de 1815 para tornar punível o emprego de capital britânico no tráfico estrangeiro de escravos e até para tornar criminoso o seguro de

navios utilizados no tráfico de escravos.[61] Entre os remédios sugeridos pelo interesse das Índias Ocidentais, em 1830, para atender ao crescente sofrimento das colônias, estava uma resolução "para adotar medidas mais decisivas do que qualquer outra que tenha sido empregada até agora para deter o tráfico estrangeiro de escravos; de cuja supressão efetiva a prosperidade das colônias das Índias Ocidentais Britânicas... finalmente depende".[62] Enviados jamaicanos, mandados para a Grã-Bretanha em 1832, declararam que "as colônias se haviam conciliado facilmente com a abolição de um comércio bárbaro, que a civilização avançada da época não permitia mais que existisse; mas eles pensavam, e aparentemente com razão, que os filantropos não deviam estar satisfeitos com a extinção do tráfico britânico".[63] Um grande movimento popular para a abolição do tráfico de escravos formou-se na Jamaica em 1849. Todas as classes, raças, partidos e seitas se uniram na questão de justiça para a África. Denunciaram o tráfico de escravos e a escravidão como "opostos à humanidade — produzindo os piores males para a África —, degradantes para todos os que se dedicam ao tráfico e nocivos para os interesses morais e espirituais dos escravizados", e solicitavam que "o odioso termo *escravo* (seja) expurgado do vocabulário do universo". "A ESCRAVIDÃO DEVE CAIR e, quando cair, A JAMAICA FLORESCERÁ." A Inglaterra, declaravam explicitamente, tinha ido à guerra por causas menos injustificáveis.[64]

Os capitalistas britânicos, porém, permaneceram impassíveis. Em 1857, um editorial no *Times* de Londres declarava: "Sabemos que para todos os fins mercantis a Inglaterra faz parte dos Estados Unidos e que, com efeito, somos sócios do plantador sulista; possuímos uma nota de venda de seus bens e haveres, seus animais e implementos agrícolas, e ficamos com a parte de leão nos lucros da escravidão... Festejamos a Sr.ª Stowe, choramos com seu livro e rezamos para um presidente antiescravista..., mas durante esse tempo todo vestimos não somente a nós mesmos, mas também o mundo todo, com o próprio algodão colhido e limpo por Pai Tomás e seus companheiros de sofrimento. É nosso comércio. É a grande matéria-prima

da indústria britânica. Somos os agentes do Sr. Legree* para a manufatura e venda de sua produção de algodão."[65] O capitalismo britânico destruíra a escravidão nas Índias Ocidentais, mas continuava a faturar com a escravidão brasileira, cubana e americana. Mas o monopólio das Índias Ocidentais se extinguira para sempre. Na Guerra Civil Americana, o Governo inglês quase reconheceu a Confederação. Por uma ironia suprema coube a um elemento das Índias Ocidentais, Gladstone, lembrar a uma assistência em Newcastle que a Guerra Civil Americana havia-se "talvez tornado a mais inútil de todas as grandes guerras civis já travadas", e que "não há dúvida de que Jefferson Davis e outros líderes do Sul tinham formado um exército; estão formando, assim parece, uma armada; e formaram, o que vale mais do que qualquer dessas duas coisas, uma nação".[66]

* Simon Legree, o cruel feitor de escravos do romance *A Cabana do Pai Tomás,* de Harriet Stowe. (N. do T.)

11

OS "SANTOS" E A ESCRAVIDÃO

Este estudo deliberadamente considerou de maneira secundária a desumanidade do sistema escravista e o humanitarismo que destruiu esse sistema. Desprezar isso completamente porém, seria cometer um grave erro histórico e ignorar um dos maiores movimentos de propaganda de todos os tempos. Os humanitaristas foram a ponta de lança do assalto que destruiu o sistema das Índias Ocidentais e libertou o negro. Mas sua importância foi mal compreendida e gritantemente exagerada por homens que sacrificaram a erudição pelo sentimentalismo e, como os escolásticos de outrora, puseram a fé acima da razão e da evidência. O Professor Coupland, numa entrevista imaginária com Wilberforce, pergunta-lhe: "Na sua opinião, qual é a significância primordial de sua obra, a lição da abolição do sistema escravista?" A resposta instantânea é a seguinte: "Foi obra de Deus. Significa o triunfo de Sua vontade sobre o egoísmo humano. Ensina que qualquer obstáculo, seja egoísmo ou preconceito, é removível pela fé e pela prece."[1]

Essa incompreensão provém, em parte, de uma tentativa deliberada dos contemporâneos de apresentar uma visão deturpada do movimento abolicionista. Quando o tráfico de escravos foi abolido em 1807, o projeto de lei continha uma frase no sentido de que o tráfico era "contrário aos princípios de justiça, humanidade e sã política". Lorde Hawkesbury objetou; em sua opinião, as palavras "justiça e humanidade" falavam em desabono dos traficantes de escravos. Portanto, propôs uma emenda excluindo aquelas palavras. Ao fazer isso, ele limitou a necessidade da abolição exclusivamente à conveniência. O Presidente da Câmara dos Lordes protestou. A emenda tiraria o

único fundamento sob o qual as outras potências poderiam ser solicitadas a cooperar na abolição. O Conde de Lauderdale declarou que as palavras omitidas eram extremamente essenciais no projeto. A omissão daria pretexto para que se desconfiasse na França de que a abolição era ditada pelo motivo egoísta de que as colônias inglesas estavam bem abastecidas de negros. "Supondo-se assim que nós próprios não estamos fazendo sacrifício, como poderemos chamar com êxito as potências estrangeiras a cooperar na abolição?" Os Lordes votaram a favor da versão original.[2]

Os humanitaristas britânicos formavam um grupo brilhante. Clarkson personifica o que há de melhor no humanitarismo da época. Podemos apreciar mesmo hoje seus sentimentos quando, ao meditar sobre o assunto de seu excelente ensaio, ele despertou inicialmente para a realidade da enorme injustiça da escravidão. Clarkson foi um trabalhador infatigável, que efetuou pesquisas intermináveis e perigosas sobre as condições e conseqüências do tráfico de escravos, um prolífico panfletário, cuja história do movimento abolicionista ainda é uma obra clássica. Sua labuta pela causa da justiça à África só foi levada a cabo à custa de grande desconforto pessoal e impôs um ônus severo a seus minguados recursos. Em 1793, ele escreveu uma carta a Josiah Wedgwood que contém alguns dos sentimentos mais elevados que motivaram os humanitaristas. Ele precisava de dinheiro e queria vender duas de suas ações da Companhia de Serra Leoa, fundada em 1791, para promover o comércio autêntico com a África. "Mas", frisou ele, "eu só devia permitir que as adquirisse aquele que ficasse mais satisfeito com o bom resultado para a África do que pelos grandes lucros comerciais para si mesmo; não que não se possa esperar por tais lucros, mas em caso de decepção eu gostaria que seu espírito se confortasse com a segurança de que ele cooperara para introduzir luz e felicidade num país, onde o espírito era mantido na escuridão e o corpo alimentado apenas por correntes européias."[3] Muito impulsivo e entusiasta para alguns de seus colegas,[4] Clarkson foi um daqueles amigos dos quais a raça negra infelizmente teve muito poucos.

Depois houve James Stephen, pai, e James Stephen, filho. O pai tinha sido advogado nas Índias Ocidentais e conhecia as condições locais. O filho se tornou o notável primeiro subsecretário permanente do Ministério das Colônias, o "Supersecretário Stephen" e o "Sr. Mãe-Pátria" das chacotas inamistosas. Nessa função, ele mantinha uma vigilância incessante em favor de seus desamparados constituintes, os escravos negros. Estava constantemente instigando Wilberforce a esforços maiores e mais públicos em vez da política de memoriais e entrevistas com ministros. A única coisa para refrear os crimes coloniais era "alardeá-los para o público inglês e armar-nos com a indignação pública".[5] Stephen não se impressionava com os argumentos dos plantadores. "A privação de uma mansão ou de uma carruagem, por mais dolorosa que seja, não pode predispor contra a exclusão protelada daquelas vantagens comuns da vida humana de que, segundo fatos admitidos, os escravos comprovadamente estão padecendo...[6] O fim supremo da sociedade humana — a segurança da vida, propriedade e reputação — deve ser preferido a seus fins subalternos — o gozo de franquias particulares."[7] Era curadoria em sua forma mais nobre e linguagem mais apurada. Stephen redigiu o Projeto de Emancipação, que incluía concessões que ele detestava fazer aos plantadores. Enquanto os outros se acomodavam e se congratulavam consigo mesmos, o subsecretário permanente continuava a vigiar a legislação colonial com desvelo e desconfiança. "Franquias populares nas mãos dos senhores de um grande número de escravos", escreveu ele em 1841, "eram os piores instrumentos de tirania que já foram forjados para a opressão da humanidade".[8] Naqueles tempos, e sob um tal administrador, o Governo de "Colônia da Coroa" * foi um passo notável para a proteção dos povos mais fracos.

Um dos mais antigos, mais capazes e mais diligentes dos abolicionistas foi James Ramsay que, como reitor nas Índias Ocidentais, tinha uns vinte anos de experiência da escravidão. "A única utilidade", escreveu ele a Wilber-

* *Crown colony* ("Colônia da Coroa"), colônia sobre qual a Coroa (o soberano inglês) mantém certo poder de legislar. (N. do T.)

force em 1787, "que posso ter no negócio é como pioneiro da remoção de obstáculos; use-me dessa maneira e me sentirei feliz."[9] Conhecia por experiência a grande mortalidade ocasionada pelo tráfico de escravos entre os marinheiros brancos; podia falar em primeira mão da grande mortalidade ocasionada entre os escravos pela labuta excessiva nas plantações.[10] Os plantadores perseguiam-no com uma implacabilidade reservada exclusivamente para ele. "Ramsay está morto", vangloriava-se um deles, "eu o matei".

Ao lado desses homens, Wilberforce, com sua cara afeminada, parece pequeno em estatura. Há uma certa fatuidade em torno do homem, sua vida, sua religião. Como líder, era inepto, inclinado à moderação, conciliação e protelação. Condenava as medidas extremas e temia a agitação popular. Confiava no êxito que se baseava no patrocínio aristocrático, diplomacia parlamentar e influência particular junto aos homens do poder.[11] Era um politiqueiro, e era voz corrente que seu voto podia ser previsto com segurança, pois era certo que seria oposto a seu discurso.[12] "Geralmente", disse Tierney, "sua fraseologia pode adaptar-se a qualquer partido; e se, de vez em quando, ele perde o equilíbrio de sua argumentação e pende um pouco para um lado, rapidamente se recupera e se desvia tanto na direção oposta que faz uma divisão justa de seu discurso entre os dois lados da questão."[13] Mas era um orador persuasivo e eloqüente, com uma voz melodiosa que lhe granjeou a alcunha de "o rouxinol da Câmara". Acima de tudo, tinha a reputação de ser místico, e é certo que essa reputação de santidade e seu desinteresse na causa foram fatores poderosos na instigação de Pitt de que ele devia chefiar a cruzada parlamentar.

Esses eram os homens que os plantadores chamavam de visionários e fanáticos, e comparavam a hienas e tigres.[14] Com o auxílio dos outros, Macaulay, Wesley, Thornton e Brougham conseguiram elevar os sentimentos antiescravistas quase à condição de religião na Inglaterra, e esses reformadores religiosos que fizeram de Clapham mais do que um entroncamento ferroviário não eram impropriamente apelidados "os Santos". A própria emotividade que tal fenômeno desperta exige maior cautela por parte do estudioso das Ciências Sociais. Pois se, como tantos sustentam, a escravidão se enquadra no reino da Teologia, o monopólio muito enfaticamente não se enquadra.

Os abolicionistas não eram radicais. Em sua atitude para com os problemas internos, eram reacionários. Os metodistas ofereciam ao trabalhador inglês Bíblias em vez de pão, e os capitalistas wesleyanos* demonstravam franco desprezo pela classe trabalhadora. Wilberforce sabia tudo o que se passava no porão de um navio negreiro, mas ignorava o que se passava no fundo do poço de uma mina. Apoiou as Leis do Trigo, foi membro da comissão secreta que investigou e reprimiu o descontentamento da classe trabalhadora em 1817, opôs-se às associações antiescravistas femininas e achou o Primeiro Projeto de Reforma muito radical.[15]

O primeiro erro em que muitos têm caído é a suposição de que os abolicionistas, desde o começo, jamais esconderam sua intenção de trabalhar para a emancipação completa. Os abolicionistas, por um longo tempo, evitaram e desmentiram qualquer idéia de emancipação. Seu interesse era exclusivamente no tráfico de escravos, cuja abolição, pensavam eles, levaria finalmente, sem interferência legislativa, à libertação. Em três ocasiões, o Comitê da Abolição negou explicitamente qualquer intenção de emancipar os escravos.[16] Wilberforce em 1807 desmentiu publicamente tais intenções.[17] O Bispo de Rochester afirmou que os abolicionistas não agiam com base nas concepções visionárias de igualdade e direitos imprescritíveis dos homens; defendiam ardorosamente as graduações da sociedade civil.[18] Em 1815, a Instituição Africana afirmou claramente que a emancipação deveria partir dos donos de escravos.[19]

Foi somente em 1823 que a emancipação se tornou o objetivo declarado dos abolicionistas. A razão principal foi a perseguição aos missionários nas colônias — a morte de Smith na Guiana, a expulsão de Shrewsbury em Barbados, a perseguição de Knibb na Jamaica. Mesmo então, a emancipação devia ser gradual. "Nada precipitado", advertiu Buxton, "nada rápido, nada abrupto, nada que

* *Wesleyan* (wesleyano), de ou relativo a John Wesley (1703-1791), clérigo inglês, fundador de uma seita metodista. (N. do T.)

encerre qualquer aspecto de violência." Acima de tudo, *pas de zèle*. A escravidão nunca seria abolida. "Ela decrescerá, declinará, expirará, ela se queimará e desaparecerá... Deixaremos que ela suavemente definhe — lentamente, silenciosamente, quase imperceptivelmente, até que morra e seja esquecida."[20] Como nos Estados Unidos, a escravidão iria murchar. A esperança não era concebida na Inglaterra tampouco, embora o pessoal das Índias Ocidentais fosse muito fraco e muito pouco numeroso para travar uma guerra civil.

Essa era a situação em 1830, quando a Revolução de Julho irrompeu na França e atiçou as chamas da reforma parlamentar na Inglaterra. Os abolicionistas ainda estavam procurando catequizar os legisladores e contemporizar, enviando memoriais e delegações aos ministérios, enquanto a escravidão e o monopólio coloniais continuavam inquebrantáveis. "Era portanto necessário que outra ordem de homens, de natureza mais ousada e mais vigorosa, mesmo que um pouco menos requintada, aparecesse agora para tomar o pulso da tarefa, não tanto para desbancar quanto para reforçar as atividades de seus colegas mais precavidos e hesitantes."[21] Os conservadores e radicais se chocaram numa grande reunião antiescravista em maio de 1830. Buxton propusera as resoluções habituais, "admiravelmente redigidas, admiravelmente indignadas, mas... admiravelmente prudentes". Pownall levantou-se para apresentar sua emenda: abolição imediata. O efeito nos delegados foi eletrizante. Buxton protestou, Brougham interveio, Wilberforce fez sinal com a mão pedindo silêncio, mas a emenda foi finalmente apresentada e "aprovada com uma explosão de triunfo exultante".[22] A nova política foi admiravelmente descrita por um dos amigos de Sturge: "A culpa recairá sobre nós, se não agitarmos, agitarmos, agitarmos... O povo deve emancipar os escravos, pois o Governo nunca o fará."[23]

No que concerne à liderança abolicionista, porém, sua atitude para com a escravidão nas Índias Ocidentais deve ser analisada em relação à escravidão noutras partes do mundo. Sua condenação da escravidão aplicava-se somente ao negro e somente ao negro nas Índias Ocidentais Britânicas. Comecemos pela Índia.

Em sua campanha contra os plantadores das Índias Ocidentais, os abolicionistas estabeleceram o que Cochin chamou de "uma espécie de cruzada piedosa e boba".[24] Solicitaram a seus simpatizantes que boicotassem a produção da mão-de-obra escrava em favor da produção livre da Índia. Essa cruzada foi recomendada pelo Comitê da Abolição em 1795[25] e por muitos panfletários. William Fox, em 1792, informou ao povo britânico que em cada libra de açúcar ele consumia duas onças de carne humana.[26] Por um complicado cálculo matemático estimou-se que, se uma família que gastasse cinco libras de açúcar por semana se abstivesse por 21 meses, um negro seria poupado da escravidão e assassinato.[27] O consumidor de açúcar era realmente "a força motriz, a *causa principal de toda a horrível injustiça*".[28] Substituindo o açúcar das Índias Ocidentais pelo das Índias Orientais, a Associação Antiescravista Africana Peckham de Senhoras foi informada de que se minaria o sistema da escravidão da maneira mais segura, fácil e eficaz.[49] Circulou um panfleto abolicionista intitulado "A Queixa do Escravo Negro aos Amigos da Humanidade". O negro suplicava: "E agora, sinhô, *seja amigo da liberdade*, bom homem, piedade com pobre negro, imploro que compre o açúcar do Oriente, não o açúcar de escravo, o livre, e depois meu sinhô vai pensar e dizer, não vendemos mais o açúcar de escravo, os escravos não devem ser escravos, devem ser livres, e pagamos os salários, e então trabalharão de boa vontade e produzirão mais, e então vendemos mais *açúcar* e ganhamos mais dinheiro. Os homens do Oriente são homens sensatos, e os homens sensatos do Oriente não têm escravos — fazem açúcar livre, livre, livre."[30] Não somente açúcar, também algodão. Um movimento foi iniciado entre as senhoras para estimular o consumo de algodão produzido pela mão-de-obra "livre",[31] o que, segundo Gurney, faria mais para abolir a escravidão na América do que todos os panfletos abolicionistas.[32] Como disseram os abolicionistas irlandeses, seu objetivo era "universalizar o uso da mão-de-obra livre na produção tropical".[33]

Mas os homens sensatos do Oriente não eram mais irrepreensíveis do que os plantadores pecadores do Ocidente. A lei emancipando os escravos nas Índias Ocidentais Britânicas foi aprovada em terceira discussão a 7 de agosto

de 1833. Quarenta e oito horas antes, a Carta da Companhia das Índias Orientais chegara para renovação à Câmara dos Lordes. O projeto incluía uma cláusula que declarava que a escravidão "devia ser abolida" na Índia. Lorde Ellenborough expressou seu espanto pelo fato de que tal proposição pudesse entrar na cabeça de um estadista. Lorde Auckland defendeu o projeto: "Foi elaborado com a máxima cautela, coerente com a destruição de um sistema odioso; como também com o máximo cuidado para não colidir com os costumes internos dos nativos." O Duque de Wellington apelou para que seus colegas da Câmara dos Lordes tratassem delicadamente da questão, se é que prezavam a manutenção da Índia Britânica. Foi uma inovação violenta, totalmente inoportuna, que produziria a maior insatisfação, se não insurreição absoluta.[34]

Repetidas declarações foram feitas posteriormente no Parlamento, em nome do Governo, de que a Companhia das Índias Orientais estava preparando uma legislação tendo em vista a "melhoria" da escravidão, e que tal legislação seria apresentada ao Parlamento. Mas a prometida legislação nunca apareceu. "O Governo da Índia estava tomando tais medidas para melhorar a condição da escravidão que, num período não distante, deveriam levar à sua extinção total." [35] Isso foi em 1837. Em 1841 nenhuma das regras e regulamentos para a mitigação da escravidão tinha sido apresentada.[36] E, quando a questão da equiparação das tarifas sobre o rum das Índias Orientais veio à discussão e argumentou-se que ele era produto de trabalho escravo, o Primeiro-Ministro Peel retrucou que "protelar a equiparação... até que ele efetivamente resolvesse aquela abolição, seria adiar sua execução para um período muito mais distante do que mesmo os mais ardorosos defensores do pessoal das Índias Ocidentais poderiam desejar".[37] Em defesa dos indianos solicitou-se, em 1842, que se proibisse a venda de crianças para a escravidão em períodos de escassez.[38] Dez anos depois da "grande expiação" da Grã-Bretanha, o Conde de Auckland não negaria que "certa condição de servidão, mais ou menos dolorosa, não podia mais existir";[39] e Peel considerava que as medidas que tinham sido adotadas "pareciam bem calculadas para deter o progresso da escravidão, coibir abusos e, quando executadas em todas as partes da Índia sob o nosso controle ou

onde pudéssemos influir, muito contribuiriam para suprimir a escravidão".[40]

Contudo, essa era a produção tropical que os abolicionistas estavam recomendando ao povo da Inglaterra. Clarkson rogou-lhes que "mostrassem sua aversão ao sistema dos plantadores deixando de usar sua produção",[41] e posteriormente, em 1840, ainda estava confiando que a Companhia das Índias Orientais iria extirpar a escravidão "por meios que sejam perfeitamente *morais e pacíficos*... a saber, *pelo cultivo da terra* e pelo emprego de *mão-de-obra livre*".[42]

Os abolicionistas não fizeram isso por ignorância. Como desculpa para a Companhia das Índias Orientais, Zachary Macaulay alegou que "eles tinham obtido o domínio sobre países que anteriormente estavam sob o Governo hindu e mongol. Portanto, não podiam ser acusados se, quando entraram na posse daqueles países, encontraram princípios em vigor nos quais, por mais contrários que fossem a seus sentimentos, não seria seguro interferir sem a devida cautela".[43] Em 1837, Buxton manifestou o receio de que o açúcar produziria um sistema de escravidão no Oriente tão vergonhoso como produzira no Ocidente. O porta-voz do Governo garantiu-lhe que não. Buxton "ficou muito agradecido... por essa garantia".[44] Em 1843, Brougham ainda aguardava com ardente esperança a abolição da escravatura na Índia, "uma consumação a ser realizada não tanto pela legislação, ou pela prática de violência à propriedade", como pelo incentivo aos donos de escravos nativos de declararem seus filhos livres depois de uma certa data.[45]

Alguns membros da Seita de Clapham tinham interesses nas Índias Orientais e "talvez sua abominação à escravidão nas Índias Ocidentais fosse agravada pela percepção da injusta discriminação das tarifas açucareiras em favor das Índias Ocidentais e contra as crescentes plantações de cana-de-açúcar da Índia".[46] Os Thornton possuíam ações da Companhia das Índias Orientais;[47] um membro da família participou do debate na Casa da Índia Oriental, em 1793, sobre o comércio de açúcar, e negou a existência de qualquer pacto em favor do monopólio das Índias Ocidentais.[48] Zachary Macaulay tinha ações da Companhia das Índias Orientais e foi um dos nove signatários que

convocaram a reunião da Corte dos Proprietários, em 1823, para discutir a questão açucareira.[49] Num panfleto vigoroso, em 1823, declarou que os plantadores das Índias Ocidentais "não tinham mais o direito de exigir a continuação de uma tarifa protecionista sobre o açúcar, em prejuízo manifesto da Índia e da Grã-Bretanha, de que tinham antes o direito de exigir a continuação do tráfico de escravos, em prejuízo manifesto da África".[50] O discurso de Macaulay no debate da Casa da Índia Oriental sobre o comércio de açúcar, em 1823, foi uma tal diatribe contra a escravidão que um orador subseqüente teve de lembrar-lhe que ainda "que o tráfico de escravos fosse dez vezes pior do que se afirmara ser, eles não se haviam reunido para considerar aquela questão".[51]

Mais importante do que Thornton ou Macaulay era James Cropper. Destacado abolicionista, Cropper era o maior importador de açúcar das Índias Orientais em Liverpool, sendo o fundador e o principal elemento da firma independente de Cropper, Benson & Companhia, de Liverpool, com um comércio com as Índias Orientais de mil libras por dia.[52] Cropper tinha consciência de que seus interesses particulares tornavam seus motivos passíveis de suspeita.[53] Os plantadores das Índias Ocidentais lembraram que ele outrora importara algodão produzido por escravos dos Estados Unidos.[54] A própria explicação de Cropper é como se segue: "Vi esse monstro horrendo, a escravidão, ofegando, por assim dizer, nos estertores da morte, procurando pelo único apoio que poderia prolongar sua existência. Eu poderia não suportar o temor de censuras, pelo fato de estar interessado, de colocar-me acima do sentimento supremo de humanidade e dever. Eu não ousaria enfrentar as censuras de minha própria consciência."[55] Em seus argumentos antiescravistas, ele se recusava a afastar-se de considerações comerciais. A escravidão, escreveu ele, "só pode ser lucrativa em *solos férteis*, e entre uma *população escassa*, como nos novos estados da América, onde o trabalho de dois dias vale um acre de terra".[56] Discutindo a abolição da escravatura na Europa, nos estados nortistas dos E.U.A. e em certas partes da América do Sul, chegou à conclusão de que o fato de que a emancipação não fosse ampla onde o trabalho escravo era lucrativo mostrava que "os esforços dos homens benevolentes eram bem sucedidos

quando cooperavam com as causas naturais".[57] Quando escrevia, liricamente, sobre a habilidade e capacidade industriais da Grã-Bretanha, "sem os grilhões de subvenções oficiais, sem a ajuda de monopólios inúteis, progredindo com liberdade irrestrita",[58] ele pensava menos na escravidão do que no monopólio das Índias Ocidentais. Por que a Grã-Bretanha não devia fornecer à Europa açúcar refinado como também algodão manufaturado?[59] Mas, quando os plantadores das Índias Ocidentais lhe perguntaram claramente se ele pretendia aceitar o açúcar brasileiro assim como o indiano, ele respondeu que todo açúcar devia ser admitido a uma tarifa uniforme, sob a condição de que o Brasil e Cuba concordassem em abolir o tráfico de escravos.[60] Que teria então acontecido a suas "causas naturais"? Sua situação dupla de humanitarista e economista o forçava a incoerências. Em sua casa, um aparelho especial de jantar representava um negro acorrentado e, em 1837, ele adquiriu 12.000 garrafinhas as quais encheu de amostras de açúcar e café produzidos pela mão-de-obra livre e distribuiu entre simpatizantes e membros do Parlamento.[61] Mas o apoio de "cidadão benevolente"[62] de Liverpool fez um mal indizível à causa do humanitarismo.

Thomas Whitmore, líder das Índias Orientais no Parlamento, foi vice-presidente da Sociedade Antiescravista e foi certa vez candidato à sucessão na liderança do partido antiescravista.[63] O diário de Wilberforce, a 22 de maio de 1873, data da moção de Whitmore sobre as tarifas aduaneiras, diz: "Ninguém interessado pela questão, a não ser os representantes das Índias Orientais e alguns de nós, antiescravistas; os representantes das Índias Ocidentais e o Governo contra nós."[64] Os dois escrutinadores do lado das Índias Orientais foram Whitmore e Buxton.[65] De todos os abolicionistas, apenas um, Brougham, se opôs à equiparação das tarifas, sob o fundamento de que devastaria muito rapidamente todo o arquipélago das Índias Ocidentais.[66]

Essa ligação entre os defensores das Índias Orientais e certos abolicionistas não foi inteiramente compreendida. Coupland mostra-se claramente desfavorável a respeito de toda a história, como se vê em sua preocupação pela "sinceridade" dos dois grupos.[67] Klingberg fala em "cooperação".[68] Burn está convencido de que os ataques ao desin-

teresse de Cropper eram infundados.[69] A explicação de Ragatz é a mais satisfatória de todas: a questão de Cropper era "um desses casos ocasionais em que a conduta não é fundamentalmente influenciada pelo interesse pessoal, embora possam casualmente coincidir".[70] A verdadeira significação, contudo, do apoio dos abolicionistas ao açúcar das Índias Orientais, e posteriormente ao brasileiro, é que as questões envolvidas não eram apenas a desumanidade da escravidão nas Índias Ocidentais, mas a improficuidade do monopólio das Índias Ocidentais.

Depois da Índia, o Brasil e Cuba. Por nenhum esforço de imaginação poderia um humanitarista justificar qualquer proposta destinada a manter ainda mais firmemente as correntes da escravidão dos negros no Brasil e em Cuba. Isso era precisamente o que o livre-câmbio do açúcar significava. Pois após 1807 os plantadores das Índias Ocidentais Britânicas não tiveram mais permissão para o tráfico de escravos, e depois de 1833 para a utilização do trabalho escravo. Se os abolicionistas tivessem recomendado o açúcar oriental, com base no falacioso princípio humanitarista de que era produzido pelo trabalho livre, era dever deles, de acordo com seus princípios e sua religião, boicotar o açúcar, produzido por escravos, no Brasil e em Cuba. Por deixarem de fazer isso, não se deve deduzir que eles estivessem errados, mas é inegável que o seu fracasso em adotar tal atitude destrói completamente o argumento humanitarista. Os abolicionistas, depois de 1833, continuaram a opor-se aos plantadores das Índias Ocidentais, que agora empregavam a mão-de-obra livre. Enquanto, antes de 1833, eles boicotavam o inglês dono de escravos, depois de 1833 esposavam a causa do brasileiro dono de escravos.

Os abolicionistas, a princípio, não tinham limitado sua atenção ao tráfico britânico de escravos. Tinham imaginado nada menos do que a abolição total e universal do tráfico de escravos. Aproveitaram o retorno da paz em 1815 e as conferências internacionais então em voga para disseminar seus pontos de vista. Enviaram "cargas de mistificação" inteiras ao Parlamento;[71] em 34 dias em 1814, mandaram 772 petições com um milhão de assinaturas.[72] Denunciaram a declaração formal do Congresso de Viena contra o tráfico de escravos, onde conquistaram a adesão do plenipotenciário britânico Wellington, e estavam até dispostos a ir à guerra pela abolição.[73] Obtiveram o apoio do Czar da Rússia.[74] Enviaram um observador especial, Clarkson, ao Congresso de Aix-la-Chapelle. Estavam decididos a lutar com a França novamente, para impedir a reconquista francesa de São Domingos,[75] e estavam relutando em reconhecer a independência do Brasil sem uma promessa explícita de renúncia ao tráfico de escravos. Obrigaram o Governo britânico, por sua "violência amistosa",[76] a manter uma esquadra na costa africana para suprimir o tráfico de escravos pela força.

A pressão sobre o Governo era terrível. O Governo solicitava tempo e também cautela. "Princípios morais", dizia Castlereagh, "não foram bem ensinados pela espada."[77] Ele pediu aos humanitaristas para "moderar seus sentimentos virtuosos e pôr sua solicitude pela África sob o domínio da razão".[78] Mas os abolicionistas não deram paz ao Governo. Como Liverpool confessou em certa ocasião a Wilberforce: "Se eu não estivesse ansioso pela abolição do tráfico de escravos por princípio, estaria ciente do embaraço a que qualquer Governo devia estar exposto pela situação atual dessa questão neste país." [79] O Governo estava consideravelmente tolhido em suas relações exteriores, pois sabia que todas as negociações eram fúteis. Mas nunca ousava dizer abertamente. "Jamais conseguiremos", escrevia Wellington a Aberdeen, "abolir o tráfico estrangeiro de escravos. Mas devemos tomar cuidado para evitar de tomar qualquer atitude que possa induzir o povo da Inglaterra a acreditar que não fazemos tudo que está ao nosso alcance para desencorajá-lo e destruí-lo o mais cedo possível." [80]

Numa eleição geral inesquecível em 1831, em que os candidatos eram indagados a respeito de suas opiniões sobre a escravidão, os abolicionistas arrastavam negros para a eleição com correntes de ouro e, onde não podiam encontrar negros, levavam limpadores de chaminés. Afixaram cartazes nas tribunas eleitorais em todo o reino com retratos em tamanho natural de plantadores brancos açoitando mulheres negras.[81] Em sua campanha apelavam para o coração e a consciência das mulheres britânicas e

até procuravam aproximar-se das crianças. Leeds publicou uma série antiescravista para os leitores juvenis. Um mostrador (de relógio) antiescravista foi fabricado, para que o povo benevolente, gozando os confortos domésticos de um serão ao pé da lareira na Inglaterra, soubesse que os negros estavam labutando nas plantações sob o calor opressivo de um sol tropical.[82] Isso foi nos anos que precederam a 1833. A beatitude pairava sobre essa aurora.

Mas mesmo nessa aurora nuvens ameaçadoras começavam a se formar. Os abolicionistas boicotavam a produção da mão-de-obra escrava das Índias Ocidentais Britânicas; tingida do sangue do negro. Mas a própria existência do capitalismo britânico dependia do algodão, produzido por escravos, dos Estados Unidos, igualmente ligado à escravidão e manchado de sangue. Os plantadores das Índias Ocidentais podiam perguntar com razão se "a escravidão só era condenável nos países com os quais aqueles elementos não comerciam e onde suas ligações não eram inerentes".[83] As respostas dadas eram curiosas. A pessoa que recebia produção de mão-de-obra escrava da América lidava com a produção do trabalho realizado por escravos que não eram seus co-súditos e não havia, na escravidão dos Estados Unidos, qualquer prova daquela destruição de vida humana que era uma das características mais pavorosas do sistema nas Índias Ocidentais Britânicas.[84] Os boicotadores do açúcar das Índias Ocidentais sentavam-se em cadeira de mogno cubano, diante de mesas de pau-rosa brasileiro e usavam tinteiros de ébano cortado por escravos, mas "não adiantava sair indagando a respeito da procedência de toda cadeira e mesa". Num país como a Inglaterra a abstinência total da produção escrava era impossível, a não ser que se quisesse ir para o mato e viver de raízes e frutas.[85] Como argumentavam os abolicionistas de Newcastle, somente "a compra desnecessária de uma quantidade ínfima de produção escrava implica o comprador na culpa do dono de escravos".[86]

Era o açúcar brasileiro necessário? Os capitalistas diziam que sim; era necessário para manter o capitalismo britânico em funcionamento. Os abolicionistas tomaram o partido dos capitalistas. Em 1833, Lushington, um dos mais antigos abolicionistas, representando um distrito de refinação de açúcar, solicitou ao Governo que não perdesse

uma hora em conceder auxílio a seus constituintes, que não pediam subvenção, nem vantagens indevidas, nem monopólio injusto.[87] Ele tinha em mente os refinadores de açúcar dos Towe Hamlets, não os negros das Índias Ocidentais Britânicas. Buxton assumiu uma atitude curiosa. Se se pudesse demonstrar que o açúcar estrangeiro a ser importado seria consumido no país, em vez de ser exportado, ele votaria não. Mas era preciso um terço a mais de trabalho para refinar o açúcar no Brasil e depois importá-lo para a Grã-Bretanha em estado refinado. Ao permitirem, portanto, que o açúcar estrangeiro fosse refinado na Grã-Bretanha, estavam substituindo o trabalho escravo no exterior pela maquinaria britânica no país e conseqüentemente, até certo ponto, diminuindo o trabalho escravo e desencorajando o tráfico de escravos.[88] O Parlamento ficou espantado.[89] Tinha mesmo de ficar.

Isso foi em setembro de 1831. Dois anos depois, Buxton estava regozijante com o sucesso de sua lida. "Um trabalho extraordinário se realizou no que concerne a este país." [90] A Lei de Emancipação assinalou o fim dos esforços dos abolicionistas. Estavam satisfeitos. Jamais lhes viera à cabeça que a libertação do negro poderia ser apenas nominal se se permitisse que a plantação de cana perdurasse. Quando Gladstone, em 1848, ainda defendia a tarifa protecionista para os plantadores, declarou muito enfaticamente que nada tinha a ver com o negro. Ele não via "nenhuma razão para que jogássemos fora os fundos do país em proporcionar uma melhoria a essa condição (a dos negros), que é de conforto plenamente adequado a seu nível na sociedade e a seus desejos".[91] Os abolicionistas ficaram calados. Nunca lhes ocorreu que o negro poderia querer a terra. Em Antígua, onde toda a terra estava ocupada, os plantadores e escravos afluíram às igrejas quando a notícia de emancipação chegou à ilha, agradeceram a Deus pela bênção da libertação e voltaram a seus labores, os escravos agora elevados à dignidade de assalariados sem terra, ganhando 25 centavos de dólar por dia. O mesmo aconteceu em Barbados, onde predominavam condições semelhantes, exceto que os barbadianos omitiram a ação de graças. Onde estavam os abolicionistas? "A raça negra", escreveu Buxton, "é dotada de uma aptidão peculiar para a recepção de instrução moral e religiosa, e

me parece que nunca se impôs uma obrigação mais forte a qualquer nação do que a que se nos impõe agora para atender a essa inclinação deles, para fornecer-lhes amplamente os meios de instrução, para enviar missionários, para instituir escolas e para mandar Bíblias. É a única compensação que podemos oferecer. É uma compensação generosa! Podemos dessa maneira recompensar todas as tristezas e sofrimentos que infligimos e ser o meio de transformar finalmente seu afastamento bárbaro de sua própria terra no maior dos benefícios para eles".[92] Igualmente para a África. Em 1840, Gurney escreveu que "a única cura definitiva e radical dos vícios e misérias da África é o cristianismo... Nunca devemos esquecer o valor supremo da evangelização".[93]

O afastamento bárbaro dos negros da África continuou pelo menos por mais 25 anos depois de 1833, para as plantações de cana do Brasil e Cuba. A economia brasileira e cubana dependia do tráfico de escravos. Mas isso retardaria o desenvolvimento brasileiro e cubano e conseqüentemente estorvaria o comércio britânico. O desejo de açúcar barato depois de 1833 superou toda aversão à escravidão. Desaparecera o horror outrora provocado pela idéia de um feitor de escravos das Índias Ocidentais Britânicas armado de chicote; o feitor cubano de escravos, armado de chicote, facão, punhal e pistolas, e seguido de cães de caça, não despertava nem sequer comentário dos abolicionistas. Exeter Hall,* o centro do humanitarismo britânico, submetera-se à Escola de Manchester,** a ponta de lança do livre-câmbio britânico.

Os abolicionistas, outrora tão belicosos no que dizia respeito ao tráfico de escravos, eram agora pacifistas. Buxton escreveu um livro condenando a esquadra que vigiava os navios negreiros e a política da supressão forçada do tráfico de escravos, por causarem sofrimento agravado a um enorme número de pessoas.[94] Sturge reorganizou a Sociedade Antiescravista numa base puramente pacifista. "O fracasso total", disse Wilberforce, filho, Bispo de

* Exeter Hall, grupo evangélico da Igreja Anglicana; (fig.) fervor evangélico. (N. do T.)

** Manchester school, grupo de políticos ou economistas partidários do livre-câmbio. (N. do T.)

Oxford, num grande comício abolicionista em 1840, "de toda tentativa por tratado, por admoestação e por armamentos navais, para deter a marcha do tráfico de escravos, prova a necessidade de recorrer-se a uma política preventiva fundada em princípios diferentes e mais elevados".[95] O jovem Buxton "podia ver apenas que aqueles altos princípios pelos quais este país se guiou por muitos anos estão agora suplantados por outros que, embora importantes por si mesmos, eram bem inferiores àqueles princípios segundo os quais ele agira em anos anteriores".[96] A filantropia de Brougham só era excitada pelo açúcar e não pelo algodão, só pelo tráfico de escravos e não pela escravidão, só pelo tráfico de escravos entre a África e o Brasil e não pelo tráfico de escravos entre a Virgínia e o Texas. Ele condenou, como "uma grossa perversão das doutrinas do livre-câmbio", a política de obter "açúcar barato ao custo mais elevado de pirataria, tortura e sangue".[97] Sabia que seria loucura excluir o algodão americano, assim, tomando como padrão de medida não a escravidão, mas o tráfico de escravos, argumentou que, embora não tivesse o direito de intervir nas instituições internas de Estados independentes, tinha todo o direito de exigir o cumprimento de tratados assinados por Estados independentes.[98] De acordo com sua interpretação, os Estados Unidos realizavam o tráfico de escravos. Havia uma diferença, alegou ele, entre a expansão do açúcar produzido por escravos na Luisiana, provocada pelo aumento natural dos escravos ou pelo cultivo mais eficiente, e a ampliação do açúcar produzido por escravos no Brasil, provocada "pelo tráfico desnaturado, forçado e infernal de africanos realizado pela força e pela fraude".[99]

Talvez o maior discurso já realizado sobre a questão da escravidão foi o de Thomas Babington Macaulay, mais tarde Lorde Macaulay, em 1845. Foi uma obra-prima de clareza e lucidez, digna de um grande historiador. Tinha, porém, um defeito: era a favor da escravidão, e não contra. "Minhas obrigações especiais com respeito à escravidão do negro", disse Macaulay sarcasticamente, "cessaram quando a própria escravidão cessou nessa parte do mundo para o bem-estar do qual eu, como membro desta Casa, fui responsável." Recusou-se a transformar o código fiscal do país num código penal com o propósito de corrigir vícios

nas instituições de Estados independentes, ou a tarifa em "um instrumento para recompensar a justiça e humanidade de alguns Governos estrangeiros e para punir a barbaridade de outros". Enfrentou destemidamente a incoerência de importar açúcar brasileiro para refinar, mas não para consumo. "Importamos a coisa maldita; armazenamo-la na alfândega; empregamos nossa habilidade e maquinaria para torná-la mais tentadora ao olhar e ao paladar; exportamo-la para Livorno e Hamburgo; mandamo-la para todos os cafés da Itália e Alemanha; embolsamos um lucro sobre isso tudo; e depois assumimos um ar farisaico e agradecemos a Deus por não sermos como esses pecadores italianos e alemães que não têm escrúpulo em tragar o açúcar produzido por escravos." [100] Não ousaram proibir a importação do açúcar brasileiro, a não ser que desejassem tornar a Alemanha um Warwickshire e Leipzig outra Manchester.[101] "Não terei dois padrões de direito... Não terei dois pesos e duas medidas. Não ficarei à mercê do vento, não serei inconstante, não serei escrupuloso em coisas insignificantes para fazer vista grossa às grandes." [102]

Todos os grandes nomes estão aqui — Wilberforce, Buxton, Macaulay, Brougham. Todos, menos Clarkson, uma voz no deserto clamando pela exclusão de todos os artigos produzidos por mãos algemadas e acorrentadas.[103] Contudo, mesmo Clarkson, em 1839, opôs-se à supressão sob o fundamento curioso de que isso era apenas "meter dinheiro no bolso dos homens de nossas forças armadas".[104]

A escravidão era agora encarada sob um ângulo diferente. Para o Sr. Wilson, não se podia qualificar de injusta e opressiva a relação entre empregador e empregado porque ela era a do senhor e escravo.[105] O representante da Universidade de Oxford opôs-se ao tráfico de escravos e estava predisposto a admitir a guerra, se necessário, para suprimi-lo,[106] mas jamais aceitou a opinião de que a propriedade de homem fosse ilegal.[107] O economista político M'Culloch lembrou que sem a escravidão os trópicos jamais poderiam ter sido cultivados e que, como instituição, não era justo que a submetessem ao opróbrio e denúncia que se lhe aplicavam.[108] Olhemos o sistema da escravidão com mais serenidade, prelecionava o Professor Merivale em Oxford; era um grande mal social, mas que diferia em

grau e qualidade, não em natureza, de muitos outros males sociais que eram obrigados a tolerar, tais como a grande desigualdade de fortunas, o pauperismo ou o trabalho excessivo das crianças.[109]

Disraeli, como muitos a seguir na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, condenou a emancipação como o maior erro já cometido pelo povo inglês. Foi "um tema excitante... dirigido a um povo insular de propósito firme, mas informação muito deficiente".[110] Isso não era um julgamento apressado, no decorrer de um brilhante desempenho oratório. Era uma opinião meditada, que ele deliberadamente repetiu em sua *Life of Lord George Bentinck*. "O movimento da classe média pela abolição da escravatura foi louvável, mas não foi judicioso. Foi um movimento inepto. A história da abolição da escravatura pelos ingleses e suas conseqüências seria uma narrativa da ignorância, injustiça, erro, desperdício e devastação, não sendo fácil encontrar paralelo na história da humanidade." [111]

Até os intelectuais se deixaram envolver. Coleridge fora agraciado com a Medalha de Ouro Browne em Cambridge por uma ode sobre a escravidão e se abstivera de participar da questão do açúcar. Mas, em 1811, zombou do "comércio da filantropia", acusou Wilberforce de cuidar somente de si mesmo e criticou Clarkson como um homem enfatuado pela benevolência, "a máquina a vapor moral ou o gigante com uma idéia";[112] enquanto em 1833 ele se opôs vigorosamente às freqüentes discussões sobre os *direitos* dos negros que deviam "aprender a ser agradecidos à providência que os pusera ao alcance dos meios de graça".[113] Em 1792, Wordsworth era completamente indiferente "ao novo ardor de sentimento virtuoso" que se propagava pela Inglaterra.[114] Seus famosos sonetos a Clarkson, Toussaint Louverture e o "negro de traje branco" são simplesmente retórica pomposa e, não casualmente, carecem da profundidade de sua poesia mais primorosa. Em 1833, ele declarou que a escravidão era, em princípio, monstruosa, mas não era a pior coisa da natureza humana; não era por si mesma em todo o tempo e em todas as circunstâncias para ser deplorada e, em 1840, ele se recusou a se associar publicamente aos abolicionistas.[115] Southey era a favor da alforria compulsória pela qual a escravidão, com esperança racional, se extinguiria no decorrer de uma geração.[116]

Mas a reação mais tétrica e mais desprezível foi personificada por Carlyle. Ele escreveu um ensaio sobre "The Nigger Question" ("A Questão do Negro"), escarnecendo do "Exeter-Hallery e outras bobagens trágicas" que, partindo do falso princípio de que todos os homens eram iguais, fizera das Índias Ocidentais uma Irlanda negra. Os cavalos seriam os próximos a ser emancipados?, perguntava ele. Carlyle fazia um contraste entre "os negros bonitos de lá, abarrotados de abóboras, e os brancos tristes daqui, sem batata para comer". Fora só o homem branco que valorizara as Índias Ocidentais, e o "indolente gado de dois pés" devia ser obrigado a trabalhar. Os abusos da escravidão deviam ser abolidos, mas as coisas preciosas nela existentes deviam ser poupadas: o negro "tinha o *direito* indiscutível e perpétuo de ser obrigado a trabalhar... para ganhar sua subsistência". Não era que Carlyle odiasse o negro. Não, gostava dele, e verificou que com "um *penny* de óleo, pode-se fazer uma coisa bem lustrosa de um pobre escravo". O negro africano, isolado dos homens selvagens, poderia viver entre os civilizados, mas só poderia ser útil na criação divina como um servo eterno, a não ser que as Índias Ocidentais Britânicas viessem a se tornar, como o Haiti, "um canil tropical", o Pedro negro exterminando o Paulo negro.[117] A opinião pública, como Lorde Denman se queixou, sofrera uma mudança lamentável e vergonhosa.[118]

12

OS ESCRAVOS E A ESCRAVIDÃO

Consideramos nos capítulos anteriores as diferentes atitudes do Governo britânico, dos capitalistas britânicos, dos plantadores absenteístas britânicos das Índias Ocidentais e dos humanitaristas britânicos para com a escravidão. Acompanhamos a batalha da escravidão na Metrópole. Seria um erro grave, porém, tratar a questão como se fosse simplesmente uma luta metropolitana. O destino das colônias estava em jogo e os próprios colonizadores estavam numa agitação que indicava, refletia e reagia aos grandes acontecimentos que se verificavam na Grã-Bretanha.

Em primeiro lugar, havia os plantadores brancos, que tinham de lidar não somente com o Parlamento britânico, mas também com os escravos. Em segundo, havia a população livre não-branca. E em terceiro lugar, havia os próprios escravos. Muitos escritores desse período os ignoraram. Os historiadores modernos estão despertando gradativamente para a distorção que resultou disso.[1] Ao corrigirem essa deficiência, corrigem um erro que os plantadores, os funcionários e políticos britânicos da época jamais cometeram.

Comecemos pelos plantadores. Em 1823, o Governo britânico adotou uma nova política de reforma relativa à escravidão nas Índias Ocidentais. A política devia ser posta em vigor, por "ordem em conselho", nas colônias da Coroa de Trinidad e Guiana Inglesa; seu sucesso, esperava-se, estimularia as colônias dotadas de Governo próprio a imitá-las espontaneamente. As reformas compreendiam: abolição do chicote; abolição do mercado de domingo do negro, dando aos escravos outro dia de folga, para conceder-lhes tempo para a instrução religiosa; proibição de surrar as escravas; alforria compulsória das

escravas do campo e domésticas; liberdade das meninas nascidas depois de 1823; possibilidade do depoimento de escravos nos tribunais de justiça; criação de caixas econômicas para os escravos; jornada de trabalho de nove horas; e a nomeação de um Protetor de Escravos cuja função, entre outras coisas, era manter um registro oficial dos castigos infligidos aos escravos. Não era emancipação, mas abrandamento; não era revolução, mas evolução. A escravidão seria exterminada pela bondade.

A resposta dos plantadores, nas colônias da Coroa como também nas ilhas dotadas de Governo próprio, foi uma recusa terminante a aprovar o que consideravam "um simples rol de indulgências aos negros".[1a] Sabiam que todas essas concessões significavam apenas novas concessões posteriormente.

Nem uma só recomendação recebeu o apoio unânime dos plantadores das Índias Ocidentais. Eles ficaram furiosos especialmente com as propostas de proibição de surrar as escravas e a abolição do mercado de domingo do negro.

Do ponto de vista dos plantadores, era necessário punir as mulheres. Mesmo nas sociedades civilizadas, argumentavam, as mulheres eram surradas, como nas casas de correção da Inglaterra. "Nossas senhoras negras", disse Hamden no legislativo de Barbados, "têm antes uma tendência para o tipo de índole das amazonas; e acredito que seus maridos ficariam muito tristes em ouvir que elas foram colocadas fora do alcance de castigo."[2]

Na questão da abolição do mercado de domingo do negro, Barbados recusou-se a renunciar a um sexto de sua já reduzida renda.[3] Jamaica respondeu que o "pretexto de ter tempo para deveres religiosos" apenas incentivaria a indolência entre os escravos.[4] Tão grande foi a oposição dos plantadores que o governador considerou qualquer tentativa de alteração como extremamente imprudente e não podia ver alternativa a não ser deixar aquilo "à ação do tempo e à mudança de circunstâncias e opiniões que está lenta mas seguramente levando à melhoria dos hábitos e modos dos escravos".[5] Era um fato certo e importante que, com o tempo, o simples contato com a civilização melhorava o escravo, mas o escravo não

estava disposto a sujeitar-se à inevitabilidade do gradualismo.

O chicote, argumentavam os plantadores, era necessário para que se mantivesse a disciplina. Se o abolirmos, "então adeus a toda paz e conforto nas plantações".[6] Um plantador de Trinidad chamou de "a mais injusta e opressiva invasão da propriedade" insistir na jornada de nove horas para os escravos adultos nas Índias Ocidentais, enquanto o inglês dono de fábrica podia exigir trabalho de doze horas das crianças num ambiente calorento e doentio.[7] Na Jamaica, o projeto para admitir o depoimento dos escravos provocou um grande e violento clamor, sendo rejeitado na segunda discussão por uma maioria de 36 votos a um.[8] A Assembléia da ilha adiou a cláusula das caixas econômicas para uma futura sessão,[9] e o governador não se atreveu sequer a mencionar a questão da liberdade das meninas.[10] O legislativo da Guiana Inglesa decidiu que "se o princípio da alforria *invito domino** deve ser adotado, é melhor para sua consistência e para os interesses de seus constituintes que seja feito *para* eles do que *por* eles".[11] Em Trinidad, o número de alforrias declinou consideravelmente,[12] enquanto as avaliações da alforria aumentaram repentinamente;[13] "a possibilidade de avaliadores juramentados pronunciarem uma decisão injusta", confessou Stephen, "não foi levada em conta e não há como precaver-se dela".[14] Um administrador em Trinidad falou sobre "as tolas ordens em conselho" e, ao registrar os castigos, recorria a linguagem indigna de sua responsabilidade e insultante para os elaboradores da legislação.[15] O cargo de Protetor de Escravos na Guiana Inglesa era uma "ilusão": "Não há proteção para a população escrava", escreveu o seu ocupante em 1832, "sou tremendamente impopular. . ."[16]

Não somente os plantadores das Índias Ocidentais rejeitaram as propostas específicas do Governo britânico, mas também contestaram o direito do Parlamento Imperial de legislar sobre os seus negócios internos e emitir "mandatos arbitrários. . . tão positivos e descabidos, no tocante à matéria, e tão precisos e peremptórios, no tocante

* *Invito domino*, apesar do homem; contra a vontade do homem. (N. do T.)

ao tempo".[17] De Barbados, o governador informou que qualquer tentativa de imposição provocava imediatamente irritação e oposição.[18] A alegada incongruência dos donos de escravos em falar sobre direitos e liberdade foi rebatida como "o clamor da ignorância". Olhem a história, advertiu Hamden, "vocês verão que não há nações no mundo mais ciosas de suas liberdades do que aquelas entre as quais existiu a instituição da escravidão".[19]

Na Jamaica a excitação atingiu o auge. A Assembléia declarou que não iria "nunca fazer uma capitulação deliberada de seus direitos incontestados e reconhecidos", legislando da maneira prescrita[20] "sobre um assunto de simples regulamentação municipal e política interna".[21] Se o Parlamento britânico pretendia fazer leis para a Jamaica, devia exercer essa prerrogativa sem sócio.[22] A doutrina do poder transcendental do Parlamento Imperial foi declarada como sendo subversiva de seus direitos e perigosa para a vida e as propriedades dos jamaicanos.[23] Segundo o governador, "os direitos incontestados do Parlamento britânico têm sido irresponsável e repetidamente negados, (e) a não ser que a arrogância dessas pretensões seja efetivamente refreada a autoridade de Sua Majestade nesta colônia existirá apenas nominalmente".[24] Dois delegados jamaicanos, enviados a Londres em 1832 para apresentarem suas queixas às autoridades metropolitanas, revelaram claramente os *arcana imperii**: "Não devemos mais lealdade aos habitantes da Grã-Bretanha do que devemos aos nossos irmãos colonizadores do Canadá... não reconhecendo nem por um momento que a Jamaica possa ser trazida ao tribunal da opinião inglesa para defender suas leis e costumes."[25] Um membro da assembléia da ilha foi mais longe: "quanto ao Rei da Inglaterra", perguntava ele, "que direito tem sobre a Jamaica, a não ser que a roubou da Espanha?"[26] Um representante das Índias Ocidentais no Parlamento lembrou ao povo inglês que "por persistir na questão de direito perdemos a América".[27] Boatos de secessão eram freqüentes. O Governo metropolitano estava avisado de que havia comunicação constante da Jamaica com indivíduos dos Estados Unidos,[28]

* *Arcana imperii,* os segredos ou mistérios do Império ou Governo; segredos de Estado. (N. do T.)

e que sondagens tinham sido feitas por alguns plantadores junto ao Governo dos Estados Unidos.[29] O Gabinete levou a questão suficientemente a sério para interrogar o governador sobre o assunto.[30] Não tinha São Domingos, em circunstâncias semelhantes, se oferecido à Grã-Bretanha?

Isso era mais do que a linguagem de homens desesperados ou uma zombaria louca da "admoestação moderada, mas autorizada",[31] das autoridades imperiais. Era uma lição não tanto para o público da Grã-Bretanha, quanto para os escravos das Índias Ocidentais. Se o governador da Jamaica encontrava nos plantadores "uma relutância maior em desfazer-se do poder sobre o escravo do que seria de esperar na época atual",[32] é óbvio como a recalcitrância da "plantocracia" parecia aos escravos. Os negros, menos do que todo mundo, provavelmente não esqueciam que, nas palavras do governador de Barbados, "o *gosto do poder* desses plantadores sobre os pobres negros, cada um em seu pequeno domínio açucareiro, tem constituído um obstáculo tão grande à liberdade como o *gosto de seu trabalho*".[33] A emancipação viria não dos plantadores, mas apesar dos plantadores.

Enquanto os brancos tramavam traição e falavam em secessão, o povo livre de cor era firmemente leal. Condenava "a dissolução dos laços que nos prendem à Mãe-Pátria como a maior calamidade que poderia ocorrer a nós e à nossa posteridade".[34] Para grande mérito desses elementos, informou o governador da Jamaica, eles não haviam participado daqueles comícios "de que tantas dores têm sido tiradas para propagar as sementes do descontentamento na colônia entre a população livre e também a escrava".[35] Enquanto os brancos se recusavam a ocupar cargos oficiais, os mulatos insistiam em seu direito ao serviço público.[36] Eram leais não por virtude, mas porque eram muito fracos para conquistar seus direitos por si mesmos, e não viam perspectiva de sua própria emancipação a não ser através do Governo britânico. Além disso, os Governos locais, desde que estavam procurando executar a política dos antimonopolistas, tinham de apoiar-se neles. Em Barbados, escreveu o governador, o equilíbrio de polidez, moral, educação e energia estava do lado dos mulatos, enquanto os brancos tinham apenas antigos direitos e preconceitos para manter sua posição intolerante. "Vocês

verão", aconselhava ele ao Governo metropolitano, "que é grande política nas circunstâncias atuais promover a elevação dessas castas. São uma raça sóbria, ativa, enérgica e leal; e poderei igualmente contar com eles, se ocorrer necessidade, contra os escravos ou a milícia branca".[37]

Ao contrário da crença popular e até dos entendidos, porém, à medida que a crise política se aprofundava na Grã-Bretanha, a força social mais dinâmica e poderosa nas colônias passava a ser o próprio escravo. Esse aspecto do problema das Índias Ocidentais tem sido meticulosamente ignorado, como se os escravos, quando se tornavam instrumentos da produção, passassem por homens apenas na relação de nomes. O plantador considerava a escravidão como eterna, ordenada por Deus, e não se escusava de justificá-la com citações das Escrituras. Não havia razão para que o escravo não pensasse o mesmo. Ele pegava os mesmos trechos das Escrituras e adaptava-os a suas próprias finalidades. À coação e ao castigo, ele respondia com a indolência, sabotagem e revolta. A maior parte do tempo ele simplesmente era tão ocioso quanto possível. Essa era sua forma habitual de resistência — passiva. A docilidade do escravo negro é um mito. Os quilombolas da Jamaica e os "negros do mato" da Guiana Inglesa eram escravos fugidos, que firmaram pactos com o Governo britânico, e viviam independentemente em seus redutos nas montanhas ou refúgios nas selvas. Eram exemplos permanentes para os escravos das Índias Ocidentais Britânicas de um caminho para a liberdade. A vitoriosa revolta de escravos em São Domingos foi um marco na história da escravidão no Novo Mundo, e depois de 1804, quando a república independente do Haiti foi fundada, todo senhor branco de escravos, na Jamaica, em Cuba ou no Texas, vivia temeroso de outro Toussaint L'Ouverture. É inconcebível *a priori* que o transtorno econômico e as imensas agitações que abalaram milhões de pessoas na Grã-Bretanha poderiam passar sem produzir efeito nos próprios escravos e nas relações dos plantadores para com os escravos. A pressão sobre o plantador de cana por parte dos capitalistas da Grã-Bretanha foi agravada pela pressão dos escravos nas colônias. Em comunidades como as Índias Ocidentais, como o governador de Barbados escreveu, "o espírito público está sempre apreensivamente atento aos perigos da insurreição".[38]

Muito menos estúpido do que seu senhor pensava e historiadores posteriores o retrataram, o escravo prestava atenção a seu ambiente e se interessava agudamente pelas discussões sobre seu destino. "Nada", escreveu o governador da Guiana Inglesa em 1830, "pode ser mais agudamente observável do que os escravos com respeito a tudo o que afeta seus interesses".[39] Os plantadores discutiam abertamente a questão da escravidão na presença das próprias pessoas, cujo futuro estava em consideração. "Se as reuniões turbulentas que se realizam aqui entre os proprietários", escreveu o governador de Trinidad em 1832, "são apoiadas, nada que possa ocorrer precisa ser motivo de surpresa..."[40] A imprensa local aumentava a matéria inflamável. Um jornal de Trinidad chamou a "ordem em conselho" de "ignóbil";[41] outro falou sobre "os *ridículos* dispositivos do desastroso Código Negro".[42] Um juiz recusou-se a deliberar sobre qualquer julgamento decorrente da "ordem em conselho" e afastou-se do cargo.[43] Os plantadores têm sido acusados por essa atitude temerária. Mas eles não podiam evitá-la. É uma característica de todas as crises sociais profundas. Antes da Revolução Francesa, a Corte e a aristocracia francesas discutiam Voltaire e Rousseau não somente livremente, mas, em certas esferas, com verdadeira apreciação intelectual. O comportamento arrogante e a linguagem descomedida dos plantadores, porém, serviram apenas para inflamar a mente dos já inquietos escravos.

O consenso de opinião entre os escravos, toda vez que uma nova discussão surgia ou cada nova política era anunciada, era que a emancipação fora aprovada na Inglaterra, mas era negada por seus senhores. O governador da Jamaica comunicou em 1807 que a abolição do tráfico de escravos era interpretada por estes como "nada menos que a emancipação geral".[44] Em 1816, o Parlamento britânico aprovou uma lei tornando obrigatório o registro de todos os escravos, para evitar contrabandos na violação da lei de abolição. Os escravos na Jamaica tinham a impressão de que o projeto de lei "considera alguns dispositivos em seu favor que a Assembléia aqui apoiada pelos habitantes geralmente deseja negar",[45] e os plantadores tiveram de recomendar uma declaração parlamentar de que a emancipação jamais fora considerada.[46] Incompre-

ensão semelhante reinava entre os escravos em Trinidad[47] e Barbados.[48] Em todas as Índias Ocidentais os escravos perguntavam "por que Bacchra não faz o que o Rei lhe manda?"[49] Tão profundamente incrustada na cabeça dos escravos estava a idéia de que algum grande benefício estava sendo preparado para eles pelo Governo metropolitano em oposição a seus senhores, que eles se agarravam ansiosamente a qualquer circunstância insignificante como comprovação.[50] Toda mudança de governador era interpretada por eles como emancipação. A chegada de D'Urban à Guiana Inglesa, em 1824, foi julgada pelos escravos como significando "algo interessante para suas perspectivas".[51] O governador de Trinidad seguiu para a Inglaterra em gozo de licença em 1831; os negros pensaram que ele "ia arranjar a emancipação para todos os escravos".[52] A chegada de Mulgrave à Jamaica, em 1832, criou grande excitação. Numa revista perto de Kingston ele foi seguido de perto pelo maior número de escravos que já se reunira antes na ilha, todos com uma idéia na cabeça, de que ele "viera com a emancipação no bolso".[53] A designação de Smith como governador de Barbados, em 1833, foi entendida pelos escravos como significando a emancipação geral. Sua chegada à ilha deu origem a um número considerável de deserções de plantações distantes para Bridgetown "para verificar se o Governador tinha trazido a libertação ou não".[54]

Os escravos, porém, não estavam dispostos a esperar que a libertação viesse a eles como um ato da Providência. A freqüência e intensidade das revoltas de escravos depois de 1800 refletem as crescentes tensões que repercutiam nos majestosos salões de Westminster.

Em 1808, uma revolta de escravos irrompeu na Guiana Inglesa. A revolta foi traída e os chefes aprisionados. Consistiam em "feitores, artesãos e outros escravos mais conscientes nas propriedades",[55] isto é, não os trabalhadores do campo, mas os escravos que estavam em situação mais confortável e eram mais bem tratados. Do mesmo modo, um rebelde na Jamaica em 1824, que cometeu suicídio, admitiu claramente que seu senhor era bondoso e indulgente, mas defendeu sua ação sob o fundamento de que a liberdade durante a sua vida lhe fora negada apenas por seu senhor.[56] Era um sinal de perigo. Toussaint L'Ouverture em São Domingos fora um "cocheiro escravo" de confiança.

Em 1816, chegou a vez de Barbados. Foi um rude choque para os plantadores barbadianos que alimentavam a ilusão de que o bom tratamento dos escravos "impediria que eles recorressem à violência para estabelecer uma reivindicação de direito natural que por um longo costume sancionado pela lei se tem até aqui recusado a reconhecer".[57] Os rebeldes, quando interrogados, negaram explicitamente que o mau tratamento fosse a causa. "Sustentaram obstinadamente, porém", assim escreveu o comandante das tropas ao governador, "que a ilha pertencia a eles e não aos brancos, a quem tencionavam destruir, conservando as mulheres."[58] A revolta pegou os plantadores desprevenidos e somente a sua deflagração prematura, em conseqüência da embriaguez de um dos rebeldes, evitou que ela se propagasse à ilha inteira.[59] Os plantadores jamaicanos não puderam ver na revolta nada mais do que "os primeiros frutos dos planos visionários de alguns impetuosos teóricos filantrópicos, declamadores ignorantes e fanáticos intolerantes".[60] Tudo em que puderam pensar foi no envio de representações urgentes ao governador para chamar de volta um destacamento que tinha embarcado alguns dias antes para a Inglaterra e na retenção do resto do regimento na Jamaica.[61]

Mas a tensão estava crescendo rapidamente. A Guiana Inglesa em 1808, Barbados em 1816. Em 1823, a Guiana Inglesa pegou fogo pela segunda vez. Cinqüenta plantações se revoltaram, abrangendo uma população de 12.000. Aqui também a revolta foi tão cuidadosa e secretamente planejada que pegou os plantadores de surpresa. Os escravos exigiram emancipação incondicional. O governador admoestou-os — eles deviam agir gradualmente e não ser precipitados. Os escravos ouviram friamente. "Essas coisas, disseram eles, não lhes traziam nenhum consolo, Deus os fizera da mesma carne e osso que os brancos, que estavam cansados de ser escravos deles, que deviam ser livres e que não trabalhariam mais." O governador garantiu-lhes que "se pela conduta pacífica merecessem a mercê de Sua Majestade veriam a sua sorte substancialmente, embora gradualmente, melhorada, mas eles declararam que

queriam ser livres".[62] Seguiram-se então as severidades habituais, a revolta foi sufocada, os plantadores comemoraram e prosseguiram em seu caminho, desatentos ao caso. Sua única solicitude era a continuação da lei marcial que fora declarada.[63] "Agora a bola começou a rolar", escreveu o governador de Barbados confidencialmente ao Ministro das Colônias, quando recebeu a notícia da revolta da Guiana, "ninguém sabe dizer quando ou onde vai parar." [64] No ano seguinte, os escravos de duas plantações da paróquia de Hanover na Jamaica se revoltaram. A rebelião foi localizada e dominada por uma grande força militar, e os chefes executados. Os escravos como grupo, porém, somente com dificuldade foram impedidos de interferir na execução. Além disso, os executados, escreveu o governador, "estavam completamente imbuídos da crença de que mereciam a liberdade e de que a causa que haviam abraçado era justa e em defesa de seus próprios direitos". De acordo com um dos líderes, a revolta não tinha sido subjugada, "a guerra apenas começara".[65]

A calma aparente foi restabelecida na Guiana Inglesa e na Jamaica, mas os negros continuaram inquietos. "O espírito de descontentamento não está extinto", escreveu o governador da Guiana Inglesa, "está vivo, por assim dizer, sob as cinzas, e a mente do negro, embora não apresente nenhuma indicação acentuada de discórdia àqueles que não estão acostumados a observá-la, ainda está agitada, vigilante e desconfiada."[66] O governador advertiu contra outro adiamento, não somente devido à humanidade intrínseca e ao acerto da medida, mas também porque a expectativa e conjetura deviam cessar e os negros deviam ser libertados dessa ansiedade febril que continuaria a agitá-los, até que a questão fosse resolvida definitivamente.[67] Nenhum estado era tão perigoso como o de indefinida e vaga expectativa do negro.[68]

Isso foi em 1824. Sete anos mais tarde, as mesmas discussões sobre propriedade, indenização e direitos adquiridos ainda prosseguiam. Em 1831, os escravos quiseram eles mesmos resolver a questão. Um movimento insurrecional irrompeu em Antígua. O governador de Barbados teve de mandar reforços.[69] Na própria Barbados predominava a idéia de que o Rei outorgara a emancipação, mas o governador estava retendo o benefício, enquanto se espalhava o boato de que, no caso de insurreição, as tropas do Rei haviam recebido ordem terminante para não atirar nos escravos.[70]

O clímax sobreveio com uma revolta na Jamaica durante os festejos de Natal. A Jamaica era a maior e a mais importante colônia das Índias Ocidentais Britânicas. Com a Jamaica pegando fogo, nada poderia impedir que as chamas se propagassem. Uma "insurreição extensa e destrutiva" irrompeu entre os escravos na zona ocidental.[71] A insurreição, informou o governador, "não foi ocasionada por qualquer queixa repentina ou causa imediata de descontentamento, já tinha sido há muito combinada e em diversos períodos adiada". Os líderes eram escravos colocados em posições da maior confiança, que estavam conseqüentemente isentos de todo trabalho pesado. "Na situação deles, motivos não menos fortes do que aqueles que parece tê-los impulsionado — o desejo de obter a liberdade e, em alguns casos, de se apoderar das propriedades pertencentes a seus senhores — poderiam ter influído em sua conduta." [72]

Os plantadores das Índias Ocidentais, porém, não viam nessas revoltas de escravos senão uma oportunidade de embaraçar a mãe-pátria e os humanitaristas. De Trinidad, o governador escreveu em 1832: "...a ilha, no que concerne aos escravos, está perfeitamente tranqüila e poderia muito facilmente ser conservada assim se tal fosse o desejo daqueles que devem guiar seus esforços nesse sentido... Parece às vezes que os motivos impulsionadores de algumas pessoas importantes daqui consistem em levar o Governo a abandonar seus princípios, mesmo com o risco de instigar os escravos à insurreição." [73] O governador da Jamaica constatou a mesma situação: "Não há dúvida de que deve haver aqueles míopes demais para gozar no momento qualquer perturbação, por parte dos negros, decorrente da decepção que essas pessoas desesperadas de suas próprias perspectivas considerariam como algum consolo, em virtude do embaraço que isso causaria ao Governo britânico." [74] O plantador das Índias Ocidentais, segundo as palavras de Daniel O'Connell, continuava sentado, "sujo e lambuzado, sobre um paiol de pólvora, do qual não se retirava, e constantemente receoso de que o escravo lançasse uma tocha nele".[75]

Mas o conflito ultrapassara a fase de discussões políticas abstratas sobre escravos como propriedade e medidas políticas. Já se transformara nos desejos exaltados do povo. "A questão", escreveu um jamaicano ao governador, "não ficará a cargo do arbitramento de uma longa discussão inflamada entre o Governo e o plantador. O próprio escravo aprendeu que existe uma terceira parte, e essa terceira parte é ele mesmo. Conhece sua força e há de reivindicar o seu direito à liberdade. Mesmo nesse momento, desassombrado do último fracasso, ele discute a questão com uma determinação fixa." [76] De Barbados, o governador acentuou a "dupla crueldade" da incerteza — paralisava os esforços dos plantadores e levava os escravos, que há anos eram mantidos na esperança e expectativa, ao desespero sombrio.[77] Nada poderia ser mais nocivo, advertiu ele, do que prometer aos escravos de sessão em sessão que sua liberdade estava chegando.[78] Era mais aconselhável, escreveu ele uma quinzena depois, que "o estado dessa gente infeliz seja logo examinado e decidido pelas autoridades metropolitanas, pois o estado de ilusão no qual eles laboram torna-os desagradáveis a seus donos e, em alguns casos, aumenta a miséria inevitável de sua condição".[79]

Em 1833, portanto, a alternativa era clara: emancipação de cima ou emancipação de baixo. Mas EMANCIPAÇÃO. As mudanças econômicas, o declínio dos monopolistas, o desenvolvimento do capitalismo, a agitação humanitarista nas igrejas britânicas, as perorações controversas nas salas do Parlamento, tinham agora atingido sua culminância na determinação dos próprios escravos em se tornarem livres. Os negros haviam sido estimulados para a liberdade pelo desenvolvimento da própria riqueza que seu trabalho criara.

13

CONCLUSÃO

Este estudo, embora trate especialmente da Grã-Bretanha, recebeu o título geral de "Capitalismo e Escravidão". O título "O Capitalismo Britânico e a Escravidão", embora mais preciso, seria não obstante genericamente falso. O que era característico do capitalismo britânico era típico também do capitalismo na França. Gaston-Martin escreve: "Não houve um só grande proprietário de navios em Nantes que, entre 1714 e 1789, não comprasse e vendesse escravos; não houve um só que vendesse apenas escravos; é quase tão certo que nenhum chegaria a ser o que foi se não tivesse vendido escravos. Nisso reside a importância essencial do tráfico de escravos: do seu sucesso ou fracasso dependia o progresso ou ruína de todos os demais comércios." [1]

A Grã-Bretanha, muito à frente do resto do mundo, e a França foram os países que introduziram o mundo moderno no desenvolvimento industrial e na democracia parlamentar com suas conseqüentes liberdades. A outra corrente estrangeira que alimentou a acumulação de capital na Grã-Bretanha, o comércio com a Índia, foi secundária no período que apresentamos. Foi somente com a perda das colônias americanas, em 1783, que a Grã-Bretanha se voltou para a exploração séria de suas possessões indianas.

A crise que começou em 1776 e prosseguiu durante a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas até o Projeto de Reforma de 1832 foi, em muitos aspectos, uma crise mundial semelhante à crise de hoje, diferindo apenas na amplitude, profundidade e intensidade maiores da atual. Seria estranho que o estudo da convulsão social anterior não nos fornecesse pelo menos certas idéias e princípios para o exame do que está ocorrendo hoje em nosso redor.

1. **As forças decisivas no período da história que acabamos de discutir são as forças econômicas em desenvolvimento.**

Essas modificações econômicas são graduais, imperceptíveis, mas têm um irresistível efeito cumulativo. Os homens, cuidando de seus interesses, raramente se apercebem dos resultados finais de sua atividade. O capitalismo comercial do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio. Mas, ao fazer isso, contribuiu para criar o capitalismo industrial do século XIX, o qual destruiu o poder do capitalismo comercial, a escravidão e todas as suas obras. Sem uma compreensão dessas modificações econômicas, a história do período não tem sentido.

2. **Os diversos grupos contendores de comerciantes, industriais e políticos dominantes, embora agudamente conscientes dos seus interesses imediatos, estão por essa mesma razão geralmente desatentos às conseqüências a longo prazo de suas diferentes ações, proposições e políticas.**

Para a grande maioria dos responsáveis pela política britânica a perda das colônias americanas pareceu uma catástrofe. Na realidade, como se viu rapidamente, provou ser o início de um período de riqueza criadora e poder político para a Grã-Bretanha, que superou de longe todas as realizações incontestadas da era anterior. Desse ponto de vista, o problema da libertação da África e do Extremo Oriente do imperialismo será finalmente decidido pelas necessidades de produção. Assim como a nova capacidade produtiva de 1833 destruiu as relações entre a mãe-pátria e a colônia, que existiam sessenta anos antes, assim também a incomparavelmente maior capacidade produtiva de hoje destruirá finalmente todas as relações que se interponham no caminho. Isso não invalida a premência e a legitimidade dos argumentos em prol da democracia, em prol da libertação agora ou depois da guerra. Mas, *mutatis mutandis*, os argumentos têm um timbre familiar. É impor-

tante encará-los com alguma experiência de argumentos semelhantes e o privilégio (aparentemente negado aos homens de ação contemporâneos) do conhecimento desapaixonado sobre o que eles representam.

3. **As idéias políticas e morais da época devem ser examinadas em sua relação mais aproximada possível com o desenvolvimento econômico.**

A política e a moral no terreno abstrato não têm sentido. Vemos os estadistas e publicistas britânicos defendendo a escravidão hoje, atacando a escravidão amanhã, defendendo a escravidão depois de amanhã. Hoje são imperialistas, no dia seguinte antiimperialistas e igualmente a favor do imperialismo uma geração depois. E sempre com a mesma veemência. A defesa ou o ataque está sempre no plano elevado moral ou político. A coisa defendida ou atacada é sempre algo tangível e visível, que se pode medir em libras esterlinas ou em libras-peso, em dólares e centavos, em jardas, pés e polegadas ou em metros e centímetros. Isso não é um crime. É um fato. É compreensível na época. Mas os historiadores, escrevendo cem anos depois, não têm desculpa para envolver os interesses reais em confusão. * Mesmo os grandes movimentos de massa, e o movimento antiescravista foi um dos maiores deles, mostram uma curiosa afinidade com o aparecimento e desenvolvimento de novos interesses e a necessidade da destruição dos velhos.

4. **Um interesse desgastado, cuja falência aparece como uma providência na perspectiva histórica, pode exercer um efeito de obstrução e de descontinuidade que só pode ser explicado pelos extraordinários serviços que prestou e a solidez que adquiriu anteriormente.**

Como explicar de outro modo a poderosa defesa erguida pelos plantadores das Índias Ocidentais quando um

* Dessa deplorável tendência, o Professor Coupland, da Universidade de Oxford, é um exemplo notável.

observador imparcial — se existisse isso — podia ver que o tempo deles tinha passado? Contudo, num relato simplificado como a história deve ser, as declarações contemporâneas, representativas e cautelosamente escolhidas, dão um efeito enganador da clareza de objetivos e propósitos.

5. As idéias criadas com base nesses interesses perduram muito depois que os interesses foram destruídos e produzem seus males antigos, o que é bem mais nocivo porque os interesses a que eles correspondiam não mais existem.

Tais são as idéias da inadaptação do homem branco ao trabalho nos trópicos e da inferioridade do negro que o condenaram à escravidão. Temos de nos precaver não somente contra esses antigos preconceitos, mas também contra os novos, que são constantemente criados. Nenhuma época está isenta disso.

As observações feitas acima não são oferecidas como soluções dos problemas dos dias atuais. São assinaladas como pontos de orientação que surgem ao se traçar a carta de outro mar que foi em seu tempo tão tempestuoso quanto é o nosso agora. Os historiadores não fazem nem guiam a história. Sua parcela nisso é geralmente tão pequena que é quase insignificante. Mas, se não aprenderem alguma coisa com a história, suas atividades serão então apenas um ornato cultural, ou um passatempo agradável, igualmente inútil nestes tempos conturbados.

NOTAS

Add. MSS. = *Additional Manuscripts* (Manuscritos Adicionais).

C. O. = Indicação do Catálogo (em bibliotecas e arquivos).

Hansard = Publicação oficial das atas do Parlamento britânico.

Eng. MS. = English Manuscript (Manuscrito Inglês).

Ver bibliografia.

CAPÍTULO 1

1. C. M. Andrews, *The Colonial Period of American History* (New Haven, 1934-1938), I, 12-14, 19-20.
2. N. M. Crouse, *The French Struggle for the West Indies, 1665-1713* (Nova Iorque, 1943), 7.
3. Adam Smith, *The Wealth of Nations* (Cannan, Nova Iorque, 1937), 538. A isso Smith acrescentou um fator político — "liberdade para manobrar seus negócios a seu próprio modo".
4. H. Merivale, *Lectures on Colonization and Colonies* (Oxford, edição de 1928), 262.
5. *Ibid.*, 385. A descrição é de Lorde Sydenham, Governador--Geral do Canadá.
6. Merivale, *op. cit.*, 256.
7. *Ibid.*
8. R. B. Flanders, *Plantation Slavery in Georgia* (Chapel Hill, 1933), 15-16, 20.
9. Merivale, *op. cit.*, 269.
10. M. James, *Social Problems and Policy during the Puritan Revolution, 1640-1660* (Londres, 1930), III.
11. Adam Smith, *op. cit.*, 365.
12. J. Cairnes, *The Slave Power* (Nova Iorque, 1862), 39.
13. G. Wakefield, *A View of the Art of Colonization* (Londres, 1849), 323.
14. Adam Smith, *op. cit.*, 365-366.
15. Merivale, *op. cit.*, 303. Grifo de Merivale.
16. M. B. Hammond, *The Cotton Industry: An Essay in American Economic History* (Nova Iorque, 1897), 39.
17. Cairnes, *op. cit.*, 44; Merivale, *op. cit.*, 305-306. Sobre o esgotamento do solo e a expansão da escravidão nos Estados Unidos, ver W. C. Bagley, *Soil Exhaustion and the Civil War* (Washington, D. C., 1942).
18. Merivale, *op. cit.*, 307-308.

19. J. A. Saco, *Historia de la Escravitud de los Indios en el Nuevo Mundo* (Havana, edição de 1932), I, Introdução, p. xxxviii. A Introdução é escrita por Fernando Ortiz.
20. A. W. Lauber, *Indian Slavery in Colonial Times within the Present Limits of the United States* (Nova Iorque, 1913), 214-215.
21. J. C. Ballagh, *A History of Slavery in Virginia* (Baltimore, 1902), 51.
22. F. Ortiz, *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar* (Havana, 1940), 353.
23. *Ibid.*, 359.
24. Lauber, *op. cit.*, 302.
25. C. M. Haar, "White Indentured Servants in Colonial New York", *Americana* (julho de 1940), 371.
26. *Cambridge History of the British Empire* (Cambridge, 1929), I, 69.
27. Andrews, *op. cit.*, I, 59; K. F. Geiser, *Redemptioners and Indentured Servants in the Colony and Commonwealth of Pennsylvania* (New Haven, 1901), 18.
28. *Cambridge History of the British Empire,* I, 236.
29. C. M. MacInnes, *Bristol, a Gateway of Empire* (Bristol, 1939), 158-159.
30. M. W. Jernegan, *Laboring and Dependent Classes in Colonial America, 1607-1783* (Chicago, 1931), 45.
31. H. E. Bolton e T. M. Marshall, *The Colonization of North American, 1491-1783* (Nova Iorque, 1936), 336.
32. J. W. Bready, *England Before and After Wesley — The Evangelical Revival and Social Reform* (Londres, 1938), 106.
33. *Calendar of State Papers, Colonial Series,* V, 98. Em 16 de julho de 1962.
34. Geiser, *op. cit.*, 18.
35. Ver G. Mittelberger, *Journey to Pennsylvania in the year 1750* (Filadélfia, 1818), 16; E. I. McCormac, *White Servitude in Maryland* (Baltimore, 1904), 44, 49; "Diary of John Harrower, 1773-1776", *American Historical Review* (outubro de 1900), 77.
36. E. Abbott, *Historical Aspects of the Immigration Problem, Select Documents* (Chicago, 1926), 12 n.
37. Bready, *op. cit.*, 127.
38. L. F. Stock (org.), *Proceedings and Debates in the British Parliament respecting North America* (Washington, D. C., 1924-1941), I, 353, n., 355; III, 437, n., 494.
39. *Calendar of State Papers, Colonial Series,* V, 221.
40. *Ibid.*, V, 463, abril de 1667 (?).
41. Stock, *op. cit.*, V, 229 n.
42. Jernegan, *op. cit.*, 49.
43. J. D. Lang, *Transportation and Colonization* (Londres, 1837), 10.
44. Merivale, *op. cit.*, 125.
45. J. D. Butler, "British Convicts Shipped to American Colonies", *American Historical Review* (outubro de 1896), 25.

46. J. C. Jeaffreson (org.), *A Young Squire of the Seventeenth Century, From the Papers. (A. D. 1676-1686) of Christopher Jeaffreson* (Londres, 1878), I, 258. Jeaffreson a Poyntz, em 6 de maio de 1681.
47. Sobre a afirmação de Cromwell quanto a isso, ver Stock, *op. cit.*, I, 211. Cromwell a Lenthall, Presidente do Parlamento, em 17 de setembro de 1649.
48. V. T. Harlow, *A History of Barbados, 1625-1685* (Oxford, 1926), 295.
49. J. A. Williamson, *The Caribbee Islands Under the Proprietary Patents* (Oxford, 1926), 95.
50. *Calendar of State Papers, Colonial Series,* XIII, 65. Joseph Crispe ao Coronel Bayer, em 10 de junho de 1689, de Saint Christopher: "Além dos franceses, temos um inimigo ainda pior nos católicos irlandeses." Em Montserrat, os irlandeses, em número de três para cada inglês, ameaçavam entregar a ilha aos franceses *(Ibid.*, 73. Em 27 de junho de 1689). O governador Codrington, de Antígua, preferia confiar a defesa de Montserrat aos poucos ingleses e seus escravos a fiar-se na "fidelidade duvidosa" dos irlandeses *(Ibid.*, 112-113. Em 31 de julho de 1689). Ele desarmou os irlandeses em Nevis e mandou-os para a Jamaica *(Ibid.*, 123. Em 15 de agosto de 1689).
51. H. J. Ford, *The Scotch-Irish in America* (Nova Iorque, 1941), 208.
52. *Calendar of State Papers, Colonial Series,* V, 495. Petição de Barbados, 5 de setembro de 1667.
53. Stock, *op. cit.*, I, 288 n., 321 n., 327.
54. Harlow, *op. cit.*, 297-298.
55. Mittelberger, *op. cit.*, 19.
56. Stock, *op. cit.*, I, 249. Em 25 de março de 1659.
57. Geiser, *op. cit.*, 57.
58. E. W. Andrews (org.), *Journal of a Lady of Quality; Being the Narrative of a Journey from Scotland to the West Indies, North Carolina and Portugal, in the years 1774-1776* (New Haven, 1923), 33.
59. Jeaffreson, *op. cit.*, II, 4.
60. J. A. Doyle, *English Colonies in America — Virginia, Maryland, and the Carolinas* (Nova Iorque, 1889), 387.
61. MacInnes, *op. cit.*, 164-165; S. Seyer, *Memoirs Historical and Topographical of Bristol and its Neighbourhood* (Bristol, 1821-1823), II, 531; R. North, *The Life of the Rt. Hon. Francis North, Baron Guilford* (Londres, 1826), II, 24-27.
62. Seyer, *op. cit.*, II, 532.
63. *Cambridge History of the British Empire,* I, 563-565.
64. Balbagh, *op. cit.*, 42.
65. McCormac, *op. cit.*, 75.
66. *Ibid.*, 111.
67. C. A. Herrick, *White Servitude in Pennsylvania* (Filadélfia, 1926), 3.
68. Stock, *op. cit.*, I, 249.
69. Harlow, *op. cit.*, 306.
70. Stock, *op. cit.*, I, 250. Em 25 de março de 1659.

71. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, IX, 394. Em 30 de maio de 1676.
72. *Sir* W. Besant, *London in the Eighteenth Century* (Londres, 1902), 557.
73. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 229. Relatório do Comitê de Consulta das Plantações Estrangeiras, agosto de 1664 (?).
74. G. S. Callender, *Selections from the Economic History of the United States, 1765-1860* (Nova Iorque, 1909), 48.
75. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, X, 574. Em 13 de julho de 1680.
76. H. J. Laski. *The Rise of European Liberalism* (Londres, 1936), 199, 215, 221.
77. Daniel Defoe, *Moll Flanders* (edição Clássicos Abbey, Londres, s.d.), 71.
78. T. J. Wertenbaker, *The Planters of Colonial Virginia* (Princeton, 1922), 61.
79. Herrick, *op. cit.*, 278.
80. *Ibid.*, 12.
81. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 220. Petição dos Negociantes, Plantadores e Mestres de Navios, que comerciam com as Plantações, em 12 de julho de 1664.
82. Harlow, *op. cit.*, 307.
83. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, IX, 445. Em 15 de agosto de 1676.
84. U. B. Phillips, *Life and Labor in the Old South* (Boston 1929), 25.
85. J. S. Bassett, *Slavery and Servitude in the Colony of North Carolina* (Baltimore, 1896), 77. Sobre a docilidade do escravo negro, ver *infra*, pp. 201-208.
86. Flanders, *op. cit.*, 14.
87. Cairnes, *op. cit.*, 35 n.
88. Callender, *op. cit.*, 764 n.
89. Cairnes, *op. cit.*, 36.
90. Ortiz, *op. cit.*, 6, 84.
91. A. G. Price, *White Settlers in the Tropics* (Nova Iorque, 1939), 83.
92. *Ibid.*, 83, 95.
93. *Ibid.* 92.
94. *Ibid.*, 94.
95. E. T. Thompson, "The Climatic Theory of the Plantation", *Agricultural History* (janeiro de 1941), 60.
96. H. L. Wilkinson, *The World's Population Problems and a White Australia* (Londres, 1930), 250.
97. *Ibid.*, 251.
98. R. Guerra, *Azúcar y Población en Las Antillas* (Havana, 1935), 20.
99. Williamson, *op. cit.*, 157-158.
100. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, X, 503. Governador Atkins, em 26 de março de 1680.

101. *Ibid.*, VII, 141. *Sir* Peter Colleton ao governador Codrington, em 14 de dezembro de 1670. Sugestão semelhante veio da Jamaica em 1686. Pedia-se permissão para a introdução da indústria algodoeira, para proporcionar emprego aos brancos pobres. A resposta das autoridades da Alfândega inglesa foi que "quanto mais se incentivarem tais atividades manufatureiras nas Colônias, tanto menos dependeriam elas da Inglaterra". F. Cundall, *The Governors of Jamaica in the Seventeeth Century* (Londres, 1936), 102-103.
102. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, XIV, 446-447. Governador Russell, em 23 de março de 1695.
103. C. S. S. Higham, *The Development of the Leward Islands under the Restoration, 1660-1688* (Cambridge, 1921), 145.
104. Harlow, *op. cit.*, 44.
105. Callender, *op. cit.*, 762.
106. Merivale, *op. cit.*, 62.
107. Harlow, *op. cit.*, 293.
108. *Ibid.*, 41.
109. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 529. "Some Observations on the Island of Barbadoes", 1667.
110. Harlow, *op. cit.*, 41.
111. *Ibid.*, 43.
112. Merivale, *op. cit.*, 81.
113. F. W. Pitman, *The Settlement and Financing of British West India Plantations in the Eighteenth Century*, em *Essays in Colonial History by Students of C. M. Andrews* (New Haven, 1931), 267.
114. *Ibid.*, 267-269.
115. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, I, 79. (Governador *Sir* Francis Wyatt e Conselho da Virgínia, em 6 de abril de 1626.
116. Wertenbaker, *op. cit.*, 59, 115, 122-123, 131, 151.
117. R. B. Vance, *Human Factors in Cotton Culture: A Study in the Social Geography of the American South* (Chapel Hill, 1929), 36.
118. J. A. Saco, *Historia de la Esclavitud de la Raza Africana en el Nuevo Mundo y en especial en los Países America--Hispanos* (Havana, 1938), I, Introdução, p. xxviii. A Introdução é de Fernando Ortíz.
119. T. Blanco, "El Prejuicio Racial en Puerto Rico", *Estudios Afrocubanos*, II (1938), 26.
120. Saco, *Historia de la Esclavitud de la Raza Africana*... Introdução, p. xxx.
121. *Immigration of Labourers into the West Indian Colonies and the Mauritius*, Parte II, *Parliamentary Papers*, 26 de agosto de 1846, 60. Henry Light a Lorde Stanley, em 17 de setembro de 1845: "Como trabalhadores são inestimáveis, como cidadãos estão entre os melhores e raramente são levados perante os tribunais de justiça ou à polícia."

122. *Papers Relative to the West Indies, 1841-1842, Jamaica--Barbados,* 18. C. T. Metcalfe a Lorde John Russell, em 27 de outubro de 1841.
123. *Immigration of Labourers into the West Indian Colonies...,* III. William Reynolds a C. A. Fitzroy, em 20 de agosto de 1845.
124. Essas cifras foram tiradas dos quadros de I Ferenczi, *International Migrations* (Nova Iorque, 1929), I, 506-509, 516-518, 520, 534, 537.
125. O quadro seguinte ilustra o uso da mão-de-obra chinesa nas plantações de cana-de-açúcar de Cuba em 1857:

Plantação	*Negros*	*Chineses*
Flor de Cuba	409	170
San Martín	452	125
El Progreso	550	40
Armonía	330	20
Santa Rosa	300	30
San Rafael	260	20
Santa Susana	632	200

A última plantação era realmente cosmopolita; o lote de escravos compreendia também 34 nativos de Iucatã. Essas cifras foram tiradas de J. G. Cantero, *Los Ingenios de la Isla de Cuba* (Havana, 1857). O livro não é paginado. Houve certa oposição a essa mão-de-obra chinesa, sob o fundamento de que aumentava a heterogeneidade da população. "E que perderemos com isso?", foi a réplica mordaz. *Anales de la Real Junta de Fomento e Sociedad Económica de la Havana* (Havana, 1851), 187.
126. Ferenczi, *op. cit.*, I, 527.

CAPÍTULO 2

1. *Calendar of State Papers, Colonial Series,* V, 167. Renatus Enys ao secretário Bennet, em 1.º de novembro de 1663.
2. C. Whitworth (org.), *The Political and Commercial Works of Charles Davenant* (Londres, 1781), V, 146.
3. G. F. Zook, *The Company of Royal Adventurers trading into Africa* (Lancaster, 1919), 9, 16.
4. M. Postlethwayt, *Great Britain's Commercial Interest Explained and Improved* (Londres, 1759), II, 148-149, 236; Postlethwayt, *The African Trade, the Great Pillar and Support of the British Plantation Trade in North America* (Londres, 1745), 38-39; Postlethwayt, *The National and Private Advantages of the African Trade Considered* (Londres, 1746), 113, 122.
5. J. Gee, *The Trade and Navigation of Great Britain Considered* (Glasgow, 1750), 25-26.
6. Whitworth, *op. cit.*, II, 37-40.

7. *Ibid.*, V, 140-141. Todo o ensaio, "Reflections upon the Constitution and Management of the African Trade", vale a pena ler.
8. E. Donnan (org.), *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America* (Washington, D. C., 1930-1935), II, 129-130.
9. *Ibid.*, I, 265. Em 1681, essas dívidas eram estimadas em 271.000 libras. E. D. Collins, *Studies in the Colonial Policy of England, 1672-1680* (Relatório Anual da Associação Histórica Americana, 1900), 185.
10. J. Latimer, *Annals of Bristol in the Eighteenth Century* (Bristol, 1893), 271.
11. Higham, *op. cit.*, 158.
12. Latimer, *op. cit.*, 272.
13. Anônimo, *Some Matters of Fact relating to the present state of the African Trade* (Londres, 1720), 3.
14. Pitman, *The Development of the British West Indies, 1700--1763* (New Haven, 1917), 67.
15. *Ibid.*, 69-70, 79.
16. Postlethwayt, *Great Britain's Commercial Interest...*, II, 479-480. Ver também pp. 149-151, 154-155.
17. H. H. S. Aimes, *A History of Slavery in Cuba, 1511 to 1868* (Nova Iorque, 1907), 33, 269.
18. W. E. H. Lecky, *A History of England in the Eighteenth Century* (Londres, 1892-1920), II, 244.
19. *Report of the Lords of the Committee of Privy Council appointed for the consideration all matters relating to Trade and Foreign Plantations, 1788.* Parte VI, Depoimento dos Srs. Baillie, King, Camden e Hubbert. As cifras seguintes, tiradas do mesmo relatório (Parte IV, N.º 4 e N.º 15, Suplemento N.º 6, e Documentos recebidos desde a data do relatório), dão alguma indicação da extensão do comércio de reexportação:

Colônia	*Anos*	*Importações*	*Exportações*
Jamaica	1784-1787	37.841	14.477
St. Kitts	1778-1788	2.784	1.769
Domínica	1784-1788	27.553	15.781
Granada	1784-1792	44.712	31.210

De acordo com Dundas, a importação total das Índias Ocidentais Britânicas, em 1791, montou a 74.000, as reexportações a 34.000. *Cobbett's Parliamentary History of England* (mencionado doravante como *Parl. Hist.*), XXIX, 1206. Em 23 de abril de 1792.

20. B. Edwards, *The History, Civil and Commercial, of the British Colonies in the West Indies* (Londres, 1801), I, 299.

21. J. Ramsay, um manuscrito inteiramente escrito por sua própria mão principalmente dedicado a suas atividades para a Abolição do Tráfico de Escravos, 1787 (Biblioteca da Casa de Rhodes, Oxford), 23 (v). "Memorial on the Supplying of the Navy with Seamen."
22. W. Enfield, *An Essay towards the history of Liverpool* (Londres, 1774), 67.
23. Donnan, *op. cit.*, II, 630. O progresso de Liverpool pode ser visto no quadro seguinte:

Ano	*Liverpool*	*Londres*	*Bristol*
1720	21	60	39
1753	64	13	27
1771	107	58	23

Entre 1756 e 1786, Bristol enviou 588 navios à África e Liverpool, 1.858; entre 1795 e 1804, Liverpool enviou 1.099 navios à África, Londres 155, Bristol 29. (As cifras correspondentes a 1720 foram extraídas de *Some Matters of Fact...*, 3; as outras, de MacInnes, *op. cit.*, 191.)

24. *Cobbett's Parliamentary Debates* (mencionado doravante como *Parl. Deb.)*, IX, 127. George Hibbert, em 16 de março de 1807.
25. Correspondência entre Robert Bostock, comandante da marinha mercante e comerciante, e outros, dando pormenores do tráfico de escravos dos navios de Liverpool nas Índias Ocidentais, 1789-1792 (volume manuscrito, Biblioteca Pública de Liverpool). Bostock ao Comandante James Fryer, em 17 de julho de 1790.
26. MacInnes, *op. cit.*, 202.
27. T. Clarkson, *History of the Rise, Progress, and Accomplishment of the Abolition of the African Slave Trade by the British Parliament* (Londres, 1839), 197.
28. Donnan, *op. cit.*, I, 132. A Companhia da Guiné a Francis Soane, em 9 de dezembro de 1951.
29. Diários dos Navios Negreiros de Liverpool ("Bloom" e outros); com correspondência e preços de escravos vendidos (volume manuscrito, Biblioteca Pública de Liverpool). Bostock a Knowles, em 19 de junho de 1788.
30. E. Martin (org.), *Journal of a Slave Dealer. "A View of some Remarkable Axcedents in the Life of Nics. Owen on the Coast of Africa and America from the year 1746 to the year 1757"*. (Londres, 1930), 77-78, 97-98.
31. Latimer, *op. cit.*, 144-145.
32. A. P. Wadsmorth e J. de L. Mann, *The Cotton Trade and Industrial Lancashire* (Manchester, 1931), 228-229.
33. Donnan, *op. cit.*, II, 625-627.
34. *Ibid.*, II, 631.
35. Latimer, *op. cit.*, 476; Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 225.

36. Citado com base em *Sir* Thomas Mun, segundo J. E. Gillespire, *The Influence of Oversea Expansion on Egland to 1700* (Nova Iorque, 1920), 165.
37. Donnan, *op. cit.*, II, 627.
38. J. Wallace, *A General and Descriptive History of the Ancient and Present State of the Town of Liverpool... together with a Circumstantial Account of the True Causes of its Extensive African Trade* (Liverpool, 1795), 229-230. Para exemplos da subdivisão, ver também Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 224-225.
39. Edward, *op. cit.*, II, 72, 74, 87-89; J. Atkins, *A Voyage to Guinea, Brasil, and the West Indies* (Londres, 1735), 179. Para uma apreciação moderna autorizada, ver M. J. Herskovits, *The Myth of the Negro Past* (Nova Iorque, 1941), 34-50.
40. Correspondência entre Robert Bostock... Bostock a Fryer, em janeiro de 1790; Bostock a Flint, em 11 de novembro de 1790.
41. W. Sypher, *Guinea's Captive Kings, British Anti-Slavery Literature of the XVIIIth Century* (Chapel Hill 1942), 170. Os escravos eram inspecionados tão rigorosamente como gado no mercado de Smithfield; as principais qualidades destacadas sendo altura, dentes bons, membros flexíveis e ausência de doença venérea. Atkins, *op cit.*, 180.
42. E. F. Gay, "Letters from a Sugar Plantation in Nevis, 1723-1732", *Journal of Economic and Business History* (novembro de 1928), 164.
43. Donnan, *op. cit.*, II, 626.
44. Correspondência entre Robert Bostock..., Bostock a Cleveland, em 10 de agosto de 1789.
45. T. Clarkson, *Essay on the Impolicy of the African Slave Trade* (Londres, 1788), 29.
46. W. Roscoe, *A General View of the African Slave Trade demonstrating its Injustice and Impolicy* (Londres, 1788), 23-24.
47. A. Mackenzie-Grieve, *The Last Years of the English Slave Trade* (Londres, 1941), 178.
48. F. Caravaca, *Esclavos! El Hombre Negro: Instrumento del Progreso del Blanco* (Barcelona, 1933), 50.
49. A ser realizado pela Companhia de Brandeburgo, às vezes chamada, devido à localização de sua sede, de Companhia de Emden. Constituída em 1682, a companhia estabeleceu dois núcleos na costa africana e tentou sem sucesso obter possessões nas Índias Ocidentais. Donnan, *op. cit.*, I, 103-104.
50. Zook, *op. cit.*, 11-12, 19.
51. R. I. e S. Wilberforce, *The Life of William Wilberforce* (Londres, 1838), I, 343. Jorge III certa vez sussurrou, zombeteiramente, para o abolicionista numa recepção: "Como vão passando seus clientes negros, Sr. Wilberforce?" Em 1804, Wilberforce escreveu a Muncaster que "era efetivamente humilhante ver, na Câmara dos Lordes, quatro mem-

bros da Família Real descerem de sua posição para votar contra os pobres, desamparados e desprotegidos escravos". *Ibid.*, III, 182. Em 6 de julho de 1804.
52. Correspondência entre Robert Bostock..., Bostock a Fryer, em 24 de maio de 1792. O Duque foi agraciado com um serviço de prata como "o testemunho pobre, mas honroso, da gratidão do povo de Jamaica". G. W. Bridges, *The Annals of Jamaica* (Londres, 1828), II, 263 n.
53. *Parl. Hist.*, XXX, 659. Em 11 de abril de 1793.
54. Andrews, *op. cit.*, IV, 61.
55. C. M. Andrews, "Anglo-French Commercial Rivalry, 1700--1750", *American Historical Review* (abril de 1915), 546.
56. Donnan, *op. cit.*, II, 45.
57. *H. of C. Sess. Pap., Accounts and Papers, 1795-1796.* A & P. 42, Série nº 100, Documento 848, 1-21.
58. Add. MSS. 12433 (Museu Britânico), fls. 13, 19. Edward Law, em 14 de maio de 1792.
59. P. Cunningham (org.), *The Letters of Horace Walpole* (Londres, 1891), II, 197. A *Sir* H. Mann, 25 de fevereiro de 1750.
60. *Parl. Hist.*, XVII, 507-508, 5 de maio de 1772.
61. R. Terry, *Some Old Papers relating to the Newport Slave Trade* (Boletim da Sociedade Histórica de Newport, julho de 1927), 10.
62. *Calendar of State Papers, Colonial Series,* X, 61. Depoimento dos plantadores de Barbados perante os Lordes de Comércio e Plantações, 8 de outubro de 1860. Para uma vigorosa divergência da opinião de que os escravos não tinham outro meio de comunicação a não ser na língua de seus senhores, ver Herskovits, *op. cit.*, 79-81.
63. *Calendar of State Papers,* XIV, 448. Governador Russell, em 23 de março, de 1695.
64. Ver *infra,* p. 198. O governador de Barbados opôs-se à construção de igrejas sob o fundamento de que a permissão aos negros de se reunirem fá-los-ia pensar em conluios e insurreições. C. O. 28, 92 (Arquivo Público, Londres), em 4 de novembro de 1823. Os plantadores justificaram sua atitude com a alegação de que os missionários instilavam idéias perigosas na cabeça dos escravos, as quais subvertiam a disciplina das plantações.
65. Lecky, *op. cit.*, II, 249.
66. Sypher, *op. cit.*, 14.
67. V. T. Harlow, *Christopher Codrington* (Oxford, 1928), 211, 215.
68. Sypher, *op cit.*, 65.
69. Latimer, *op. cit.*, 100.
70. *Ibid.*, 478.
71. S. H. Swinny, *The Humanitarism of the Eighteenth Century and its results,* em F. S. Marvin (org.), *Western Races and the World* (Oxford, 1922), 130-131.
72. L. Strachey, *Eminent Victorians* (ed. Phoenix, Londres, 1929), 3.
73. Mackenzie-Grieve, *op. cit.*, 162.

74. G. R. Wynne, *The Church in Greater Britain* (Londres, 1911), 120.
75. *H. of C. Sess. Pap., 1837-8,* Vol. 48. A cifra exata foi £12,729.4.4 (12.729 libras, 4 xelins e 4 *pence),* pp. 19, 22.
76. Wynne, *op. cit.*, 120; C. J. Abbey e J. H. Overton, *The English Church in the Eighteenth Century* (Londres, 1878), II, 107.
77. Abbey e Overton, *op. cit.*, II, 106.
78. A. T. Gary, *The Political and Economic Relation of English and American Quakers, 1750-1785* (Tese de formatura em Filosofia, pela Universidade de Oxford, 1935), 506. A cópia examinada estava depositada na Library of Friends' House (Biblioteca da Casa dos Quacres, em Londres).
79. H. J. Cadbury, *Colonial Quaker Antecedents to British Abolition of Slavery* (Friends' House, Londres, 1933), I.
80. Gary, *op. cit.*, 173-174.
81. Ver Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38227 (Museu Britânico), fl. 202, que consiste numa carta sem data de Lorde Hawkesbury, Presidente do Conselho Privado, a Lorde Rodney, concordando com a procuração de Rodney. Hawkesbury prometeu "fazer o melhor uso dela defendendo a Ilha de Jamaica e as outras ilhas das Índias Ocidentais que Sua Excelência defendera tão gloriosamente contra um inimigo estrangeiro no memorável 12 de abril", expressando seu pesar pelo fato de que apenas um sério ataque de gota impedisse Rodney de "comparecer ao Parlamento e oferecer seu apoio pessoal àqueles que tanto necessitam dele".
82. *Parl. Deb.*, VIII, 669. Em 5 de fevereiro de 1807.
83. F. J. Klingberg, *The Anti-Slavery Movement in England* (New Haven, 1926), 127.
84. *H. of C. Sess. Pap., 1837-8,* Vol. 48. A cifra exata é £6,207.7.6 (6.207 libras, 7 xelins e 6 *pence),* pp. 49, 62.
85. Bready, *op. cit.*, 341.
86. Zook, *op. cit.*, 18.
87. Swinny, *op. cit.*, 140.
88. G. Williams, *History of the Liverpool Privateers, with an Account of the Liverpool Slave Trade* (Liverpool, 1897), 473-474.
89. Latimer, *op. cit.*, 147.
90. M. Steen, *The Sun is My Undoing* (Nova Iorque, 1941), 50.
91. M. D. George, *London Life in the Eighteenth Century* (Londres, 1925), 137-138.
92. H. T. Catterall, *Judicial Cases concerning Negro Slavery* (Washington, D. C., 1926-1927), I, 9, 12.
93. Bready, *op. cit.*, 104-105.
94. R. Coupland, *The British Anti-Slavery Movement* (Londres, 1933), 55-56.
95. Sypher, *op. cit.*, 63.
96. Catterall, *op. cit.*, 19-20; W. Massey, *A History of England during the Reign of George the Third* (Londres, 1865), III, 178-179.

97. Anônimo, *Recollection of Old Liverpool, by a Nonagerian* (Liverpool, 1863), 10.
98. Ramsay, volume manuscrito, fl. 65. "An Address on the Proposed Bill for the Abolition of the Slave Trade". ("Discurso sobre o Projeto Proposto para a Abolição do Tráfico de Escravos").
99. G. Williams, *op. cit.*, 586.
100. *Hansard, Third Series,* CIX, 1102. Hutt, 19 de março de 1850.
101. H. W. Preston, *Rhode Island and the Sea* (Providence, 1932), 70, 73. O autor foi Diretor do Serviço Estadual de Informação.
102. Latimer, *op. cit.*, 142.
103. J. W. D. Powell, *Bristol Privateers and Ships of War* (Londres, 1930), 167.
104. H. R. F. Bourne, *English Merchants, Memoirs in Illustration of the Progress of British Commerce* (Londres, 1866), II, 63; J. B. Botsford, *English Society in the Eighteenth Century as Influenced from Oversea* (Nova Iorque, 1924), 122; Enfield, *op. cit.*, 48-49. Sobre a traficância de escravos com Blundell, ver Donnan, *op. cit.*, II, 492.
105. Sobre Cunliffe, ver Bourne, *op. cit.*, II, 57; Botsford, *op. cit.*, 43, 49; Donnan, *op. cit.*, II, 492, 497.
106. Donnan, *op. cit.*, II, 631; J. Hughes, *Liverpool Banks and Bankers, 1760-1817* (Liverpool, 1906), 174.
107. L. H. Grindon, *Manchester Bank and Bankers* (Manchester, 1878), 55, 79-80, 187-188; Bourne, *op. cit.*, II, 64, 78; Botsford, *op. cit.*, 122; Donnan, *op. cit.*, II, 492.
108. Donnan *op. cit.*, I, 169-172.
109. *Ibid.*, II, 468.
110. Latimer, *op. cit.*, 476-477.
111. Sobre exemplos, ver Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 216, n.; Hughes, *op. cit.*, 109, 139, 172, 174, 176; Donnan, *op. cit.*, II, 492 n.
112. L. B. Namier, "Antony Bacon, an Eighteenth Century Merchant", *Journal of Economic and Business History* (novembro de 1929), 21.
113. Donnan, *op. cit.*, II, 642-644, 656-657 n.
114. *Parl. Deb.*, IX, 170. Em 23 de março de 1807.
115. *Ibid.*, VII, 230. Em 16 de maio de 1806.
116. Wilberforce, *Life of Wilberforce,* III, 170. Wilberforce a John Newton, em junho de 1804.
117. C. O. 137/91. Petição à Comissão da Assembléia Legislativa da Jamaica (encarregada) do Açúcar e do Tráfico de Escravos, 5 de dezembro de 1792.
118. Sypher, *op. cit.*, 157-158, 162-163, 186-188, 217-219.
119. *Ibid.*, 59; Bready, *op. cit.*, 341.
120. *Parl. Hist.*, XIX, 305. Em 23 de maio de 1777.
121. Bready, *op. cit.*, 102.
122. Postlethwayt, *Great Britain's Commercial Interest...*, II, 217-218; Savary des Bruslons, *The Universal Dictionary of Trad and Commerce. With large additions and improvements by* M. Postlethwayt (Londres, 1751), I, 25. Não é acertado dizer, como faz Sypher (*op. cit.*, 84), que Postlethwayt "tem uma opinião obscura" sobre o tráfico de escravos.
123. W. Snelgrave, *A New Account of Guinea and the Slave Trade* (Londres, 1754), 160-161.

CAPÍTULO 3

1. Adam Smith, *op. cit.*, 415-416, 590-591.
2. W. Wood, *A Survey of Trade* (Londres, 1718), Parte III, 193.
3. J. F. Rees, "The Phases of British Commercial Policy in the Eighteenth Century", *Economica* (junho de 1925), 143.
4. Gee, *op. cit.*, 111.
5. Postlethwayt, *The African Trade, the Great Pillar...*, 4, 6.
6. *Cambridge History of the British Empire,* I, 565.
7. Whitworth, *op. cit.*, II, 20.
8. J. Bennett, *Two Letters and Several Calculations on the Sugar Colonies and Trade* (Londres, 1738), 55.
9. Wood, *op. cit.*, 156.
10. *Sir* D. Thomas, *An Historical Account of the Rise and Growth of the West India Colonies, and of the Great Advantages they are to England, in respect to Trade* (Londres, 1690). O ensaio faz parte da "Harleian Miscellany", II, 347.
11. Pitman, *The Settlement... of British West India Plantations...*, 271.
12. *Report of the Committes of Privy Council, 1788,* Parte IV, N.º 18, Apêndice.
13. J. H. Rose, *William Pitt and the Great War* (Londres, 1911), 370.
14. Adam Smith, *op. cit.*, 366.
15. Whitworth, *op. cit.*, II, 18.
16. Os quadros seguintes foram compilados com base em *Sir* C. Whitworth, *State of Trade of Great Britain in its imports and exports, progressively from the year 1697-1773* (Londres, 1776), Parte II, pp. 1-2, 47-50, 53-72, 75-76, 78, 82-91. As cifras relativas ao comércio internacional são em libras esterlinas.

Em geral, nas percentagens dadas no texto com respeito ao comércio com as Índias Ocidentais e o continente, inclui as cifras referentes ao comércio de 1714-1773 com lugares menores, tais como St. Croix, Monte Christi, St. Eustatius, e também ao comércio com as ilhas conquistadas pela Grã-Bretanha na guerra, mas posteriormente restituídas — e.g., Cuba, Guadalupe, etc. Do mesmo modo, as cifras referentes ao continente, 1714-1773, abrangem Canadá, Flórida, etc. Sobre a importância relativa dessas diferentes regiões, ver capítulo 6, pp. 114-115, e nota 36.

A fim de que essas estatísticas possam ser vistas em sua perspectiva apropriada, é necessário apresentar as cifras referentes ao comércio inglês em geral. Elas são como se segue (*Ibid.*, Parte I, pp. 78-79).

Ano	Importações Britânicas	Exportações Britânicas
1697	3.482.586	3.525.006
1773	11.406.841	14.763.252
1714-1773	492.146.670	730.962.105

Colônia	Ano	Importações Britânicas	% das Importações Britânicas Totais	Exportações Britânicas	% das Exportações Britânicas Totais	% do Comércio Britânico Total
Índias Ocidentais .	1697	326.536	9,3	142.795	4	7
Continente	1697	279.852	8	140.129	3,9	6
África	1697	6.615	...	13.435	...	...
Índias Ocidentais .	1773	2.830.853	24,8	1.270.846	8,6	15,5
Continente	1773	1.420.471	12,5	2.375.797	16,1	14,5
África	1773	68.424	...	662.112	...	...
Índias Ocidentais .	1714-1773	101.264.818	20,5	45.389.988	6,2	12
Continente	1714-1773	55.552.675	11,3	69.903.613	9,6	10,2
África	1714-1773	2.407.447	0,5	15.235.829	2,1	1,4

Importações e exportações para as colônias, de *per si*, são como segue:

Colônia	Importações Britânicas 1697	Importações Britânicas 1773	Exportações Britânicas 1697	Exportações Britânicas 1773	Importações Britânicas 1714-1773	Exportações Britânicas 1714-1773
Antigua	28.209	112.779	8.029	93.323	12.785.262	3.821.726
Barbados	196.532	168.682	77.465	148.817	14.506.497	7.442.652
Jamaica	70.000	1.286.888	40.726	683.451	42.259.749	16.844.990
Montserrat	14.699	47.911	3.532	14.947	3.387.237	537.831
Nevis	17.096	39.299	13.043	9.181	3.636.504	549.564
Carolina	12.374	456.513	5.289	344.859	11.410.480	8.423.588
Nova Ing.	26.282	124.624	68.468	527.055	4.134.392	16.934.316
N. Iorque	10.093	76.246	4.579	289.214	1.910.796	11.377.696
Pensilvânia	3.347	36.652	2.997	426.448	1.115.112	9.627.409
Virgínia e Maryland	227.756	589.803	58.796	328.904	35.158.481	18.391.097
Geórgia		85.391		62.932	622.958 *	746.093 *
St. Kitts		150.512		62.607	13.305.659	3.181.901
Tobago		20.453		30.049	49.587 †	122.093 †
Granada		445.041		102.761	3.620.504 ‡	1.179.279 ‡
St. Vincent		145.619		38.444	672.991	235.665
Domínica		248.868		43.679	1.469.704 §	322.294 §
Índ. Ocid. Espanhol.		35.941		15.114		
Tortola		48.000		26.927	863.931 ‖	220.036 ‖
Anguilla					29.933 ¶	1.241 ¶
Índ. Ocid. em geral					220.448 **	7.193.839 **
Baía de Hudson ..					583.817	211.336

* 1732-1773
† 1764-1773
‡ 1762-1773
§ 1763-1773
‖ 1748-1773
¶ 1750-1770
** 1714-1768

17. Bennett, *op. cit.*, 50, 54.
18. Stock, *op. cit.*, IV, 329. *Sir* John Barnard, em 28 de março de 1737.
19. Postlethwayt, *The African Trade, The Great Pillar...*, 13-14.
20. E. D. Ellis, *An Introduction to the History of Sugar as a Commodity* (Filadélfia, 1905), 82.
21. Whitworth, *Works of Davenant*, II, 10.
22. H. See, *Modern Capitalism, its Origin and Evolution* (Nova Iorque, 1928), 104.
23. L. A. Harper, *The English Navigation Laws* (Nova Iorque, 1939), 242.
24. Andrews, *The Colonial Period...*, IV, 9.
25. *Ibid.*, IV, 65, 71, 126, 154-155.
26. Ver o estudo de G. P. Insh, *The Company of Scotland Trading to Africa and the Indies* (Londres, 1932).
27. Collins, *op. cit.*, 43.
28. *Ibid.*, 157. Em 1697, o governador da Jamaica pediu um abrandamento das Leis de Navegação por sete anos para assegurar a recuperação. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, XV, 386. Beeston a Blathwayt, em 27 de fevereiro de 1697.
29. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, IX, 474-475. Em 2 de outubro de 1676.
30. Stock, *op. cit.*, IV, 828. Em 30 de maio de 1739.
31. Andrews, *The Colonial Period...*, II, 264.
32. *Parl. Hist.*, XXIX, 343. Vereador Watson, em 18 de abril de 1791; Donnan, *op. cit.*, II, 606.
33. Documentos de Holt e Gregson (Biblioteca Pública de Liverpool), X, 429. Carta intitulada "Comércio", escrita pelo próprio Gregson, sem data.
34. G. L. Beer, *The Old Colonial System* (Nova Iorque, 1933), I, 17.
35. *Ibid.*, I, 43 n.
36. Stock, *op. cit.*, III, 355.
37. Essa proporção é obtida tirando-se a média de 122.000 toneladas para as Índias Ocidentais, nos cinco anos entre 1710-1714, e comparando-a com a cifra de 243.600 toneladas, referentes ao comércio exterior em 1709, dada em A. P. Usher, "The Growth of English Shipping, 1572-1922", *Quarterly Journal of Economics* (maio de 1928), 469.
38. Usher, *op. cit.*, 469. Em 1787, 998.637 toneladas.
39. Pitman, *Development of the British West Indies*, 66.
40. R. Stewart-Browne, *Liverpool Ships in the Eighteenth Century* (Liverpool 1932), 117, 119, 126-127, 130. Sobre o tráfico de escravos de Baker & Dawson com as colônias espanholas, ver Donnan, *op. cit.*, II, 577 n.; Aimes, *op. cit.*, 36; *Report of the Committee of Privy Council, 1788*, Parte VI.
41. Enfield, *op. cit.*, 26, dá a cifra de 5.967 marítimos em 1771. Gregson diz que 3.000 eram empregados no tráfico de escravos. Documentos de Halt Gregson, X, 434. Carta sem data a T. Brooke, membro do Parlamento.

42. As firmas de transporte marítimo de Londres apresentaram uma petição em 1708, em favor do monopólio. Contra o monopólio vieram duas petições dos proprietários de navios de Whitehaven em 1709 e 1710; três petições dos construtores de navios de Londres e seus arredores em 1708 e 1710; e uma petição dos construtores de navios de várias cidades em 1709. Stock, *op. cit.*, III, 204 n., 207 n., 225 n., 226, 249, 250 n., 251.
43. Documentos de Holt & Gregson, X, 375, 377.
44. Enfield, *op. cit.*, 89.
45. Documentos de Holt & Gregson, X, 435. Gregson a Brooke.
46. MacInnes, *op. cit.*, 337.
47. *Parl. Hist.*, XXIX 343. Vereador Watson, em 18 de abril de 1791.
48. J. G. Broodbank, *History of the Port of London* (Londres, 1921), I, 76-82, 89-108; W. S. Lindsay, *A History of Merchant Shipping and Ancient Commerce* (Londres, 1874-1876), II, 415-420.
49. Latimer, *op. cit.*, 6.
50. W. N. Reid e J. E. Hicks, *Leading Events in the History of the Port of Bristol* (Bristol, s.d.), 106; J. Latimer, *Annals of Bristol in the Seventeenth Century* (Bristol, 1900), 334; W. Barrett, *The History and Antiquities of the City of Bristol* (Bristol, 1780), 186; J. A. Fraser, *Spain and the West Country* (Londres, 1935), 254-255.
51. J. F. Nicholls e J. Taylor, *Bristol Past and Present* (Bristol. 1881-1882), III, 165.
52. MacInnes, *op. cit.*, 335.
53. *Ibid.*, 202.
54. *Ibid.*, 233.
55. Barrett, *op. cit.*, 189.
56. *Ibid.*, navios vindos das Índias Ocidentais somaram 16.209 de um total de 48.125 toneladas; navios saídos para as Índias Ocidentais representaram 16.913 de um total de 46.729 toneladas.
57. MacInnes, *op. cit.*, 236, 367.
58. *Ibid.*, 358, 370.
59. *Ibid.*, 228, 230, 235, 363, 370.
60. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-8, Vol. 48. A cifra exata foi £62,335.0.5 (62.335 libras e 5 *pence*). A família possuia 954 escravos inteiramente, e tinha propriedade parcial noutros 456 (páginas 117, 120, 132, 168).
61. MacInnes, *op. cit.*, 371.
62. Enfield, *op. cit.*, 11-12.
63. P. Mantoux, *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century* (Londres, 1928), 108.
64. Enfield, *op. cit.*, 67.
65. Fraser, *op. cit.*, 254-255.
66. Enfield, *op. cit.*, 69.
67. Mantoux, *op. cit.*, 109.
68. Clarkson, *Essay on the Impolicy...*, 123-125.
69. J. Corry, *The History of Lancashire* (Londres, 1825), II, 690.

70. H. Smithers, *Liverpool, its Commerce, Statistics and Institutions* (Liverpool, 1825), 105.
71. Mackenzie-Grieve, *op. cit.*, 4.
72. G. Williams, *op. cit.*, 594.
73. Documentos de Holt e Gregson, X, 367, 369, 371, 373.
74. J. A. Picton, *Memorials of Liverpool* (Londres, 1873), I, 256.
75. MacInnes, *op. cit.*, 191.
76. J. Touzeau, *The Rise and Progress of Liverpool from 1551 to 1835* (Liverpool, 1910), II, 589, 745.
77. "Robin Hood", "The Liverpool Slave Trade", *The Commercial World and Journal of Transports* (25 de fevereiro de 1893), pp. 8-10; (4 de março de 1893), p. 3.
78. G. Eyre-Todd, *History of Glasgow* (Glasgow, 1934), III, 295.
79. Donnan, *op. cit.*, II, 567-568.
80. Stock, *op. cit.*, II, 109.
81. Donnan, *op. cit.*, I, 267.
82. Stock, *op. cit.*, II, 179.
83. Donnan, *op. cit.*, I, 413, 417-418; Stock, *op. cit.*, II, 162 n., 186 n., III, 207 n., 302 n.
84. Donnan, *op. cit.*, I, 379.
85. *Ibid.*, I, 411, 418 n.
86. Stock, *op. cit.*, II, 29 n., 89 n., 94, 186 n.
87. *Ibid.*, II, 20; III, 90, 224 n., 298; IV, 293-297.
88. *Ibid.*, IV, 161 n.-162 n.
89. *Ibid.*, III, 45.
90. J. James, *History of the Worsted Manufacture in England from the Earliest Times* (Londres, 1857), apêndice, p. 7.
91. A. S. Turberville, *Johnson's England* (Oxford, 1933), I, 231-232.
92. Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 147-166.
93. Documentos de Holt e Gregson, X, 422-423.
94. *Report of the Committee of Privy Council, 1788,* Parte IV. Depoimento do Sr. Taylor.
95. Documentos de Holt e Gregson, X, 423.
96. Donnan, *op. cit.*, II, 337 n., 521-522.
97. Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 149, 156-157, 231, 233, 243-247, 447.
98. *Ibid.*, 229 n., 231, 231 n.
99. *Cambridge History of British Empire,* II, 224; Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 190.
100. As cifras referentes às importações inglesas são dadas em J. Wheeler, *Manchester, its Political, Social and Commercial History, Ancient and Modern* (Manchester, 1842), 148, 170; as importações das Índias Ocidentais, em L. J. Ragatz, *Statistics for the Study of British Caribbean History, 1763-1833* (Londres, s.d.), 15, Quadro VI.
101. Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 169.
102. Fraser, *op. cit.*, 241.
103. Latimer, *Annals of Bristol in the Eighteenth Century,* 302; Pitman, *Development of the British West Indies,* 340.
104. Nicholls e Taylor, *op. cit.*, III, 34.
105. Latimer, *Annals of Bristol in the Seventeenth Century,* 280-281, 318-320.

106. *The New Bristol Guide* (Bristol, 1799), 70.
107. Donnan, *op. cit.*, II, 602-604.
108. Reid e Hicks, *op. cit.*, 66; MacInnes, *op. cit.*, 371.
109. Latimer, *Annals of Bristol in the Seventeenth Century,* 44-45, 88.
110. Bourne, *op. cit.*, II, 17-18; Botsford, *op. cit.*, 120, 123.
111. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-8, Vol. 48. A soma exata foi £17,868.16.8 (17.868 libras, 16 xelins e 8 *pence)*, páginas 68-69, 167-168.
112. Eyre-Todd, *op. cit.*, III, 39-40, 150-154.
113. Enfield, *op. cit.*, 90; T. Kaye, *The Stranger in Liverpool; or, an Historical and Descriptive View of the Town of Liverpool and its environs* (Liverpool, 1929), 184. Sobre os Brancker e o tráfico de escravos, ver Donnan, *op. cit.*, II, 655 n.
114. Stock, *op. cit.*, I, 385, 390.
115. Whitworth, *Works of Davenant,* II, 37.
116. C. W. Cole, *French Mercantilism, 1683-1700* (Nova Iorque, 1943), 87-88. A proibição ainda está em vigor hoje. Ver J. E. Dalton, *Sugar, a Case Study of Government Control* (Nova Iorque, 1937), 265-274.
117. Bennett, *op. cit.*, *Introdução*, p. xxvii.
118. Anônimo, *Some Considerations humbly offer'd upon the Bill now depending in the House of Lords, relating to the Trade between the Northern Colonies and the Sugar-Islands* (Londres, 1732), 15.
119. F. Cundall, *The Governors of Jamaica in the First Half of the Eighteenth Century* (Londres, 1937), 178.
120. *Parl. Hist.*, XIV, 1293-1294. Em 26 de janeiro de 1753; Anônimo, *An Account of the Late Application to Parliament from the Sugar Refineries, Grocers, etc., of the Cities of London and Westminster, the Borough of Southwark, and of the City of Bristol* (Londres, 1753), 3-5, 43.
121. Stock, *op. cit.*, V, 559. Em 23 de março de 1753.
122. *H. of C. Sess. Pap., Reports, Miscellaneous, 1778-1782,* Vol. 35, 1781. *Report from the Committee to whom the Petition of the Sugar Refiners of London was refered.* Ver especialmente o depoimento de Frances Kemble.
123. Stock, *op. cit.*, IV, 132 n., Ragatz, *Statistics...*, 17, Quadro XI.
124. Saugnier e Brisson, *Voyages to the Coast of Africa* (Londres, 1792), 285.
125. R. Muir, *A History of Liverpool* (Londres, 1907), 197.
126. Donnan, *op. cit.*, II, 529 n.
127. Stock, *op. cit.*, IV, 303, 306, 309.
128. Anônimo, *Short Animadversions on the Difference now set up between Gin and Rum, and Our Mother Country and Colonies* (Londres, 1769), 8-9.
129. Stock, *op. cit.*, IV, 310.
130. Documentos de Windham (Museu Britânico), Add. MSS. 37886, fls. 125-128. "Observations on the proposal of the West India Merchants to substitute sugar in the distilleries instead of barley". Anônimo, provavelmente 1807.
131. *Hansard, Third Series,* V. 82. Em 20 de julho de 1831.

132. E. R. Johnson e outros, *History of Domestic and Foreign Commerce of the United States* (Washington, D.C., 1915), I, 118. As exportações para a África foram de 292.966 galões de um total de 349.281.
133. J. Corry e J. Evans, *The History of Bristol, Civil and Ecclesiastical* (Bristol, 1816), II, 307-308; Saugnier e Brisson, *op. cit.*, 296-299.
134. Saugnier e Brisson, *op. cit.*, 217.
135. Stock, *op. cit.*, II, 264 n.
136. Donnan, *op. cit.*, I, 234 n., 300 n.
137. *Ibid.*, I, 256, 262; II, 445.
138. *Ibid.*, I, 283.
139. Stock, *op. cit.*, III, 207 n., 225 n., 250 n., 278 n. (Birmingham); 204 n. (Londres).
140. Donnan, *op. cit.*, II, 98.
141. W. H. B. Court, *The Rise of the Midland Industries* (Oxford, 1938), 145-146.
142. T. S. Ashton, *Iron and Steel in the Industrial Revolution* (Manchester, 1924), 195.
143. Stock, *op. cit.*, IV, 434.
144. R. K. Dent, *The Making of Birmingham: being a History of the Rise and Growth of the Midland Metropolis* (Birmingham, 1894), 147.
145. H. Hamilton, *The English Brass and Copper Industries to 1800* (Londres, 1926), 137-138, 149-151, 286-292.
146. E. Shiercliff, *The Bristol and Hotwell Guide* (Bristol, 1785), 16.
147. A. H. Dodd, *The Industrial Revolution in North Wales* (Cardiff, 1933), 156-157.
148. Donnan, *op. cit.*, I, 237.
149. Stewart-Browne, *op. cit.*, 52-53.
150. Donnan, *op. cit.*, II, 610-611.
151. *Ibid.*, II, 609.
152. H. Scrivenor, *A Comprehensive History of the Iron Trade* (Londres, 1841), 344-346, 347-355. As percentagens foram calculadas com base nos quadros aí apresentados.

CAPÍTULO 4

1. Adam Smith, *op. cit.*, 158.
2. R. Cumberland, *The West Indian: A Comedy* (Londres, edição de 1775), Ato I, Quadro III. Uma rápida notícia da peça é dada em Sypher, *op. cit.*, 239.
3. Stock, *op. cit.*, V. 259. William Beckford, em 8 de fevereiro de 1747.
4. F. W. Pitman, "The West Indian Absentee Planter as a British Colonial Type" *(Proceedings of the Pacific Coast Branch of the American Historical Association, 1927)*, 113.
5. Whitworth, *Works of Davenant*, II, 7.
6. Cumberland, *op. cit.*, Ato I, Quadro V. Citado também em Pitman, *The West Indian Absentee Planter...*, 124.
7. Pitman, *The West Indian Absentee Planter...*, 125.
8. Merivale, *op. cit.*, 82-83.

9. L. J. Ragatz, *Absentee Landlordism in the British Caribean, 1750-1833* (Londres, s.d.), 8-20; Pitman, *The West Indian Absentee Planter...*, 117-121.
10. R. M. Howard (org.), *Records and Letters of the Family of the Longs of Longville, Jamaica, and Hampton Lodge, Surrey* (Londres, 1925), I, 11-12; Cundall, *The Governors of Jamaica in the Seventeenth Century*, 26.
11. J. Britton, *Graphical and Literary Ilustrations of Fonthil Abbey, Wiltshire, with Heraldical and Genealogical Notices of the Beckford Family* (Londres, 1823), 25-26.
12. *Ibid.*, 26-28, 35, 39.
13. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-38, Vol. 48. A quantia exata foi £15,160.2.9 (15.160 libras, 2 xelins e 9 *pence*), 20-21, 64-65.
14. J. Murch, *Memoir of Robert Hibbert, Esquire* (Bath, 1874), 5-6, 15, 18-19, 97, 99, 104-105.
15. Broodbank, *op. cit.*, I, 102-103; A. Beaven, *The Aldermen of the City of London* (Londres, 1908-1913), II, 203.
16. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-38, Vol. 48. A cifra precisa foi £31,121.16.0 (31.121 libras e 16 xelins), pp. 20, 22, 46, 52, 67, 79.
17. Ver capa interna da primeira edição do *Hibbert Journal*. A mansão da família em Duke Street, Kingston, Jamaica, foi erigida por Thomas Hibbert, que chegou à ilha em 1734. Chamada a princípio de "Casa de Hibbert", serviu por algum tempo de quartel-general do Comandante-em-Chefe das forças armadas, e era popularmente conhecida como Casa do Quartel-General. Mais tarde abrigou o escritório do Ministro das Colônias e a Câmara de Conselho Legislativo. Ver *Papers relating to the Preservation of Historic Sites and Ancient Monuments and Buildings in the West Indian Colonies*, CD. 6428 (His Majesty's Stationery Office, 1912), 13.
18. Howard, *op. cit.*, I, 67, 71.
19. *Ibid.*, I, 177.
20. C. De Thierry, "Distinguished West Indian in England", *United Empire* (12 de outubro de 1912), 831.
21. Anônimo, *Fortunes made in Business* (Londres, 1884), II, 117-119, 122-124, 130, 134; Bourne, *op. cit.*, II, 303.
22. *Correspondence between John Gladstone, M. P., e James Cropper, on the present state of Slavery in the United States of America, and on the Importation of Sugar from the British Settlements in India* (Liverpool, 1824).
23. *H. of C. Sess Pap.*, 1837-38, Vol. 48. A soma exata foi £85,606.0.2 (85.606 libras e 2 *pence*), pp. 23, 58, 120-121.
24. Harlow, *Christopher Codrington*, 210, 242.
25. A. Warner, *Sir Thomas Warner, Pioneer of the West Indies* (Londres, 1933), 119-123, 126, 132.
26. Edwards, *op. cit.*, I, Introdução, p. ix.
27. MacInnes, *op. cit.*, 308-310.
28. C. Wright e C. E. Fayle, *A History of Lloyd's from the Founding of Lloyd's Coffee House to the Present Day* (Londres, 1928), 286.
29. Eyre-Todd, *op. cit.*, III, 151-152.

30. L. J. Ragatz, *The Fall of the Planter Class in the British Caribbean, 1763-1833* (Nova Iorque, 1928), 51.
31. *Parl. Hist.*, XXXIV, 1102. Duque de Clarence, em 5 de julho de 1799.
32. Ragatz, *Fall of the Planter Class...*, 50.
33. Botsford, *op. cit.*, 48; A. Ponsonby, *English Diaries* (Londres, 1923), 284.
34. MacInnes, *op. cit.*, 236.
35. Bready, *op. cit.*, 157.
36. G. W. Dasent, *Annals of an Eventful Life* (Londres, 1870), I, 9-10.
37. Syphen, *op. cit.*, 255.
38. L. B. Namier, *The Structure of Politics at the Accesion of George III* (Londres, 1929), I, 210.
39. L. M. Penson, *The Colonial Agents of the British West Indies* (Londres, 1924), 185-187.
40. A. S. Turberville, *English Men and Manners in the Eighteenth Century* (Oxford, 1926), 134.
41. Lecky, *op. cit.*, I, 251, citando Bolingbroke.
42. Cumberland, *op. cit.*, Ato I, Quadro V. Também citado em Pitman, *The West Indian Absentee Planter...*, 124.
43. J. Latimer, *Annals of Bristol in the Nineteenth Century* (Bristol, 1887), 137-138.
44. *Recollections of Old Liverpool*, 76-82. Significativo da nova tendência foi o fato de que o adversário do candidato das Índias Ocidentais, William Ewart Gladstone, que iria desempenhar um papel destacado na destruição da escravatura e monopólio das Índias Ocidentais, foi apoiado entre outros por tais nomes como Brancker e Earle, cujas ligações com a escravidão e o tráfico de escravos já foram assinaladas. John Bolton recebeu £15,391.17.11 (15.391 libras, 17 xelins e 11 *pence)* por 289 escravos na Guiana Inglesa. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-38, Vol. 48 (página 131). Em 1798, Bolton tinha seis navios que viajavam para a África e transportaram 3.534 escravos. Donnan, *op. cit.*, II, 642-644.
45. Penson, *op. cit.*, 176.
46. Enfield, *op. cit.*, 92.
47. C. de Thierry, "Colonials at Westminster", *United Empire* (12 de janeiro de 1912), 80.
48. Beaven, *op. cit.*, II, 139.
49. Reid e Hicks, *op. cit.*, 57.
50. *Fortunes made in Business*, II, 127, 129-131.
51. *Hansard, Third Series*, LXXVIII, 469. John Bright, em 7 de março de 1845.
52. De Thierry, "Colonials at Westminster", 80.
53. *Hansard, Third Series*, XVIII, III. Em 30 de março de 1833.
54. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-38, Vol. 48. A indenização paga foi £4,866.19.11 (4.866 libras, 19 xelins e 11 *pence)*, página 19.
55. Ragatz, *Fall of the Planter Class...*, 53.
56. De Thierry, "Colonials at Westminster", 80.
57. *Hansard, Third Series*, X, 1238. Em 7 de março de 1832.

58. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-38, Vol. 48. A soma paga foi £12,281.5.10 (12.281 libras, 5 xelins e 10 *pence)*, páginas 24, 53.
59. C. O. 137/100. Balcarres a Portland, em 16 de setembro de 1798.
60. Anônimo, *A Report of the Proceedings of the Committee of Sugar Refineries for the purpose of effecting a reduction in the high prices of sugar, by lowering the bounty of refined sugar exported, and correcting the evils of the West India monopoly* (Londres, 1792), 34.
61. Anônimo, *A Merchant to his Friend on the Continent: Letters concerning the Slave Trade* (Liverpool, s.d.). A Lorde Hawkesbury, "como patrono do comércio desse país em geral, e um partidário desse tráfico (de escravos), o motivo dessas cartas".
62. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38223, fls. 170, 175. Em 8 e 12 de setembro de 1788.
63. *Ibid.*, Add. MSS. 38231, fl. 59. Thomas Naylor, Prefeito, a Hawkesbury, em 10 de julho de 1796; fl. 60, Atas do Conselho Comum, em 6 de julho de 1796; fl. 64, Hawkesbury a Naylor, em 16 de julho de 1796.
64. Bourne, *op. cit.*, II, 135 n. Macaulay descreveu-o como "um demagogo analfabeto, barulhento, orgulhoso de sua riqueza, cujo inglês *Cockney* e tiradas de latim mal pronunciado eram alvo de zombaria dos jornais". *Ibid.* Para Horace Walpole, ele era "um bobo barulhento e fanfarrão". *The Letters of Horace Walpole*, V, 248. Walpole ao Conde de Stratford, em 9 de julho de 1770. A erudição latina de Beckford é ilustrada por sua famosa frase *omnium meum mecum porto*. Beaven, *op. cit.*, II, 211. Isso só era de esperar do produto de uma sociedade que falava apenas em plantar e para quem Dryden nada mais era que um nome. Steen, *op. cit.*, 430, 433.
65. *Guide to the Guildhall of the City of London* (Londres, 1927), 58-59.
66. Beaven, *op. cit.*, II, 139.
67. R. Pares, *War and Trade in the West Indies, 1739-1763* (Oxford, 1936), 509.
68. E. J. Stapleton (org.), *Some Official Correspondence of George Canning* (Londres, 1887), I, 134. A Liverpool, em 9 de janeiro de 1824. "Essa questão muito temorosa... Existem laços que não podem ser desatados subitamente e não devem ser cortados... Deve-se tomar cuidado para não se confundir... o que é moralmente verdadeiro com o que é historicamente falso... Não podemos legislar nesta Casa como se estivéssemos legislando para um novo mundo." *Hansard, Third Series*, IX, 275, 278, 282. Em 15 de maio de 1823.
69. *Despatches, Correspondence and Memoranda of Field Marshal Arthur, Duke of Wellington* (Londres, 1867-1880), V, 603. Memorando para *Sir* George Murray, em 16 de maio de 1829.
70. Documentos de Huskisson (Museu Britânico), Add. MSS. 38475, fls. 182-183. A Joseph Sandars, em 22 de janeiro

de 1824. Ver também *Ibid.*, fl. 81: "Não me parece sem importância que o Presidente da Junta de Comércio e membro por Liverpool deva sair assim que puder." Huskisson a Canning sobre a sua condição de membro da Sociedade Antiescravista, 2 de novembro de 1823.

71. *Ibid.*, Add. MSS. 38752, fl. 26. Huskisson a Horton, em 7 de novembro de 1827. Sobre a carta de renúncia de Canning da Diretoria da Instituição Africana, ver *Ibid.*, Add. MSS. 38745, fls. 69-70. Em 26 de outubro de 1823.
72. *Ibid.*, Add. MSS. 38572, fls. 26-27.
73. W. Smart, *Economic Annals of the Nineteenth Century* (Londres, 1910-1917), II, 545.
74. *The Right in the West India Merchants to a Double Monopoly of the Sugar-Market of Great Britain, and the Expedience of all Monopolies examined* (Londres, s.d.), 59-60.
75. Stock, *op. cit.*, V, 261. Em 8 de fevereiro de 1747.
76. Cundall, *The Governors of Jamaica in the Seventeenth Century*, 100.
77. *Parl. Hist.*, XIII, 641. Em 13 de fevereiro de 1744.
78. *Ibid.*, 652, 655. Em 20 de fevereiro de 1744.
79. Pares, *op. cit.*, 508-509.
80. Penson, *op. cit.*, 228.

CAPÍTULO 5

1. Hughes, *op. cit.*, 56-57, 217.
2. *Ibid.*, 91-97, 101; Grindon, *op. cit.*, 42, 54, 79-82, 185-189; Botsford, *op. cit.*, 122; Bourne, *op. cit.*, II, 78-79; Donnan, *op. cit.*, II, 493, 656.
3. Hughes, *op. cit.*, 170-174. Em 1799, Leyland tinha quatro navios no tráfico de escravos, que transportaram 1.641 escravos. Donnan, *op. cit.*, II, 646-649.
4. Hughes, *op. cit.*, 74-79, 84-85, 107-108, 111, 133, 138-141, 162, 165-166, 196-198, 220-221. Sobre os Earle, ver Botsford, *op. cit.*, 123: Bourne, *op. cit.*, II. 64. Em 1799, os Earle tinham três navios no tráfico de escravos, que transportaram 969 escravos; Ingram, em 1798, três navios, com 1.005 escravos; Bold, em 1799, dois navios, com 539 escravos. Donnan, *op. cit.*, II, 642-649.
5. Latimer, *Annals of Bristol in the Eighteenth Century*, 297-298, 392, 468, 507; *Annals of Bristol in the Nineteenth Century*, 113, 494; Bourne, *op. cit.*, II, 18.
6. C. W. Barclay, *A History of the Barclay Family* (Londres, 1924-1934), III, 235, 242-243, 246-247, 249; Gary, *op. cit.*, 194, 221, 506; Bourne, *op. cit.*, II, 134-135; Botsford, *op. cit.*, 120-121. Outro nome proeminente de banqueiro de Londres ligado ao tráfico de escravos era Baring. Gary, *op. cit.*, 506.
7. Eyre-Todd, *op. cit.*, III, 151, 218-220, 245, 372; J. Buchanan, *Banking in Glasgow during the older time* (Glasgow, 1862), 5-6, 17, 23-26, 30-34.
8. J. Lord, *Capital and Steam-Power, 1750-1850* (Londres, 1923), 113.
9. *Ibid*, 192.

10. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38227, fls. 43, 50, 140, 141. Em 7 e 14 de setembro e 15 e 17 de novembro de 1791.
11. Namier, "Antony Bacon...", 25-27, 32, 39, 41, 43; Ashton, *op. cit.*, 52, 136, 241-242; J. H. Clapham, *An Economic History of Modern Britain, The Early Railway Age, 1820-1850* (Cambridge, 1930), 187-188.
12. Beaven, *op. cit.*, II, 131.
13. Ashton, *op. cit.*, 157.
14. F. Martin, *The History of Lloyd's and of Marine Insurance in Great Britain* (Londres, 1876), 62.
15. Wright e Fayle, *op. cit.*, *19*, 91, 151, 212, 218-219, 243, 293, 327. Outros nomes proeminentes ligados à Lloyd's eram Baring e os abolicionistas Richard Thornton e Zachary Macaulay. *Ibid.*, 196-197.
16. *H. of C. Sess. Pap.*, 1837-8, Vol. 48. A cifra exata foi £15,095.4.4 (15.095 libras, 4 xelins e 4 *pence)*, pp. 12, 165, 169.
17. Clapham, *op. cit.*, 286.
18. Wright e Faye, *op. cit.*, 240-241.
19. Callender, *op. cit.*, 78-79.
20. Dodd, *op. cit.*, 37, 91, 125, 204-208, 219. Ver também C. R. Fay, *Imperial Economy and its place in the formation of Economic Doctrine* (Oxford, 134), 32.
21. Documentos de Huskisson, Add. MSS. 38745, fls. 182-183. Huskisson a Sandars, em 22 de janeiro de 1824, concordando com sua retirada. Ver também J. Francis, *A History of the English Railway; its Social Relations and Revelations, 1820-1845* (Londres, 1851), I, 93.
22. Ver *Hansard*. VI, 919, onde Gascoyne se opôs à proibição do tráfico britânico de escravos para as novas colônias conquistadas durante as Guerras Napoleônicas como uma violação da fé. Em 25 de abril de 1806. Sobre Gladstone, ver Francis, *op. cit.*, I, 123; F. S. Williams, *Our Iron Roads: their history, construction, and social influences* (Londres, 1852), 323-324, 337. Quanto a Moss, ver Francis, *op. cit.*, I, 123; Hughes, *op. cit.*, 197-198.
23. V. Sommerfield, *English Railways, their beginnings, development and personalities* (Londres, 1937), 34-38; Latimer, *Annals of Bristol in the Nineteenth Century*, 111, 189-190. Três dos diretores estavam ligados às Índias Ocidentais e subscreveram 51.800 libras de um total de 217.500.
24. Lord, *op. cit.*, 166.
25. Scrivenor, *op. cit.*, 86-87. Em 1740: 17.350 toneladas em 89 fornos; em 1788: 68.300 toneladas em 85 fornos.
26. Wheeler, *op. cit.*, 148, 170. Importações: de 1.985.868 para 6.700.000 libras; exportações: de 23.253 para 355.060 libras.
27. W. T. Jackman, *The Development of Transportation in Modern England* (Cambridge, 1916), II, 514 n. De 19.837 para 27.246.
28. Butterworth, *op. cit.*, 57; Wheeler, *op. cit.*, 171. De 20.000 para 80.000.
29. Lord, *op. cit.*, 143.
30. Mantoux, *op. cit.*, 102-103.

31. Adam Smith, *op. cit.*, 549, 555, 558-559, 567, 573, 576, 579, 581, 595, 625-626.
32. *Ibid.*, 577.

CAPÍTULO 6

1. Johnson, *op. cit.*, I, 118-119. As proporções foram computadas do quadro de exportações apresentado.
2. Pitman, *Development of the British West Indies*, Prefácio, p. VII.
3. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 382. Governador Willoughby, em 12 de maio de 1666; *Ibid.*, V, 414. John Reid ao Secretário Arlington, em 1666(?).
4. Postlethwayt, *Universal Dictionary...*, II, 767.
5. Callender, *op. cit.*, 96, citando *American Husbandry* (1775).
6. *Ibid.*, 96.
7. *Cambridge History of the British Empire*, I, 572.
8. Andrews, *The Colonial Period...*, I, 72.
9. *Cambridge History of the British Empire*, I, 564.
10. Andrews, *The Colonial Period...*, I, 497-499.
11. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, I, 429-430. Em 26 de setembro de 1655. O governador Winthrop opôs-se à emigração como "desagradável" a Deus. R. C. Winthrop, *Life and Letters of John Winthrop* (Boston, 1864-1867), II, 248.
12. Whitworth, *Works of Devenant*, II, 9, 21, 22.
13. H. A. Innis, *The Cod Fisheries, the History of an International Economy* (New Haven, 1940), 78.
14. Stock, *op. cit.*, V, 259. William Beckford, em 8 de fevereiro de 1747.
15. Callender, *op. cit.*, 78.
16. P. W. Bidwell e J. I. Falconer, *History of Agriculture in the Northern United States, 1620-1820* (Nova Iorque, 1941), 43.
17. Harlow, *A History of Barbados...*, 272.
18. *Ibid.*, 268.
19. Andrews, *The Colonial Period...*, IV, 347.
20. Harlow, *A History of Barbados...*, 387.
21. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, VII, 4. John Style ao Secretário Morrice, em 14 de janeiro de 1669.
22. *Ibid.*, X, 297. "Narrative and Disposition of Capt. Breedon concerning New England", 17 de outubro de 1678.
23. Stock, *op. cit.*, II. 269. Em 27 de janeiro de 1698.
24. A. M. Whitson, "The Outlook of the Continental American Colonies on the British West Indies, 1760-1775", *Political Science Quarterly* (março de 1930), 61-63.
25. Innis, *op. cit.*, 134-135.
26. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 167. Renatus Enys ao Secretário Bennett, em 1º de novembro de 1663: "Os inimigos inveterados da colônia são os Dons de Barbados...; usam os meios mais extremos para desmoralizar o país."
27. *Ibid.*, IX, 431. Governador Lynch ao Governador Stapleton das ilhas de Sotavento, em 16 de maio de 1683.

28. *Parl. Hist.*, XVII; 482-485. Em 29 de abril de 1772. A questão é exposta em C. Wilson, *Anglo-Dutch Commerce and Finance in the Eighteenth Century* (Cambridge, 1941), 182--183.
29. Pares, *op. cit.*, 220.
30. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, V, 167. Governador Willoughby, em 4 de novembro de 1663.
31. Pitman, *Development of the British West Indies*, 70-71; Stock, *op. cit.*, IV, 97.
32. Bennett, *op. cit.*, 22-25.
33. Postlethwayt, *Great Britain's Commercial Interests...*, I, 494; Postlethwayt, *Universal Dictionary...*, I, 869; *An Account of the late application... from the Sugar Refineries*, 4; Stock, *op. cit.*, IV, 101.
34. Pares, *op. cit.*, 180.
35. J. Almon, *Anecdotes of the Life of the Right Honourable William Pitt, Earl of Chatham, and of the principal events of his time* (Londres, 1797), III, 222, 225. As citações são tiradas de um panfleto contemporâneo, *Letter from a Gentleman in Guadeloupe to his Friend in London* (1760), o qual é transcrito em Almon.
36. Whitworth, *State of the Trade of Great Britain...*, Parte II, 85-86. As cifras referentes ao Canadá e à Flórida são as seguintes:

	Importações Britânicas	*Exportações Britânicas*
Canadá	448.563 libras	2.383.679 libras
Flórida	79.993 libras	375.068 libras

Quanto à Granada e Domínica, ver Capítulo 3, nota 16, *supra*.

37. Pares, *op. cit.*, 219.
38. Almon, *op. cit.*, III, 225.
39. Pares, *op. cit.*, 224.
40. Stock, *op. cit.*, V, 461. Em 7 de março de 1750.
41. Whitson, *op. cit.*, 73.
42. Stock, *op. cit.*, V, 537 n.
43. Anônimo, *The Importance of the Sugar Colonies to Great Britain Stated* (Londres, 1731), 7.
44. Stock, *op. cit.*, IV, 136. Thomas Winnington, em 23 de fevereiro de 1731.
45. *Ibid.*, V, 462.
46. Postlethwayt, *Universal Dictionary...*, I, 871-872, II, 769; Postlethwayt, *Great Britain's Commercial Interest...*, I, 482, 485, 489-490, 493.
47. Almon, *op. cit.*, III, 16. Carta Circular aos Governadores da América do Norte, em 23 de agosto de 1760.
48. Stock, *op. cit.*, V, 478. Em 16 de abril de 1751.
49. Anônimo, *A Letter to a Noble Peer, relating to the Bill in favour of the Sugar-Planters* (Londres, 1733), 18.
50. Whitson, *op. cit.*, 76.

51. A. M. Schlesinger, *The Colonial Merchants and the American Revolution, 1763-1776* (Nova Iorque, 1918), 42-43.
52. *Some Considerations Humbly offer'd...*, II.
53. *A Letter to a Noble Peer...*, 20.
54. Whitson, *op. cit.*, 70.
55. Stock, *op. cit.*, V, 477. Em 16 de abril de 1751.
56. *Ibid.*, IV, 161 n., 162 n., 163 n.
57. *Ibid.*, V, 453. Em 19 de abril de 1751.
58. Donnan, *op. cit.* III, 203-205. Em 24 de janeiro de 1764.
59. W. S. McClellan, *Smuggling in the American Colonies at the Outbreak of the Revolution* (Nova Iorque, 1912), 37.
60. Wood, *op. cit.*, 136-141.
61. Stock, *op. cit.*, IV, 143. Em 23 de fevereiro de 1731.
62. *Ibid.*, IV, 125. Em 28 de janeiro de 1731.
63. *Ibid.*, IV, 185. Em 21 de fevereiro de 1732.
64. *Ibid.*, IV, 139. Em 23 de fevereiro de 1731.
65. E. Donnan, "Eighteenth Century English Merchants, Micajah Perry", *Journal of Economic and Business History* (novembro de 1931), 96. Perry a Cadwallader Colden de Nova Iorque.
66. Pitman, *Development of the British West Indies*, 272.
67. C. W. Taussig, *Rum, Romance and Rebellion* (Nova Iorque, 1928), 39.
68. Stock, *op. cit.*, V, 471. Em 16 de abril de 1751.
69. Callender, *op. cit.*, 133.
70. Innis, *op. cit.*, 212.
71. Arthur Young, *Annals of Agriculture* (Londres), IX, 1788, 95-96; X, 1788, 335-362. O ensaio todo, sobre "West Indian Agriculture" ("Agricultura das Índias Ocidentais"), deve ser lido.
72. Whitson, *op. cit.*, 77-78.
73. MacInnes, *op. cit.*, 295.
74. Edwards, *op. cit.*, II, 515.
75. Whitson, *op. cit.*, 86.
76. Ragatz, *Fall of the Planter Class...*, 174.
77. G. Chalmers, *Opinions on Interesting Subjects of Public Law and Commercial Policy; arising from Independence* (Londres, 1784), 60.
78. Ragatz, *Fall of the Planter Class...*, 176.
79. C. P. Nettels, *The Roots of American Civilization* (Nova Iorque, 1939), 655.
80. As petições das várias ilhas para que os portos fossem abertos eram tão numerosas, que Lorde Hawkesbury estava "apreensivo de que todo porto em nossas ilhas das Índias Ocidentais venha a solicitar para se tornar porto livre, dada a impressão das grandes vantagens a se tirar disso". Documentos de Liverpool, Add. MSS, 38228, fl. 324. Fevereiro de 1793. A 20 de fevereiro de 1784, o governador Orde escrevera de Dominica: "O povo aguarda com ansiedade incomum a chegada de uma lei de porto livre". B. T. 6/103 (Arquivo Público, Londres).
81. W. H. Elkins, *British Policy in its Relation to the Commerce and Navigation of the U.S.A., 1794-1807* (Tese de formatura em Filosofia pela Universidade de Oxford, c. 1935), 96. O Dr. Vincent Harlow, que supervisionou a tese, bondosamente permitiu-me que a lesse.
82. Innis, *op. cit.*, 221, 251.
83. T. Pitkin, *A Statistical View of the Commerce of the United States* (Hartford, 1817), 167.
84. *Report of the Committee of Privy Council, 1788*, Parte V, Questão 1. Depoimento dos Srs. Fuller, Longer e Chrisholme, da Jamaica.
85. Pitman, *The Settlement... of British West Plantations...*, 276.
86. *Report of the Committee of Privy Council, 1788*. Ver nota 84 *supra*.
87. Pitman, *The Settlement... of British West Plantations...*, 280.
88. *Parl. Hist.*, XXIX, 260. Wilberforce, em 18 de abril de 1791.
89. Klingberg, *op. cit.*, 13-14, 103; H. Brougham, *An Inquiry into the Colonial Policy of the European Powers* (Edimburgo, 1803), I, 522.
90. Documentos de Chathan (Arquivo Público, Londres), G. D. 8/349. As Ilhas das Índias Ocidentais, Documentos relativos à Jamaica (1783-1804) e a São Domingos (1788-1800). Extratos de "Considerações sobre o Estado de São Domingos", por Hilliard d'Auberteuil, 303.
91. *Report of the Committee of Privy Council, 1788*. Parte V. Ver nota 84 *supra*.
92. Brougham, *op. cit.*, I, 539-540.
93. Nos Documentos de Chatham, G. D. 8/102, há esta carta curiosa de Pitt, datada de 25 de novembro de 1783, provavelmente ao presidente da Companhia das Índias Orientais: "Ocorreu-me ser do interesse da Companhia mostrar que os portadores de letras estão dispostos a conceder-lhe todo o tempo conveniente antes de exigirem o pagamento. Tenho em geral entendido que estão inclinados a fazer isso; mas pesaria muito se se pudesse obter uma declaração pública deles, *em conjunto*, nesse sentido. Para esse fim seria conveniente convocar uma reunião pública deles; embora tal medida não deva indubitavelmente ser proposta sem uma certeza de êxito, não pude deixar de sugerir isso a sua consideração. Devo, porém, pedir-lhe o favor de não mencionar a idéia como tendo partido de mim, e de perdoar a liberdade que tomo em importuná-lo."
94. R. Coupland, *Wilberforce* (Oxford, 1923), 93.
95. Açúcar: Vários manuscritos (de posse do autor). Adamson a Ferguson, em 25 de março de 1787.
96. *East India Sugar, Papers respecting the Culture and Manufacture of Sugar in British India* (Londres, 1822), Apêndice I, p. 3.
97. Clarkson, *Essay on the Impolicy...*, 34.
98. Pitkin, *op cit.*, 30, 200-201. Pitkin dá as cifras referentes a 1784-1790 em libras, as referentes a 1792-1801 em dólares. As proporções dadas no texto baseiam-se nos quadros apre-

sentados por Pitkin. Pareceu-me um meio mais satisfatório de mostrar o aumento do comércio do que tentar a conversão de libras em dólares.
99. Merivale, *op. cit.*, 230.
100. Anônimo, *The Speeches of the Right Honourable William Huskisson with a Biographical Memorial* (Londres, 1831), II, 392. Em 21 de março de 1825.

CAPÍTULO 7

1. *Parl. Hist.*, XXIII, 1026-1027. Em 17 de junho de 1783.
2. Mantoux, *op. cit.*, 340.
3. Clapham, *op. cit.*, cap. V.
4. Lord, *op. cit.*, 176.
5. Clapham, *op. cit.*, 156.
6. Mantoux, *op. cit.*, 257.
7. Clapham, *op. cit.*, 184-185, 196.
8. Lord, *op. cit.*, 174.
9. A. Redford, *The Economic History of England* (Londres, 1931), 22
10. Mantoux, *op. cit.*, 258.
11. N. S. Buck, *The Development of the Organization of Anglo-American Trade, 1800-1850* (New Haven, 1925), 166.
12. *Ibid.*, 164.
13. Wheeler, *op. cit.*, 175.
14. Butterworth, *op. cit.*, 112.
15. Buck, *op. cit.*, 169.
16. Mantoux, *op. cit.*, 368. A frase é de Arthur Young.
17. *Ibid.*, 367-368.
18. Jackman, *op. cit.*, II, 514 n. De 27.426 para 163.888.
19. Butterworth, *op. cit.*, 37.
20. Mantoux, *op. cit.*, 258.
21. C. H. Timperley, *Annals of Manchester; Biographical, Ecclesiastical, and Commercial, from the earliest period to the close of the year 1839* (Manchester, 1839), 89.
22. Buck, *op. cit.*, 36 n.
23. Scrivenor, *op. cit.*, 87 (68.300 toneladas, em 1788); Clapham, *op. cit.*, 149 (650.000-700.000 toneladas, em 1830).
24. Scrivenor, *op. cit.*, 87 (85 fornos, em 1788); *op. cit.*, 149 (250-300 fornos, em 1830).
25. Scrivenor, *op. cit.*, 123-124, 293-294.
26. Clapham, *op. cit.*, 240.
27. *Cambridge History of the British Empire,* II, 223. O ensaio, "The Industrial Revolution and the Colonies, 1783-1822", de J. H. Clapham, deve ser lido como auxílio indispensável para a compreensão da destruição do monopólio das Índias Ocidentais.
28. Clapham, *op. cit.*, 431; F. Engels, *The Condition of the Working Class in England in 1844* (Londres, edição de 1936), 13. O número de minas aumentou de 40 para 76.
29. Scrivenor, *op. cit.*, 297.
30. Redford, *op. cit.*, 41-42.

31. Clapham, *op. cit.*, 152, 154; A. P. Usher, *A History of Mechanical Inventions* (Nova Iorque, 1929), 332.
32. Clapham, *op. cit.*, 189.
33. Scrivenor, *op. cit.*, 421. As cifras são como se segue: 1815 — exportações, 79.596 toneladas; para as Índias Ocidentais Britânicas. 7.381; para os Estados Unidos, 21.501; 1833 — exportações, 179.312 toneladas; para as Índias Ocidentais Britânicas, 5.400; para os Estados Unidos, 62.253.
34. Mantoux, *op. cit.*, 276.
35. Clapham, *op. cit.*, 144, 196; Buck, *op. cit.*, 163.
36. Engels, *op. cit.*, 9. De 75.000 para 490.000 artigos.
37. Clapham, *op. cit.*, 243, 478.
38. James, *op. cit.*, 286; Mantoux, *op. cit.*, 106 n.; Clapham, *op. cit.*, 249. A exportação de algodão, em 1830, foi de 31.810.474 libras. Buck, *op. cit.*, 166.
39. Mantoux, *op. cit.*, 369; Engels, *op. cit.*, 9.
40. Merivale, *op. cit.*, 120.
41. *Cambridge History of the British Empire,* II, 231.
42. Merivale, *op. cit.*, 121.
43. Redford, *op. cit.*, 45.
44. L. H. Jenks, *The Migration of British Capital to 1875* (Londres, 1927), 64.
45. *Hansard, New Series,* XV, 385. Lorde Redesdale, em 19 de abril de 1825.
46. Jenks, *op. cit.*, 67.
47. *Customs 8* (Arquivo Público, Londres), Vols. 14 e 35. As cifras são: 1821 — 6.422.304 libras; 1832 — 7.017.048 libras.
48. Jenks, *op. cit.*, 75-76.
49. *The Cambridge History of British Foreign Policy* (Cambridge, 1923), II, 74. Canning a Granville, em 17 de dezembro de 1824.
50. *Customs 8,* Vols. 14 e 35. Em 1831 — 2.114.329 libras; em 1832 — 9.452.822 libras.
51. *Ibid.* Em 1821 — 3.239.894 libras; em 1832 — 9.452.822 libras.
52. Jenks, *op. cit.*, 47.
53. *Customs 8,* Vols. 14 e 35. Em 1821 — 43.113.855 libras; em 1832 — 65.025.278 libras.
54. *Ibid.* Em 1821 — 19.082.693 libras; em 1832 — 29.908.964.
55. *Ibid.* Em 1821 — 3.649.746 libras; em 1832 — 6.377.507 libras.
56. *Ibid.* Para as Índias Ocidentais Britânicas: 1821 — 4.704.610 libras; 1832 — 3.813.821 libras. Para a Jamaica: 1821 — 3.214.643 libras; 1832 — 2.022.435 libras.
57. W. L. Burn, *Emancipation and Apprenticeship in the British West Indies* (Londres, 1937), 52.
58. *Hansard, Third Series,* LXXVII, 1062. Milner Gibson, em 24 de fevereiro de 1845.
59. Merivale, *op. cit.*, 203.
60. Burn, *op. cit.*, 73. Burn nega que eram um inferno.
61. W. L. Mathieson, *British Slavery and its Abolition, 1823-1838* (Londres, 1926), 222.

62. A. Prentice, *History of the Anti-Corn Law League* (Londres, 1853), I, 5.
63. E. Halévy, *A History of English People, 1830-1841* (Londres, 1927), 42-43, 47, 56-58.
64. F. M. Eden, *Eight Letters on the Peace; and on the Commerce and Manufactures of Great Britain* (Londres, 1802), 129.
65. *Cambridge History of the British Empire,* II, 239.

CAPÍTULO 8

1. Merivale, *op. cit.*, 238-239.
2. *Ibid.*, 93.
3. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38295, fl. 102. Um correspondente anônimo a Lorde Bexley, em julho de 1823.
4. C. O. 137/166. Hibbert a Horton, em 2 de abril de 1827.
5. *Hansard, New Series,* XIV, 1164. Lorde Dudley e Ward, em 7 de março de 1826.
6. *Ibid., Third Series,* III, 354. Sr. Robinson, em 11 de março de 1831.
7. Bready, *op. cit.*, 308.
8. A expressão é do Dr. Bowring. A data não consegui descobrir.
9. Prentice, *op. cit.*, I, 75.
10. *The Right in the West India Merchants...,* 17, 18-19, 26-27, 50-51, 53, 74-75.
11. *Hansard, New Series,* VIII, 339. Petição dos negociantes de navios, etc., interessados no comércio com as Índias Ocidentais, em 3 de março de 1823.
12. *Report of a Committee of the Liverpool East India Trade* (Liverpool, 1822), 21-22.
13. Z. Macaulay, *East and West India Sugar; or a Refutation of the Claims of the West India Colonists to a Protecting Duty on East India Sugar* (Londres, 1823), 37.
14. *Debates at the General Court of Proprietors of East India Stock on the 19th and 21st March 1823 on the East India Sugar Trade* (Londres, 1823), 12, Sr. Tucker.
15. *Ibid.*, 40-41.
16. *Cambridge Modern History* (Cambridge, 1934), X, 771-772.
17. *Hansard, Third Series,* I, 424-425, 429. Em 16 de maio de 1820.
18. *Ibid.*, XXII, 111, 118. Em 23 de março de 1812. A lisonja referente a Pitt está em *Cambridge Modern History,* X, 771.
19. W. Naish, *Reasons for using East India Sugar* (Londres, 1828), 12.
20. *Hansard, Third Series,* LXXV, 438. Sr. Villiers, em 10 de junho de 1844.
21. *Ibid.*, 444.
22. Merivale, *op. cit.*, 225.
23. *Ibid.*, 205.
24. J. B. Seely, *A Few Hints to the West Indians on their Present Claims to Executive Favour and Protection at the Expense of the India Interests* (Londres, 1823), 89.

25. *The Speeches of... Huskisson...,* II, 198. Em 22 de maio de 1823.
26. *Ibid.*, III, 146. Em 15 de maio de 1827.
27. *Hansard, Third Series,* LVII, 920. Villiers, em 5 de abril de 1841.
28. *Ibid.*, 162-163. Labouchere, em 12 de março de 1841.
29. *Ibid., Third Series,* LXXVII, 1056. Milner Gibson, em 24 de fevereiro de 1845.
30. *Ibid., Third Series,* LVII, 920. Villiers, em 5 de abril de 1841.
31. *Ibid., Third Series,* LXXVII, 1078. Em 24 de fevereiro de 1845.
32. P. Guedalla, *Gladstone and Palmerston* (Londres, 1928), 30.
33. *Hansard, Third Series,* CXI, 592. Em 31 de maio de 1850.
34. *Ibid., Third Series,* XCVI, 123. Em 4 de fevereiro de 1848.
35. *Ibid., Third Series,* CXXIV, 1036. Em 3 de março de 1853.
36. Pitman, *The Settlement... of British West India Plantations...,* 282-283.
37. Penson, *op. cit.*, 208.
38. T. Fletcher, *Letters in Vindication of the Rights of the British West India Colonies* (Liverpool, 1822), 27; Anônimo, *Memorandum on the Relative Importance of the West and East Indies to Great Britain* (Londres, 1823), 30; C. O. 137/140. Relatório de uma Comissão da Insigne Assembléia Legislativa, designada para investigar a respeito de várias questões relativas ao estado do comércio e agricultura da ilha; os efeitos prováveis nisso da abertura do comércio com as Índias Orientais; e a operação do máximo atual na exportação de açúcar, Jamaica, 1813.
39. C. O. 137/140. Relatório de uma Comissão da Insigne Assembléia Legislativa..., Jamaica, 1813.
40. K. Bell e W. P. Morrell, *Select Documents on British Colonial Policy, 1830-1860* (Oxford, 1928), 414. Russell a Light, em 15 de fevereiro de 1840.
41. Merivale, *op. cit.*, 84.
42. *Hansard, Third Series,* III, 537. Sr. Fitzgerald, 18 de março de 1831; *Ibid., Third Series,* XVIII, 111. Henry Goulburn, em 30 de maio de 1833.
43. *Ibid., New Series,* IV, 947. Marryat, em 28 de fevereiro de 1821.
44. *Ibid., Third Series,* C, 356. Bentinck, em 10 de julho de 1848.
45. *Ibid., Third Series,* LXXV, 213. Stewart, em 3 de junho de 1844; *Ibid., Third Series,* XCIX, 1094. Miles, em 23 de junho de 1848.
46. *Ibid., Third Series,* LVI, 616. Visconde Sandon, em 12 de fevereiro de 1841.
47. *Ibid., Third Series,* XCIX, 1098. Miles, em 23 de junho de 1848; *Ibid.*, 1466. Nugent, em 30 de junho de 1848. Eles argumentaram que quando os africanos, no fim de seu contrato, retornassem à pátria, introduziriam a civilização na África, *Ibid., Third Series,* LXXXVIII, 91. Hogg, em 27 de julho de 1846. Sobre o pedido de sentenciados, ver *Ibid., Third Series,* LXXV, 1214. Sr. James, em 21 de junho de 1844.

48. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVII, 1269. Em 26 de fevereiro de 1845.
49. *Ibid.*, *Third Series*, CXI, 581. Em 31 de maio de 1850.
50. *Ibid.*, *Third Series*, LXXV, 198. Em 3 de junho de 1844.
51. *Ibid.*, *Third, Series*, CXV, 1440. Em 10 de abril de 1851.
52. *Ibid.*, 1443.
53. *The Political Writings of Richard Cobden* (Londres, 1878), 12, 14.
54. *Ibid.*, 257. Cobden estava preparado para deixar os Estados Unidos apoderar-se de Cuba. *Hansard, Third Series*, CXXXII, 429-430. Em 4 de abril de 1854.
55. *Hansard, Third Series*, CVI, 942, 951-952, 958. Em 26 de junho de 1849; *Ibid.*, *Third Series*, C, 825. Em 25 de julho de 1848.
56. *Ibid.*, *Third Series*, C, 831, 834, 849. Em 25 de julho de 1848.
57. *Ibid.*, *New Series*, XXII, 855. Em 23 de fevereiro de 1830.
58. *Ibid.*, *Third Series*, XI, 834. Em 23 de março de 1832.
59. *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 875. Em 19 de junho de 1848.
60. W. P. Morrell, *British Colonial Policy in the Age of Peel and Russell* (Oxford, 1930), 286.
61. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, pp. xiii xxiv.
62. Merivale, *op. cit.*, 78.
63. *Hansard*, XXXIV, 1192. Barham, em 19 de junho de 1816.
64. *Adresses and Memorials to His Majesty from the House of Assembly at Jamaica, voted in the years 1821 to 1826, inclusive, and which have presented to His Majesty by the Island Agent* (Londres, 1828), 22.
65. *Hansard, Third Series*, XCIX, 872. Seymer, em 19 de junho de 1848.
66. *Ibid.*, *Third Series*, XCVI, 75. Robinson, em 3 de fevereiro de 1848.
67. *Ibid.*, *Third Series*, LXIII, 1218-1219. Em 3 de junho de 1842.
68. *Ibid.*, *Third Series*, LXXV, 462. Em 10 de junho de 1844.
69. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVIII, 164. Em 28 de junho de 1846.
70. E. L. Woodward, *The Age of Reform, 1815-1870* (Oxford, 1938), 351. Morrell, *op. cit.*, 519, fala disso como "a famosa indiscrição" de Disraeli, embora não esteja claro exatamente como isso era indiscreto. A expressão "*damnosa hereditas*" é de Taylor, do Ministério das Colônias. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, p. XXVI.
71. J. Morley, *The Life of William Ewart Gladstone* (Londres, 1912), I, 268.
72. Penson, *op. cit.*, 209.
73. Documentos de Chatham, G. D. 8/352. "West India Planters and Merchants, Resolutions", 19 de maio de 1791.
74. *Calendar of State Papers, Colonial Series*, XIII, 719. Petição dos Negociantes da Jamaica, 11 de outubro de 1692.
75. A. M. Arnould, *De la Balance du Commerce et des Relations Commerciales Extérieures de la France, dans Toutes les Parties du Globe, particulièrement à la fin du Règne de Louis XIV, et au Moment de la Révolution* (Paris, 1791), I, 263, 326-328.

76. *Hansard*, IX, 90-91. Hibbert, em 12 de março de 1807.
77. *Parl, Hist.*, XXIX, 1147. Em 2 de abril de 1792.
78. Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 211.
79. Ver Documentos de Chatham, G. D. 8/102. Pitt a Eden, em 7 de dezembro de 1787: "Quanto mais reflito sobre isso, mais ansioso e impaciente fico para que o negócio seja resolvido o mais rapidamente possível." Pitt recusou-se a considerar a suspensão temporária do comércio e a transigir sobre "o princípio de humanidade e justiça, no qual o todo repousa". *The Journal and Correspondence of William, Lord Auckland* (Londres, 1861), I, 304. Pitt a Eden, em 7 de janeiro de 1788. Pitt pensava que um bom resultado da nova constituição da França (1788) seria que "nossa possibilidade de estabelecer algo sobre o tráfico de escravos" melhorasse. *The Manuscripts of J. B. Fortescue Esq. preserved at Dropmore* (Comissão de Manuscritos Históricos, Londres, 1892-1927), I, 353. Pitt a Grenville, em 29 de agosto de 1788.
80. Ragatz, *The Fall of Planter Class...*, 213-214.
81. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38409, Fls. 151, 155. Provavelmente escrito em 1789.
82. *Ibid.*, fls. 147-148.
83. *Ibid.*, Add. MSS. 38349, fl. 393. Escrito provavelmente depois de 1791.
84. *Correspondence, Despatches and other Papers of Viscount Castlereagh* (Londres, 1848-1853), XI, 41. Liverpool a Castlereagh, em 2 de outubro de 1815. Ver também Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38578, fl. 28. Liverpool a Castlereagh, em 20 de novembro de 1818. Vindo de um dono de escravos das Índias Ocidentais, a expressão é engraçada.
85. Ver Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38224, fl. 118. Lord Dorset, embaixador britânico em Paris, escreveu a Lorde Hawkesbury, a 7 de maio de 1789, que as referências agradáveis ao humanitarismo britânico "pareciam apenas querer lisonjear-nos e manter-nos tranqüilos e de bom humor". *Sir* James Harris, da Holanda, escreveu que os princípios de humanidade provavelmente não causariam muita impressão aos negociantes holandeses e que seria difícil obter a aquiescência deles. *The Manuscripts of J. B. Fortescue...*, III, 442-443. Harris a Grenville, em 4 de janeiro de 1788.
86. Gaston-Martin, *La Doctrine Coloniale de la France en 1789* (Cahiers de la Révolution Française, nº 3, Bordéus, 1935), 25, 39.
87. J. Ramsay, *An Inquiry into the Effects of Putting a Stop to the African Slave Trade* (Londres, 1784), 24.
88. Documentos de Chatham, G. D. 8/349. Ilhas das Índias Ocidentais, Documentos relativos à Jamaica e São Domingos. O oferecimento foi feito por De Cadusey, Presidente da Assembléia da Ilha, a 29 de outubro de 1791. Ele declarou que a necessidade justificava um ato que normalmente seria traição, por motivos óbvios o oferecimento não podia ser "oficial", e solicitava a Pitt em nome da política como tam-

bém da humanidade a aceitar "a expressão da vontade geral". O oferecimento não era uma coisa inesperada na Inglaterra. A 13 de maio de 1791, o embaixador britânico em Paris informou que os colonizadores franceses estavam falando em lançar-se nos braços da Inglaterra". F. O. 27/36 (Arquivo Público, Londres). Gower a Grenville.

89. F. O. 27/40. De Curt a Hawkesbury, em 18 de dezembro de 1792. De Curt solicitou para ser considerado em todos os aspectos cidadão inglês e mais tarde formalmente pediu proteção "no nome da humanidade e da lealdade inglesa". Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38228, fl. 197. Em 3 de janeiro de 1793.
90. *Parl. Hist.*, XXXII, 752. Dundas, em 18 de fevereiro de 1796.
91. J. W. Fortescue, *A History of the British Army* (Londres, 1899-1930), IV, Parte I, 325.
92. *Ibid.*, 565.
93. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, I, 341.
94. *Ibid.*, II, 147, 286; A. M. Wilberforce, *The Private Papers of William Wilberforce* (Londres, 1897), 31. Pitt a Wilberforce, em 31 de maio de 1802.
95. Klingberg, *op. cit.*, 116, citando Lecky
96. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, II, 225. Stephen a Wilberforce, em julho de 1797.
97. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38227, fl. 5. Em 7 de agosto de 1791. Um anônimo da Jamaica escrevendo a um tal Sr. Brickwood.
98. Documentos de Chatham, G. D. 8/334. Documentos diversos relativos à França, 1784-1795. James Chalmers a Pitt, em 24 de dezembro de 1792.
99. Eden, *op. cit.*, 18.
100. Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 308.
101. *H. of C. Sess. Pap. Report on the Commercial State of the West India Colonies, 1807*, H-6; *Hansard*, IX, 98. Hibbert, em 12 de março de 1807.
102. *Hansard*, VIII, 238-239. Em 30 de dezembro de 1806.
103. *Ibid.*, 985. Hibbert, em 23 de fevereiro de 1807. A necessidade maior de escravos nas colônias mais novas explica essa migração peculiar das velhas para as novas colônias entre 1807 e 1833 sob o disfarce de "domésticos" a serviço de seu amo. Ver Eric Williams, "The Intercolonial Slave Trade after its Abolition in 1807", *Journal of Negro History* (abril de 1942).
104. *Hansard*, II, 652. Em 13 de junho de 1804. Lorde Sheffield replicou que isso seria abuso de confiança. *Ibid.*, 235. Em 16 de maio de 1806.
105. *Ibid.*, VIII, 658-659. Em 5 de fevereiro de 1807.
106. *Ibid.*, IX, 101. Em 12 de março de 1807.
107. Merivale, *op. cit.*, 303, 313-317.
108. Ragatz, *Statistics...*, 20 (Quadro XVII).
109. *Ibid.*, 20 (Quadros XVII, XIX e XX). Antígua, 162.573 e 115.932 *cwt.* (quintais ingleses); Maurícia, 155.247 e 524.017 *cwt.*
110. *Ibid.*, 20 (Quadros XIX e XXI). De 4.000 para 110.000 *cwt.*

111. *Customs* 5 (Arquivo Público, Londres), Vols. 6 e 22. As de Cingapura aumentaram de 5.000 para 33.000 *cwt;* as das Filipinas, de 8.800 para 32.500; as de Java de 950 para 21.700.
112. J. de La Pezuela, *Dicionário Geográfico, Estatístico, Histórico de la Isla de Cuba* (Madri, 1862), I, 59; *Anuario Azucarero de Cuba* (Havana, 1940), 59. De 14.000 para 620.000 toneladas.
113. *Customs 5*, Vols. 6, 20 e 21. Do Brasil, 50.800 e 362.000 *cwt;* de Cuba, 35.500 e 210.800 *cwt.*
114. Pitman, *The Settlement... of British West India Plantations...*, 262.
115. Pezuela, *op. cit.*, I, 59. A plantação Alava, outro "monstro", compreendia 4.933 acres, empregava 600 escravos e produzia 3.570 toneladas de açúcar. *Ibid.*
116. *Hansard, Third Series*, LXX, 212. Cobden, em 22 de junho de 1843.
117. *Ibid.*, *Third Series*, LVII, 610. Ellenborough, em 26 de março de 1841.
118. *Ibid.*, *Third Series*, II, 790. Poulett Thomson, em 21 de fevereiro de 1831.
119. *Statements, Calculations and Explanations submitted to the Board of Trade relative to the Commercial, Financial and Political State of the British West India Colonies, since the 19th of May, 1830. (H. of C. Sess, Pap., Accounts and Papers,* 1830-1831, IX, nº 120), 58. As importações por parte de Hamburgo elevaram-se de 68.798 para 75.441 caixas; por parte da Prússia, de 207.801 para 415.134. As importações russas de açúcar cubano elevaram-se de 616.542 para 935.395 pudes (16 quilos, aproximadamente), de açúcar brasileiro de 331.584 para 415.287 pudes.
120. *Hansard, Third Series*, XVII, 1209, 1211-1212. Em 14 de maio de 1833.
121. Burn, *op. cit.*, 367 n.
122. C. O. 295/93, s. d. A petição do Conselho foi anexada ao despacho do governador Grant de 29 de agosto de 1832.

CAPÍTULO 9

1. H. Richard, *Memoris, of Joseph Sturge* (Londres, 1864), 84. Cropper a Sturge, em 14 de outubro de 1825.
2. Documentos de Auckland (Museu Britânico), Add. MSS. 34427, fls. 401-402 (v). Wilberforce a Eden, em janeiro de 1788.
3. Coupland, *Wilberforce*, 422.
4. Bready, *op. cit.*, 302, 341.
5. Prentice, *op. cit.*, I, 3-4.
6. T. P. Martin, "Some International Aspects of the Anti--Slavery Movement, 1818-1823", *Journal of Economic and Business History* (novembro de 1928), 146.
7. *Hansard, Third Series*, XVI, 290, em 6 de março de 1833.
8. Wadsworth e Mann, *op. cit.*, 288, 289.
9. Murch, *op. cit.*, 76.

10. Informe sobre os Discursos no Grande Banquete do Teatro, em Manchester, para comemorar a eleição do Sr. Mark Philips e do ilustríssimo Sr. P. C. Thomsom (Biblioteca John Rylands), 2, 8.
11. *Hansard, Third Series* XXXIII, 472. Em 29 de abril de 1836.
12. *Ibid., Third Series,* XLVIII, 1029. Em 28 de junho de 1839.
13. *Ibid., Third Series,* C, 54. Milner Gibson, em 3 de julho de 1848.
14. *Ibid., Third Series,* LXXVII, 1053. Gibson, em 24 de fevereiro de 1845.
15. *Ibid., Third Series,* LVI, 605. Hawes, em 12 de fevereiro de 1841.
16. *Ibid., Third Series,* LXXVII, 1053. Gibson, em 24 de fevereiro de 1845; *Ibid., Third Series,* C, 54. Gibson, em 3 de julho de 1848.
17. *Ibid., Third Series,* LXXVII, 1144. Em 24 de fevereiro de 1845; *Ibid., Third Series,* XCIX, 1428. Em 30 de junho de 1848.
18. *Ibid., Third Series,* C, 324. Bentinck, em 10 de julho de 1848, citando Bright. Bentinck acentuou a proteção anterior contra os tecidos indianos.
19. *Ibid , Third Series,* LXXVIII, 930. Em 14 de março de 1485.
20. *Ibid., Third Series,* LXXVI, 37. Em 27 de junho de 1844.
21. *Ibid., Third Series,* XCIX, 1420. Em 30 de junho de 1848.
22. *Ibid.,* 747. Em 16 de junho de 1848.
23. Documentos de Auckland, Add. MSS. 34427, fls. 401-402 (v). Wilberforce a Eden, janeiro de 1788.
24. J. A. Langford, *A Century of Birmingham Life: or a Chronicle of Local Events* (Birmingham, 1870), I, 434.
25. Asthon, *op. cit.,* 223.
26. Langford, *op. cit.,* I, 436, 440.
27. *Ibid.,* I, 437.
28. Dent, *op. cit.,* 427.
29. *Ibid.*
30. N. B. Lewis, *The Abolitionist Movement in Sheffield, 1823-1833* (Manchester, 1934), 4-5.
31. Eng. MS., 743 (Biblioteca John Rylands). Sociedade Auxiliar para a ajuda dos Escravos Negros, fl. 12. Em 9 de janeiro de 1827; fl. 15. Em 10 de julho de 1827. O apelo a seus concidadãos está num pequeno cartão, sem data, na mesma biblioteca, na caixa V.
32. Lewis, *op. cit.,* 6.
33. *Hansard, Third Series,* XIX, 1270. Em julho de 1833.
34. *Ibid., Third Series,* XVI, 288. Em 6 de março de 1833; *Ibid., Third Series,* XVIII, 911. Em 17 de junho de 1833.
35. *Ibid., Third Series,* LXXV, 446-447. Em 10 de junho de 1844.
36. *Ibid., Third Series,* LXIII, 1174. Em 3 de junho de 1842.
37. *Ibid.,* 1173.
38. *Ibid., Third Series,* LXX, 210. Em 22 de junho de 1843.
39. J. Bright e J. T. Rogers (orgs.), *Speeches on Questions of Public Policy by Richard Cobden, M. P.* (Londres, 1878), 91-92.

40. J. E. Richtie, *The Life and Times of Viscount Palmerston* (Londres, 1866-1867), II, 743-744.
41. *Hansard, Third Series,* LXXVII, 1128. Em 24 de fevereiro de 1845.
42. *Ibid., Third Series,* XVIX, 751-752. Em 16 de junho de 1848.
43. Mackenzie-Grieve, *op. cit.,* 283.
44. *Hansard,* VI, 918. Em 25 de abril de 1806.
45. *Ibid.,* VII, 612. Lorde Howick, em 10 de junho de 1806.
46. *Ibid.,* VIII, 948. Lorde Howick, em 23 de fevereiro de 1807.
47. Jackman, *op. cit.,* II, 515 n.
48. *Hansard,* VIII, 961-962. Em 23 de feveiro de 1807.
49. Buck, *op. cit.,* 31-32.
50. *Hansard, New Series,* XXIII, 180. Em 11 de março de 1830.
51. *The Speeches of... Huskisson...,* I, 115. Em fevereiro de 1826.
52. *Hansard, Third Series.* XIX, 793. Em 17 de julho de 1833.
53. *Ibid, Third Series,* XVIII, 909-910. Em 17 de junho de 1833.
54. *Ibid., Third Series,* XVI, 285. Em 6 de março de 1833.
55. *Ibid., Third Series,* XVIII, 910. Em 17 de julho de 1833.
56. Eyre-Todd, *op. cit.,* III, 256, 263-264.
57. Donnan, *op. cit.,* II, 537 n., 564, n.-565 n.
58. *Hansard, Third Series,* XVI, 291. Em 6 de março de 1833. Em 1846, outro Oswald foi mais adiante: "Quando usávamos algodão produzido por escravos, quando bebíamos café produzido por escravos e fumávamos tabaco produzido por escravos, era-lhe humanamente impossível conceber com base em que princípio eles não podiam também usar açúcar produzido por escravos. Deviam procurar a melhoria desse mal noutro setor que não a Alfândega." *Hansard, Third Series,* LXXVIII, 122. Em 28 de julho de 1846. Seria interessante saber se este era um membro da mesma família.
59. Ragatz, *Statistics...,* 9 (Quadro IV).
60. *Report of the Proceedings of the Committee of Sugar Refiners,* 3, 8, 15.
61. *Ibid.,* 18 n.
62. Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38227, fl. 217. Presidente da comissão a Hawkesbury, em 23 de janeiro de 1792; fls. 219-222. Presidente da comissão a Pitt, em 12 de janeiro de 1792.
63. As exportações de algodão indiano foram de 7 milhões de libras em 1816, 31 milhões em 1817, 67 milhões em 1818, mas somente 4 milhões em 1822. As exportações dos Estados Unidos foram de 50 milhões em 1816, 59 milhões em 1822; do Brasil, 20 milhões em 1816 e 24 milhões em 1822. *Customs 5,* Vols. 5, 6, 7, 11. Mas o algodão indiano era "o pior do mercado inglês, devido ao cultivo e embalagem negligentes". E. Baines, *History of the Cotton Manufacture in Great Britain* (Londres, 1835), 308. John Bright posteriormente costumava contar a história de uma reunião para oração em Lancashire, na qual se fazia a seguinte prece: "Ó Deus, rogamos a Ti que nos envies algodão; mas, Ó Deus, não Shoorat." A referência diz respeito ao algodão de Surate (Índia) e provavelmente tem relação com a Guer-

ra Civil Americana. G. M. Trevelyan, *The Life of John Bright* (Boston, 1913), 318 n.
64. T. P. Martin, *op. cit.*, 144. A expressão é de M. Queen.
65. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 19.
66. *Hansard, Third Series*, VII, 764. John Wood, em 28 de setembro de 1831.
67. *Ibid., Third Series*, XIX, 1165-1167. William Clay, em 24 de julho de 1833.
68. *Ibid., Third Series*, VII, 764. Em 28 de setembro de 1831.
69. *Ibid., Third Series*, VIII, 362. Em 7 de outubro de 1831.
70. *The Speeches of... Huskissom...*, III, 454. Em 25 de maio de 1829.
71. *Hansard, Third Series*, XVIII, 589. Em 11 de junho de 1833.
72. *Ibid., Third Series*, XVII, 75. William Ewart, em 3 de abril de 1833; *Ibid., Third Series*, LVIII, 101. Ewart, em 10 de maio de 1841.
73. *Ibid., Third Series*, LVI, 608. B. Hawes, em 12 de fevereiro de 1841.
74. *Ibid., Third Series*, LXXXVIII, 517. Em 10 de agosto de 1846.
75. Ramsay, manuscrito, fl. 64. "An Address on the proposed bill for the Abolition of the Slave Trade."
76. Documentos de Auckland, Add. MSS. 34227, fl. 123. Wilberforce a Eden, em 23 de novembro de 1787.
77. *Parl Hist.*, XXIX, 270. Em 18 de abril de 1791.
78. *Ibid.*, 322.
79. *Hansard*, VIII, 948-949. Em 23 de fevereiro de 1807.
80. Atas do Comitê para a Abdicação do Tráfico de Escravos, 1769-1819 (Museu Britânico), Add. MSS. 21255, fl. 100 (v.) Em 14 de abril de 1789.
81. J. Newton, *Thoughts upon the African Slave Trade* (Liverpool, 1788), 8.
82. Ramsay, *manuscrito*, fl. 64.
83. *Hansard*, VIII, 947-948. Lorde Howick, em 23 de fevereiro de 1807.
84. *Report of a Comittee of the Liverpool East India Association...*, 56.
85. *The Speeches, of... Huskisson...*, III, 442. Em 12 de maio de 1829.
86. *Hansard, Third Series*, VII, 755. Em 28 de setembro de 1831.
87. *Ibid., Third Series*, XVI, 881-882. Em 20 de março de 1833.
88. *Ibid.*, 290. Em 6 de março de 1833.
89. *Ibid., Third Series*, XIX, 1169. Em 24 de julho de 1833.
90. Lindsay, *op. cit.*, III, 85-86.
91. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, p. xli.

CAPÍTULO 10

1. *Hansard, Third Series*, XCIX, 1223. G. Thomson, em 26 de junho de 1848. Thomson era um notável orador abolicionista.
2. *Ibid., Third Series*, LXXV, 170. Lorde John Russell, em 3 de junho de 1844.

3. *Despatches... of Wellington*, I, 329. Canning a Wellington, em 30 de setembro de 1822.
4. *Ibid.*, I, 453. Wellington a Canning, em 28 de outubro de 1822.
5. *Correspondence... of Canning*, I, 62. Memorando para o Gabinete, em 15 de novembro de 1822.
6. *Hansard, Third Series*, XCVI, 1096. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
7. *Despatches... of Wellington*, I, 329. Canning a Wellington, em 30 de setembro de 1822.
8. *Correspondence... of Canning*, I, 62. Memorando para o Gabinete, em 15 de novembro de 1822.
9. R. I. e S. Wilberforce, *The Correspondence of William Wilberforce* (Londres, 1840), II, 466. Em 24 de outubro de 1822.
10. *Despatches... of Wellington*, I, 474-475. Em 31 de outubro de 1822.
11. *Hansard*, XXX, 657-658. Em 18 de abril de 1815; *Ibid.*, XXXI, 174. Em 5 de maio de 1815. Sobre os Baring e a América Latina, ver Jenks, *op. cit.*, 48.
12. *Hansard*, XXXI. Ver páginas 557, 606, 850-851, 1064. Em 1.º, 5, 16 e 30 de junho de 1815.
13. *Ibid., New Series*, XI, 1345. Em 15 de junho de 1824.
14. *Ibid.*, 1475-1477. Em 23 de junho de 1824.
15. *Ibid., New Series*, XXV, 398. Em 15 de junho de 1830.
16. *Ibid.*, 405. General Gascoyne, em 15 de junho de 1830; *Ibid., New Series*, XX, 495. Gascoyne, em 23 de fevereiro de 1829.
17. *Correspondence... of Castlereagh*, X, 112. Castlereagh a Liverpool, em 9 de setembro de 1814.
18. *Hansard, Third Series*, LIX, 609. Brougham, em 20 de setembro de 1841.
19. *Ibid., Third Series*, XCVI, 1101-1102. Jackson, em 20 de fevereiro de 1848.
20. *Ibid., Third Series*, CII, 1084. Bispo de Oxford, em 22 de fevereiro de 1849.
21. *Ibid., Third Series*, XCVI, 1095. Citado por Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
22. *Ibid., Third Series*, XCVIII, 1168. Palmerston, em 17 de maio de 1848; *Ibid.*, 1198. Caldwell, em 18 de maio de 1848.
23. *Ibid., Third Series*, LXV, 938, 942, 945. Em 2 de agosto de 1842.
24. *Ibid., Third Series*, LXXI, 941. Em 18 de agosto de 1843.
25. A. K. Manchester, *British Preminence in Brazil, Its Rise and Decline* (Chapel Hill, N. C., 1933), 315.
26. *Hansard, Third Series*, LXXVII, 1066. Ewart, em 24 de fevereiro de 1845; *Ibid.*, LXX, 224. Em 22 de junho de 1843.
27. *Ibid., Third Series*, XCIX, 1121. Hawes, em 23 de junho de 1848.
28. *Ibid., Third Series*, XCVI, 1100. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
29. *Ibid., Third Series*, LXXXI, 1170. Hutt, em 24 de junho de 1845.
30. *Ibid., Third Series*, XCIX, 748. Em 16 de junho de 1848.

31. *Ibid., Third Series*, CXIII, 40. Em 19 de julho de 1850.
32. *Ibid., Third Series*, XCVII, 988. Urquhart, em 24 de março de 1848.
33. *Ibid., Third Series*, LXXXI, 1169-1170. Hutt, em 24 de junho de 1845.
34. *Ibid., Third Series*, LXXV, 170. Russell, em 3 de junho de 1844.
35. *Ibid., Third Series*, CVII, 1036. Gibson, em 27 de julho de 1849.
36. *Ibid., Third Series*, XCVI, 1101. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
37. *Ibid., Third Series*, LXXXI, 1158-1159. Em 24 de junho de 1845.
38. *Ibid., Third Series*, XCVI, 1092, 1096. Hutt, em 22 de fevereiro de 1848.
39. *Ibid.*, 1092.
40. *Ibid., Third Series*, XCVII, 986-987. Urguhart, em 24 de março de 1848.
41. *Ibid., Third Series*, CI, 177. Urquhart, em 16 de agosto de 1848.
42. *Ibid., Third Series*, LXXXI, 1156, 1158. Hutt, em 24 de junho de 1845.
43. *Ibid., Third Series*, XCVII, 987. Urquhart, em 24 de março de 1848.
44. *Ibid., Third Series*, LXXXI, 1165, 1170. Hutt, em 24 de junho de 1845.
45. *Ibid., Third Series*, CIX, 1109. Hutt, em 19 de março de 1850.
46. *Ibid., Third Series*, CXIII, 61. Hutt, em 19 de julho de 1850.
47. *Ibid., Third Series*, LXXXI, 1158. Hutt, em 24 de junho de 1845.
48. W. L. Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade, 1839-1856* (Londres, 1929), 90 n. A frase é de Carlyle.
49. *Hansard, Third Series*, LXXVI, 947, 963. Peel em 16 de julho de 1844.
50. *Ibid., Third Series*, LXXX, 482. Peel, em 16 de maio de 1845.
51. *Ibid., Third Series*, LXXXII, 1058-1064. Em 24 de julho de 1845.
52. *Ibid., Third Series*, XCVI, 1125. Em 22 de fevereiro de 1848.
53. *Ibid., Third Series*, LVIII, 648, 653. Em 18 de maio de 1841.
54. *Ibid., Third Series*, LXXXII, 550, 552. Em 15 de julho de 1845.
55. *Ibid., Third Series*, XCVIII, 994-996. Em 24 de março de 1848.
56. *Ibid., Third Series*, L, 383. Em 19 de agosto de 1839.
57. *Ibid., Third Series*, LVIII, 167, 169. Em 10 de maio de 1841.
58. *Ibid., Third Series*, CIX, 1162. Em 19 de março de 1850.
59. *The Manuscripts of J. B. Fortescue*..., IX, 14-99. Edmund Lyon a Grenville, em 16 de janeiro de 1807.
60. *Hansard*, XXVIII, 349. Lorde Holland, em 27 de junho de 1814.
61. *Ibid.*, XXX, 657-658. Em 18 de abril de 1815.
62. *Statements, Calculations and Explanations submitted to the Board of Trade*..., p. 84. Carta de Keith Douglas, em 30 de outubro de 1830.
63. C. O. 137/186. Memorial dos representantes da Jamaica, em 29 de novembro de 1832.
64. D. Turnbull *The Jamaica Movement, for promoting the enforcement of the Slave Trade Treaties, and the Supression of the Slave Trade* (Londres, 1850), 65, 94-95, 99, 120, 201, 249, 267.
65. *Times*, 30 de janeiro de 1857.
66. Guedalla, *op. cit.*, 64-66.

CAPÍTULO 11

1. R. Coupland, *The Empire in These Days* (Londres, 1935), 264. O Professor Coupland compreende tão pouco a história do movimento abolicionista quanto seu herói. "Como a abolição é popular agora", escreveu Wilberforce em 1807. "Deus pode mudar o coração dos homens." Wilberforce, *Life of Wilberforce*, III, 295. Em 11 de fevereiro de 1807.
2. *Hansard*, VIII, 679-682. Em 6 de fevereiro de 1807.
3. K. Farrer (org.), *The Correspondence of Josiah Wedgwood* (Londres, 1906), I, 215-216. Em 17 de junho de 1793.
4. Ver Atas do Comitê para a Abolição do Tráfico de Escravos, Add. MSS. 21254, fls. 12-12 (v). Samuel Hoare a Clarkson, em 25 de julho de 1787: "Espero que o fervor e animação com que tu abraçaste a causa sejam acompanhados de serenidade e moderação, que só poderão assegurar seu sucesso."
5. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, IV, 240-241. Escrito em 1811.
6. Bell e Morre *op. cit.*, 376. Memorando de Stephen, em outubro de 1831.
7. C. O. 295/93. Stephen a Howick, em 25 de agosto de 1832.
8. Bell e Morrell, *op. cit.*, 420. Minuta de Stephen, em 15 de setembro de 1841.
9. Ramsay, manuscrito, fl. 28. Em 27 de dezembro de 1787.
10. Klingberg, *op. cit.*, 60-61. O depoimento de Ramsay perante o Conselho Privado em 1788 bem merece ser lido.
11. *Sir* G. Stephen, *Anti-Slavery Recollections* (Londres, 1854), 77; Richard, *op. cit.*, 78. Stephen e Richard efetivamente estavam discutindo a respeito da Instituição Africana e Sociedade Antiescravista.
12. Stephen, *op. cit.*, 79.
13. Coupland, *Wilberforce*, 417.
14. *Hansard, New Series*, XI, 1413. Wilberforce, em 15 de junho de 1824.
15. Coupland, *Wilberforce*, 406-408, 411-417. Sobre sua oposição às associações antiescravistas femininas, ver Wilberforce, *Life of Wilberforce*, V, 264-265. Wilberforce a Babington, em 31 de janeiro de 1826. Sobre suas opiniões a respeito do Primeiro Projeto de Reforma, ver Wilberforce, *Correspondence of Wilberforce*, II, 265. Wilberforce a seu filho Samuel, 4 de março de 1831.

16. Atas do Comitê para a Abolição do Tráfico de Escravos, Add. MSS. 21255, fl. 50 (v). Em 12 de agosto de 1788; Add. MSS. 21256, fls. 40 (v), 96 (v). Em 31 de janeiro de 1792, em 29 de março de 1797.
17. *Hansard*, IX, 143-144. Em 17 de março de 1807.
18. *Parl. Hist.*, XXXIII, 1119. Em 5 de julho de 1799.
19. *Hansard, New Series*, XIX, 1469. Citado por Lorde Seaford, em 23 de junho de 1828.
20. *Ibid., New Series*, IX, 265-266. Em 15 de maio de 1823.
21. Richard, *op cit.*, 79.
22. Stephen, *op. cit.*, 120-122.
23. Richard, *op. cit.*, 101-102. Em 28 de março de 1833.
24. A. Cochin, *L'Abolition de L'Esclavage* (Paris, 1861), Introdução, pp. xiv-xv.
25. Atas do Comitê para a Abolição do Tráfico de Escravos, Add. MSS., 21256, fl. 95. Em 15 de julho de 1795.
26. W. Fox, *Address to the People of Great Britain on the Propriety of Abstaining from West India Sugar and Rum* (Londres, 1791), *passim*.
27. R. K. Nuremberger, *The Free Produce Movement, A Quaker Protest against Slavery* (Durham, N. C., 1943), 9-10.
28. (Anônimo), *Remarkable Extracts and Observations on the Slave Trade with Some Considerations on the Consumption of West India Produce* (Stockton, 1792), 9. Exemplar do Museu Wilberforce, Hull.
29. Naish, *op. cit.*, 3.
30. Folha sem data, no Museu Wilberforce.
31. Anônimo, *The Ladies Free Grown Cotton Movement* (Biblioteca John Rylands), sem data.
32. Gurney a Scoble, em 5 de dezembro de 1840. No Museu Wilberforce. Há um número de referência, D. B. 883, dado com certa hesitação, já que os documentos heterogêneos não estavam bem organizados.
33. "The Principles, Plans and Objects of *The Hibernian Negro's Friend Society*, contrasted with those of the previously existing Anti- Slavery Societies, being a circular, in the form of a letter to Thomas Pringle, Esq., Secretary of the London Anti-Slavery Society." 3 de janeiro de 1831 (Biblioteca John Rylands).
34. *Hansard, Third Series*, XX, 315, 323, 324. Em 5 de agosto de 1833; *Ibid.*, 446. Em 9 de agosto de 1833.
35. *Ibid., Third Series*, XXXVIII, 1853. Hobhouse, em 10 de julho de 1837.
36. *Ibid., Third Series*, LVI, 218. O'Connell, em 2 de fevereiro de 1841.
37. *Ibid.*, 619. Em 12 de fevereiro de 1841.
38. *Ibid., Third Series*, LXV, 1075. Baring, em 5 de agosto de 1842.
39. *Ibid., Third Series*, LXX, 1294. Em 21 de julho de 1843.
40. *Ibid., Third Series*, LXVIII, 753. Em 10 de abril de 1843.
41. Eng. MS. 741. Clarkson a L. Townsend, em agosto de 1825.
42. Documentos de Clarkson (Museu Britânico), Add. MSS. 41267 A, fls. 178-179.

43. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 35.
44. *Hansard, Third Series*, XXXVIII, 1853-1854. Em 10 de julho de 1837.
45. *Ibid., Third Series*, LXX, 1294. Em 21 de julho de 1843.
46. Bell e Morrell, *op. cit.*, Introdução, p. xxx.
47. Registros de Subscrição da Companhia das Índias Orientais para aumento de 800.000 libras de ações, julho de 1786; Registros de Ações da Companhia das Índias Orientais, 1783-1791, 1791-1796. Essas anotações estão conservadas no Arquivo do Banco da Inglaterra, Roehampton, Londres. Henry Thornton subscreveu 500 libras e John Thornton 3.000 libras das ações emitidas em 1786. Ao morrer, John deixou 2.000 libras para cada um dos outros, o que elevou o total de ações, dessa companhia, de Henry para 3.000 libras, de Robert para 4.000 libras e de Samuel para 3.000 libras.
48. *Debates on the expediency of cultivating sugar in the territories of the East India Company* (East India House, 1793).
49. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 5. Somente Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 363, menciona esse importante fato.
50. Macaulay, *op. cit.*, 29.
51. *Debates... on the East India Sugar Trade*, 36. Hume.
52. *Correspondence between... Gladstone... and Cropper...*, 15; F. A. Conybeare, *Dingle Bank, the home of Croppers* (Cambridge, 1925), 7; Ragatz, *The Fall of the Planter Class...*, 364.
53. J. Cropper, *Letters to William Wilberforce, M. P. recommending the encouragement of the cultivation of sugar in our dominions in the East Indies, as the natural and certain means of effecting the total and general abolition of the Slave Trade* (Liverpool, 1822), Introdução, p. viii.
54. *Correspondence between... Gladstone... and Cropper...*, 16. Cropper respondeu que essa ligação cessara, ao que Gladstone retrucou: "Seria então uma coincidência curiosa que descobríssemos que essa cessação foi coeva com a transformação dele em escritor público contra a escravidão: e nesse caso não é notável que ele só se tivesse persuadido a se tornar autor depois que a sua atividade com o algodão produzido por escravos cessou? *Ibid.*, 37.
55. *Correspondence between... Gladstone... and Cropper...*, 55.
56. J. Cropper, "Slave Labour and Free Labour". *The substance of Mr. Cropper's address on Wednesday November 22 (1825), at the respectable meeting at the King's Head, Derby* (Derby, 1825), 3. Biblioteca John Rylands.
57. J. Cropper, *A Letter addressed to the Liverpool Society for promoting the abolition of Slavery, on the injurions effects of high prices of produce, and beneficial effects of low prices, on the condition of slaves* (Liverpool, 1823), 8-9.
58. *Ibid.*, 22.
59. J. Cropper, *Relief for West Indian distress, shewing the inefficiency of protecting duties on East India sugar, and*

pointing out other modes of certain relief (Londres, 1823), 9.
60. *Ibid.*, 30.
61. Conybeare, *op. cit.*, 25, 56-57.
62. *The Liverpool Mercury and Lancashire General Advertiser*, 7 de junho de 1833.
63. Coupland, *The British Anti-Slavery Movement*, 124; Mathiesen, *British Slavery and its Abolition*, 125.
64. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, V, 180.
65. *Hansard, New Series*, IX, 467. Em 22 de maio de 1823.
66. *Ibid.*, *New Series*, VII, 698. Em 17 de maio de 1822.
67. Coupland, *The British Anti-Slavery Movement*, 124.
68. Klingberg, *op. cit.*, 203.
69. Burn, *op. cit.*, 88.
70. Ragatz, *The Fall of the Planter Classe...*, 436.
71. *Hansard, New Series*, IX, 349. Baring, em 15 de maio de 1823.
72. Klingberg, *op. cit.*, 146.
73. *Ibid.*, 147-148.
74. Wilberforce admitiu posteriormente que "tivemos a índole religiosa de Alexandre Magno representada para nós... em tons muito favoráveis". Dirigindo-se a *Lady* Olivia Sparrow, em 31 de maio de 1814. No Museu Wilberforce, D. B. 25 (60). Ele escreveu uma carta enérgica ao Czar sobre o assunto. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, V, 136-137. Wilberforce a Macaulay, em 20 de novembro de 1822. Wilberforce considerava a importação da produção brasileira pelo Czar, depois de sua promessa de boicote, um "abuso de confiança de que qualquer homem privado que fosse acusado (disso) perderia para sempre a dignidade de homem de honra". Documentos de Liverpool, Add. MSS. 38578, fls. 31-32. Wilberforce a Liverpool, em 4 de setembro de 1822.
75. *Correspondence... of Castlereagh*, XII, 4-35. Memorando de James Stephen, em 8 de setembro de 1818, "relativo à África e discussões coloniais que podem ocorrer no Congresso de Aix-la-Chapelle".
76. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, IV, 133.
77. *Hansard*, XXVIII, 279, 284. Em 27 de junho de 1814.
78. *Ibid.*, 393. Em 28 de junho de 1814.
79. Wilberforce, *Life of Wilberforce*, IV, 209. Em 7 de setembro de 1814.
80. *Despatches... of Wellington*, V, 15. Em 4 de setembro de 1828.
81. *Hansard, Third Series*, XCVI, 37. Bentinck, em 3 de fevereiro de 1848.
82. Panfletos na Biblioteca John Rylands.
83. *The Liverpool Mercury and Lancashire General Advertiser*, 23 de julho de 1832, relatando uma reunião da Associação das Índias Orientais de Liverpool.
84. *Ibid.*, 24 de agosto de 1832. Carta de "Um Eleitor" a "Outro Eleitor".
85. Anônimo, *The Tariff of Conscience. The Trade in Slave Produce considered and condemned* (Série Antiescravista de Newcastle, n.º 11, s.d.). Biblioteca John Rylands.
86. Anônimo, *Conscience versus Cotton; or, the Preference of Free Labour Produce* (Série Antiescravista de Newcastle, nº 10, s.d.). Biblioteca John Rylands.

87. *Hansard, Third Series*, XIX, 1177. Em 24 de julho de 1833.
88. *Ibid.*, *Third Series*, VI, 1353. Em 12 de setembro de 1831.
89. *Ibid.*, 1355. Hume.
90. Eng. MS 415. Buxton à Srª Rawson, em 6 de outubro de 1833.
91. *Hansard, Third Series*, XCIX, 1022. Em 22 de junho de 1848.
92. Eng. MS. 415. Buxton à Srª Rawson, em 6 de outubro de 1833.
93. Gurney a Scoble, em 5 de dezembro de 1840. Museu Wilberforce, D. B. 883.
94. *Hansard, Third Series*, LXXI, 1159. Citado por Hutt, em 24 de junho de 1845.
95. *Ibid.*, *Third Series*, CIX, 1098. Citado por Hutt, em 19 de março de 1850. Em 1858, Wilberforce declarou: "Não tínhamos o direito de nos apresentar ao mundo como os supressores do tráfico de escravos, a não ser que estivéssemos dispostos, honesta e firmemente, a cumprir aqueles tratados para sua supressão que nossos aliados haviam feito conosco." *Ibid.*, *Third Series*, CL, 2200. Em 17 de junho de 1858.
96. *Ibid.*, *Third Series*, XCIX, 849. Em 19 de junho de 1848. Em 1850, Buxton pediu a exclusão do açúcar produzido por escravos, embora não a do algodão e fumo produzidos por escravos, argumentando que "não via razão para que ele não se opusesse a um mal a que podia opor-se eficientemente, porque havia outros males aos quais lhe era impossível opor-se". *Ibid.*, *Third Series*, CXI, 533. Em 31 de maio de 1850. Em 1857, ele propôs uma petição à Rainha solicitando que todos os esforços fossem usados para acabar com o Tráfico de Escravos. *Ibid.*, *Third Series*, CXLVI, 1857. Em 14 de julho de 1857. Essa mudança de opinião coincidiu com a mudança do ponto de vista dos capitalistas. Hutt foi presidente de uma comissão em 1849 que descreveu os esforços para suprimir o tráfico de escravos como impraticáveis e sem esperança. Outra comissão em 1853 da qual tanto Hutt quanto Bright foram membros, declarou que "esses esforços pela causa da humanidade, realizados ininterruptamente por tantos anos, devem ser considerados honrosos para a nação, e os resultados proporcionavam um forte incentivo para persistir-se até que o comércio iníquo estivesse inteiramente abolido". Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade*, 133-134.
97. *Hansard, Third Series*, CXXXIX, 116. Em 26 de junho de 1855.
98. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVI, 187. Em 2 de julho de 1844.
99. *Ibid.*, *Third Series*, CL, 2205. Em 17 de junho de 1858.
100. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVII, 1290, 1292, 1300, 1302. Em 26 de fevereiro de 1845.
101. *Ibid.*, *Third Series*, LVIII, 193. Em 11 de maio de 1841.
102. *Ibid.*, *Third Series*, LXXVII, 1290. Em 26 de fevereiro de 1845.

103. *Ibid., Third Series,* LXXXVIII, 4-5. Em 27 de julho de 1846. Isso foi uma petição de Clarkson à Câmara dos Lordes apresentada por Brougham.
104. Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade,* 34-35. A referência é a "prêmio por captura" — 4 libras por tonelada de todo navio capturado sem escravo, 5 libras *per capita* dos escravos entregues vivos, 2 libras e 10 xelins (isto é, 2 libras e meia) por aqueles que morressem depois da captura.
105. *Hansard, Third Series,* XCVI, 85. Em 4 de fevereiro de 1848.
106. *Ibid., Third Series,* L, 131. Inglis, em 8 de agosto de 1839.
107. *Ibid., Third, Series,* XCIX, 1324. Inglis, em 29 de junho de 1848.
108. *Ibid., Third Series,* LXXXVIII, 163. Citado por Disraeli, em 28 de julho de 1846.
109. Merivale, *op. cit.*, 303-304.
110. *Hansard, Third Series,* XCVI, 133. Em 4 de fevereiro de 1848.
111. Morley, *op. cit.,* I, 78.
112. Sypher, *op. cit.,* 217.
113. E. B. Dykes, *The Negro in English Romantic Thought* (Washington, D. C., 1942), 79-80.
114. Sypher, *op. cit.*, 215-216; Dykes, *op. cit.*, 70.
115. Lewis, *op. cit.,* 15 17.
116. *Ibid.*, 13-14.
117. T. Carlyle, "The Nigger Question", em *English and other Critical Essays* (Everyman's Edition, Londres, 1925). O ensaio todo, escrito em 1849, deve ser lido.
118. *Hansard, Third Series,* XCVI, 1052. Em 22 de fevereiro de 1848.

CAPÍTULO 12

1. Ver C. L. R. James, *The Black Jacobins* (Londres, 1938), para a revolução de escravos em São Domingos. H. Aptheker, *Negro Slave Revolts in the United States* (Nova Iorque, 1943), deve também ser consultado. Um admirável sumário, com respeito a todo o Hemisfério Ocidental, encontra-se em Herskovits, *op cit.*, 86-109.

1a. C. O. 28/95. Assembléia Legislativa, Barbados, 15 de novembro de 1825.

2. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho, num despacho de Lorde Bathurst a *Sir* H. Warde, em 3 de setembro de 1823. Sr. Hamden, pp. 21-22. Ver também C. O. 295/59, onde o governador de Trinidad argumentou que essa concessão às escravas seria considerada uma injustiça pelos homens. Woodford a Bathurst, em 6 de agosto de 1823; C. O. 295/60. O Sr. Burnley, um dos principais plantadores de Trinidad, assim se expressou: "Confesso que a idéia me parece tão monstruosa e extraordinária que nem sei como abordar o assunto."
3. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho... Sr. Hamden, 5.

4. C. O. 137/145. Shand a Bathurst, em 26 de novembro de 1817.
5. C. O. 137/148. Manchester a Bathurst, em 10 de julho de 1819.
6. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho... Sr. Hamden, p. 24.
7. C. O. 295/92. Edward Jackson ao governador Grant, em 31 de dezembro de 1831.
8. C. O. 137/156. Manchester a Bathurst, em 24 de dezembro de 1824.
9. C. O. 137/163. Manchester a Bathurst, em 13 de novembro de 1826.
10. C. O. 137/154. Manchester a Bathurst, em 13 de outubro de 1823.
11. C. O. 111/55. D'Urban a Bathurst, em 14 de julho de 1826.
12. C. O. 295/85. Em 29 de outubro de 1830. O que se segue é o número de alforrias entre 1825 e 1830:

Ano	*Número de Alforriados*	*Alforrias Pagas*	*Escravos das Plantações*	*Escravos Domésticos*
1825	162	98	38	124
1826	167	108	46	121
1827	167	129	49	118
1828	128	84	33	95
1829	87	41	15	72
1830 (até 29 out.)	32	22	6	26

13. C. O. 295/72. Woodford a Bathurst, em 8 de agosto de 1826.
14. C. O. 295/73. Stephen a Horton, em 5 de outubro de 1826.
15. C. O. 295/67. Henry Gloster, Protetor de Escravos, ao governador Woodford, em 7 de julho de 1825. Os dados de Fitzgerald são como se segue: Escravo John Philip — "7 vergastadas naquela parte do corpo onde aplicar hostilmente o pé é considerado em todos os países civilizados como um ato da mais vil indignidade"; Escravo Philip — "23 vergastadas naquela parte que meu Lorde Chesterfield vigorosamente recomenda que seja a última a entrar e a primeira a retirar-se em todas as apresentações de tributos e cuja menção na presença das senhoras é considerada uma grande violação das leis da gentileza"; Escravo Simon Mind — "23 vergastadas naquela determinada parte do corpo que raramente é culpada de algum crime, mas que paga por transgressões cometidas por outros membros".
16. Bell e Morrell, *op. cit.*, p. 382.
17. C. O. 28/99. Carrington, Representante de Barbados, a Bathurst, em 2 de março de 1826.
18. C. O. 28/93. Wade a Bathurst, em 21 de outubro de 1824.
19. C. O. 28/92. Relato de um Debate no Conselho... p. 33.

20. C. O. 137/165. Mensagem à Assembléia Legislativa, em dezembro de 1827.
21. C. O. 137/143. Em 31 de outubro de 1815.
22. Bell e Morrell, *op. cit.*, 405. Protesto à Assembléia de Jamaica, em junho de 1838.
23. C. O. 137/183. Manchester a Goderich, em 13 de novembro de 1832.
24. *Ibid.* Manchester a Goderich, em 16 de dezembro de 1832.
25. C. O. 137/186. Memorial dos delegados da Jamaica à Grã-Bretanha, 29 de novembro de 1832.
26. C. O. 137/183. Manchester a Goderich, secreto e confidencial, em 16 de dezembro de 1832.
27. *Hansard,* XXXI, 781-782. Marryat, em 13 de junho de 1815.
28. C. O. 137/183. Manchester a Goderich, secreto e confidencial, em 16 de dezembro de 1832.
29. C.O. 137/187. Z. Jones a Goderich, em 22 de fevereiro de 1832.
30. C. O. 137/187. Goderich a Manchester, secreto, em 5 de março de 1832.
31. A frase é de Canning.
32. C. O. 137/154. Manchester a Bathurst, em 24 de dezembro de 1823.
33. C. O. 28/111. Smith a Stanley, 13 de julho de 1833.
34. C. O. 295/92. Memorial para nós mesmos e em defesa de todos os nossos co-súditos de descendência africana (anexo ao despacho do governador Grant a Goderich, em 26 de março de 1832).
35. *Ibid.*, Grant a Goderich, em 26 de março de 1832.
36. *Ibid.* William Clunes a Goderich, em 27 de janeiro de 1832.
37. C. O. 28/111. Smith a Stanley, em 23 de maio de 1833.
38. C. O. 28/88. Combermere a Bathurst, em 15 de janeiro de 1819.
39. C. O. 111/69. D'Urban a Murray, em 20 de abril de 1830. Ver também C. O. 295/87. Smith a Goderich, de Trinidad, em 13 de julho de 1831: "Os escravos têm uma facilidade incontável em obter informação parcial, e geralmente deturpada, toda vez que um documento público que está para ser recebido possa de algum modo afetar sua condição ou situação."
40. C. O. 295/92. Grant a Goderich, em 26 de março de 1832.
41. *Ibid., Gazette Extraordinary,* em 25 de março de 1832.
42. C. O. 295/93. Extraído de um documento de Trinidad, s.d.
43. C. O. 295/92. Grant a Howick, em 30 de abril de 1832.
44. C. O. 137/119. Coote a Castlereagh, em 27 de junho de 1807; C. O. 137/120. Edmund Lyon, Representante de Jamaica, a Castlereagh, em 17 de julho de 1807.
45. C. O. 137/142. Manchester a Bathurst, em 26 de janeiro de 1816.
46. C. O. 137/143. Extraído de uma carta de Jamaica, 11 de maio de 1816.
47. C. O. 299/39. John Spooner, de Barbados, ao governador Woodford, em 18 de abril de 1866.

48. C. O. 28/85. Coronel Codd ao governador Leith, em 25 de abril de 1816; *Ibid.,* Contra-Almirante Harvey a J. W. Croker, em 30 de abril de 1816.
49. C. O. 295/60. Um comandante de Trinidad ao governador Woodford, em 30 de agosto de 1823.
50. C. O. 137/145. Shand a Bathurst, em 26 de novembro de 1817.
51. C. O. 111/44. D'Urban a Bathurst, em 5 de maio de 1824.
52. C. O. 295/89. Grant a Howick, em 10 de dezembro de 1831.
53. C. O. 137/83. Mulgrave a Howick, em 6 de agosto de 1832.
54. C. O. 28/111. Smith a Stanley, em 23 de maio de 1833.
55. C. O. 111/8. Nicholson a Castlereagh, em 6 de junho de 1808.
56. C. O. 137/156. Manchester a Bathurst, em 31 de julho de 1824.
57. C. O. 28/85. Leith a Bathurst, em 30 de abril de 1816.
58. *Ibid.,* Codd a Leith, em 25 de abril de 1816.
59. *Ibid.* Leith a Bathurst, em 30 de abril de 1816.
60. C. O. 137/143. Alexander Aikman, Jr., a Bathurst, em 2 de maio de 1816.
61. C. O. 137/142. Manchester a Bathurst, em 4 de maio de 1816.
62. C. O. 111/39. Murray a Bathurst, em 24 de agosto de 1823.
63. *Ibid.* Murray a Bathurst, em 27 de setembro de 1823.
64. C. O. 28/92. Ward a Bathurst, em 27 de agosto de 1823.
65. C. O. 137/156. Manchester a Bathurst, em 31 de julho de 1824.
66. C. O. 111/44. D'Urban a Bathurst, em 5 de maio de 1824.
67. *Ibid.* D'Urban a Bathurst, 5 de maio de 1824. (Essa foi a segunda carta num dia.)
68. *Ibid.* D'Urban a Bathurst, em 15 de maio de 1824.
69. C. O. 28/107. Lyon a Goderich, em 28 de março de 1831.
70. *Ibid.* Lyon a Goderich, em 2 de abril de 1831.
71. C. O. 137/181. Belmore a Goderich, em 6 de janeiro de 1832.
72. C. O. 137/182. Belmore a Goderich, em 2 de maio de 1832.
73. C. O. 295/92. Grant a Howick, em 30 de abril de 1832.
74. C. O. 137/188. Mulgrave a Goderich, em 26 de abril de 1833.
75. *Hansard, Third Series,* XIII, 77. Em 24 de maio de 1832.
76. C. O. 137/191. F. B. Zuicke ao governador Belmore, em 23 de maio de 1832.
77. C. O. 28/111. Smith a Goderich, em 7 de maio de 1833.
78. *Ibid.*
79. *Ibid.* Smith a Stanley, em 23 de maio de 1833.

CAPÍTULO 13

1. Gaston-Martin, *L'Ère des Négriers, 1714-1774* (Paris, 1931), 424.

BIBLIOGRAFIA

Este livro é baseado na tese de doutorado, intitulada "The Economic Aspect of the Abolition of the British West Indian Slave Trade and Slavery" ("O Aspecto Econômico da Abolição do Tráfico de Escravos e da Escravidão nas Índias Ocidentais Britânicas"), submetida à Disciplina de História Moderna, da Universidade de Oxford, em setembro de 1938. Fontes manuscritas foram consultadas, principalmente com respeito aos anos 1783-1833, período abrangido pela tese.

I. FONTES PRIMÁRIAS (MANUSCRITAS)

A. ARQUIVO PÚBLICO, LONDRES

1. Documentos do Ministério das Colônias. Não há necessidade de acentuar o valor desta fonte. Embora as citações tenham sido reduzidas ao mínimo, as selecionadas para o texto se basearam numa investigação completa de mais de 230 volumes, compreendendo a Jamaica, Barbados, Trinidad e Demerara (Guiana Inglesa), e abrangendo o período 1789-1796 (os anos iniciais do Movimento Abolicionista) e 1807-1833). As indicações do catálogo são C. O. 27 (Barbados), C. O. 111 (Demerara, isto é, Guiana Inglesa), C. O. 295 (Trinidad), C. O. 137 (Jamaica).

2. Documentos de Chatham, G. D./8. Estes foram esquadrinhados apenas no que concerne à correspondência e documentos do jovem William Pitt, e não de seu pai. Muitas informações sobre Chatham acham-se espalhadas na obra de Pares. Os papéis consultados forneceram material muito valioso sobre as ilhas britânicas das Índias Ocidentais, São Domingos e Índia, e como Pitt dominou o cenário parlamentar britânico de 1784, até sua morte, em 1806, a coleção é de capital importância.

3. Documentos do Ministério das Relações Exteriores. Estes foram usados especialmente no que concerne aos anos de 1787 a 1793, com referência específica à atitude do Governo britânico para com a São Domingos francesa; alguns detalhes importantes foram acrescentados ao texto. A indicação do catálogo é F. O. 27 (França).

4. Registros da Alfândega. Os registros consultados foram *Customs 8*, exportações britânicas, referentes aos anos de 1814 a 1832; e *Customs 5*, importações britânicas.

B. MUSEU BRITÂNICO

1. Documentos de Liverpool. Este é o mais importante da coleção de Manuscritos Adicionais utilizados para este estudo. Os documentos formam diversos volumes; referências específicas em cada caso são encontradas nas *Notas*. Como proprietário nas Índias Ocidentais e Presidente da Junta de Comércio, Lorde Hawkesbury, posteriormente primeiro Conde de Liverpool, ocupou uma posição destacada no período do Movimento da Abolição. Sua correspondência abrange muitas cartas e memorandos valiosos relativos ao tráfico de escravos, às colônias britânicas e francesas, às negociações britânicas com os colonizadores franceses rebeldes, durante a guerra com a França, e à questão do açúcar das Índias Orientais.

2. Livros de Minutas do Comitê para a Abolição do Tráfico de Escravos — três volumes contendo material muito útil e pertinente.

3. Documentos de Auckland. São os documentos do enviado britânico remetidos para persuadir os franceses em 1787 a abolir o tráfico de escravos; contêm cinco cartas muito valiosas de William Wilberforce para completar a biografia do abolicionista.

4. Documentos de Huskisson. Estes documentos contêm um material excelente acerca das opiniões de Huskisson sobre a emancipação, as Índias Ocidentais e os abolicionistas.

C. BIBLIOTECA PÚBLICA DE LIVERPOOL

Esta biblioteca possui três manuscritos importantes utilizados neste estudo. São o volume 10 dos Documentos de Holt e Gregson, cheio de estatísticas sobre a dependência de Liverpool para com o tráfico de escravos e cartas de Matthew Gregson sobre o mesmo assunto; correspondência de um traficante de escravos, Robert Bostock, com seus comandantes de navios, durante os anos de 1789 a 1792; e os *Journals of Liverpool Slave Ships, 1779-1788 (Diários dos Navios Negreiros de Liverpool, 1779-1788)*.

D. BIBLIOTECA JOHN RYLANDS, MANCHESTER

Nesta famosa biblioteca provinciana, numa cidade fundamental para o desenvolvimento do capitalismo britânico e sua relação com a escravidão do negro, acham-se os Manuscritos Ingleses, até agora não utilizados. A coleção contém muito material sobre o açúcar da Índia Oriental e o boicote da produção dos escravos das Índias Ocidentais; a carta de Buxton oferecendo o Cristianismo aos negros como uma compensação pela escravidão; e uma carta interessante de T. B. Macaulay alegando premência de trabalho como a razão de sua impossibilidade de contribuir para uma antologia planejada para comemorar a Lei de Emancipação.

E. MUSEU WILBERFORCE, HULL

Esta instituição contém muito pouco material. Algumas cartas aqui e ali, como a de Gurney sobre o valor da evangelização para a África, são citadas no texto, com as indicações do catálogo que existiam no tempo de minha visita (junho de 1939). O valor do Museu reside não em seu acervo literário, mas na exibição dos horrendos instrumentos usados no tráfico de escravos. Numa das salas há uma lista de escravos emoldurada da "Orange Hill Estate" (cuja localização não é dada), a qual, entre as classificações segundo o trabalho, idade e cor, tem uma categoria interessante em que se enquadram cinco dos escravos, com idade variando de 1 ano e 8 meses a 20 anos — "mestiços". Exatamente o que constituía um mestiço, numa plantação com as divisões mais conhecidas de negros, mulatos, etc., não está claro.

F. BIBLIOTECA DA CASA DE RHODES, OXFORD

Em poder da Casa de Rhodes há um volume manuscrito, de autoria do abolicionista James Ramsay. É uma coleção interessante de notas, memorandos e discursos úteis não somente para o estudo do movimento da abolição em geral, mas também pela luz que lança sobre um abolicionista muito pouco conhecido por seus raros panfletos e o depoimento que prestou perante o Conselho em 1788.

G. ARQUIVO DO BANCO DA INGLATERRA, ROEHAMPTON, LONDRES

O Livro de Registro de Acionistas da Companhia das Índias Orientais está guardado aí. Os volumes examinados foram os diários de Subscrição da Companhia das Índias Orientais para o aumento de 800.000 libras de ações, em julho de 1786, e Os Livros de Registro de Acionistas da Companhia das Índias Orientais, de 1783-1791 e 1791-1796. Foram consultados no que concerne à ligação entre os negociantes das Índias Orientais e os abolicionistas.

II. FONTES PRIMÁRIAS (IMPRESSAS)

1. *Hansard*. A importância dos Debates Parlamentares com respeito a esse período não precisa ser acentuada, pois com exceção de um escritor britânico, W. L. Mathieson, nenhuma tentativa real foi feita para utilizar uma fonte cujo valor, deve-se pensar, seria prontamente evidente. Os debates foram cuidadosamente examinados, desde 1650 a 1860. Para o período mais antigo, que termina aproximadamente em 1760, os discursos são bem esparsos, mas, felizmente para o estudioso, foram colecionados e compilados de uma forma que facilita a consulta por um trabalhador infatigável, L. F. Stock, sob o título de *Proceedings and Debates in the British Parliament respecting North America (Atas e Debates do Parlamento Britânico com respeito à América do Norte)*, e publicados em cinco volumes até agora, sob os auspícios da Instituição Carnegie.

No que concerne aos anos de 1760 a 1860, os debates parlamentares aparecem sob os seguintes títulos diferentes: 1760 a 1803, *Cobbett's Parliamentary History of England (História Parlamentar da Inglaterra de Cobbett)*; 1803 a 1872, *Cobbett's Parliamentary Debates (Debates Parlamentares de Cobbett)*; 1812 a 1820, *Hansard;* 1820 a 1830, *Hansard, New Series (Hansard, Nova Série)*; 1830 a 1860, *Hansard, Third Series (Hansard, Terceira Série)*. Mantive está divisão oficial para facilitar a verificação ou consulta. Isso me pareceu mais satisfatório do que o uso da única palavra *Hansard* para abranger séries inteiramente diferentes, o que ocasionaria séria confusão no que concerne aos diferentes volumes. No período mais antigo, os debates de muitos anos são incluídos num só volume; para os debates de 1845 e anos subseqüentes em geral, um único ano significa geralmente quatro volumes separados.

2. *Documentos Ilustrativos do Tráfico de Escravos para a América*. Este notável trabalho em quatro volumes, outra publicação da Instituição Carnegie, põe o estudioso da escravidão do negro eternamente em dívida com a falecida Professora Elizabeth Donnan e seus competentes assistentes. Para as finalidades deste livro, o volume mais importante foi o II, que trata do século XVIII e das Índias Ocidentais. Mas o volume I, século XVII, é também muito útil, especialmente com respeito ao período posterior a 1688, enquanto, quando necessário, os volumes III e IV, que tratam das Colônias do Norte e do Centro, das Colônias do Sul, do continente, respectivamente, foram consultados.

3. *Documentos Parlamentares.* Sob este título, reuni os documentos submetidos ao Parlamento e os depoimentos obtidos pelas Comissões Parlamentares. Não é necessária uma lista detalhada, em vista das referências dadas nas *Notas,* mas de 1784 a 1848 há muitos relatórios úteis que não podem ser ignorados para um estudo das Índias Ocidentais. Se sua existência é pouco conhecida e suas vastas possibilidades estão ainda por ser exploradas, deve-se fazer menção especial ao volume 48 dos Documentos das Sessões referentes aos anos 1837-1838, que fornece uma lista detalhada das exigências de indenização pelos escravos de acordo com a Lei de Emancipação de 1833. A única coleção completa dos Documentos Parlamentares existente está no Museu Britânico.

4. *Report of the Committee of the Lords of the Privy Council for all Matters Relating to Trade and Foreign Plantations (Relatório da Comissão dos Lordes do Conselho Privado para todas as Questões Relativas ao Comércio e Plantações Estrangeiras)*, 1788. Este é um documento indispensável para qualquer pessoa que procura compreender a situação das colônias açucareiras depois da Revolução Americana. É certo que este relatório é que explica a atitude de Pitt para com o tráfico de escravos. Constando de muitas páginas, suas seções mais importantes são a Parte III, que trata das condições dos escravos; a Parte V, da competição francesa no mercado açucareiro; e a Parte VI, de

Documentos Diversos recebidos nas etapas finais da publicação do Relatório.

5. A correspondência e os memorandos de vários estadistas importantes do período já foram publicados, pelo menos em parte — os de Canning, Castlereagh, Wellington e Grenville —, os do último pela Comissão de Manuscritos Históricos sob o título de *The Manuscripts of J. B. Fortescue Esq., preserved at Dropmore (Os Manuscritos de J. B. Fortescue, conservados em Dropmore)*. Nesta categoria podem bem ser incluídos a *Correspondence of William Wilberforce (Correspondência de William Wilberforce) e Private Papers of William Wilberforce (Documentos Privados de William Wilberforce)*, publicados por seus filhos.

6. *Calendar of State Papers, Colonial Series, America and West Indies (Registro Cronológico de Documentos Oficiais, Série Colonial, América e Índias Ocidentais)*. Dotados de um excelente índice remissivo, estes volumes abrangem vários assuntos, geralmente em forma condensada, relativos às Índias Ocidentais, cultivo da cana-de-açúcar, tráfico de escravos e relações econômicas entre as ilhas e o continente americano, enquanto contêm ainda muitas informações úteis sobre os trabalhadores brancos nas ilhas. Os volumes consultados compreendem o período de 1611 a 1697.

III. FONTES SECUNDÁRIAS

A. CONTEMPORÂNEAS

O material contemporâneo é volumoso. Os escritos dos principais mercantilistas, Postlethwayt, Davenant, Gee, *Sir* Dalby Thomas, Wood, foram cuidadosamente examinados; assim também *A Riqueza das Nações*, a clássica obra antimercantilista. As informações contemporâneas sobre os servos sob contrato são limitadas, mas o que existe é útil. A acerba guerra polêmica entre os que tinham negócio com as Índias Ocidentais e os que tinham com as Índias Orientais, de grande importância, foi totalmente investigada; além do material no Museu Britânico, havia os recursos da Biblioteca do Escritório da Índia e a série de panfletos da Biblioteca John Rylands. A famosa *History of the British West Indies (História das Índias Ocidentais Britânicas)*, de Bryan Edwards, merece uma observação, não somente por seu valor intrínseco, mas como um desses raros marcos culturais numa sociedade de escravos que, ao contrário da sociedade de escravos da Grécia, desprezou a educação e não reproduziu nenhuma das grandes dádivas da Grécia ao mundo. Além disso, numerosas histórias locais, especialmente das grandes cidades portuárias e centros industriais, e relatos contemporâneos do crescimento do comércio e indústria da Grã-Bretanha, foram examinados. Os escritos dos próprios abolicionistas foram sobejamente usados, especialmente a famosa biografia em cinco volumes, dispersiva, mas informativa, de Wilberforce, por seus filhos.

B. MODERNAS

A relação de autoridades e fontes é desnecessária em qualquer estudo das Índias Ocidentais Britânicas que abrange os anos de 1763 a 1833. A propósito, há uma história de que nos círculos abolicionistas, quando havia controvérsia sobre um assunto, alguém dizia: "Veja em Macaulay." "Veja em Ragatz" não seria um exagero para a história das Antilhas durante o período 1763-1833. *The Fall of the Planter Class in the British Caribbean (A Queda da Classe dos Plantadores nas Antilhas Britânicas)*, de Ragatz, é um amplo estudo das fontes originais. Seu *Guide for the Study of British Caribbean History, 1763-1834 (Guia para o Estudo da História das Antilhas Britânicas, 1763-1834)*, Washington, D. C., 1932, é um auxílio indispensável ao estudioso das Antilhas, que achará nele não somente uma lista completa de obras de toda espécie, mas também um sumário das idéias principais apresentadas em cada obra. A *Statistics for the Study of British Caribbean History, 1763-1833 (Estatística para o Estudo da História das Antilhas Britânicas, 1763-1833)*, do mesmo autor, oferece valiosos dados estatísticos. As *Check Lists of House of Commons and House of Lords Sessional Papers, 1763-1834 (Listas de Verificação dos Documentos das Sessões da Câmara dos Lordes, 1763-1834)*, devem ser consultadas por todos os estudiosos embaraçados pelos modos aparentemente conflitantes de pesquisar os documentos desse período. As três bibliografias do Professor Ragatz: A *List of Books and Articles on Colonial History and Overses Expansion published in the United States (Lista de Livros e Artigos sobre a História Colonial e a Expansão Ultramarina publicados nos Estados Unidos)*, referentes aos anos 1900-1930, 1931-1932, 1933-1935, respectivamente, cita numerosos livros e artigos que tratam da situação do servo branco sob contrato. Finalmente sua bibliografia mais recente: A *Bibliography for the Study of European History, 1815 to 1939 (Bibliografia para o Estudo da História da Europa, 1815 a 1939)*, Ann Harbor, 1942, apresenta, nas páginas 140-158, uma lista exaustiva de obras sobre o Reino Unido, que contém muitos títulos úteis relativos ao desenvolvimento da Grã-Bretanha no século XIX.

Depois do Professor Ragatz, vem ainda outro erudito americano cujo trabalho sobre as Antilhas merece menção especial, mais por realmente completar no período de que trata, a pesquisa de Ragatz. *The Development of the British West Indies, 1700-1763 (O Desenvolvimento das Índias Ocidentais Britânicas, 1700-1763)*, de Franz Pitman, é outra obra notável baseada, como os trabalhos de Ragatz, em cuidadosa análise de material original. O estudo do mesmo autor, *The Settlement and Financing of British West India Plantations Eighteenth Century (A Colonização e o Financiamento das Plantações das Índias Ocidentais Britânicas no Século XVIII)*, um dos inúmeros ensaios escritos por estudantes de C. M. Andrews em sua homenagem, é uma obra-prima.

Dois estudos ingleses merecem ser separados das versões idealistas e deturpadas da escravidão, comuns na Inglaterra. *War and Trade in the West Indice, 1739-1763 (Guerra e Comércio nas Índias Ocidentais, 1739-1763)*, de Richard Pares, embora inevitavelmente cheio de guerra e diplomacia, não obstante contém informações vitais sobre as Índias Ocidentais e é de grande importância quanto à atitude dos plantadores das Índias Ocidentais para com as colônias açucareiras estrangeiras. Enquanto o aspecto social e o econômico são fatores subalternos para Pares, são dominantes para W. L. Burn. A obra deste último, *Emancipation and Apprenticeship in the British West Indies (Emancipação e Aprendizado nas Índias Ocidentais Britânicas)*, é uma análise erudita do sistema de aprendizado, 1833-1838, embora os três primeiros capítulos do livro, que tratam da emancipação, sejam de menos valor, em parte porque o autor se contentou com fontes secundárias. Entre os autores ingleses menores, W. L. Mathieson faz jus à rápida menção pelo menos porque, embora, como Coupland, utilizasse apenas fontes secundárias, ao contrário deste, utilizou-as bem, e lembrou-se de que a Inglaterra tinha um Parlamento, onde se travavam debates. Com um índice remissivo melhor, suas quatro obras sobre a escravidão seriam úteis livros de consulta. Coupland representa a concepção sentimental da história; suas obras nos ajudam a entender o que o movimento abolicionista não era. Comparado com sua incursão anterior no campo da escravidão, *England and Slavery (A Inglaterra e a Escravidão)*, Londres, 1934, *Bristol, a Gateway of Empire (Bristol, Porta do Império)*, de C. M. MacInnes, é um afastamento sadio de história emocional para história científica; esta última obra se baseia em material inédito dos arquivos de Bristol. O idealismo histórico americano é representado por *The Anti-Slavery Movement in England (O Movimento Antiescravista na Inglaterra)*, de F. J. Klingberg.

Menção especial deve ser feita a dois estudos que apresentam de maneira geral a relação entre o capitalismo e a escravidão. O primeiro é o ensaio de licenciatura de W. E. Williams: *Africa and the Rise of Capitalism (A África e a Ascensão do Capitalismo)*, publicado pela Divisão das Ciências Sociais da Universidade de Howard, em 1938. O segundo e o mais importante é de autoria de C. L. R. James, *The Black Jacobins, Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution (Os Jacobinos negros, Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos)*, Londres, 1938. Nas páginas 38-41, a tese apresentada neste livro é exposta de maneira clara e concisa e, ao que sei, pela primeira vez em inglês.

No campo da política colonial, dois livros são indispensáveis. *The Colonial Period of American History (O Período Colonial da História Americana)*, de C. M. Andrews, não somente oferece capítulos excelentes sobre Barbados e a Jamaica; coloca as ilhas açucareiras em sua perspectiva apropriada no quadro mercantilista, enquanto sua descrição e análise das leis do comércio exterior e do sistema colonial em geral são uma introdução essencial a qualquer estudioso do Império Britânico. De âmbito menos amplo, mas igualmente apropriado, é *The Old Colonial System (O Antigo Sistema Colonial)*, de G. L. Beer. As preleções de Merivale em Oxford durante os anos 1839 e 1841 sobre *Colonization and Colonies (Colonização e Colônias)* é erudição de Oxford no

máximo, enquanto *Select Documents on British Colonial Policy, 1830-1860 (Documentos Seletos sobre a Política Colonial Britânica, 1830-1860)*, de Bell e Morrell, apresenta algumas reproduções muito valiosas de documentos originais relativos a um período vital. Com respeito a estudos especiais das Índias Ocidentais sob o antigo regime colonial as obras de Harlow, Williamson e Higham são muito importantes, sendo que a *History of Barbados (História de Barbados)*, de Harlow, é a melhor das três, pois mostra a compreensão do fato de que os problemas barbadianos — e, conseqüentemente, das Índias Ocidentais Britânicas — do século XX têm mais raízes nas modificações econômicas e sociais do século XVII, representadas pelo açúcar e a escravidão.

As obras sobre o crescimento e desenvolvimento das diferentes indústrias britânicas são indicadas nas *Notas* correspondentes aos respectivos capítulos. Sobre a melhor explanação do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, apenas dois nomes precisam ser mencionados — Mantoux e Clapham. O capítulo V da *Economic History of Modern Britain, The Early Railway Age (História Econômica da Grã-Bretanha Moderna, O Início da Era da Ferrovia)*, de Clapham, é a melhor análise suscinta da Revolução Industrial, enquanto seu ensaio sobre "The Industrial Revolution and the Colonies, 1783-1822" ("A Revolução Industrial e as Colônias, 1783-1822"), no vol. II da *Cambridge History of the British Empire (História do Império Britânico de Cambridge)*, mostra uma compreensão mais arguta do movimento da abolição e da destruição da escravatura nas Índias Ocidentais do que geralmente se encontra em todas as obras dos historiadores britrânicos "oficiais".

No campo da literatura, *Guinea's Captive Kings: British Anti-Slavery Literature of the XVIIIth Century (Reis Cativos da Guiné: Literatura Antiescravista Britânica do Século XVIII)*, do Professor Sypher, é um desses excelentes estudos sobre a escravidão do negro que já aprendemos a associar a edições da University of North Carolina Press. Embora o livro seja fraco — em alguns aspectos, imperdoavelmente fraco — pelo ângulo político, é uma análise penetrante e ampla da literatura do período e, como tal, um auxílio útil para as Ciências Sociais. Pode ser proveitosamente completado por uma publicação recente de uma colega minha, a Drª Eva Dykes, *The Negro in English Romantic Thought (O Negro no Pensamento Romântico Inglês)*, Associated Publishers, Washington, D. C., 1942. A novela *best-seller* de Marguerite Steen, *The Sun is My Undoing (O Sol é Minha Ruína)*, revela uma compreensão profunda do comércio triangular e sua importância para o capitalismo britânico.

As fontes usadas sobre o desenvolvimento de São Domingos e Cuba espanhola durante o período estudado foram forçosamente fontes secundárias. No que concerne à França, o autor mais importante é Gaston-Martin. Uma Bolsa Rosenwald, no verão de 1940, permitiu-me trabalhar nos arquivos e bibliotecas de Cuba. O amplo *Diccionario* de Pezuela sobre a ilha oferece excelente material no verbete "Azúcar", enquanto *Los Ingenios de la Isla de Cuba*, por um magnata do açúcar contemporâneo, Cantero, é uma obra lírica, profusamente ilustrada, valiosa e rara.

Em três artigos publicados, tratei mais detalhadamente de algumas das questões comumente abordadas: "The Golden Age of the Slave System in Britain" ("A Época Áurea do Sistema Escravista na Grã-Bretanha"), *Journal of Negro History*, janeiro de 1940; "The Intercolonial Slave Trade after its Abolition in 1807" ("O Tráfico Intercolonial de Escravos depois de sua Abolição em 1807"), *Journal of Negro History*, abril de 1942: "Protection, Laisser-Faire and Sugar" ("Proteção, Livre Empresa e Açúcar"), *Political Science Quarterly*, março de 1943.

ERIC WILLIAMS, Primeiro-Ministro de Trinidad Tobagó, foi durante muitos anos professor de Ciência Política e Social da Universidade de Howard, de Washington, e serviu na comissão das Antilhas. Autor de inúmeras outras obras sobre as Antilhas e História Britânica, neste seu livro, **Capitalismo e Escravidão,** faz completo levantamento sócio-econômico da época (1783-1833) em que o capitalismo britânico se consolidou a expensas do tráfico de escravos africanos.

COMPANHIA EDITORA AMERICANA